

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

NILDETE MARIA DA COSTA FERREIRA



**Cooperativismo sob a ótica da economia solidária e popular:
algumas evidências no meio rural potiguar**

**Natal/RN
2010**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**Cooperativismo sob a ótica da economia solidária e popular:
algumas evidências no meio rural potiguar**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para obtenção do grau de doutorado em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Aldenôr Gomes da Silva

Natal/RN
2010

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Ferreira, Nildete Maria da Costa.

Cooperativismo sob a ótica da economia solidária e popular : algumas evidências no meio rural potiguar / Nildete Maria da Costa Ferreira. – 2010.
304 f. : il.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Natal, 2010.

Orientador: Prof. Dr. Aldenôr Gomes da Silva.

1. Cooperativismo. 2. Economia social. 3. Agricultura familiar. 4. Cooperativas agrícolas. I. Silva, Aldenôr Gomes da. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 334

NILDETE MARIA DA COSTA FERREIRA

**Cooperativismo sob a ótica da economia solidária e popular:
algumas evidências no meio rural potiguar**

Tese apresentada e submetida à comissão examinadora como requisito para
obtenção do grau de doutor em Ciências Sociais

Aprovado em: 23 de agosto de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Aldenôr Gomes da Silva – Orientador/UFRN

Prof^a. Dr^a. Maria Luiza Silva Lins e Pires – Examinador externo/UFRPE

Prof. Dr. Heribert Schmitz – Examinador Externo/UFGA

Prof^a. Dr^a. Irene Alves de Paiva - Examinadora Interna/UFRN

Prof^a. Dr^a. Maria do Livramento Miranda Clementino - Examinadora
Interna/UFRN

Prof. Dr. João Matos Filho- Examinador Interno/UFRN

Prof. Dr. Edgard Malagodi- Suplente externo/UFGC

Natal/RN
2010

Dedico a todos (das) da COOPAPI e
ao meu companheiro Lincoln, “sonho
que se sonha só é só um sonho que
se sonha só, sonho que se sonha
junto é realidade.”

Raul Seixas

AGRADECIMENTOS

À Escola Agrícola de Jundiáí por ter me proporcionado experiências que me motivou a realização deste trabalho;

Ao meu companheiro Lincoln Moraes de Souza que me incentivou e me orientou nos estudos preparatórios para a seleção do doutorado, e que durante todo o período da tese me apoiou incondicionalmente, viajando comigo para o trabalho de campo, fazendo correções e dando algumas sugestões;

Ao orientador Prof. Aldenôr Gomes da Silva pelas correções, leituras adicionais sobre o rural e críticas à Tese;

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, funcionários e professores e professoras, pela oportunidade de ampliar os meus conhecimentos e desenvolver uma pesquisa em um tema importante;

Aos meus filhos, especialmente à Filipe que, apesar de distante e das suas tarefas de doutorando, contribuiu na elaboração das tabelas e na normatização da Tese;

À Joseilce, funcionária do Departamento de Estatística e integrante da CONSULEST, a quem recorri para montar a amostra da pesquisa;

À diretoria e funcionários da COOPAPI, que na pessoa Fátima Lima Torres, sempre estava disponível para os devidos esclarecimentos e me proporcionaram a acessibilidade aos documentos;

Aos sócios da COOPAPI, na pessoa de Urbano, que me receberam com carinho também em suas residências para as entrevistas, muitas vezes realizadas em horas de descanso;

A todos os representantes das instituições entrevistadas que nos receberam com atenção;

À Maninha, Rose, Zilma e Erivan pela ajuda em algumas das entrevistas em Apodí; e a Fábio, pelo apoio em Caraúbas;

Ao consultor do IDS/CTA, Sebastião Francisco de Meneses pelas informações iniciais;

Ao prof. João Matos Filho, pelos materiais impressos e conversas informais sobre o assunto, além das contribuições na fase de qualificação da Tese;

À profa. Dalcy Cruz e ao prof. Manoel Barbosa de Lucena pelas referências repassadas;

À profa. Irene Paiva pelas contribuições na fase de qualificação da Tese;

À Gilcéia pela estadia, em uma de nossas visitas em Apodí;

Por fim...à todos e todas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho...sou muito grata.

RESUMO

As experiências coletivas como canais de acesso a melhores condições de vida, engendradas pelos setores populares e, especialmente, pelas populações rurais, nos instigaram a realizar esta pesquisa. Tendo como unidade de análise uma cooperativa constituída por agricultores e agricultoras familiares, pesquisada através de um estudo de caso e como base teórica as concepções de economia solidária e popular, a nossa questão central foi compreender quais as práticas adotadas que têm possibilitado o seu êxito? Para tanto, partimos da hipótese de que o êxito dessas organizações depende da aplicação dos princípios cooperativistas, quais sejam: adesão livre e voluntária, democracia, participação, intercooperação, educação e informação, preocupação com o entorno, autonomia e independência; e de suas relações externas com o Estado e outras instituições de apoio. Para cumprir nosso propósito, foram selecionados também alguns indicadores, uma amostra aleatória da população alvo e os representantes das instituições envolvidas com a cooperativa. Por se tratar de uma pesquisa de caráter mais qualitativa, mas que usou dados quantitativos, foram utilizados para coleta dos dados entrevistas semi-estruturadas, questionários com perguntas abertas e fechadas, observações diretas, registros fotográficos e análises documentais. Os principais resultados encontrados indicam que a hipótese foi confirmada, ou seja, o êxito da cooperativa estudada teve vinculação direta com a aplicação dos princípios cooperativistas, com o acesso aos recursos públicos disponíveis e com os apoios de outras instituições, gerando benefícios socioeconômicos para os cooperados e externalidades positivas para o desenvolvimento do entorno.

Palavras-chave: economia solidária e popular, cooperativismo, agricultura familiar, êxito.

RESUMEN

Las experiencias colectivas como canales de acceso a mejores condiciones de vida, engendradas por los sectores populares y, especialmente, por las poblaciones rurales, nos motivaron a la realización de esta investigación. Teniendo como unidad de análisis una cooperativa constituida por agricultores y agricultoras familiares, investigada por medio de un estudio de caso y como base teórica las concepciones de economía solidaria y popular, nuestra cuestión central fue comprender ¿cuales las prácticas adoptadas que han posibilitado su éxito? Para ello, partimos de la hipótesis de que el éxito de esas organizaciones depende de la aplicación de los principios cooperativistas, cuales sean: adhesión libre y voluntaria, democracia, participación, intercooperación, educación e información, preocupación con el entorno, autonomía e independencia; y de sus relaciones externas con el Estado y otras instituciones de apoyo. Para cumplir nuestro propósito, fueron seleccionados también algunos indicadores, una muestra aleatoria de la población elegida y los representantes de las instituciones involucradas con la cooperativa. Siendo una investigación de carácter más cualitativa, pero usando datos cuantitativos, fueron utilizados para la coleta de los datos encuestas semi-estructuradas, cuestionarios con preguntas abiertas y cerradas, observaciones directas, registros fotográficos y análisis documentales. Los principales resultados encontrados indican que la hipótesis fue confirmada, o sea, el éxito de la cooperativa estudiada tuvo vinculación directa con la aplicación de los principios cooperativistas, con el acceso a los recursos públicos disponibles y con los apoyos de otras instituciones, generando beneficios socioeconómicos para los cooperados y externalidades positivas para el desenvolvimiento del entorno.

Palabras-clave: economía solidaria y popular, cooperativismo, agricultura familiar, éxito.

ABSTRACT

The collective experiences as paths of access to better conditions of life, engendered by the popular sectors and, specially, by the rural populations, instigated us to carry out this research. Having a cooperative constituted by farmers and family agriculture as an unit of analysis, researched by specific study and the conceptions of popular and supportive economy as theoretical base, our central question was to understand which of the adopted practices has enabled their success? Therefore, we start from the hypothesis that the success of those organizations depends on the application of the cooperativists principles, which are: voluntary and free adhesion, democracy, participation, intercooperation, education and information, worry with the surroundings, autonomy and independence; and on their external relations with the State and other institutions of support. In order to fulfil our purpose, some indicators, a random sample of the aim population and the representatives of the institutions involved with the cooperative were also selected. Since it concerns a mostly qualitative kind of research, although quantitative facts were used, semi-structured interviews, questionnaires with open and closed questions, direct observations, photographic records and documentary analyses were used for collection of facts. The main results indicate that the hypothesis was confirmed, i.e., the success of the cooperative studied had a straight link with the application of the cooperativists principles, with the access to the available public resources and with the supports of others institutions, producing socioeconomic benefits for the members of the cooperatives and positive externalities for the development of the surroundings.

Keywords: Popular and supportive economy, cooperativism, family agriculture, success.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Indicadores correspondentes aos princípios cooperativistas	28
Quadro 2 -	Indicador correspondente às relações com outras instituições	29
Quadro 3 -	Indicador de êxito interno: melhoria dos serviços da cooperativa e na vida dos sócios	30
Quadro 4 -	Indicador de êxito externo: melhoria do entorno	31
Quadro 5 -	Planejamento usado na observação de campo	34
Quadro 6 -	Síntese das concepções sobre a economia solidária popular	69
Quadro 7 -	Síntese das origens do cooperativismo solidário e popular	77
Quadro 8 -	Origens e evolução do cooperativismo no Brasil (1900-1980)	99
Quadro 9 -	Evolução das cooperativas (oficiais) no período de 1991-2000 e 2007	109
Quadro 10 -	As formas de organização e o fluxo da cadeia produtiva do mel	207
Quadro 11 -	As formas de organização e o fluxo da produção e do produto – processamento de polpa	208
Quadro 12 -	As formas de organização e o fluxo da produção e do produto – processamento da castanha	208
Quadro 13 -	Matriz de envolvimento da COOPAPI com outras instituições	244

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Caracterização econômica dos empreendimentos da economia solidária popular.	135
Tabela 2 -	Evolução no número de cooperativas agrícolas no RN por período - (1915 a 2007)	168
Tabela 3 -	Número de organizações associativas por período	183
Tabela 4 -	Número de associações rurais e de sócios por região – 2009	184
Tabela 5 -	Evolução da produção de mel no Estado e em Apodi - 2005 a 2008	186
Tabela 6 -	Itens para produção em 100 colméias	197
Tabela 7 -	Utilização do trabalho	199
Tabela 8 -	Caracterização das principais ocupações	201
Tabela 9 -	Como iniciou a atividade	202
Tabela 10 -	Por que entregam a produção na cooperativa	204
Tabela 11 -	Motivo para associar-se à cooperativa	216
Tabela 12 -	Produção (em kg) e comercialização prevista entre 2008-2012	217
Tabela 13 -	Evolução percentual da receita total, despesas, distribuição estatutária e sobras/perdas – com base no exercício do ano anterior	252
Tabela 14 -	Participação do PAA, outros mercados e de capital próprio na formação do Passivo da COOPAPI- 2004-2008	253
Tabela 15 -	Evolução da demanda de mel e de castanha pelo mercado institucional e privado	256
Tabela 16 -	Aplicação da renda do cooperado	263
Tabela 17 -	Influência da atividade na unidade familiar (no sítio)	264
Tabela 18 -	Influência da atividade na família do cooperado	266
Tabela 19 -	Mudanças geradas na atividade apícola	270

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Esquema dos tipos de cooperativismo	117
Figura 2 -	Número de cooperativas registradas no RN até 2007	170
Figura 3 -	Mapa do Estado do Rio Grande do Norte com destaque para o Município de Apodi	175
Figura 4 -	Forma da obtenção das terras do produtor proprietário	176
Figura 5 -	Origem da orientação técnica	177
Foto 1 -	Fundação da COOPAPI	192
Foto 2 -	Sede da COOPAPI	193
Figura 6 -	Evolução no número de sócios da COOPAPI- 2004 a 2009	196
Foto 3 -	Unidade de processamento e envasamento do mel em sachê da Associação dos Mini-produtores de Córrego e Sítios Reunidos	207
Figura 7 -	Organograma das relações da COOPAPI com os associados	211
Figura 8 -	Percentual de participação em cursos	225
Foto 4 -	Unidade de beneficiamento da castanha do caju da AMPC	234
Foto 5 -	Estação Digital na Comunidade do Córrego	235
Foto 6 -	Produtos apícolas comercializados pela COOPAPI	248
Foto 7 -	Produtos da cajucultura	249
Figura 9 -	Evolução patrimonial da COOPAPI - 2004 a 2008	254
Fotos 8 e 9 -	Feira livre com barracas dedicadas aos produtos da agricultura familiar	257
Foto 10 -	Melqueira	260
Foto 11 -	Macacão e máscara	260
Figura 10 -	Participação da apicultura na renda total da família	262
Foto 12 -	Casa de mel	267
Foto 13 -	Extração do mel	267
Foto 14 -	Envase em sachê	268
Foto 15 -	Rotulagem: Mel Potiguar	268
Foto 16 -	Embalagem da castanha a vácuo	268
Foto 17 -	Castanha torrada	268

LISTA DE SIGLAS

AACC- Associação de Apoio às Comunidades do Campo
ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário
AMPC – Associação dos Mini-produtores do Córrego e dos Sítios Reunidos
ANCA - Associação Nacional de Cooperação Agrícola
ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão
AQUAPO - Associação de Aquicultores de Apodi
ASSAAP- Associação Apodiense de Apicultura
BB – Banco do Brasil
BNB- Banco do Nordeste do Brasil
BSC- Base de Serviço de Apoio à Comercialização
CAAF- Compra Antecipada da Agricultura familiar
CAEAF- Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar
CCC- Caixa de Crédito Cooperativo
CDAF- Compra Direta da Agricultura Familiar
CDLAF- Compra Direta Local da Agricultura Familiar
CAATINGA - Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas
CAI- Complexo agroindustrial
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNRA - Campanha Nacional pela Reforma Agrária
CIBRAZEM – Companhia Brasileira de Armazenamento
CIMPARN - Companhia de Implantação de Projetos Agrícolas do Rio Grande do Norte
CIDA - Cia. Integrada de Desenvolvimento Agropecuário
CODEFAT - Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
Concrab - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CECOR - Centro de Educação Comunitária Rural
COOAFAP- Cooperativa da Agricultura Familiar de Apodi

COOPAPI - Cooperativa Potiguar de Apicultura e Desenvolvimento Rural Sustentável

COOPERMEL- Cooperativa Agro-Industrial de Colonização da Serra do Mel

COOPERVIDA – Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento Rural

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPC - Centro Popular de Cultura

CRUTAC - Centro de Treinamento e Ação Comunitária

CTA- Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas no Semi-Árido Nordeste

EMATER- Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMPARN- Empresa de Pesquisa Agropecuária do rio Grande do Norte

EMPRABA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FASE - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional

FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador

FBB - Fundação Banco do Brasil

FETARN - Federação dos Trabalhadores na Agricultura-RN

FIDA (Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura).

FINOR- Fundo de Investimento do Nordeste

FLO - *Fairtrade Labelling Organization*

Frengoop - Frente Parlamentar do Cooperativismo

FRUNORTE – Frutas do Nordeste

GEAS - Grupo de Estudos e Ação Social

GEF - Fundo das Nações Unidas para o Meio Ambiente

GRUJASA - Grupo de Jovens Santa Agostinha

SESP - Serviço de Saúde Pública

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDACO - Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária

IDS - Instituto de Assessoria à Cidadania e Desenvolvimento Local Sustentável

ITCP - Incubadoras Técnicas de Cooperativas Populares

MAISA - Mossoró Agroindustrial S.A.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome

MF – Ministério da Fazenda
MIC – Ministério da Indústria e Comércio
MCP - Movimento de Cultura Popular
OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras
OCEs - Organização das Cooperativas Estaduais
ONU - Organização das Nações Unidas
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAC - Projetos Alternativos Comunitários
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNE - Planos de Negócios de Empreendimentos
PAPP - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCBR - Projeto de Combate à Pobreza Rural
PDS - Programa de Desenvolvimento Sustentável
PDSTR - Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PDHC - Projeto Dom Helder Câmara
PNQ - Plano Nacional de Qualificação
PETROBRÁS - Petróleo do Brasil S.A
PPGCS - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Ruralnorte - Programa de Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Norte
SAPE - Secretaria Estadual de Agricultura e Pesca
SAR - Serviço de Assistência Rural
SER - Serviço de Economia Rural
SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAPAC - Serviço de Apoio a Projetos Alternativos Comunitários
SEBRAE - Serviço Brasileiro às Pequenas e Médias Empresas
SEDEC - Secretaria de Desenvolvimento Econômico
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEMTAS - Secretaria Municipal e Assistência Social da Prefeitura do Natal
SINE - Sistema Nacional de Emprego
UFRGS - Universidade federal do Rio Grande do Sul
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UNICAFES - União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

UNISOL - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

UTALB - União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil

UPF - Unidades produtivas familiares

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO I	
1 Atualidade e importância das experiências populares	37
1.1 A solidariedade e a cooperação: novos rótulos para velhos itens?	41
1.2 Concepções sobre a economia solidária e popular	51
1.3 Características e princípios centrais da economia solidária e popular	65
1.4 Cooperativismo popular e solidário como expressão da economia solidária e popular	72
1.5 As cooperativas solidárias e populares e suas relações externas	81
1.6 O êxito como elemento de continuidade das cooperativas solidárias e populares	85
1.7 Conclusões.....	87
CAPÍTULO II	
2 Cooperativismo e as transformações no meio rural	89
2.1 O cooperativismo dos “socialistas utópicos”	89
2.2 Mondragon e o cooperativismo na América Latina	93
2.3 As iniciativas cooperativistas no Brasil e as primeiras cooperativas modernas.....	97
2.4 O rural, algumas questões e o cooperativismo solidário e popular	111
2.4.1 As mudanças no meio rural: concepções e lições.....	118
2.5 O cooperativismo solidário e popular na área rural: uma reaproximação da produção, transformação e comercialização.....	124
2.6 O cooperativismo solidário e popular na área rural e as redes de apoio..	132
2.6.1 O Estado	132
2.6.2 Principais financiamentos e programas governamentais: Pronaf, PAA, BB, BNB	136
2.6.3 Outras instituições de caráter não governamental	141
2.7 Conclusão:	150

CAPÍTULO III

3 A atividade agropecuária na economia norte-riograndense

e o cooperativismo	152
3.1 Das atividades agropecuárias “tradicionais” aos produtos específicos	152
3.2 Do cooperativismo no Nordeste ao Rio Grande do Norte	159
3.3 As experiências cooperativistas no Rio Grande do Norte	162
3.4 O caráter confessional das primeiras cooperativas	163
3.5 O Estado e o cooperativismo potiguar	165
3.6 As cooperativas solidárias e populares	170
3.7 Conhecendo o município de Apodi.....	174
3.7.1 As formas associativas em Apodi e suas interações com outras instituições	179
3.7.2 As abelhas que transformam flores em ouro.....	185
3.8 Conclusão	188

CAPÍTULO IV

4 Evidências da economia solidária e popular na trajetória

da COOPAPI.....	189
4.1.1 Caracterização geral dos sócios	198
4.1.2 Como os agricultores percebem a cooperativa	202
4.1.3 A organização dos recursos e prestação de serviços aos cooperados .	204
4.2 Analisando a variável aplicação dos princípios cooperativos.....	214
4.2.1 Adesão livre e voluntária	215
4.2.2 Controle democrático pelos sócios.....	218
4.2.3 Participação econômica dos sócios	220
4.2.4 Preocupação com o entorno	221
4.2.5 Cooperação intercooperativa	223
4.2.6 Educação, formação e informação	224
4.2.7 Autonomia e independência	226
4.3 Analisando a variável “relações externas” e o êxito	227
4.3.1 Relações com o Estado.....	228
4.3.2 Relações com outras instituições de caráter não governamental	239
4.4 O êxito da COOPAPI: continuidade e ampliação das ações e os efeitos na vida dos sócios e no entorno	246

4.4.1 Olhando os balanços patrimoniais	250
4.4.2 Ampliando os mercados	255
4.4.3 Ampliando ocupações e diversificando as atividades no entorno	258
4.4.4 Outros efeitos indiretos no entorno	260
4.4.5 Efeitos econômicos e sociais para os sócios	261
4.4.5.1 Melhoria da renda e o consumo	261
4.4.5.2 Outros benefícios	265
4.4.6 Benefícios na produção, dificuldades e desafios.....	266
4.5 Problema e hipótese revisitados	270
5 CONCLUSÕES	274
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	284
7 ANEXO.....	302

INTRODUÇÃO

As características econômicas, sociais e políticas do atual contexto estimulam novas formas de experiências dos trabalhadores e trabalhadoras na busca por alternativas de trabalho e produção mais autônomas e baseadas em valores como a cooperação, democracia, participação e solidariedade. As experiências econômicas, constituídas como estratégias de sobrevivência, encontram no espaço público o lugar de interação com outros agentes sociais na busca de reconhecimento e solução também para problemas concretos de interesse mais geral das localidades em que estão inseridas. Ao mesmo tempo, o Estado investe em alguns momentos nas potencialidades dessas iniciativas orientando os recursos para apoiar os projetos produtivos, bem como as organizações de caráter não governamental, fomentando deste modo, uma rede de relações interorganizacionais de naturezas diversas (comercial, técnica, financeira, gerencial, política etc).

Neste campo de atividades coletivas um novo tipo de cooperativa ganha espaço, em particular no meio rural, organizando e diversificando as atividades produtivas individuais e orientando democraticamente suas ações para acessar os recursos públicos e integrar melhor seus membros aos diferentes mercados. Assim, o objetivo do presente trabalho foi de analisar as práticas de uma cooperativa de agricultores familiares do Nordeste brasileiro, buscando identificar as ações relacionadas à sua gestão e as relações estabelecidas que tenham influenciado no seu desempenho e os efeitos da sua atuação na melhoria de vida dos cooperados e no desenvolvimento do seu entorno.

Inicialmente, como proposto no momento da qualificação da Tese, tínhamos o propósito de realizar um estudo comparativo entre duas experiências, a Cooperativa Potiguar de Apicultura e Desenvolvimento Rural Sustentável - COOPAPI - localizada no município de Apodi-RN, e a Cooperativa de Beneficiamento da Castanha de Caju da Serra Do Mel - COOPERCAJU. Porém, pelas grandes dificuldades de acesso a informações fundamentais sobre a COOPERCAJU, optamos pela realização de um estudo de caso único, centrado na experiência da COOPAPI. A nossa escolha por esta cooperativa deveu-se principalmente a alguns critérios que se complementaram e que

foram derivados das nossas preocupações teórico-metodológicas:

a) a cooperativa deveria se enquadrar, direta ou indiretamente, na abordagem da economia solidária e popular, permitindo contribuir para ampliar os conhecimentos sobre o tema; b) congregar em seu quadro social agricultores e agricultoras cuja principal produção derivasse do trabalho familiar e não resultado do trabalho assalariado, deste modo garantindo uma caracterização e identificação com a economia solidária e popular; c) estar vinculada aos diferentes mercados, de maneira que nos permitisse identificar se esses vínculos estariam influenciando no seu desempenho; d) beneficiar e/ou comercializar produto (s) de importância e de interesse econômico para a região, para identificarmos a sua participação na dinamização das atividades agrícolas e não agrícolas e no desenvolvimento do entorno; e) e ter uma rede de relações constituída com o Estado e outras instituições, a fim de verificar se ela estaria ou não contribuindo para o seu desenvolvimento.

Antes de detalharmos os nossos procedimentos da pesquisa, gostaríamos de tecer também alguns comentários sobre a sua relevância. Primeiramente, há poucos estudos sistematizados sobre o assunto no Rio Grande do Norte (RN) e, em particular, no meio rural, dificultando uma compreensão mais clara sobre o papel das cooperativas na ampliação e diversificação de atividades agrícolas e não agrícolas, por derivação, no desenvolvimento e dinamização dos espaços rurais.

Segundo, em termos gerais, consideramos importante uma análise das organizações econômicas populares que estreitasse os vínculos com a economia solidária e popular, pois, nem todas as cooperativas adotam, amplamente e em termos de seus fundamentos, os princípios e formas de organização e gestão. Neste sentido, o que tem sido mais comum, são cooperativas que, dependendo do exemplo e da situação, sobrepõem elementos díspares e, às vezes, até contraditórios. Em outras palavras, algumas centralizam as decisões em algum dirigente ou funcionário, afastando os sócios dos destinos da cooperativa, enquanto outras incentivam a participação e a solidariedade entre os filiados; algumas contratam eventualmente trabalho assalariado e outras contam especialmente com seu quadro social para executar as atividades operacionais etc.

Aqui é necessário dizer que entendemos por organizações econômicas

populares um tipo de instituição que se estrutura de forma democrática e integrada (assembléia geral, conselho diretor e outras funções) para gerir os interesses coletivamente delineados, ou seja, para cumprir uma função previamente traçada pelos seus associados. Salientamos ainda, que neste trabalho, a cooperativa é um tipo de associação e que os seus membros ou integrantes são também denominados de sócios ou cooperados.

Terceiro, embora à primeira vista apareçam alguns indícios em uma ou outra direção, é importante estudar empiricamente as organizações econômicas populares no meio rural potiguar: a) como recurso utilizado para atender as necessidades de um grupo social que por vezes se encontra à margem do acesso aos recursos públicos e aos mercados; b) ao entrar nos mercados através das cooperativas é necessário adotar certas práticas de gestão e de interação que podem demandar novas formas de solidariedade e cooperação dando outro sentido ao individualismo e à competição; c) um estudo mais detalhado das cooperativas populares no meio rural potiguar possibilitará, como mencionado, uma ampliação do enfoque da economia solidária e popular no tocante ao tipo de gestão, a sua relação com o Estado e outras instituições e do tipo de inserção das organizações em mercados convencionais e alternativos; d) esta maior compreensão, certamente, contribuirá para a nossa atuação enquanto professora da disciplina de Cooperativismo na Unidade Especialidade de Estudos Agrários, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), mais conhecida por Escola Agrícola de Jundiaí (EAJ).

Portanto, apesar de alguns revezes, de pensar e repensar a proposta de pesquisa, e finalmente de fazer uma pequena readaptação ao projeto inicial, no decorrer dos cursos que compõem o doutorado, fomos articulando os conhecimentos teóricos com a nossa questão central, concretizados principalmente na elaboração de textos de final de curso.

A nossa questão foi a de entender como os agricultores familiares, em suas organizações econômicas, estão agindo para garantir a sua sobrevivência e reprodução. Ou melhor dizendo, **quais as práticas adotadas pelas cooperativas que têm possibilitado o seu êxito?**

Para responder a questão central, partimos do entendimento de que, como

estruturas objetivas essas organizações, apesar de suas particularidades encontram-se inseridas no campo econômico e se deparam também com uma lógica do mercado capitalista em que terão que se posicionar de alguma forma, quer seja concordando, contrariando ou criando alternativas. Um aspecto que se coloca e que é crucial em algumas experiências no campo da economia solidária e popular, especificamente as cooperativas, é a da pressão externa exercida pela lógica capitalista, que as levam, em algumas situações, a reproduzir estratégias semelhantes às das empresas capitalistas (FERREIRA, 2007). Elas estão sujeitas ao mesmo ambiente externo geral que qualquer tipo de estrutura organizativa e seu êxito está relacionado, igualmente, ao tipo de gestão e à modalidade de envolvimento com agentes externos, medidos principalmente através do acesso, ou não, aos benefícios trazidos aos sócios e dos efeitos no entorno em que operam. Assim, apesar de considerarmos que as cooperativas operam em uma economia de mercado, devem cumprir alguns requisitos para permitir a sua sobrevivência, pois elas teoricamente estão organizadas com base em princípios e estruturas não capitalistas.

Esses dilemas presentes nas organizações econômicas populares, juntamente com as relações estabelecidas influenciam sua atuação, tornando-as, ou não, exitosas. Neste sentido, apesar da existência de uma literatura sobre a análise de organizações, como em Bialoskorski Neto (2000, 2001), no presente estudo adotamos uma abordagem diferenciada da visão mais habitual (voltada prioritariamente para os resultados financeiros), em suas múltiplas formas; uma literatura que focasse as experiências da economia solidária e popular, na cooperação, solidariedade e no cooperativismo. Assim, optamos inicialmente por fazer um recorte das contribuições de alguns autores, como Marx (1971, 1974), Dürkheim (1973), Weber (1974), Duvignaud (1986), Simmel (1983) e Polanyi (2000), dos quais extraímos elementos que nos dessem subsídios teóricos para a compreensão dos atuais fenômenos de cooperação e das novas solidariedades desenvolvidas entre os setores populares para buscar formas de sobrevivência e enfrentamento das dificuldades.

Para subsidiar teoricamente a discussão sobre a economia solidária e popular em termos atuais, recorreremos a Singer (2003), Razeto (2001), França Filho e Laville (2004), Santos e Rodríguez (2002), Gaiger (2003, 2004), Coraggio (1992, 2003, 2003a,

2007) e Pires (2004), que foram nossas referências principais e outros que, evidentemente, nos possibilitassem compreender e interpretar os dados empíricos e a experiência em foco. Para tanto, constatando nos textos lidos os diferentes “discursos” desses autores sobre a concepção de economia solidária e popular, optamos por fazer um agrupamento a partir da identificação de três principais vertentes, cujos critérios foram baseados em algumas categorias: qual a sua denominação, quais os princípios que norteiam a economia solidária e popular, como os agentes se organizam, qual a perspectiva da economia solidária e popular em relação ao Estado e ao sistema de produção capitalista e seus objetivos. Em termos do cooperativismo, também nos animou a prosseguir no tema o trabalho de Maria Luiza Lins Pires (2004), que na pesquisa de doutorado comparou duas cooperativas (uma no Nordeste do Brasil e outra no Canadá), centralizado nas inserções nos mercados globais, além do trabalho realizado por Santos e Rodríguez (2002) cujas “teses”, contempladas no Capítulo I, sintetizaram várias experiências econômicas desenvolvidas em termos mundiais.

Portanto, nosso objetivo geral foi o de analisar as práticas de gestão e as relações externas de uma cooperativa solidária e popular, que direta ou indiretamente influenciaram o seu êxito. Para tanto, buscamos identificar os princípios cooperativistas adotados na gestão da cooperativa, com base nos princípios da Aliança Cooperativa Internacional (ACI); as suas relações estabelecidas com o Estado e outras organizações/instituições; e quais os seus efeitos para o êxito da cooperativa, quer dizer, na sua própria continuidade enquanto instituição, na vida dos cooperados e no entorno.

A atenção foi orientada, igualmente, para entender o processo social de construção da COOPAPI, incluindo a forma como se organizou e os condicionantes que influenciaram as suas práticas; quais as mudanças ou inovações ocorridas ao longo do tempo (técnico-produtiva, política e organizacional); o perfil socioeconômico dos cooperados; os apoios de agentes externos e os recursos públicos mobilizados. Quanto à gestão, tentamos identificar quais têm sido os valores e princípios praticados, com base nos princípios tradicionais cooperativistas incluindo a adesão livre e voluntária; o controle democrático por parte dos membros; a participação econômica dos membros; o compromisso com a educação, formação e informação; a autonomia e

independência em relação ao Estado e outras instituições; a cooperação entre cooperativas, e sua contribuição com o entorno onde opera. Em se tratando das relações externas estabelecidas destacamos as formas de acesso às políticas públicas; como se configuram os vínculos com o Estado e outras instituições (fundações, sindicatos, cooperativas, organizações de caráter não governamental, igrejas, comunidade local etc); em que essas relações influenciam ou não o êxito da cooperativa; e por último, quais os benefícios materiais e não materiais na vida de seus sócios e os efeitos gerados no entorno onde atua.

Como hipótese geral do trabalho, afirmamos em termos amplos que a atuação exitosa das cooperativas populares depende da presença dos princípios cooperativistas na sua gestão e das relações estabelecidas com o Estado e outras organizações.

Para esclarecer melhor essa hipótese geral, consideramos que os valores e princípios cooperativistas que estão embutidos numa gestão democrática e participativa ajudam a mitigar as dificuldades enfrentadas pelas organizações econômicas populares, principalmente no tocante à sua existência social (interações interna e externa) e econômica (acesso ao crédito, mercados convencionais e alternativos, acesso aos recursos públicos, apoios etc). Reforçamos, ainda, nossa hipótese, com base nas observações de Santos e Rodríguez (2002) quando colocam que o caráter contra-hegemônico dessas iniciativas populares requer uma integração em redes compostas por outras organizações similares e que integrem os processos de transformação econômica a processos culturais, sociais e políticos, mantendo o entusiasmo dos trabalhadores e criando condições para a sua participação significativa nas decisões da cooperativa (princípio de integração com a comunidade e da intercooperação); de que, apesar de às vezes ambíguas, as relações entre as iniciativas e o Estado devem ser no sentido de mobilizar os recursos deste a favor dos setores populares e que, ao mesmo tempo, possam manter a integridade e independência das organizações diante das flutuações das políticas governamentais (princípio da autonomia e independência).

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, usamos como estratégia um estudo de caso único, com uma abordagem qualiquantitativa a fim de compreender como a cooperativa se relaciona com seus membros, como estes percebem a

cooperativa, e como se relacionam com outras instituições para mobilizar os recursos necessários ao seu desempenho. Segundo Yin (2001), o estudo de caso possibilita a pesquisa de fenômenos sociais complexos, onde se pressupõe maior nível de detalhamento das relações dentro e entre os indivíduos e organizações, bem como suas interações com o ambiente externo. Neste sentido, a obtenção dos dados permitiu-nos descer a mais detalhes que nos apontaram as motivações que permeiam as ações dos indivíduos e das organizações. A partir de um estudo de caso contextualizado, procuramos detectar os problemas tal como são vividos na realidade. Vale ressaltar, ainda, que a escolha de uma pesquisa científica pressupõe o desenvolvimento prévio de proposições que reflete uma base teórica definida, o estabelecimento de indicadores, o fornecimento de provas materiais de cada observação e sua ligação lógica com a hipótese. Ao estabelecer uma hipótese é necessário verificá-la, quer estatisticamente quer por meio da observação sistemática (CASTELLS, 1975) ou da conjunção de ambas. Na nossa pesquisa trabalhamos prioritariamente com a observação sistemática, questionário e entrevistas mesmo tendo dado um tratamento estatístico à amostra a fim de realizar comparações entre a população pesquisada. Neste sentido, não usamos teste estatístico para comprovar a nossa hipótese, pois a utilização de técnicas qualitativas, ao descer a mais detalhes no estudo de caso, pode dar conta da diversidade da realidade a que nos propomos compreender.

Quanto ao período da pesquisa, nosso objeto implicou em um recorte temporal entre 2004 até início de 2010. No entanto, nos apropriamos de alguns dados secundários anteriores à fundação da cooperativa e de suas práticas que possibilitaram traçar um perfil atual no tocante à sua forma de gestão, estrutura organizacional e às relações estabelecidas com outras organizações.

Para verificar a nossa hipótese central elencamos as variáveis independentes e dependente, e seus respectivos indicadores (Quadros 1 a 4). Uma das variáveis independentes diz respeito à “aplicação dos princípios cooperativistas” e a outra às “relações externas”, enquanto a dependente refere-se ao êxito. Levamos em conta que as duas primeiras variáveis guardam uma relação entre si, visto que, a prática de uma gestão participativa e democrática, em algumas ocasiões traz efeito positivo para o

estabelecimento de relações com os agentes externos (contratos, convênios, acordos etc) e, desta forma, pode também influenciar no êxito da organização.

Os indicadores são medidas decorrentes de conceitos e fazem a ponte entre a teoria e os dados empíricos. Podem ser expressos através de índices, taxas ou outras formas (JANNUZZI, 2006). No caso, os indicadores selecionados foram direcionados para os princípios de participação e democracia (princípios cooperativistas), podendo ser identificados na prática de gestão e nas relações externas que as cooperativas estabelecem com outras organizações. Portanto, ora são expressos quantitativamente, ora qualitativamente como visto a seguir.

Variáveis independentes:

1. *Aplicação dos princípios cooperativista*, cujos indicadores foram: a) adesão voluntária; b) participação econômica e controle democrático pelos sócios; c) educação, capacitação e informação; d) preocupação com a comunidade; e) autonomia, independência e f) cooperação entre cooperativas.
2. *Relações estabelecidas com outras organizações*, cujos indicadores foram: a) natureza da relação com outras instituições ; b) relação com o mercado ; c) relação com o Estado em nível municipal, estadual e federal; d) relação com cooperativas, ONGs, associações comunitárias, sindicatos, instituições religiosas e outras.

Variável dependente:

1. *O êxito* relacionado aos efeitos internos e externos. Quanto aos efeitos internos, eles foram observados com base na ampliação da capacidade operacional e prestação de serviços da cooperativa aos sócios, bem como na melhoria das atividades e das suas vidas, além da situação financeira positiva da entidade. Em relação aos efeitos externos, dizem respeito aos indicadores observados nas atividades econômicas e sociais do entorno, explicitadas no Quadro 4.

Por fim, o perfil do grupo dirigente, a confiança dos sócios na cooperativa e a

sua reputação funcionaram, na prática, como espécies de variáveis intervenientes que influenciaram no seu êxito, trazendo efeitos positivos para o estabelecimento das relações externas (de contratos, convênios etc).

Quadro 1 - Indicadores correspondentes aos princípios cooperativistas

Indicadores	Descrição
1- Adesão livre e voluntária	- Motivos que o fizera associar-se à cooperativa - Para quem vende o produto - Por que vende à cooperativa
2- Participação econômica e controle democrático pelos sócios	- Rotatividade e renovação da diretoria - Frequência de assembléias - Percentual de sócios que participam das AGs - Assuntos mais comuns - Homens, mulheres e jovens que trabalham na cooperativa - Homens, mulheres e jovens que fazem parte do Conselho Diretor - Participação na tomada de decisões - Outros canais de participação e decisão - Rateio e destino das sobras - Criação de fundos - Receitas oriundas da venda de produtos dos cooperados - Empréstimo/adiantamento aos sócios
3- Educação, capacitação e informação	- Realização de treinamento e capacitação - Temas tratados nos cursos - Canais de informação entre a cooperativa e os sócios - Assuntos tratados nos informativos, sites etc

Continuação Quadro 1.

4- Preocupações com a comunidade	- Criação de programas e/ou projetos de interesse da população
	- Aplicação de recursos em atividades culturais, educacionais, esportivas etc
	- Doações (financeira, produtos ou serviços) para outras instituições
	- Participação em campanhas educativas
	- Outras contribuições para o desenvolvimento local - Participação em Conselhos, Fóruns etc, que trata do desenvolvimento do município ou região
5- Autonomia, independência e interação com outras organizações	- Interação com outras cooperativas
	- Representação institucional em cooperativas de grau - superiores
	- Serviços ofertados para outras cooperativas e associações
	- Contratação de pessoal técnico-administrativo

Quadro 2 - Indicador correspondente às relações com outras instituições

Indicador	Descrição
Relações externas	- Natureza jurídica da instituição
	- Instituição/organização a que se vinculam
	- Tipo de vínculos
	- Objetivo ou finalidade do vínculo
	- Acesso a financiamento ou empréstimo/crédito
	- Satisfação dos clientes
	- Inserção e ampliação das vendas em mercados
	- Acesso às políticas públicas (PAA, Pronaf etc)

Quadro 3 - Indicador de êxito interno: melhoria dos serviços da cooperativa e na vida dos sócios

Indicador	Descrição
Êxito	Na cooperativa - Aumento das receitas e resultados financeiros positivos - Regularidade e diversidade dos contratos - Ampliação do número de emprego/ocupação - Formação de novos líderes - Novos mercados - Envolvimento dos sócios na cooperativa - Maior capital de giro - Aquisição de equipamentos, máquinas etc - Satisfação dos sócios com os serviços prestados pela cooperativa - Ampliação dos serviços aos sócios - Melhoria do produto Na vida dos sócios - Melhoria da moradia dos sócios - Aquisição de eletrodomésticos, outros - Ampliação do número de ocupações nas unidades familiares - Acesso à educação, ao lazer - Meios de transporte - Melhoria da auto-estima - Aquisição de terras, animais, equipamentos - Fortalecimento dos laços afetivos - Aquisição de equipamentos, maquinários, instalações etc - Adoção de inovações e tecnologias

Quadro 4 – Indicador de êxito externo: melhoria do entorno

Indicador	Descrição
Êxito	- Criação de outras organizações correlatas etc - Dinamização do comércio e/ou serviços local - Criação de outras atividades de apoio à atividade - Novos serviços/produtos ofertados - Influência em outros campos de atividade - Influência na fixação dos preços do produto na - região - Manejo dos resíduos

Para determinar a amostra, consultamos a CONSULEST (consultoria vinculada ao departamento de Estatística da UFRN), que nos orientou no sentido de selecionar o tamanho amostral com base na aplicação de um pré-teste do instrumento de investigação, que foi um questionário semi-estruturado. A partir da prevalência de 95% de respostas afirmativas observada em uma questão central da Tese (*Sua vida melhorou depois que entrou para a cooperativa?*), e levando-se em consideração uma margem de erro de 3% e nível de significância de 95%, chegou-se ao número esperado de 56 indivíduos para uma amostra casual simples para população finita, de acordo com a seguinte fórmula (CONSULEST, 2010):

$$\text{Tamanho amostral} = \frac{N \times P_q}{(N - 1) \times D + P_q}$$

Onde:

$$D = B^2/4$$

P = estimativa da proporção q = 1 – P

N = tamanho da população

B = erro amostral

O pré-teste foi aplicado em dois momentos. Em abril de 2009, servindo de base para excluir posteriormente algumas questões cujas respostas podiam ser verificadas

nas atas das assembléias (como exemplo, o número de assembléias gerais realizadas no ano, eleições da diretoria, frequência dos sócios, os assuntos tratados etc); e em outubro de 2009. A partir disto, para determinar o tamanho da amostra, escolhemos uma questão central para a Tese (sua vida melhorou depois que entrou para a cooperativa?) a fim de verificar o grau de repetição das respostas relatadas pelos cooperados. Este procedimento quantitativo teve o objetivo de determinar o número esperado de entrevistados necessário para extrapolar as observações encontradas para todo o grupo investigado (total de 172 cooperados, ano base de 2008). Tal procedimento também teve como base a compreensão de que uma opinião individual reflete sempre uma experiência socialmente compartilhada e estruturada ao longo do tempo, sendo, portanto, qualitativamente analisada a partir dessa consideração. Por exemplo, se a maioria dos entrevistados relata a mesma resposta, podemos inferir que a percepção dos cooperados em relação a determinado aspecto (foi) é coletivamente vivenciada.

Os resultados obtidos por meio das entrevistas dos cooperados foi acrescido um estudo exploratório a partir de dados obtidos em instituições como o Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE), Sistema Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE-RN), Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Norte (OCERN), Banco do Nordeste Brasileiro (BNB), Fundação Banco do Brasil (Fundação BB), Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos (CTA), Secretaria Municipal de Agricultura de Apodi, Paróquia de Apodi, Sindicato de Trabalhadores Rurais de Apodi e comerciantes do ramo de madeira. Semanalmente consultávamos o Blog da agricultura familiar e da COOPAPI, para acompanhar as informações que possivelmente nos interessariam, as quais eram postadas pela própria diretoria da cooperativa. Outros *sites* foram acessados, notadamente os de organismos governamentais (BB, BNB, MDA/SDT entre outros) pela facilidade de acesso e/ou por não comprometer a veracidade das informações.

Em final de dezembro de 2009 retornamos à Apodi a fim realizar parte das entrevistas que restavam a fazer com os sócios da cooperativa e, em abril de 2010, entrevistamos o consultor da Fundação Banco do Brasil, o Superintendente da Conab-RN, e o coordenador do SEBRAE-Mossoró. Em inúmeras visitas da presidente da

COOPAPI a Natal, atualizávamos alguns dados por meio de encontros e conversas informais. Para realização do trabalho de campo em Apodi, contei com a participação de Lincoln Moraes de Souza, companheiro e professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN, além da própria diretoria e funcionários da COOPAPI, principalmente de Fátima Torres, e de dois ex-alunos sócios da cooperativa, uma que residia no Sítio do Córrego em Apodi e outro em Caraúbas.

Outras fontes de informação foram acessadas, entre elas, as atas, estatutos e registros contábeis da cooperativa; presidente da Cooperativa da Agricultura Familiar de Apodi (COOAFAP), e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Apodi – STR, representante da Secretaria da Municipal de Agricultura, Pároco de Apodi, sendo os principais informantes, os membros da diretoria, funcionários/cooperados e outros que tiveram um papel importante na fundação da COOPAPI. Quando das nossas visitas à Apodi, procuramos o escritório local da EMATER, mas sem sucesso.

As técnicas utilizadas foram a da observação direta, questionário, entrevistas e inúmeras conversas informais. Os instrumentos foram, respectivamente, registros realizados pela pesquisadora nas reuniões, formulários e roteiros de entrevista (ver Quadro 05). Os questionários semi-estruturados foram aplicados com os sócios das cooperativas como forma de levantar informações sobre como iniciaram a atividade, porque se associaram à cooperativa; se os princípios cooperativistas estavam sendo aplicados etc. As entrevistas foram mais direcionadas para alguns dirigentes-chave da cooperativa (presidente, vice-presidente e tesoureiro) e para os representantes das instituições envolvidas, constando de um roteiro semi-estruturado, a fim de entender como a cooperativa se relaciona com as instituições, como encaminha as demandas dos seus sócios e que princípios estão sendo praticados.

Quadro 5 - Planejamento usado na observação de campo

Variáveis	Fontes	Técnicas	Instrumentos
Princípios cooperativistas	- Membros do Conselho diretor das cooperativas; - Documentos das cooperativas; - Assembléias gerais e reuniões; - Cooperados	- Entrevistas - Análise documental - Observação direta - Questionário	- Roteiros - Anotações - Registro - Formulário
Relações com outras instituições	- Representantes da Conab, MDA, SEBRAE, Fundação BB, FETARN, BNB. - Documentos	- Entrevistas - Análise documental	- Roteiros - Anotações
Êxito	- Membros do Conselho diretor; - Sócios - Conab - Documentos contábeis	- Entrevistas - Questionários - Análise do Discurso do Sujeito Coletivo - Análise documental	- Roteiros - Formulários - Anotações

Adaptado de Borsotti (2007).

Pelo fato de algumas questões terem sido abertas e, por isto, obtidas respostas variadas, criamos algumas categorias para agrupar as diferentes respostas e usar os indicadores com maior segurança.

Durante a pesquisa de campo desenvolveram-se laços de amizade com alguns membros que, apesar de não serem programados, favoreceram o estabelecimento de

um clima de confiança e de solidariedade que nos possibilitou o acesso a dados importantes para desenvolver a análise. Fomos convidados a participar de duas reuniões do Conselho Diretor, uma reunião na Associação dos Mini-Produtores do Córrego (AMPC) e uma festa de confraternização de final de ano, ocorrida na sede social da Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB) - Apodi em 2009, com a presença de apoiadores, cooperados e seus familiares. Participamos ainda de uma atividade promovida pela CTA, em Martins-RN (outubro de 2009), uma reunião do Comitê da Cajucultura do RN em Touros-RN (abril de 2010) e do II Encontro do Fórum da Economia Solidária-RN, realizado em Natal-RN (maio de 2010) onde em todos os eventos havia a presença de um diretor da COOPAPI.

A tese foi estruturada com esta **Introdução**; com o **Capítulo I**, onde o objetivo foi o de situar as condições econômicas mais gerais em que ressurgem as iniciativas de trabalho e produção dos setores populares, dando origem à chamada economia solidária e popular e compondo o quadro de uma “economia plural”. A partir daí, tentamos entender o sentido da cooperação e das novas solidariedades como componentes da economia solidária e popular, bem como as várias concepções sobre esse termo, focando as experiências econômicas populares; os condicionantes que podem interferir no seu desempenho e as relações estabelecidas com o Estado e outras instituições/organizações sociais e econômicas.

No **Capítulo II** tratamos de resgatar sinteticamente o surgimento do movimento cooperativista, incluindo seus precursores e sua influência na construção do cooperativismo em alguns países da América Latina e, particularmente no Brasil, identificando as suas diversas configurações face aos condicionantes sociais e político-econômicos e sua relação com o Estado e outras instituições. Situamos ainda, alguns dos principais debates sobre os processos de transformações centrais na área rural e seus efeitos nas diferentes concepções de alguns autores; e o ressurgimento do cooperativismo solidário e popular, enquanto materialização mais importante da economia solidária e popular, incluindo as redes de apoio.

No **Capítulo III** fizemos uma caracterização sintética do RN, a partir das atividades econômicas, culminando com o foco para produtos específicos (mel e castanha de caju) e para o percurso do cooperativismo tradicional ao surgimento do

cooperativismo solidário e popular. No segundo momento, o mesmo tratamento foi dado ao município de Apodi, onde se situa a experiência da COOPAPI, priorizando as associações, as instituições e as políticas públicas que influenciaram o associativismo no município.

No **Capítulo IV** resgatamos a trajetória da COOPAPI, identificando: as posturas frente aos princípios cooperativistas, os elementos importantes da sua formação, os agentes internos (categoria e perfil dos cooperados), os agentes externos que apoiaram a iniciativa (Estado, ONGs, instituições religiosas e representativas etc) e as inovações ocorridas (técnico-produtivas, políticas e organizacionais). Analisamos os dados empíricos coletados nas entrevistas, nos documentos e nos questionários, buscando identificar a presença dos indicadores e qual a regularidade (constante ou eventual) dos eventos. Assim, pudemos observar quais práticas a cooperativa está adotando que têm influenciado no seu êxito. Ou melhor dizendo, a hipótese foi verificada a partir dos indicadores que apontam a influência das variáveis (dos princípios cooperativistas e/ou das relações externas estabelecidas) no êxito da cooperativa, e por derivação, quais seus efeitos na melhoria da qualidade de vida dos sócios e no desenvolvimento do entorno.

Finalmente, chegamos à **Conclusão** ressaltando: i) as contribuições do nosso trabalho para uma análise voltada para as organizações da economia solidária e popular, principalmente aquelas organizadas para atender às demandas dos agricultores e agricultoras; ii) que a experiência em estudo tem contribuído para o desenvolvimento de práticas solidárias e cooperativas para melhorar a vida das populações rurais, mas, tem limites e convive com contradições; iii) recomendações preliminares para organizações econômicas do tipo estudado; iv) e os possíveis desdobramentos do nosso trabalho.

CAPÍTULO I

1 Atualidade e importância das experiências populares

As respostas às condições precárias de trabalho de parcelas da população mundial e o acesso desigual à produção, distribuição e consumo de produtos e serviços têm estimulado, entre outras coisas, a emergência de formas distintas de trabalho, de produção e comercialização, criando-se relações sociais diferentes daquelas predominantes na maioria das organizações tipicamente capitalistas. E isto vale, diga-se de passagem, para o conjunto dos países e para as áreas urbanas e rurais.

A partir dos anos 70, a crise econômica que se instaura, derivada principalmente da queda da rentabilidade do capital e da superprodução e acentuada pela utilização de tecnologias poupadoras de força de trabalho e pela informatização, reflete no mercado de trabalho onde o emprego assalariado é reduzido nos principais países chamados desenvolvidos. Parte dessa situação esteve respaldada pela idéia predominante que, segundo Brunhoff (1991), foi baseada na concepção liberal de que o mercado é eficiente e, portanto, todos os agentes econômicos (os trabalhadores como vendedores da sua força de trabalho e os empregadores como compradores dela) deveriam submeter-se a ele; que existiria um excedente “natural” de força de trabalho e uma escassez de capital, para serem aplicados de maneira mais rentável. Com isto, os investimentos tenderam a reduzir paulatinamente a aplicação na produção e orientar-se para a esfera financeira. Ao mesmo tempo, terminaram adquirindo um caráter transnacional e dando lugar a uma “economia internacional de especulação”, cujo acúmulo de capital, em forma monetária, não correspondeu ao aumento de postos de trabalho no setor produtivo.

Na medida em que a acumulação de capital prioriza a perspectiva do lucro da especulação financeira, as empresas tentam reduzir seus custos de produção e os gastos sociais e intensificar o processo de trabalho, causando alguns efeitos generalizados nas relações entre capital e trabalho: maior “flexibilidade” no trabalho com controles mais verticais, perda de alguns direitos sociais e da participação dos

trabalhadores nos lucros da empresa (LIPIETZ, 1988). Os empregadores reduzem os custos de produção pela via da desregulamentação do trabalho, transferindo os riscos para os trabalhadores sem vínculos trabalhistas formais; demitem; depreciam a força de trabalho e forçam os sindicatos a acordos e concessões, antes inaceitáveis, reduzindo a sua ação. Os trabalhadores, por um lado, terminam aceitando diminuir seus salários em troca da segurança de seus empregos ou mesmo para garantir a manutenção das empresas.

Por outro lado, a queda da rentabilidade e a concorrência global, além de levar à falência algumas empresas, acarretaram, em alguns casos, uma diminuição das receitas orçamentárias e das contribuições ao Estado que, orientado para o que se denominou Estado-providência, desempenhava a função de criar sistema de proteção e seguridade social. Portanto, a diminuição das contribuições efetuadas ao Estado refletiu, em parte, em uma redução das despesas públicas destinadas aos serviços de saúde, educação, pensão e seguro social para os trabalhadores. Soma-se a isto, a falência do modelo de organização centralizada que leva ao descrédito o projeto comunista propiciando a difusão dos ideais neoliberais que invoca a chamada liberdade econômica; um retorno ao individualismo, vendo a pessoa como um ator racional no sentido de buscar apenas maximizar seus interesses individuais; a supervalorização de conhecimentos empresariais etc.

A propaganda subliminar do não “coletivismo”, aliado ao discurso de que os indivíduos deverão ser empreendedores e responsáveis por “si mesmo” passa a penetrar nas relações de mercado. A conjunção de todas essas questões repercute sensivelmente na instabilidade do trabalho, aumentando o desemprego e o subemprego, bem como a proliferação do trabalho informal e a ocupação por conta própria.

Neste contexto, “quando os Estados pareciam estar irremediavelmente abalados pela globalização e os motivos da ação humana passíveis de ser reduzidos ao estrito interesse material, aparecem formas inéditas de engajamento político” (LAVILLE, p. 35, 2006), invocando, entre outros, o direito à participação na economia. Surgem então, propostas como a da economia solidária como alternativa à crise que questiona o sistema capitalista como modelo único e o mercado enquanto regulador. Nesta

proposta alternativa, as formas de solidariedades são reativadas voluntariamente engajando os sujeitos em relações recíprocas como proteção diante das incertezas; experiências baseadas em novas solidariedades são construídas através de uma variedade de formas organizativas que englobam a ajuda mútua, a reivindicação por direitos expressas em fóruns mundiais, nacionais e locais, pequenas empresas, organizações de caráter não governamental, associações, cooperativas etc.

Particularmente, quanto às formas associativas econômicas, segundo Quijano (2002), a crise que se iniciou no final do ano de 1960 e as buscas de alternativa ao capitalismo, envolveram dois momentos. Primeiro, a resistência, em quase todo século XX, consistiu em assegurar a sobrevivência dos trabalhadores através do aumento do trabalho informal. Segundo, acelerou-se e aprofundaram-se as tendências polarizadoras do capital, com uma reconcentração da autoridade do Estado, empurrando os trabalhadores a assumirem diversos comportamentos. Um deles seria o de submeterem-se a formas pré-salariais de exploração; adotarem certas estratégias de sobrevivências; ou ainda de recorrerem às novas práticas da reciprocidade.

Por sua vez, o Estado reduziu a sua responsabilidade com a questão social, predominando o discurso de que cabe ao mercado o papel de regular a força de trabalho e à sociedade civil de promover ações cotidianas de suas políticas. Assim, por um lado, surge uma gama de aparatos e agentes não-governamentais com ações na área social, de saúde e educação; uma variedade de experiências econômicas (individuais e coletivas) promovidas pelos trabalhadores (as) para enfrentar a questão do desemprego e, por derivação, a sua sobrevivência.

Daí, as alternativas econômicas que os setores populares¹ estão construindo, através da criação de outras formas de produção e trabalho, que vão desde a pequena produção independente; o intercâmbio e distribuição de trabalho ou de produtos entre os membros participantes; ou mesmo os mecanismos de trocas mercantis; organizando-se em grupos, associações, cooperativas oriundas de empresas falidas, cooperativas de produção, de crédito e de serviços, no caso, especificamente as de

¹ Uma boa indicação do que se considera classe ou setores populares está no livro "A crise das ditaduras" de Nicos Poulantzas (1976), que incluiria diversas categorias de trabalhadores, entre eles os funcionários públicos, técnicos, assalariados, desempregados, artesãos e camponeses (ou setores da agricultura de base familiar).

beneficiamento e de comercialização da produção agropecuária, compondo o campo do que no Brasil se denominou economia solidária².

As alternativas econômicas buscadas pelos setores populares, como regra envolvem as opções de estratégias de sobrevivência baseadas no trabalho e nas práticas de reciprocidade. Entendemos que as primeiras não têm objetivo de acumulação do capital, sendo as formas de trabalho muito mais de subsistência presente em atividades agrícolas, artesanais e em pequenos serviços e produtos. Geralmente os produtores detêm os próprios meios de produção, contam com membros da família e vendem seus produtos diretamente ao consumidor ou através das cooperativas ou atravessadores. Quanto às práticas de reciprocidade encontradas nos grupos rurais e urbanos são exemplos emblemáticos os mutirões, trocas de dias de serviços ou de produtos que constituem a base para a prática dos princípios presentes no cooperativismo solidário e popular.

Algumas experiências estão sendo construídas pelos trabalhadores e trabalhadoras e pelos setores populares em vários países, notadamente na França e, especificamente, na América Latina onde a presença de pobreza, o desemprego³ e a desigualdade social é mais grave. Lembrando que elas surgem no ambiente de crise generalizada (do trabalho assalariado, crise ambiental, moral e ética), essas experiências têm combinado relações de trabalho e de produção apoiadas em valores de solidariedade e cooperação, com mecanismos de acesso aos recursos públicos estatais e com algumas práticas mercantilistas, para criar novas pontes de acesso ao mercado e sem a interferência direta dos habituais atravessadores.

² Outras denominações serão apresentadas a seguir: economia solidária, economia social, economia popular, socioeconomia solidária, economia de solidariedade etc.

³ Em 2009, a taxa de desemprego na América Latina e no Caribe aumentou de 7%, em 2008, para 8,2%, com um total de 18,4 milhões de pessoas desempregadas, segundo dados divulgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) (CORREIO BRASILIENSE, 2010). O índice representa 4 milhões a mais de desempregados apenas no ano passado. No Brasil, a pesquisa da PNAD (2008) indica que havia 92,4 milhões de pessoas ocupadas, com um índice de desemprego de 7,7%.

1.1 - A solidariedade e a cooperação: novos rótulos para velhos itens?

Os recentes estudos no tocante à reconstrução de novos espaços de trabalho e contidos nas experiências econômicas populares, têm identificado a presença de componentes de solidariedade e cooperação que foram progressivamente reduzidos na vida das pessoas no processo de mercantilização capitalista e aprofundados com a exacerbação do individualismo; com a fragmentação, automação e mecanização do trabalho; e a substituição de algumas relações sociais (auto-ajuda, escambo, cooperação) por mecanismos ligados a dinheiro e poder. O resgate do sentido da solidariedade e da cooperação na literatura nos levam a concluir que atualmente elas agregam também novo significado quando colocado sob a lente de uma outra perspectiva de inter-relações entre as pessoas e as organizações para gerir os recursos a fim de satisfazer as necessidades e prover a reprodução ampliada dos trabalhadores e trabalhadoras.

Duvignaud (1986), na sua obra “Solidariedade: laços de sangue, laços de razão”, trata da solidariedade sob diferentes formas, cujo significado semântico é oriunda da deformação do latim *solidus* que, entre os juristas romanos, designava o laço que une entre si os devedores de uma quantia, ou de uma obrigação, em que cada um é responsável pelo todo. Para ele, as formas de solidariedade (familiar, urbanas, de saber, de magia e de técnica, operárias, de exílio) variaram ao longo do tempo entre a solidariedade da nação, ou do Estado, até outras formas de solidariedade. Contrastando com a caridade e a filantropia, as formas de solidariedade modernas aparecem vinculadas à esfera do direito social, na vontade de reagir contra a defasagem entre os ideais democráticos e a realidade social que, através das formas de participação democrática, possibilitem os indivíduos construir suas próprias experiências econômicas e sociais onde a partilha dos bens coletivos prevaleça sobre a autoridade do mercado. As solidariedades entre os mineiros e tecelões e as lutas operárias do início da industrialização inglesa, fundadas no medo da miséria e em defesa da sobrevivência, podem ser exemplos disto.

Ou seja, a expressão **solidariedade** surge inicialmente vinculada aos princípios de liberdade e igualdade, defendidos pelos iluministas e revolucionários franceses que, preocupados em criar as condições para uma nova relação entre as pessoas e explicar a coesão da sociedade, inicialmente denominou-a pela palavra “fraternidade”⁴, confundindo-a com outros significados, como caridade e filantropia⁵. Gradativamente o termo solidariedade foi substituindo o de fraternidade e, a partir dos anos 60 do século XIX, se impõe com um novo sentido, demonstrando nitidamente os interesses e a contradição de classes - a **solidariedade operária**. A partir daí, com a auto-organização do movimento operário, desenvolveu-se uma prática da **solidariedade social**⁶, assumindo formas de ações mais centradas na resposta as demandas não satisfeitas pelos grupos sociais envolvidos, através das *mutualles*, das associações operárias de ajuda mútua e das cooperativas (permitidas a partir de 1867) em que a solidariedade era aprendida e exercitada (ZOLL, 2007; LAVILLE, 2006).

Karl Marx, por exemplo, raramente utilizou o termo solidariedade, preferindo o termo cooperação e associação. Com seu foco nas formas de produção e da ação política, Marx (1971), via na cooperação surgida da produção na indústria moderna e, portanto, condicionada pela divisão social do trabalho, a maneira de maximizar o trabalho individual para a geração da mais valia. Ou seja, a cooperação, condicionada pela divisão do trabalho, se dá entre os trabalhadores quando eles, individualmente, completam-se mutuamente realizando a mesma operação de um processo produtivo ou operações da mesma espécie, que resultaria numa nova força produtiva maior que o resultado da ação individual. Neste sentido, a cooperação para Marx era a forma de realização de um trabalho conjunto e planejado, em que os diversos indivíduos

⁴ O termo fraternidade usado na Revolução Francesa de 1848, apesar de ter sua origem parcialmente nas ordens de frades e confrarias e de ter sido apoderado pela maçonaria etc, se impunha entre os revolucionários franceses como conceito para expressar suas idéias do nexos social. No entanto, o termo solidariedade enquanto sinônimo de fraternidade vai ganhando um sentido combativo, destacando-se forte e expressivamente o senso comunitário e o elemento universalizante e abrangente (ZOLL, 2007).

⁵ Laville cita duas formas concretas de solidariedade: a) solidariedade filantrópica que diz respeito à ação para com outrem e se insere numa versão de cidadania responsável. Nela os laços de dependência pessoal que ela favorece é portadora de um dispositivo de hierarquização social e de manutenção das desigualdades, ou seja, os mais aquinhoados intervêm para aliviar os mais desprovidos e melhorar sua situação; b) solidariedade democrática que reivindica uma reciprocidade voluntária estabelecida entre cidadãos livres em que a auto organização é expressão das relações de igualdade (LAVILLE, 2006).

⁶ Como institucionalização da solidariedade, o sistema de proteção social passa a ocupar um lugar estratégico nas práticas do Estado Providência.

participam no mesmo processo produtivo ou em processos diferentes, porém, interligados. Porém, para o autor, a cooperação que existira já desde o início da civilização humana, não deveria ser confundida com a cooperação praticada nas sociedades capitalistas. Primeiro, porque nessas sociedades pressupõem que exista um assalariado, que vende sua força de trabalho livremente. Segundo, emprega-se uma quantidade desses assalariados no mesmo processo de trabalho e no mesmo espaço físico. Desta feita, o caráter da cooperação “no processo de trabalho coletivo torna-se uma necessidade técnica imposta pela natureza do próprio instrumental de trabalho” (MARX, 1971, p. 440). Portanto, é na conjunção dos processos produtivos, na concentração, num mesmo espaço, de trabalhadores e máquinas, e na exploração dessa força de trabalho que o capital multiplica a força produtiva para reproduzir-se e expandir-se. Nesse processo, a conjunção de tantos trabalhadores submetidos às mesmas condições de exploração no mesmo espaço físico, isto é, a cooperação gerada a partir do processo de desenvolvimento das forças produtivas seria capaz de gerar, não apenas mais valia, mas também a solidariedade entre iguais criando-se as condições de organização da classe trabalhadora e de sua própria superação.

Todavia, para Marx e Engels (1974) a multiplicação dessa força produtiva gerada pela cooperação entre os trabalhadores não se configura como seu próprio poder conjugado, visto que, essa colaboração não é voluntária e da qual não pode sair. O trabalho torna-se alienado, como um poder estranho, que lhe domina e do qual eles desconhecem sua origem e a sua finalidade, “pois as conexões entre as funções que exercem e a unidade que formam no organismo produtivo estão fora deles, no capital que os põe e os mantém juntos” (MARX, 1971, p. 380).

Como saída, propunham que os proletários tomassem sob seu controle as condições de suas vidas e a dos outros, através de sua união revolucionária pela associação. Em se tratando do movimento cooperativista do século XIX, Marx (19--) destaca algumas lições sobre essas experiências. Entre elas, que se podia produzir em grande escala, com base na ciência moderna, sem que os meios de produção estivessem necessariamente concentrados nas mãos dos proprietários (industriais); que estes não precisavam ser monopolizados, utilizados como meio de exploração e dominação de uma classe sobre outra; e que o trabalho associado cumpriria o papel de

substituir, com gosto e entusiasmo, o trabalho assalariado. Para tanto, era necessário um movimento cooperativista que extrapolasse os esforços casuais de operários isolados, que tivesse uma força e um caráter internacional, sem o qual seria improvável deter o processo de desenvolvimento do monopólio, libertar os operários ou mesmo aliviar a sua miséria.

Sintetizando o sentido do movimento cooperativista para a classe operária da época, Marx redige em 1866 as resoluções da assembléia da Primeira Internacional Comunista sobre o trabalho cooperativo, reconhecendo principalmente que o movimento cooperativo é uma das forças transformadoras da sociedade baseada em antagonismos de classe e que seu grande mérito é mostrar que a cooperação subordinada do capital pode ser superada pela associação de produtores livres e iguais, no entanto, por si só, não podendo transformar a sociedade capitalista⁷.

O movimento cooperativista, do ponto de vista de Marx, portanto, se constituía em um meio e não um fim; a maneira da classe operária diminuir suas condições miseráveis de vida; e podia desempenhar um importante papel de apoio à auto-educação dos trabalhadores. No caso das cooperativas de produção, haveria uma reaproximação do produtor com os seus meios de produção e uma reapropriação do controle do seu trabalho e do conhecimento relativo ao mercado, a preço, qualidade etc. No caso das cooperativas de serviços, teria possibilidade de seus membros controlarem a distribuição do produto, a redistribuição dos resultados (sobras) e os investidos na cooperativa, entre outros. Nestes casos, se anteriormente, segundo Marx (1971), a cooperação foi utilizada em favor dos industriais (capitalistas) poderia ser recuperada também para favorecer os trabalhadores em suas organizações coletivas. O que depreendemos é que a cooperação, do ponto de vista dos trabalhadores, seria uma forma de se desvencilhar do trabalho alienado e subjugado ao dono do capital, sendo as cooperativas um meio prático de sua realização.

Diferente de Marx, Dürkheim (1973), entendia a cooperação, gerada a partir da divisão social do trabalho, não como uma fonte de aumentar a produtividade, mas como geradora de solidariedade entre os homens, de coesão dos laços sociais, manifestada através do contrato, ou seja, dos acordos livremente definidos entre os indivíduos.

⁷ Ver mais detalhes em Pagotto (2005).

Nas sociedades que ele descreve como inferiores, que ainda desconhece a autonomia do indivíduo, nasce a **solidariedade mecânica** baseada na semelhança entre os indivíduos. Essa solidariedade ocorre de forma “mecânica”, pois, ela sucede de uma situação social comum e da consciência daí derivada. Tal consciência seria oriunda da ligação “solidária” da consciência coletiva - do conjunto de crenças e sentimentos comuns da média dos membros de uma mesma sociedade que forma um sistema determinado que tem vida própria - com a consciência individual - que representa estados pessoais que nos caracterizam e nos distinguem dos outros. Para o autor a solidariedade mecânica e as normas (direito penal) consolidariam, não apenas o modo de agir, mas também orientariam a ação coletiva desejável, mantendo a coesão social na luta contra o estado de anomia jurídica e moral e contra as injustiças dele decorrentes. Para tanto, as corporações profissionais seriam o meio definido e organizado; o sustentáculo das normas ou leis, garantindo de fato sua regulamentação no dia-a-dia; a forma de agregar o indivíduo à sociedade, em contraposição à individuação. Para ele, somente através da regra social (moral ou jurídica) é possível disciplinar e obstaculizar o abuso de poder econômico e individual, expressando as necessidades sociais construídas a partir da coletividade.

Enquanto na solidariedade mecânica, os idênticos se intercambiam, se reforçam mutuamente, pela estreita relação entre o ser individual e a coletividade; ao contrário, a solidariedade oriunda da divisão social do trabalho, supõe que os indivíduos se diferenciam uns dos outros, gerando um novo tipo de solidariedade – a **solidariedade orgânica**. Neste caso, enquanto a solidariedade mecânica só “é possível quando a personalidade individual é absorvida pela personalidade coletiva, a solidariedade orgânica só é possível quando cada um tem uma esfera de ação própria” (DÜRKHEIM, 1973, p 114.).

A divisão social do trabalho, para o autor, é o valor moral, pois por seu intermédio o homem se conscientiza de sua dependência da sociedade. Nesses termos, as funções estão diversificadas, no entanto não podem ser facilmente separadas; quanto mais os laços sociais estão fortes, tecidos a partir da divisão social do trabalho, mais difíceis de quebrar, e mais próximos se sentem um do outro. Isto é, quanto mais for dividido o trabalho, quanto mais houver a especialização das atividades, mais cada um depende da

sociedade. Ao contrário, quanto mais débil é a solidariedade, mas fácil é a entrada para elementos estranhos incorporarem-se. Assim, a interdependência das novas funções promovidas pela divisão social do trabalho e engendradas na economia capitalista, embora ocorram dessemelhanças, em vez de se oporem ou de se excluírem, completam-se mutuamente, gerando a solidariedade orgânica.

As contribuições de Dürkheim (1973) para a análise da solidariedade e de sua dinâmica na atualidade, segundo Zoll (2007), revelam-se extremamente frutíferas, se separarmos a solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica do seu contexto histórico, ou seja, dos seus nexos com a sociedade “segmentada” e a sociedade de trabalho diferenciado, como descrita por ele. Tendo como base a igualdade ou similaridade da situação social e/ou a igualdade e pertencimento a uma comunidade ou grupo social e as convergências de interesses e objetivos, daí decorrentes, podemos dizer que a solidariedade mecânica na atualidade pode ser identificada em alguns contextos e espaços. No entanto, nem a igualdade nem a vinculação a uma localidade ou a um grupo social por si só não garantem a solidariedade.

A solidariedade orgânica, com base na junção entre diferença e igualdade, estaria presente nas relações que comportem indivíduos fora da comunidade ou do grupo social. Neste sentido, a solidariedade, apesar das diferenças e desigualdades (pressupondo, neste sentido, diferenciação social) é também comprometimento em função da interferência desigual dos interesses percebidos iguais (HONDRICH e KOCH-ARZBEZGER, 1992, *apud* ZOLL, 2007). Neste sentido, podemos dizer que a cooperativa, entre uma pluralidade de organizações (ONGs, associações, fundações etc) retrataria um lócus onde formas múltiplas de solidariedade se concretizam internamente e externamente; onde a junção da “consciência individual” com a “consciência coletiva” encontra seu espaço de aprendizagem e exercício da solidariedade. Comportando uma adesão voluntária que podem reproduzir ou não vínculos anteriores, a divisão das tarefas não significa a ocorrência de uma hierarquização rígida, subordinando uns aos outros de forma centralizada; ou ainda excluindo alguns da tomada de decisão. Ao contrário, nas cooperativas onde a gestão democrática é praticada, a aprendizagem e o intercâmbio de conhecimentos e habilidades técnicas e de gestão têm sido estimulados entre os seus membros, de forma que se sentem mais responsáveis pelo destino da organização.

Externamente, as interações mantidas com outras organizações/instituições e os apoios recebidos comportam outra forma de solidariedade.

Quanto à Weber (1974), não trata tão explícita e detalhadamente da cooperação, mas pode-se, através de um de seus temas centrais – a ação social - captar o seu sentido. Tendo como base e unidade de análise o indivíduo e não o coletivo, o autor considera que a ação pode interpretar os motivos da conduta dos indivíduos em termos de intenções professadas ou atribuídas. Tais intenções podem ser determinadas, destacadamente, de modo racional referente a fins, utilizando as expectativas, o comportamento do outro, como meio ou condições para alcançar fins próprios. Ou ainda, determinadas de modo racional referente a valores, ou seja, na crença no valor ético, estético e religioso, independente do resultado da ação do outro. De modo afetivo, que nasce puramente do sentimento, estão assim, ligados aos afetos ou estados emocionais atuais. E, por último, de modo tradicional, habitual e irrefletido, orientadas por costumes arraigados, consideradas a mais adequada porque sempre foi feito assim.

Portanto, a ação social, para o autor, orientada pelo comportamento dos outros, gera a expectativa de comportamento compreensível caracterizado por um sentido (subjetivo) real ou mental, mesmo que ele não seja percebido. Tratando da relação entre economia e associação, enquadra as organizações cooperativas como associações econômicas que “pressupõem atividades de várias pessoas, desde a utilização de uma oficina comum por artesãos até uma plausível associação comunista” (WEBER, 1974, p.45). Entende, ainda, o associativismo e as associações voluntárias como processo de interação social nascida do sentimento, sendo assim, uma conduta menos racional. O menos racional, no entanto, parece advir não de uma irracionalidade, mas de uma conduta afetiva, emocional, ou seja, relativa a interesses para além do puramente econômico.

Considerando o agir em comunidade e o agir em sociedade, Weber (1995) faz uma distinção. No primeiro caso, a ação será direcionada com relação a fins, orientada em expectativas de um determinado comportamento por parte do outro e inspirada no sentimento subjetivo (afetivo ou tradicional) dos participantes para constituir um todo, de sentir-se pertencente ao mesmo grupo. No segundo caso, o agir em sociedade, é quando a atitude da ação social se inspira em uma compensação de interesses por motivos

racionais (por fins ou valores). Ou seja, nas cooperativas poderíamos identificar uma relação que envolveria valores de solidariedade e sentimento de pertencimento, portanto, ligada a uma ação mais subjetiva; mas também, haveria uma ação racional vinculada ao interesse econômico, no sentido de garantir a comercialização dos produtos, melhoria da renda etc.

Como esses autores contribuiriam para o entendimento das cooperativas do ponto de vista da sua coesão, gestão e interações externas? Como explicar as formas de cooperação entre os trabalhadores, principalmente nas suas organizações formalmente constituídas - associações e cooperativas? Ao se unir em associação ou cooperativas, a ação individual está orientada por fins econômicos, ou mesmo, por valores ligados à solidariedade, como coloca Weber? Ou por outro, a ação estaria impulsionada pelos processos de divisão social do trabalho?

Simmel (1983), na sua teoria do conflito, tentando explicar a coesão social entende que toda relação comporta interações ou vínculos duais contraditórios, sendo que um prepondera sobre os outros. Preso às motivações psicológicas que induz os indivíduos a interagir, considera que a vida em sociedade comporta grupos de indivíduos vinculados uns aos outros por força da influência mútua e da determinação recíproca que exercem uns sobre os outros. Esses vínculos ou estado de convivência entre os indivíduos tomam diferentes formas expressivas que podem comportar ações a favor deles, em conjunto com eles, contra eles ou em correlação de circunstâncias com eles; que exerça influência sobre eles e por sua vez as receba deles.

Quando a coexistência isolada dos indivíduos adota formas determinadas de cooperação e colaboração, sob a forma geral de interações ou vínculos (que ele denomina de sociações), constituem uma unidade dentro da qual realizam seus interesses (tangíveis ou ideais, momentâneos ou duradouros, consciente ou inconsciente, impulsionados ou induzidos), podendo imprimir uma coloração mais solidária ou mais hostil. Essa unidade, contudo, não resulta unicamente da união espacial dos indivíduos, mas igualmente das ações e reações que permutam entre si; nem tampouco é garantida apenas pelas relações de parentesco (*ligação fisiológica das gerações*).

A unidade também não somente diz respeito ao consenso e à concordância, mas também “a totalidade suprema do grupo, uma totalidade que abrange tanto as relações estritamente unitárias quanto as relações duais” (SIMMEL, 1983, p.125), podendo nela ocorrer, assim, tanto competição quanto a cooperação, a concordância e a discordância etc. Neste sentido, as relações concretizadas nas diversas interações (cooperação, competição, subordinação, discordância etc) variam conforme os interesses ou motivações que mantêm os indivíduos em uma unidade. No entanto, além dos interesses e necessidades específicas (conteúdos específicos) que fazem os indivíduos se associarem, por exemplo, em uma organização econômica popular, elas também se caracterizam por um sentimento de pertencimento existente entre os seus membros e pela satisfação daí derivada.

Desta abordagem, poderemos extrair primeiramente que nem sempre a unidade orgânica de uma organização significa uma unidade de pensamento, podendo coexistir dentro desses grupos organizados tanto a concordância como a discordância ou o conflito, independente dos interesses ou motivações que os impeliram a se unir. Segundo, originadas de certos impulsos ou em função de certos propósitos e, no caso das organizações econômicas, de certos interesses e necessidades específicas, tanto um grupo pode se unir com o interesse para reduzir os habituais atravessadores (no caso das cooperativas populares de comercialização, especialmente na área rural), enquanto outro grupo pode ser motivado pela maximização do lucro (as empresas capitalistas de sociedade anônima).

Com outra visão, Polanyi (2000) parte da forma como as pessoas, ao interagir com a natureza para prover seus bens necessários a sua existência, criam relações de produção e distribuição. Nesse processo, identifica alguns princípios econômicos que podem se complementar ou se contrapor em determinado momento histórico que vão desde as relações de domesticidade, de reciprocidade e de redistribuição até o mecanismo auto-regulador de permuta e troca – o mercado. Tais princípios foram institucionalizados com a ajuda de uma organização social que fez uso da autarquia, simetria e centralidade, respectivamente, onde a produção e a distribuição eram ordenadas e asseguradas “através de uma variedade de motivações individuais, disciplinadas por princípios gerais de comportamento” (POLANYI, 2000, p.75), onde o

lucro não ocupava lugar preponderante. No caso, a domesticidade e a reciprocidade dizem respeito às formas de trocas e trabalho não motivado pelo lucro, pela remuneração, pelo menor esforço ou pela presença de qualquer instituição baseada em motivações econômicas, mas assentados no prestígio social, na reputação e na virtude cívica dos membros. É através do princípio da domesticidade e da reciprocidade que se garante a produção para o autoconsumo; salvaguardando tanto a produção como a subsistência familiar. A redistribuição, por sua vez, asseguraria, principalmente, a divisão do trabalho, o armazenamento de produtos e a sua posterior distribuição em benefício do coletivo.

Em relação ao princípio da economia de troca regulada pela instituição mercado, o sistema econômico passa a ser controlado, dirigido e regulado por mercados. Ao se consolidar como mecanismo de auto-regulação, a ordem na produção e distribuição é confiada a esse mecanismo que terminou motivando a competição e a maximização do lucro em detrimento da motivação pela subsistência. Todas as transações se transformaram em ações monetárias, incluindo trabalho e matéria-prima – homem e natureza – refletindo-se na desorganização das relações humanas, ameaçando o seu *habitat*, alienando o homem do seu processo de trabalho, dividindo-o em quem pensa e quem executa.

Todavia, paradoxalmente, no contexto das trocas reguladas pelo mercado as práticas de solidariedade e reciprocidade reaparecem como mecanismo e formas de trabalho, de produção e distribuição com características mercantilizadas que possibilitam a sobrevivência e a reprodução das famílias, bem como a manutenção de relações sociais existentes. Essas práticas incluem, também, motivações não-econômicas contrariando, em certo ponto, a suposição de que o homem em sua atividade econômica só visa ao lucro, e que, estando propenso a escolher o menor, em vez do maior esforço, ele tenderia a guiar-se por aquilo que foi descrito como racionalidade econômica (POLANYI, 2000); ou, ainda motivados por valores. Além do mais, poderíamos lembrar, igualmente, a importância que o autor atribui ao Estado.

Mas, em que afinal consiste a solidariedade, quando nos referimos aos setores populares? Para Duvignaud (1986) ela não se pautaria somente na identidade do lugar de habitação e de condições miseráveis de vida, na resistência com os

constrangimentos econômicos e sociais ou na similaridade das tarefas, como nas solidariedades mecânica e orgânica. Ela consiste também na comunidade, por mais confusa que seja, que comporte um projeto comum em função daquilo que ainda não existe. Em outras palavras, além das similaridades, convergências de interesses e de igualdade há um componente utópico, do vir a ser, que marca essas experiências.

Podemos agora, a partir das abordagens referidas, sinteticamente dizer que neste trabalho a **solidariedade** e a **cooperação** como mecanismos democráticos, são considerados processos nos quais as atividades humanas, motivadas por interesses tangíveis e intangíveis, econômicos e afetivos, se dão através de formas plurais de interação social, que constantemente se produzem, reproduzem e mudam, mas que estimulam a continuidade do grupo. A solidariedade tratada do ponto de vista dos setores populares e como elemento base de uma forma de relação, abrangeria tanto os sistemas de trocas mercantis e não mercantis, a ajuda mútua, a partilha ou distribuição justa de bens ou serviços construídos ou acessados coletivamente, mas também, o compartilhamento de um projeto que envolva ações para encaminhar questões de interesse comum.

1.2 - Concepções sobre a economia solidária e popular

Nas teorizações sobre o entendimento da economia solidária e popular prevalece o consenso quando se trata do seu princípio fundamental – a **cooperação**, mas há dissenso no que se refere ao entendimento da sua função ou aplicação. Neste sentido os principais teóricos parecem orientar-se em três principais vertentes, cujo eixo principal está direcionado para as dimensões socioeconômicas e política, mais precisamente, destacando-se o papel que elas assumem frente ao atual modo de produção capitalista. Uma visão considerada mais idealizadora dos valores e das práticas populares, como diria Coraggio (1992), é composta por autores e pesquisadores que acreditam que essa “outra economia”, ao conviver no sistema de produção capitalista, se traduz como um gérmen do socialismo; é um novo modo de produção que faz parte da construção do socialismo e, portanto, deve estar incluída numa proposta de modelo de uma nova sociedade (SINGER, 2002; NUÑEZ, 1998).

A outra visão indica que essas novas formas de organização econômica se constituem em uma alternativa de sobrevivência e subsistência de setores populares. Não se materializando, entretanto, numa alternativa à sociedade capitalista, mas como espaço de auto-educação dos trabalhadores, estimulando-se a valorização de novas energias e renovação de valores éticos e morais e que podem se configurar em alternativas produtivas emancipadoras, transformando-se numa opção social, econômica e política mais duradoura (RAZETO, 1990, 2001; CORAGGIO, 1992, 2005, 2003, 2003a; SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002; GAIGER, 2004). França Filho e Laville (2004) e França Filho *et al* (2006) resgatam e incorporam a essa concepção a idéia de que a economia solidária, através do movimento associativo, canaliza e organiza a ação para o espaço público de proximidade, fazendo parte de uma tendência atual de desenvolvimento de novas formas de solidariedade ao criar interfaces com o Estado.

Nota-se na literatura, que o conceito desta “outra economia” ainda está em construção e, por conseguinte, parcialmente variando de autor para autor, que por vezes usam vários termos (economia solidária, economia de solidariedade, economia social, socioeconomia etc), parecendo apenas uma tentativa de precisão lingüística do que propriamente uma diferenciação conceitual. Subjacente a essas tendências de pensamentos, deve-se observar o reconhecimento, ou não, do papel que essas formas de organizações assumem perante ao Estado e das realidades diversas em que elas se manifestam.

Desenvolvendo a primeira visão, Singer (2002), com o olhar mais centrado no urbano, considera a economia solidária como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo em que os trabalhadores se organizam, principalmente, em cooperativas onde são possuidores de igual capital, a propriedade é coletiva ou associada e o direito individual garantido. Assim, as forças produtivas herdadas do capitalismo poderiam compor uma eventual transição para o socialismo. Dessa maneira, a ESP (economia solidária e popular), como modo alternativo ao capitalismo, casaria o princípio entre a posse e o uso dos meios de produção e distribuição com o princípio da socialização desses meios, que no capitalismo ocorre quando o progresso técnico cria sistemas que só operam com a cooperação de muitos trabalhadores (SINGER, 2003).

A concepção de Singer (1998) sobre o modelo de socialismo pretendido, que para ele está contido na economia solidária, baseia-se

Em um projeto de sociedade que respeite as liberdades individuais, políticas e econômicas conquistadas pelos trabalhadores no capitalismo moderno e lhes ofereça inserção no processo produtivo em termos de pleno emprego, participação nas decisões que afetam seus destinos também ao nível da empresa e um patamar mínimo de vida (ibidem, 1998, p. 109-10).

Nesta perspectiva, as forças produtivas passariam a ser diferenciadas na relação capital/trabalho a partir da coletivização da propriedade privada e o trabalho assalariado cederia lugar à autonomia, autogestão e a cooperação voluntária. Portanto, essas condições estariam embutidas nas atuais experiências da economia solidária que, para o autor, representariam implantes do socialismo no capitalismo. Ao considerar essas experiências econômicas como um novo modo de produção, Singer (2002) provoca alguma reação de autores como Germer (2006) que, baseados no marxismo, criticam sua compreensão sobre o tema.

O autor refere-se ainda à economia solidária e popular às formas democráticas de se produzir, distribuir, poupar e investir, segurar etc, sendo o seu ressurgimento uma das respostas à crescente exclusão social produzida pelo neoliberalismo, na luta dos trabalhadores contra o desemprego. Classifica como fazendo parte da ESP: a) as cooperativas de produção, com capital abundante e uso de tecnologias melhores e, portanto, com capacidade de serem competitivas no mercado internacional e nacional; b) as cooperativas com capital modesto, tecnologias herdadas de empresas falidas e que enfrentam dificuldades em alguns mercados; c) as pequenas associações de trabalhadores marginalizados ou pessoas estigmatizadas, que desenvolvem uma atividade produtiva, mas necessitam de doações e do trabalho de voluntários; d) as cooperativas de trabalhadores que contam apenas com a capacidade de trabalho de seus membros e usam os meios fornecidos pelos compradores de seus serviços; e) os clubes de trocas; f) cooperativas de consumo, crédito, habitacional, saúde, educacional etc, caracterizadas pelas práticas de solidariedade entre os seus membros (mediante a

autogestão) e com a população trabalhadora em geral; e) e as formas clássicas de cooperativas (as de produção, consumo e crédito) (SINGER, 2003).

Em um estudo de caso sobre o processo falimentar de empresas, o mesmo Singer (2000) destaca a importância do papel do sindicato na transformação da empresa privada em cooperativa e os ganhos econômicos e não econômicos obtidos a partir da experiência da co-gestão e da chamada autogestão, que influenciaram, também, a criação de outras cooperativas. Já na I Conferência de Economia Solidária realizada em Brasília, em junho de 2006, o autor, então secretário da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) retoma essa discussão colocando que a ESP não surgiu para resolver a questão da pobreza, mas como reação de forma global e completa, ao capitalismo e que ela representa uma estratégia para um novo tipo de desenvolvimento (idem, 2006).

Ainda neste campo, Nuñez (*apud* TIRIBA, 2003), denomina de economia popular aquelas atividades que contemplariam os operários e assalariados do campo e da cidade, os desempregados e os pobres, os produtores-trabalhadores diretos, individuais e agrupados em redes, cooperativados ou sindicalizados, associados que embora subordinados à economia capitalista, compartilhariam do mesmo projeto de um desenvolvimento nacional, alternativo ao capitalismo e como projeto de emancipação. Segundo o autor, a economia popular propõe o protagonismo do que chama de assuntos produtivos no desenvolvimento nacional. Além disso, uma política setorial articulada em torno dos interesses populares; e que as políticas monetárias sejam subordinadas em função desse projeto produtivo (NUÑEZ, 1996). Para o autor, a economia popular é parte da tomada do poder político, da transição e da construção do socialismo, não podendo, portanto, ser concebida nem desenvolvida fora do contexto de um projeto revolucionário que lhe dê sustentação. Assim, uma nova economia deverá comportar produtores que não explorem a força de trabalho e trabalhadores autônomos que não sejam explorados por interesses externos, e cuja atividade econômica esteja voltada para as necessidades familiares.

Na segunda vertente, Razeto (1998, 2001) destaca-se como um dos estudiosos do assunto na América Latina. Para ele, a economia popular não se configura como um novo modo de produção, mas, um fenômeno que se manifesta como consequência das

profundas transformações das estruturas socioeconômicas e do mercado decorrentes de dois fatores. Primeiro, pela incapacidade da produção moderna e do mercado em absorver toda a força de trabalho disponível e segundo, pela redução das tradicionais políticas sociais efetivadas pelo Estado que têm acentuado as desigualdades e expandido o empobrecimento de amplos setores da população, fazendo-os buscar formas alternativas de produção e de trabalho. Pensando assim, classifica a economia popular em cinco tipos de atividades que vão desde as soluções assistenciais, as atividades ilegais, as iniciativas individuais, as microempresas e as organizações econômicas populares (OEP) que têm tido um caráter associativo e solidário. Razeto (1998) considera que essas atividades, com investimento de trabalho exercido pelos setores populares, são formas de encarar os problemas econômicos, sociais e culturais, mas com possibilidades de se transformar numa opção social, econômica e política mais duradoura.

O autor ainda destaca as OEP como parte da economia popular, distinguindo três níveis de atividade: estratégias de sobrevivência, estratégias de subsistência e estratégia de vida. No primeiro nível estariam às atividades voltadas para as populações em estado de extrema pobreza, cujas atividades econômicas as colocariam em condições de minimamente sobreviver, isto é, ter acesso à alimentação e moradia. No segundo (estratégias de subsistência) seriam enquadradas as atividades exercidas pelas populações que possuem um mínimo para a sua sobrevivência imediata, e ela se tornaria um complemento de suas rendas e melhoria da qualidade de vida. Já as atividades desenvolvidas como estratégia de vida e terceiro nível, envolveriam aquelas exercidas de forma consciente pelos indivíduos que optaram por elas e não por outras.

O autor usa o termo **economia de solidariedade** para designar um “modo especial de fazer economia [...] o qual apresenta um conjunto de características próprias que consideramos alternativas em relação aos modos de produção capitalista e estatista predominantes” (RAZETO, 2001, p.39). Por conseguinte, esse outro modo de economia, estaria fora da lógica capitalista, onde predominam os interesses privados individuais e fora dos interesses burocráticos centralizador do Estado e, também, para além das experiências da economia popular, pois esta incluiria práticas assistencialistas, de delitos etc. Enfim, concebe a economia de solidariedade,

Como uma formulação teórico-científica, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas [...] que compartilham alguns traços de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem outra racionalidade especial diferente de outras racionalidades econômicas (idem, p. 40).

Essas experiências da economia de solidariedade, distinta da economia popular, incluiriam, necessariamente, outra racionalidade econômica e operaria nas diversas fases, quer seja na produção, na distribuição, no consumo e na acumulação. Diferenciando, portanto, a economia popular da economia de solidariedade, ainda, usa o termo **economia popular de solidariedade** para denominar o “conjunto concreto das experiências, atividades e organizações econômicas que se encontram na interseção entre a economia popular e a economia de solidariedade” (RAZETO, 2001, p. 45). E, ao denominar de economia popular de solidariedade o autor contempla as atividades e iniciativas oriundas dos setores populares onde, necessariamente, a solidariedade deveria estar presente; as atividades que não estariam orientadas prioritariamente para a lógica de mercado; e as iniciativas autônomas e independentes da burocracia do Estado, principalmente referindo-se às experiências socialistas.

Embora entenda a heterogeneidade e diferenciação interna dessas iniciativas econômicas (cooperativas comunitárias, comunais, tradicionais e novas), o autor relaciona algumas características comuns que historicamente viriam conformando e delimitando a identidade delas. Sintetizando suas idéias, essas iniciativas econômicas: a) seriam experiências que se desenvolvem nos setores populares; b) iniciativas associativas que envolveria grupos de pessoas, de famílias ou comunidades; c) iniciativas organizativas, no sentido que discutiriam objetivos, proporia uma estrutura e modo de tomada de decisão; d) criadas para enfrentar um conjunto de necessidades (educação, trabalho, saúde, poupança, moradia etc); e) buscariam resolver essas necessidades através do próprio esforço e dos recursos acumulados para tal fim; f) implicariam em relações e valores solidários, de cooperação e de ajuda mútua como algo inerente ao modo de se enfrentar os problemas; g) organizações que desejariam ser participativas, autônomas, autogestionárias e democráticas; h) seriam iniciativas que

tenderiam a integrar várias atividades econômicas, sociais, culturais, educativas e, às vezes, de ação política e pastoral; i) pretenderiam ser alternativa e diferente do sistema predominante.

Não obstante considerar que alguns desses dez elementos poderiam ser encontrados em outras organizações populares, Razeto (2001) ressalta que, no caso das organizações em foco, essas características se articulariam e seriam compartilhadas, assumindo uma identidade diferente dos movimentos sindical e reivindicativo que seria inerente ao seu modo de ser.

Resumindo, as várias denominações colocadas por Razeto (1998, 2001) estão vinculadas aos tipos de empreendimentos e aos valores cultivados. A economia popular englobaria um conjunto de atividades mais amplo exercidas pelos setores populares, mas não necessariamente com conteúdo solidário (as soluções assistenciais, as atividades ilegais e as OEP etc); a economia de solidariedade envolveria uma formulação mais teórica e outra racionalidade econômica operando nas diversas fases (na produção, na distribuição, no consumo e na acumulação); e a economia popular de solidariedade contemplaria as atividades oriundas dos setores populares onde, necessariamente, a solidariedade deveria está presente; as que não estariam orientadas prioritariamente para a lógica de mercado; e as iniciativas autônomas e independentes da burocracia do Estado.

Especificamente sobre o movimento cooperativista, como parte da economia solidária, o autor afirma que, embora tenha se expandido em todo o mundo, diante dos seus limites e das crises enfrentadas ao longo do tempo, o cooperativismo tem sido incapaz de se impor como elemento histórico autônomo para alavancar as mudanças econômicas e o desenvolvimento (RAZETO, 1998). No entanto, não minimizando a cooperação como uma prática nas cooperativas, o autor a vincula a uma função econômica e a considera como as “transferências bidirecionais múltiplas de bens trazidos por sujeitos individuais a um sujeito coletivo, dos quais fazem parte e que são compensados posteriormente por fluxos que vão do sujeito coletivo aos sujeitos individuais na proporção das contribuições efetuadas por cada” (idem, 2001, p. 43).

Nas suas abordagens sobre o tema, França Filho e Laville (2004), por sua vez, baseiam seu entendimento da economia solidária, em especial na França, a partir da

sua dimensão histórica relacionada ao movimento associacionista operário da primeira metade do século XIX e que vai se transformando na medida em que o Estado passa a ter um caráter mais protetor. Com esse entendimento, fazem referências a dois traços sobre o associacionismo da época. Primeiro, era uma ação comum baseada na igualdade entre os membros; e segundo, o seu caráter voluntário, inspirava-se no laço social que se mantinha através de uma atividade econômica, tendo como princípio a reciprocidade. No entanto, o conteúdo solidário dessas experiências ia reduzindo-se na medida em que a presença do Estado Providência fazia-se sentir mais sólida e mais ampla de maneira que passaram a submeter-se às suas normas regulatórias, institucionalizando-se como complemento do sistema de seguro social obrigatório, assumindo outras características. Isto é, a solidariedade social que assumira formas nas *mutualles*, associações operárias de ajuda mútua e cooperativas embora ainda associadas às iniciativas de associações de pessoas, fundadas em princípios solidários, assumindo uma configuração mais social que solidária que passaram a ter um papel gerenciador dos fundos departamentais, perdendo a autonomia institucional e diminuindo a democratização nos processos de decisão (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004; DEMOUSTIER, 2001). Esta economia social, nesse contexto, preencheria uma “função de ajustamento social, constituindo uma espécie de economia subsidiária às formas mercantis e estatistas” (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p.114).

Em relação às práticas atuais no campo da economia solidária e popular, os autores as consideram como aquelas atividades produtivas decorrentes de um prolongamento da solidariedade familiar ou comunitária, ligada aos setores populares em busca de seu sustento material. Incluem biscates ou ocupações autônomas, microempresas familiares, empresas associativas e as organizações econômicas populares. A economia popular, para eles, oscila entre simples formas de sobrevivência dos mais pobres até a idéia de modos de organização democráticos. Neste sentido, seguindo o mesmo raciocínio de Razeto (2001) distinguem, também, da economia informal, enquanto aquela possui uma base social coletiva, esta se concretiza na forma de “micro-projetos individuais [...] não apresentando articulação com uma base social local precisa ou com um saber ancestral” (RAZETO, 2004, p 163).

Diferentemente das formas filantrópicas ou assistenciais e da economia doméstica, em relação ao que se denomina atualmente de economia solidária, Laville (2006) entende como um ressurgimento das formas econômicas produzidas no passado, criadas em função do aumento do desemprego e da precarização do trabalho aprofundados com a crise dos anos 70. Uma conjunção da crise da sociedade salarial e de novas perspectivas de regulação da sociedade, sob a forma de organização social em torno de ações econômicas e políticas. Ou seja, o marco referencial dessa discussão é o surgimento de novos serviços, como alternativa à crise do desemprego, ligada à problemática da exclusão social relacionada à crise mais geral (econômica e de valores), que atinge todo o mundo, tendo como seu fundamento a falência das bases dos mecanismos de regulação da sociedade, marcadas pelas sinergias entre o Estado e o mercado.

Neste sentido, uma das características da economia solidária baseia-se nas práticas de reciprocidade onde o agir econômico é acompanhado de vínculos sociais e solidários com base em solidariedades de proximidade. Outro traço estaria ligado à elaboração de formas e alocação de recursos por meio de ações nos “espaços públicos”.

França Filho e Laville (2004) consideram também que ela não se constitui numa nova forma de economia, mas uma economia plural que comporta uma multiplicidade de iniciativas que tenta articular a economia mercantil, não-mercantil e não-monetária, isto é, a combinação de recursos oriundos da venda de produtos ou prestação de serviços; de recursos oriundos de subvenções ou financiamentos públicos não reembolsáveis; ou os relativos à participação voluntária, doação de produto, troca de dias de trabalho etc. Portanto, a compreensão da economia plural dos autores, diferentemente da concepção predominante de economia, engloba uma variedade de princípios de comportamento econômico não redutível à lógica do mercado. Ela seria uma hibridação da economia de natureza mercantil (baseada na lógica de mercado), não mercantil (subsídios públicos) e não monetária (trabalho voluntário, trocas etc).

Os autores ainda levantam alguns critérios para definir a economia solidária:

- 1) Pluralidade de princípios econômicos - as iniciativas da ES (economia solidária) tendem a equilibrar os recursos oriundos do mercado (venda ou prestação de

serviços); dos poderes públicos (subsídios oriundos de instituições governamentais e não-governamentais); e aqueles decorrentes das práticas de reciprocidade (trabalho voluntário, doações, troca-dádiva);

- 2) Autonomia institucional - significa a independência dessas experiências em relação à possibilidade de controle e instrumentalização por parte de outras instituições;
- 3) Democratização dos processos decisórios – criação de mecanismos de decisão baseada na participação democrática de seus membros;
- 4) Sociabilidade comunitário-público – combinação singular, ao mesmo tempo, da valorização de relações comunitárias e a afirmação do princípio da alteridade, ou seja, equilíbrio entre o padrão das práticas comunitárias e as relações no trabalho;
- 5) Finalidade multidimensional – articulação da dimensão econômica, social, cultural, ecológica e política que projete a organização no espaço público, voltando para questões que estão no seu entorno.

Convém lembrar que a análise realizada por França Filho e Laville (2006) sobre a intervenção das formas de organização da economia solidária no espaço público, comenta a abordagem liberal, descrita muito bem por Polanyi (2000), de auto-regulação do mercado que, baseada em contratos de interesses, provocaria o afastamento ou a diminuição do poder público em certos assuntos. No caso da economia solidária e popular, combinaria outros princípios não subordinados à lógica exclusiva do mercado, incluindo a redistribuição e a reciprocidade; recursos monetários e as ações desenvolvidas no espaço público colocariam em prática a democracia envolvendo a sociedade civil e os poderes públicos. Nessas práticas, então, a participação e o questionamento da realidade, a auto-organização e as relações de igualdade seriam retomados, impulsionando a ação coletiva e a entrada dos cidadãos no espaço público, fazendo-se reconhecer enquanto agentes coletivos capazes de se organizarem, produzirem e construir outras formas de trabalho. Sintetizando, diríamos que relevância das contribuições destes autores está principalmente no fato de analisar o ressurgimento do conjunto dessas formas de organização econômica vinculando-as a sua ação nos espaços públicos, como instâncias de reflexão, de argumentação e de discussão.

No caso de Santos e Rodriguez (2002), analisando as experiências econômicas engendradas pelos setores populares, principalmente a partir da década de 70, falam, em vez de economia solidária, de **alternativas econômicas** referindo-se às iniciativas e experiências com práticas não-capitalistas, de caráter emancipatório e contra-hegemônica que possibilitariam uma outra lógica na esfera da produção, do intercâmbio e do consumo. Abrangeriam desde as organizações econômicas populares, situadas nas periferias, até as cooperativas prósperas no centro do sistema mundial. Para eles, embora essas experiências emergissem dentro do capitalismo, abririam as portas a transformações graduais na direção ao não-capitalismo que implicariam em mudanças fundamentais na vida de seus membros e, a sua difusão, na ampliação dos campos sociais em que operam valores e formas de organização não-capitalista.

Com base em vários estudos de caso, os autores, desenvolveram, no geral e não só nas cooperativas, nove teses que sintetizam os fatores de êxito das experiências cujo sentido estaria vinculado à melhoria de vida da população, à criação de mecanismos de participação e respeito ao meio ambiente que estariam englobados em um paradigma alternativo de desenvolvimento. Vejamos a síntese dessas teses:

1) As alternativas de produção não seriam apenas econômicas: o seu potencial emancipatório e as suas perspectivas de êxito decorreriam, em parte, da integração entre os processos de transformação econômica e os culturais, sociais e políticos;

2) O aparecimento, a sobrevivência e a expansão das alternativas de produção dependeriam de sua inserção em redes de colaboração e de apoio mútuo. Em outras palavras, a existência de um movimento social mais amplo seria fundamental para produzir e manter a integridade dessas experiências;

3) As lutas pela produção alternativa deveriam ser impulsionadas dentro e fora do Estado apesar de algumas relações (entre Estado, organizações e movimentos) serem tensa e ambígua, incluindo nexos de colaboração e apoio e oposição política;

4) Apesar de serem fundamentais as iniciativas comunitárias, elas deverão articular o regional, nacional e o global como forma de abrir mercado e, também, de acessar e utilizar recursos;

5) Ao estender o campo da ação política para o econômico, as alternativas de produção criariam possibilidades de transformação qualitativa da democracia na direção

de uma democracia participativa; ao mesmo tempo em que os processos internos de participação democrática e a estruturação de redes horizontais de apoio mútuo poderiam motivar um maior compromisso e uma participação mais ativa dos seus membros;

6) As lutas pela produção não capitalista fariam parte da luta mais geral contra qualquer tipo de opressão como a exploração, o racismo, o patriarcalismo ou outros movimentos emancipatórios;

7) Outras formas de conceber e ver o mundo diferente da visão predominante deveriam ser respeitadas, mas também, aprendidas para que, a partir delas, fosse possível construir programas e ações concretas capazes de se configurarem como alternativas viáveis;

8) Analisar o êxito ou o fracasso dessas iniciativas implicaria em analisar os efeitos econômicos e os não econômicos na vida de seus membros e da comunidade em geral e remeteriam a transformações graduais criando espaços de solidariedade dentro ou nas margens do sistema capitalista;

9) O caráter de complementaridade entre as iniciativas dos governos progressistas e das instituições multilaterais, conjugadas com o movimento contra a globalização neoliberal, manteria a possibilidade de promover com maior solidez as alternativas produtivas não capitalistas.

Essas teses oferecem um leque de possibilidades para analisar a experiência que nos propomos a estudar, no campo da economia solidária e popular.

Já Coraggio (2003a), quando se refere ao termo **economia popular**, está falando de um subsistema da economia, diferente da economia empresarial, que seria composta por organizações orientadas pela maximização e acumulação de capital-dinheiro; e também diferente da economia pública, cujos objetivos iriam desde atender aos requisitos do capital privado a velar pelo interesse geral. Segundo o autor, esses extratos constituiriam parte de uma economia subterrânea que se regeria pela combinação dos princípios de reciprocidade, redistribuição e competência (idem, 2005), mas que coexistiria com outras formas de economia, como a economia pública e a economia de capital privado. A economia popular abrangeria um conjunto de formas produtivas de alta qualidade social e econômica, realizadas por agentes populares, individuais ou coletivos, que dependeriam para sua reprodução da contínua realização de

um fundo advindo do seu próprio trabalho, para satisfazer as necessidades das maiorias rurais e urbanas, cujo objetivo seria conseguir a reprodução intergeracional da vida de seus membros em patamares cada vez melhores.

Este último autor, juntamente com outros estudiosos, propõe uma matriz socioeconômica básica da economia popular que seria a unidade doméstica (UD) que não exploraria o trabalho alheio; não visaria à acumulação de capital; seria diferente das unidades do trabalho informal; e que não teria como base as organizações econômicas mercantis, registradas ou não pela economia oficial. As UD da economia popular seriam fundadas nas relações de parentesco, de afinidade ou étnicas e incluiriam os trabalhadores do campo e da cidade, dependentes ou independentes, precários ou modernos, proprietário ou não proprietários, intelectual ou manual, sem idealizar valores nem práticas populares atuais. Teriam como função a organização de recursos e capacidades, que iriam gerir a resolução de necessidades com objetivo de conseguir a reprodução ampliada da vida de seus membros (idem, 2003). Dessa maneira, sua proposta seria mais abrangente, não aceitando a exclusão entre Estado e sociedade, como de certa forma entende Razeto (2001), mas acreditando que o desmantelamento das atuais estruturas estatais daria lugar a uma nova forma estatal.

Alinhado com a abordagem de França Filho e Laville, Luiz Inácio Gaiger outro estudioso do assunto, se contrapõe a esta visão claramente quando coloca que a economia solidária

Recobre uma realidade diversa, feita de motivações e iniciativas com origens de naturezas distintas, própria a cada lugar e circunstância, sem que comportem, necessariamente, uma expectativa ou compromisso prévio com a construção de uma nova sociedade (GAIGER, 2004, p 269).

Nesse sentido, para ele, a ESP não estaria vinculada necessariamente a uma proposta de transformação mais estrutural da sociedade, mas, pela sua complexidade e especificidades, seria um *lócus* em que através do trabalho cooperativo e autogestionário, o trabalhador desenvolveria a racionalidade solidária, se auto-educaria, construiria formas criativas para manter-se no mercado e comprometer-se-ia com a

coletividade social em que estaria inserido. Com base em Marx, Gaiger (2004) destaca como característica fundamental dos empreendimentos solidários o favorecimento de outro sentido do trabalho, alienado na lógica de acumulação capitalista. Ou seja, o princípio e finalidade da extração do trabalho excedente, presentes nas empresas capitalistas, no trabalho consorciado agiria em favor dos próprios trabalhadores/produtores, assumindo a cooperação outro caráter por decorrer de uma ação dedicada voluntariamente. Assim, o trabalho exerceria um efeito positivo na qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras e no aprimoramento do processo produtivo; passando a ser respeitado e fonte de valoração do indivíduo integrante da economia solidária e popular (GAIGER, 2003; 2004). No entanto, para o autor, as iniciativas de economia solidária conteriam e desenvolveriam uma nova forma social de produção que poderia conviver com a forma específica do modo de produção capitalista. As relações que se estabeleceriam com o capital não teriam o sentido de superação do modelo capitalista, mas de criação de alternativas que possibilitassem o crescimento e consolidação de um novo campo de práticas econômicas.

Outra característica pouco discutida no campo da economia solidária e popular é ressaltada pelo mesmo Gaiger (2003) e está relacionada ao êxito desses empreendimentos. Ou seja, o caráter cooperativo incorporado nas suas práticas envolveria a capacidade de, através do trabalho associado, articular a natureza social e de gestão participativa com os imperativos da racionalidade econômica predominante (desempenho e eficiência econômica) condição importante para a sustentabilidade dessas experiências.

O autor, aproximando-se de Razeto (2001), considera as diferenças qualitativas dos empreendimentos, classificando-os em:

- 1) Projetos assistenciais - voltados preferencialmente às populações mais carentes, atenuando o grau de miséria e propiciando condições básicas de sobrevivência.
- 2) Projetos de promoção humana – tem como meta a melhoria das condições de vida através da formação da consciência e da organização dos indivíduos participantes, fazendo-os sentirem-se sujeitos da sua promoção.

3) Projetos alternativos – formas novas e consistentes de organização social e econômica, trazendo consigo a viabilidade, auto-gestão e continuidade.

Sistematizando as experiências alternativas Gaiger (2003) conclui que alguns fatores contribuíram para o seu êxito, servindo como modelo e objetivo do solidarismo econômico popular. Para tanto, buscou-se o apoio em fundos internacionais; os empreendimentos mais desenvolvidos, geralmente mantinham linhas de contato e articulação com outras instituições, recebendo assessorias e outros tipos de apoios; os projetos coletivos contribuem para a racionalidade solidária, uma vez que criam condições para a sua prática intencional e cotidiana.

1.3 - Características e princípios centrais da economia solidária e popular

As características da economia solidária e popular, com base na literatura, podem ser agrupadas em quatro eixos principais: a) a **categoria social de seus agentes** (trabalhadores e trabalhadoras, desempregados ou em condições precárias, pescadores, agricultores familiares etc); **b) as relações internas** (pretendem ser democrática, igualitária e participativa); **c) os valores cultivados** (orientadas pela solidariedade, justiça, reciprocidade e cooperação); **c) a forma em que se organizam** (associações, grupos informais ou cooperativas).

Dentre essas experiências, os **valores cultivados** compõem a base do movimento cooperativista solidário e popular como também a diferenciação com outras organizações econômicas. Seus princípios mais praticados são: a) igualdade e democracia interna (participação nas decisões em assembléias, onde cada um é um voto independente do cargo que ocupa e oportunidade igual para todos); b) equidade onde parte dos excedentes é reinvestida na ação coletiva (limites da lucratividade individual, criação de fundos de reservas, aumento da capacidade operacional da organização); trabalho e propriedade são coletivos (parte do trabalho é individual e parte coletivo, bem como os ativos e os imobilizados); c) respeito à dimensão humana (promoção da educação, da cultura, qualidade de vida, oportunidade de trabalho e de realização pessoal) e o foco no trabalho é um fator de integração social, da reprodução

da vida humana e de geração de renda; d) respeito ao meio ambiente e a preocupação de melhorar a lógica de produção no que diz respeito ao uso de matérias-primas, ao manejo e destino dos dejetos; e) a solidariedade onde, apesar de possíveis e eventuais conflitos, o clima que prevalece é o do companheirismo e o da ajuda mútua.

Por outro lado, considerando-se o sistema de produção em que estão inseridas, essas organizações econômicas estão sujeitas às influências deste, convivendo, dialeticamente, com duas tendências contraditórias: uma de produzir bens materiais para atender aos interesses individuais, de ser uma organização que deve originar “sobras” e garantir a melhoria econômica de seus membros; e outra, de gerar e recriar valores éticos e humanos através do trabalho cooperativo. Portanto, nem todos os princípios e valores, que foram traçados historicamente pelo movimento dos operários e dos trabalhadores são encontrados com a mesma intensidade nas suas experiências práticas. Algumas características são mais claras ou sistematicamente praticadas que outras, mas na atualidade, assumem outro caráter diante do aprofundamento das iniquidades e das políticas neoliberais que produziram taxas elevadas de desemprego e índices crescentes de pobreza.

Do ponto de vista mais econômico, essas estratégias buscadas, colocam-se de forma distinta do trabalho assalariado vinculadas às empresas tipicamente capitalistas, caracterizando-se muitas vezes, pelo baixo nível de capitalização, pelo peso das relações familiares e de vizinhança, pela informalidade etc (CORAGGIO, 2003). Soma-se a isto os desafios, detectados no mapeamento dos empreendimentos solidários e populares realizado pelo MTE/ SENAES em 2005 e 2007. Entre eles: a) obstáculos na comercialização; b) dificuldades para o acesso a crédito; c) falta de apoio e assistência técnica; d) insuficiência de recursos para cobrir as despesas e na geração de excedentes para seus membros, que buscam renda para o sustento familiar; e) ausência de infra-estrutura para escoar ou vender a produção; f) preços inadequados; g) falta de controle eficiente do fluxo de entrada e saída de recursos; h) rotatividade dos membros em consequência da demora nos resultados (geração de excedentes); i) carência de controle de qualidade dos produtos; dificuldades no processo produtivo; j) dependência de ajuda externa e baixo nível de escolaridade.

Além dessas questões ressalta-se, no entanto, o peso político que essas experiências têm quando vinculam, de uma maneira ou de outra, suas iniciativas com uma proposta de desenvolvimento local; na divulgação de alternativas ao modo de produção vigente; ao mesmo tempo capazes de interferir no espaço público criando sinergias com outras organizações e instituições na implementação de políticas públicas envolvendo não somente questões econômicas, mas, igualmente, sociais e ambientais. Neste sentido, lembrando Bourdieu (1998), os indivíduos não agem exclusivamente por interesses econômicos ou de outro tipo utilitarista, mas também para obter prestígio e ser reconhecido pelos outros; ou ainda por afetos, valores arraigados etc. E como diria Divignaud (1986), os homens não só agem quando estão presos às situações insuportáveis, mas também por que estão ligados a uma visão do possível – do vir a ser, das utopias.

A configuração das atividades econômicas associativas compreende uma multiplicidade de formas de auto-organização dos setores populares, geralmente organizadas em grupos produtivos, associações de mulheres e de produtores, cooperativas etc. Portanto, podendo conviver com outras formas econômicas, a economia pública e a economia de capital privado ou economia mercantil e não-mercantil, compondo o que França Filho e Laville (2004) denominam de uma “economia plural” e Coraggio (2003) de “economia oculta”. Em outras palavras, para além da visão econômica predominante, existe uma “outra forma” de se produzir, gerir e distribuir a riqueza para satisfazer as necessidades legítimas de quem às produziu e que fazem parte de um conjunto de práticas que conformam um campo de outra modalidade de fazer economia.

As condições políticas e econômicas em que ressurgem essas organizações econômicas populares estão relacionadas a alguns fatores fundamentais interligados que sintetizamos com base em Gaiger (2003) e Germer (2006). São elas: a) a presença das tradições associativas populares que propiciam um sentimento de pertencimento e uma identidade de trabalho, bem como a existência de organizações populares ou grupos com lideranças comprometidas e ativas; b) redução das oportunidades convencionais de trabalho ou ocupação; c) intervenção de organizações (universidades, sindicatos, igrejas, ONGs etc) que canalizam as demandas sociais para iniciativas

associativas populares que possibilitem avançar para estratégias mais autônomas de reprodução ampliada da vida, rompendo com o assistencialismo e o paternalismo; d) construção de espaços públicos de intervenção das demandas sociais, possibilitando um reconhecimento das iniciativas como agente dinamizador das economias locais; e) difusão de propostas de reforma social com base na solidariedade mútua e no associativismo a partir do refluxo momentâneo dos projetos socialistas, decorrentes da desagregação do modelo soviético; f) incapacidade dos partidos numa situação em que predomina o neoliberalismo no sentido de propor projetos alternativos concretos, instituindo políticas emergenciais para assistir aos desempregados e aos pequenos produtores autônomos e informais etc.

Finalmente, as variadas formas em que se manifestam as experiências e suas diferentes nomenclaturas (economia solidária, economia popular, economia da solidariedade etc) indicam que elas refletem, também, concepções distintas sobre o seu entendimento e sua interpretação.

Para se ter uma idéia mais sintética, como mostra o Quadro 6, a partir das diferentes concepções dos principais autores já referidos, procuramos identificar suas conseqüências relacionadas às formas diversificadas em que se estruturam e se organizam as experiências, a posição política e econômica frente ao Estado e ao modo de produção capitalista e os objetivos implícitos ou explícitos que almejam alcançar.

Observa-se que, para a maioria dos autores a economia solidária e popular deve ser impulsionada pelo Estado, mas quando se referem à sua relação com o sistema de produção capitalista há divergências. Por exemplo, enquanto Singer (2002) considera ser um novo modo de produção, Santos e RODRÍGUEZ (2002) falam apenas na perspectiva da ESP representar uma alternativa em direção às práticas não capitalista.

Quadro 6 - Síntese das concepções sobre a economia solidária popular.

Autores	Denominação	Princípios	Formas de organização/agentes envolvidos	Relação com o Estado	Relação com o capital	Objetivo
Razeto	Economia popular de solidariedade	Solidariedade, cooperação e ajuda mútua	Organizações econômicas populares (cooperativas comunais comunitárias, tradicionais e novas) que têm tido um caráter associativo e solidário	Devem está fora dos interesses burocráticos e centralizador do Estado	Pretendem ser alternativo com possibilidade de se transformar numa opção econômica, social e política mais duradoura	Encarar um conjunto de necessidades (econômicas, sociais e culturais) dos setores populares
Coraggio	Economia popular	Reciprocidade redistribuição competência	Atividades econômicas realizadas por agentes populares, individuais ou coletivos, que dependem do seu próprio trabalho para mantê-las (unidades familiares, cooperativas)	Pode coexistir com a economia pública e ser estimulada por políticas públicas adequadas	Pode coexistir com a economia do capital privado	Organizar os recursos e capacidades para conseguir a reprodução ampliada da vida de seus membros

Santos e Rodríguez	Iniciativas econômicas alternativas	Solidariedade igualdade e respeito à natureza	Alternativas de produção com práticas não- capitalistas, de caráter emancipatório e contra- hegemônica (pequenas unidades produtivas até economias regionais) promovidas pelas populações	Devem ser impulsionadas dentro e fora do Estado	Abrem as portas a transformações graduais em direção ao não- capitalismo	Possibilitar uma outra lógica na esfera da produção, do intercâmbio e do consumo
França e Laville	Economia popular Economia solidária	Solidariedade cooperação reciprocidade	Incluem biscates ou ocupações autônomas, microempresas familiares, as empresas associativas e as organizações econômicas populares	Devem intervir no espaço público; uso de recursos públicos	Articulam economias mercantil, não- mercantil e não- monetária	Criar as condições de sobrevivência dos setores populares Enfrentar o aumento do desemprego/ precarização do trabalho

Singer	Economia solidária	Solidariedade Cooperação Autogestão	Organizações de produtores e consumidores que praticam a solidariedade entre os seus membros (associações, clubes de troca) e as outras formas clássicas (coop. produção, consumo e crédito)	Devem ser fomentadas pelo Estado	Reação dos trabalhadores contra o capitalismo e à crescente exclusão social produzida pelo neoliberalismo	Lutar contra o desemprego
Gaiger	Economia solidária	Cooperação Autogestão Eficiência Viabilidade	Organizações econômicas de produção ou prestação de serviços, comercialização e de crédito formadas por trabalhadores (grupos produtivos, empresas e cooperativas de autogestão, associações)	Apoiadas pelo Estado	Criam novo sentido de trabalho em favor dos cooperados	Desenvolver a auto-educação e construir formas criativas de sobrevivência e para manter-se no mercado

Fontes: Coraggio (1992, 2003, 2003a), Santos e Rodriguez (2002), Razeto (2001), França Filho e Laville (2004), França Filho *et al* (2006), Singer (1998, 2000, 2002, 2003) e Gaiger (2003, 2004).

No Quadro 6, nossa intenção foi ressaltar mais claramente os consensos e dissensos que permeiam as várias concepções e, simultaneamente, enfatizar algumas questões relevantes. Dentre elas que as experiências no campo da economia solidária e popular, embora tenham conquistado uma legitimação política mais global a partir do Fórum Mundial, pela sua diversidade de organização e do contexto em que atuam; pelo número de empreendimentos (no Brasil foram mapeados 21.763 empreendimentos solidários em 2005-2007); pelo teor político-ideológico que permeiam as variadas concepções; pela diversidade de agentes envolvidos; impedem maiores generalizações. No entanto, alguns pontos devem ser levados em conta: a atenção aos princípios e valores (cooperação, solidariedade e igualdade acrescida da democracia e participação, em vez da autogestão); ao novo sentido dado à produção ou prestação de serviços aos cooperados a partir da sua união voluntária; as trocas de experiências e aprendizagem ocorridas no processo de gestão compartilhada; impulsionamento dentro e fora do Estado, com a construção de espaços públicos e acesso aos recursos públicos; desenvolver formas sócio-econômicas e ambientalmente adequadas que atendam as necessidades de reprodução ampliada dos envolvidos; e ampliar os espaços democráticos e transformações graduais em direção ao não-capitalismo.

1.4 - Cooperativismo popular e solidário como expressão da economia solidária e popular

Como colocado no início deste capítulo, nas décadas de 80 e 90 o movimento de reestruturação do capital em escala mundial, marcado pela revolução tecnológica da informática, da microeletrônica, telecomunicações e da biotecnologia, associado à revalorização do liberalismo econômico e do aprofundamento no nível do desemprego e desigualdades; o caráter competitivo da globalização; e a flexibilização das relações de trabalho, geraram mudanças nas relações sociais e de trabalho estimulando, entre outras, práticas democráticas e participativas rumo a outra perspectiva de economia.

No Brasil, além destas questões mais gerais, o movimento pela democratização, a luta pela terra, os avanços da Constituinte de 1988, a atuação de alguns grupos

políticos, religiosos e de caráter não governamental contribuíram para a organização de parcelas da população.

Se antes predominou o cooperativismo tradicional⁸ ligado ao Estado e, no caso da área rural, ao agronegócio, no campo e nas cidades emergem novos tipos de organização econômica, entre elas as cooperativas, com base na idéia da reciprocidade e solidariedade vinculada, como diz Razeto (2001), à cultura religiosa ou às ideologias de setores progressistas de alguns militantes e intelectuais. Surgem outras cooperativas de caráter popular envolvidas numa teia de relações com o Estado, instituições representativas e religiosas, que atuam apoiando desde a sua gestão financeira e administrativa (PIRES, 2001) até as questões ambientais e sociais de interesse mais geral (SOUZA e RODRÍGUEZ, 2002). Isto é, mais recentemente, outro tipo de cooperativismo se manifesta com uma nova configuração e ampliação do espaço de atuação.

O ressurgimento do interesse pela forma cooperativa, considerada a expressão emblemática da economia solidária e popular, para Santos e RODRÍGUEZ (2002), deveu-se a alguns entendimentos. Primeiro, a compreensão de que as cooperativas são capazes de competir no mercado, pois a autonomia e os objetivos de descentralização e eficácia econômica são respeitados. Também são adequadas, tanto nos sistemas de economia centralizada (das experiências socialistas) como também no sistema capitalista, pois permitem ao mesmo tempo flexibilidade, eficiência e autonomia e de desenvolver uma estrutura e princípios numa abordagem não capitalista. Segundo, as cooperativas têm condições de oferecer respostas às demandas dos mercados globais por seu tamanho e integração com outras cooperativas e instituições. Terceiro, a difusão das cooperativas reflete diretamente sobre a distribuição da propriedade na economia, diminuindo as desigualdades, estimulando o crescimento econômico e gerando benefícios não econômicos para seus membros e para a comunidade em geral. Por último, elas expandem a democracia participativa para o âmbito econômico.

⁸ Entendemos como cooperativismo tradicional a forma de gestão centralizada e hierarquizada que prioriza o lucro da organização em detrimento da participação e motivação dos sócios ancoradas em princípios e valores. Dentre outras, são expressão desse cooperativismo, no Brasil, as cooperativas de grãos e laticínios da região Sul-Sudeste e as UNIMEDs. Nos modelos morfológicos propostos por Lattuada e Renold (2004), essas cooperativas se assemelham ao que eles denominam de Organización Institucional Paradojal (OIP). Ver também EID e CHIARIELLO (2007).

O cooperativismo, portanto, como defendem os mesmos Santos e RODRÍGUEZ (2002), pode ser um elemento ativo em um projeto de desenvolvimento local ou territorial, integrando as atividades produtivas às atividades sociais (como criação de creches, escola etc), culturais (educação e afirmação das tradições locais), e políticas (participando dos processos de democracia participativa na tomadas de decisões sobre os projetos que afetam a população em geral). Especificamente no meio rural, podem ser mecanismos eficazes no apoio à agricultura familiar e como estratégia adicional para o desenvolvimento rural.

Esta nova configuração do cooperativismo tomou a forma de cooperativas populares e solidárias a que Rios (2007) denominou de “cooperativismo solidário”, Singer (2002) de “cooperativismo popular” e Duarte e Wehermann (2006) de cooperativismo de “resistência”, e neste trabalho denominamos de cooperativismo solidário e popular.

Apesar de inseridas no sistema capitalista elas forjam novas relações econômicas, morais e sociais entre seus membros, entre o local e o global, e possibilitam recuperar de alguma forma os valores e princípios rochdalianos embutidos na forma de gestão (**democracia, participação, responsabilidade, solidariedade, cooperação** etc); uma certa **autonomia** diante dos órgãos públicos e dos poderes locais; colocam-se como um importante *locus* de aprendizagem coletiva, contribuindo para mudanças de atitudes (**educação, formação e informação**, normas, mercado, etc); exercitam a **reciprocidade e a solidariedade**, contidas nas relações de proximidade. Além disto, buscam mecanismos de intervenção no espaço público na **interação com outras instituições** através de projetos, programas, convênios que atendam as necessidades dos seus membros, mas também, o interesse mais geral da população do entorno. Enfim, fazem uma interface entre as trocas mercantis, a solidariedade, as lutas de emancipação e as políticas governamentais.

Do ponto de vista econômico, as condições de equidade e igualdade através da sua estrutura organizacional permitem a redistribuição dos resultados socioeconômicos de forma proporcional ao trabalho de cada membro; o compartilhamento igualitário do uso da sua estrutura física; o aumento dos ativos coletivos, incluindo a capacidade operacional e patrimonial.

Dentre as cooperativas que se enquadram nessa configuração tipológica, encontram-se principalmente as cooperativas de trabalhadores autônomos, de produção, de crédito, de comercialização etc, articuladas com o movimento mais amplo de participação, pela garantia de emprego, da luta pela sobrevivência e de acesso aos recursos públicos e aos mercados. Com uma rede de apoio dos sindicatos, de algumas instituições religiosas, de organizações populares e de setores do Estado, elas vão se constituindo, também, a partir das experiências acumuladas e abrangendo não somente a dimensão econômica e social, mas igualmente, a política e ambiental (ver Quadro 7).

Conforma um cooperativismo, geralmente, sem vínculos estreitos com o sistema OCB⁹ e sem a interferência de algum chefe político local. Como regra, surgem a partir de experiências anteriores onde laços de confiança, reciprocidade e solidariedade já estavam consolidados. Por vezes são induzidas, seja pela exigência da legislação ou pelo Estado para acessarem as políticas públicas, cuja interferência se dá, principalmente, via alguns órgãos governamentais e outras instituições como as universidades, ONGs, incubadoras, igrejas, sindicatos, SEBRAE, SENAR e Sescoop (ANUÁRIO SISTEMA...2008). Desta forma, como coloca Sabourin (2006), a legalização dos grupos produtivos informais e das associações em cooperativas facilita a institucionalização das suas práticas e suas transações integrando-as, assim, ao sistema de troca de caráter mercantil capitalista.

Pela dupla função das cooperativas, de atuar como empresa e produzir benefícios sociais, às vezes geram conflitos entre os indivíduos e na relação destes com o grupo. Exemplo disto é o fato de se depararem com um tipo de gestão mais democrática, mas estarem condicionados a uma hierarquização de poder nas empresas tipicamente capitalistas, que não estimulam o desenvolvimento das capacidades em individuais em prol do coletivo. Ser dono e usuário ao mesmo tempo, requer tomar decisões e agir com uma relativa autonomia, e exercer funções e papéis que não faziam no passado (SORBILLE, 2000).

Como se nota adiante, o Quadro 7 faz uma síntese mostrando os agentes que impulsionaram o cooperativismo solidário e popular, incluindo o Estado e outras instituições; os diferentes objetivos pretendidos, as formas de organização criadas para

⁹ Sistema OCB significa a OCB, as OCEs e os Ramos do Cooperativismo Brasileiro (ANAIS DO XI...2008).

alcançá-los e os efeitos no conteúdo dessas organizações.

Observa-se, por exemplo, que os incentivos gerados pelo Estado através das políticas públicas induziram, muitas vezes, a criação de uma variedade de associações e de cooperativas comprometidas ou não com as reais necessidades das populações rurais. Umas, sendo cooptadas pelos interesses de grupos políticos locais; outras, mais combativas e independentes do Estado. Para além destas, outras organizações de carácter não governamental, dentre elas algumas ONGs, foram criadas a partir dos movimentos sociais e do engajamento de militantes de esquerda. Porém, apesar de prestarem importantes serviços de assistência técnica e gerencial às organizações produtivas do meio rural, essas organizações passam a depender dos financiamentos públicos e algumas cumprindo o papel de gestor das políticas governamentais, ao assumir as responsabilidades de competência do Estado, em nome de uma suposta participação e descentralização das políticas governamentais.

Quadro 7 - Síntese das origens do cooperativismo solidário e popular

Impulsos básicos	Redes de instituições	Objetivos	Garantir o emprego e a sobrevivência Criar novas formas criativas de trabalho Manter-se ou ampliar o mercado Melhorar as condições de vida dos setores populares Gerar trabalho e renda
		Meios	Associações de produtores (as) Cooperativas populares Cooperativas rurais e urbanas diversificadas
		Resultados	Cooperativismo voltado para atender os interesses individuais através do coletivo Experiências democráticas e participativas Distribuição dos resultados Envolvimento com o entorno / Maior atuação política
	Governo	Objetivos	Repasse de prestação de serviços antes de responsabilidade do Estado Combater a pobreza no meio rural e gerar emprego e renda (discurso governamental)
		Meios	Fomento às cooperativas e associações de agricultores familiares; Instituição de secretarias, ministérios, fóruns, conselhos etc. Criação de programas específicos
		Resultados	Cooperativismo substituindo as responsabilidades do Estado e implementando programas governamentais

Adaptado de Martínez (2002). Fonte: Construído a partir de Singer (2002); Pires (2006); Santos e Rodríguez (2002); Sabourin (2009).

Do ponto de vista ético/moral, geralmente as organizações econômicas populares adotam um modelo de gestão voltado para os processos de decisão coletiva, democrática e participativa baseados nos princípios que norteiam o movimento cooperativista mais geral, propiciando o desenvolvimento de uma prática voltada para comportamentos menos competitivos; e dificilmente utilizam o trabalho de pessoas fora de seu quadro social¹⁰. Dentre os princípios adotados, destacamos o **controle democrático pelos sócios e sua participação econômica; autonomia e independência perante o Estado e partidos políticos; educação, formação e informação; cooperação entre cooperativas e interesse pela comunidade**¹¹.

No meio rural, por exemplo, geralmente as cooperativas populares e solidárias são criadas para apoiar as atividades produtivas familiares destinadas aos mercados; assegurar outras funções (não mercantis) de interesse comum ou geral: preservação da biodiversidade, manejo da caatinga, segurança alimentar local, abastecimento em água, produção de referências e inovações técnicas etc; beneficiar-se de um reconhecimento ou de um apoio institucional ou financeiro público (municipal, estadual ou federal) (SABOURIN, 2006); e auxiliar na sustentação e melhoria das atividades dos seus membros eliminando, em parte, o intermediário mais imediato.

As novas experiências cooperativas, incluindo a COOPAPI, apesar de se dá em contextos diferentes das primeiras entidades (século XIX) trazem à tona os princípios éticos e solidários, ou seja, sua característica se pauta numa maior coerência entre suas práticas cotidianas e o discurso (objetivos, valores e princípios contidos nos estatutos, na legislação e nas resoluções de congressos). Diferenciam-se, por conseguinte, das cooperativas tradicionais, entendendo estas, a partir da prioridade do lucro, da forma como se organizam e de natureza mais instrumental, com discursos e práticas contraditórias, em que a gestão hierarquizada e a centralização das decisões estão voltadas para a sua eficiência institucional-financeira em detrimento do atendimento das necessidades dos seus sócios. São expressão desse cooperativismo, como falamos anteriormente, as cooperativas de grãos e laticínios da região Sul-Sudeste e outras ¹².

¹⁰ No mapeamento realizado entre 2005 e 2007, pelo MTE/SENAES, 14,9% dos 21857 empreendimentos solidários contrataram temporariamente força de trabalho de não sócio, dentre esses, apenas 2114 eram cooperativas.

¹¹ Para melhores detalhes consultar Veiga e Fonseca (2001);

¹² Ver Eid e Chiariello (2007).

Há ainda cooperativas que se travestem de “cooperativas de trabalho”¹³ em que seus “sócios” são obrigados a se filiarem a ela. Geralmente são constituídas com intenção de burlar a legislação trabalhista evitando o vínculo empregatício com o trabalhador, pois, na condição de cooperativa, os sócios não teriam os direitos trabalhistas e previdenciários garantidos por lei.

Apesar das diferenças entre os dois “tipos” de cooperativas, não se nega que existam conflitos e tensões no cooperativismo solidário e popular. Algumas cooperativas incorporaram alguns traços conservadores ou paternalistas que, no entanto, podem ser revertidos através de uma educação cooperativista permanente e de uma participação efetiva dos sócios no dia-a-dia da cooperativa.

Um dos ganhos dessas novas organizações, como bem coloca Pires (2004), é a ampliação na dimensão política, no sentido de se reconhecer uma nova relação entre a idéia de trabalho e participação social, onde a ênfase nas formas de solidariedade entre os integrantes é resgatada. Ou numa análise do ponto de vista de Habermas (apud FREITAG, 2005), uma tendência a um reacoplamento do mundo vivido e do sistema, em que a razão comunicativa, embutida numa racionalidade ética e solidária, estaria mais próxima de uma convivência com a razão instrumental, esta mais voltada para a dimensão econômica. Em outras palavras, haveria uma maior presença dos valores éticos e morais em contraposição à racionalidade econômica predominante.

Por parte do Estado, o interesse em apoiar esses empreendimentos, concretiza-se numa relação aparentemente paradoxal, ou seja, de conflito e cooperação. Além das economias dos custos de produção e/ou gestão de recursos e bens públicos, alguns apoios às experiências dos setores populares e a institucionalização da economia solidária e popular, advém da possibilidade de lhes transferir responsabilidades, delegando-lhes serviços através de políticas públicas (SABOURIN, 2006; BARBOSA, 2007).

¹³Muitas das cooperativas que se travestem de “cooperativas de trabalho” e constituídas geralmente com intenção de burlar a legislação trabalhista, passaram por um processo de investigação pelas Procuradorias Regionais do Trabalho (NUNES, 2007). No estado de São Paulo, para se ter uma idéia, isto motivou a Organização das Cooperativas do Estado a criar um sistema que funciona no modelo de selo de qualidade com a finalidade de reduzir a incidência com “problemas legislativos” nas cooperativas (FOLHA DE SÃO PAULO, 2007).

Sobre a institucionalização da economia solidária e popular pelo Estado, Barbosa (2007) coloca que ela reflete uma dupla visão: uma de que não é somente o emprego assalariado capaz de gerar renda para os desempregados e trabalhadores mais pobres, mas, também a partir do trabalho dos produtores e produtoras associados em cooperativas ou associações. Outra visão é que ao Estado não compete mais a função social de promoção do emprego e do bem estar, mas sim, ao mercado como regulador de parte desse trabalho e a sociedade civil para salvaguardar e executar as ações pragmáticas das suas políticas públicas. Neste caso, as cooperativas, as ONGs e outras instituições assumiriam a sua parte, responsabilizando-se para implementar os programas governamentais. Na prática, segundo a autora, assume-se a heterogeneidade e a naturalização da fragmentação e, acrescentamos, a precarização do trabalho, legitimando as variadas experiências e o trabalho coletivo organizado em cooperativas e em associações, como possibilidade de ocupação, além das que são e podem ser geradas pelas empresas públicas e privadas. Neste sentido, algumas experiências já em curso vão sendo incorporadas pelos governos (federal, estadual e municipal) que no seu entendimento criam oportunidades de ocupação, elaborando e articulando finanças solidárias que garantam o investimento e a possibilidade de continuidade dos empreendimentos.

Assim, as políticas públicas de fomento ao cooperativismo solidário popular, constituem no seu cerne, a compreensão de que ao não se ter saída para a precarização do trabalho cabe ao Estado estimular os empreendimentos populares no sentido de conter o desemprego em massa e aumentar as possibilidades de ocupação e renda através de repasses de recursos para as associações, cooperativas e as organizações de caráter não governamental que vão prestar assessoria técnica, financeira e de gestão a esses empreendimentos (Barbosa, 2007). Ao mesmo tempo, vale lembrar, algumas das políticas incorporadas pelo Estado (Pronaf, por exemplo) foram frutos, em grande parte, das lutas construídas cotidianamente pelos movimentos sociais, cujos agentes passam a atuar mais organizadamente no espaço público tido como instância de argumentação e de legitimação, isto é, como espaço de reivindicação de seus direitos enquanto cidadãos e de reconhecimento do grupo enquanto identidade.

1.5 - As cooperativas solidárias e populares e suas relações externas

Deixados claro a caracterização e os princípios fundamentais da concepção da economia solidária e popular e a principal forma em que ela se concretiza (cooperativas solidárias e populares), a outra questão que se coloca é o conjunto das interações (relações externas) entre as formas associativas e outras instituições e, particularmente, com o Estado. Com isto, queremos ressaltar que as conexões, que se traduzem por esses efeitos mútuos, influenciar e serem influenciadas varia no tempo de acordo com as circunstâncias e as instituições, podendo predominar a cooperação, a competição, a negociação ou outras em cada situação. Lembrando Simmel (1983), o autor afirma que embora eventualmente em uma relação social aparente ser de submissão, é possível mostrar, pelo menos em muitos casos, a influência recíproca que se oculta no caráter unilateral de influenciar e ser influenciado, o qual reside no contrato entre as partes envolvidas no processo, entre governantes e governados, por exemplo.

Para se ter uma idéia geral, a ação do Estado após a Segunda Guerra Mundial foi no sentido de ampliar bem mais seu raio de ação, passando a atuar em novos domínios, intensificando suas iniciativas e agindo de forma mais reguladora. Quanto à sua relação com o conjunto das organizações econômicas, e particularmente com as formas associativas e mutualistas, se caracterizaram por interações contraditórias. Se em algumas circunstâncias predominou as pressões dos setores populares e dos trabalhadores e trabalhadoras por subsídios, diretos ou indiretos, para as ações públicas na área de proteção social e das políticas sociais em termos amplos, as conexões tornaram-se mais interdependentes e cooperativas. Por um lado, tornando as associações mais dependentes do Estado em termos de sua regulamentação e dos recursos financeiros; por outro, pressionando o Estado a incorporar as suas demandas na agenda das políticas governamentais. Em outras palavras e falando em termos de uma suposta separação anterior entre Estado e sociedade, a maior interdependência entre ambos vai criar ou ampliar uma espécie de zona cinzenta entre o público e o privado.

A partir do conceito expresso por Buarque (2002, p 93), pode-se conceituar Estado como “uma instância jurídico-política que sintetiza o jogo de interesses e

poderes de atores sociais, em conflito e cooperação, consolidando e expressando uma estrutura de poder na sociedade”. Assim, o Estado não é um ser totalmente autônomo nem um simples agente social, mas sim, principalmente a expressão dos interesses e das relações de poder de grupos e segmentos sociais diferenciados de uma determinada sociedade, da qual ele representa, no fundamental, o seu projeto e a vontade nela dominante em cada momento.

Levando em conta uma interação¹⁴ mais sistemática e intensa com o Estado, as variadas formas de participação dos setores populares com base na solidariedade (associações, sindicatos, cooperativas etc) em que se manifestam e se organizam os agentes sociais, expressam também suas visões de mundos e interesses convergentes procurando espaço de reconhecimento e de influência no chamado jogo do poder, a fim de criar e ampliar seus direitos políticos, civis e sociais e buscar mecanismos de acesso aos recursos públicos.

Assim, o ressurgimento do conjunto dessas organizações econômicas, entre elas as cooperativas populares, tem orientado a sua ação para os espaços públicos, reivindicando a organização do trabalho, recursos públicos assumindo muitas vezes uma postura propositiva ou de gestão, fazendo parte do que Laville (2006) denomina de “ação pública”. A ação pública inclui, ao mesmo tempo, atividades ligadas diretamente ao poder público e aquelas resultantes de atividades da atuação dos cidadãos, quando eles manifestam intenções relativas à vida do coletivo.

No espaço público então, coexistem variadas formas de interações: aquelas horizontais oriundas das redes de apoio entre os agentes cujos interesses são mais convergentes (entre cooperativas, sindicatos e cooperativas etc); e aquela vertical surgida a partir da obtenção dos direitos (entre as formas associativas e o Estado). Portanto, o espaço público onde a ação do coletivo se desenvolve engloba diferentes agentes públicos que, apesar dos conflitos, buscam se fazer ouvir podendo produzir a negociação, a cooperação ou a competição. Embora coexistindo no mesmo espaço, uma relação tende a ser mais forte que outras.

¹⁴ Simmel (1983) engloba no conceito de interação as formas determinadas de cooperação, de colaboração, de dominação a qual consiste numa ação mutuamente determinada que prevalece mesmo quanto não é notada.

Lembrando Santos e Rodríguez (2002), as lutas pela produção alternativa devem ser impulsionadas dentro e fora do Estado, apesar de algumas relações entre este e as organizações e movimentos serem tensa e ambígua, incluindo nexos de colaboração e apoio e oposição política. Como uma das decorrências disto, institucionalmente, é observado em vários países o reconhecimento e a subsequente criação de algumas secretarias e até mesmo de ministérios, para fomentar as organizações solidárias e populares, ou empreendimentos solidários como é denominado na esfera governamental. Os programas e as políticas, divulgadas nos *sites* governamentais, pretendem orientar-se para a elaboração de mecanismos de acesso aos recursos públicos (crédito, capacitação técnica e científica, assistência técnica etc) e a elaboração de legislação específica que atenda às particularidades das iniciativas. Na prática, os constrangimentos para acesso ao crédito e a legislação ainda são grandes obstáculos para o desenvolvimento das cooperativas e representantes dos setores populares¹⁵.

Quanto às relações horizontais tecidas nos espaços públicos entre as organizações e outras instituições, embora possa coexistir o conflito envolvendo a competição ou cooperação, expressam uma solidariedade ou reciprocidade de ação quando se unem em torno de interesses comuns - tangíveis ou ideais, momentâneos ou duradouros, conscientes ou inconscientes - na luta contra um terceiro. Como coloca Simmel (1983), a oposição contra um terceiro atua como princípio de união (do grupo ou dos grupos) e cria no grupo um sentimento de unidade e de necessidade de defendê-la. Assim, os vínculos entre os grupos comportam interações contraditórias podendo, no entanto, uma interação mais solidária predominar sobre uma outra. Entre os grupos tanto pode haver a **cooperação** (em conjunto com eles) através de ações que traduzem as motivações que os fizeram se unir, algumas vezes, momentaneamente; como a competição (em correlação com eles), quando os grupos buscam alcançar suas metas por si mesmo sem usar a força de um contra o outro.

¹⁵ No mapeamento do MTE/SENAES, 60,9% dos empreendimentos não fizeram investimentos nos últimos 12 meses anteriores a 2007. Além disto, dos 21 859 empreendimentos entrevistados, 13 160 iniciaram as atividades com recursos próprios, 4 555 com doações e 2 611 com financiamento e/ou empréstimos.

No caso da competição entre grupos, um dos tipos emblemáticos dos conflitos, ainda segundo Simmel (1983), ela se diferencia de outros tipos de luta competitiva muito comum nas relações capitalistas, pela consciência mútua dos participantes em querer cumprir suas metas, mas sem derrotar o adversário (concorrente). Quanto à competição no interior do grupo, ela se diferencia também em dois casos: quando os interesses do grupo necessitam de uma estrutura que limite ou proíba a competição; ou quando, embora ela seja latente, haja uma circunstância particular ou um princípio geral que tome seu lugar. Dessa forma, há razões em que os grupos renunciam à competição ou a certas formas de competição. A renúncia total à competição “ocorre na medida do predomínio do princípio socialista da organização uniforme de todo o trabalho, ou do princípio mais ou menos comunista da igualdade de toda retribuição monetária pelo trabalho” (ibidem, p. 147). Neste sentido, as ações que unem os agentes sociais ou são deixadas à competição das forças individuais (cada um por si) ou são orientadas para uma organização racional de todos os esforços individuais, onde predomine a cooperação. No caso particular das formas de organização econômica popular, ela se materializa em uma cooperativa, uma associação onde o resultado da luta pelos bens desejados são distribuídos coletivamente.

As interações de conteúdo mais **cooperativo** entre grupos ou organizações/instituições, no espaço público aparecem sob a forma de apoio, alianças, contratos formais ou informais etc, constituindo redes horizontais. Estas interações geralmente se dão a partir de alguns princípios e valores estabelecidos internamente no grupo, de interesses momentâneos ou duradouros, mas, também a partir de sentimentos de pertencimentos, fatores dificilmente excludentes. A manifestação prática do que foi aprovado nos seus estatutos pelos grupos formais, como nas cooperativas e associações, pode favorecer uma relação de cooperação entre duas ou mais instituições, embora possam ser diferentes e, algumas vezes, estar concorrendo (competindo) pelo mesmo bem desejado, mas que deverá estar disponível para todos.

As diferenças entre as instituições, se não são no fundamental muito contrastante, dão lugar a vasos comunicantes tornando possível a interação solidária entre os grupos, a fim de cumprir suas metas ou objetivos, ao mesmo tempo em que

realçam e reforçam os laços afetivos. Ao se unirem, numa ação pública, exercem uma pressão maior sobre o Estado sendo, com isto, mais fácil de serem reconhecidos.

1.6 - O êxito como elemento de continuidade das cooperativas solidárias e populares

Em relação à noção de êxito, enquanto variável dependente, como coloca Souza (2004), estaria ligada não somente aos aspectos financeiros, mas também a princípios e valores, ou seja, aos efeitos da atuação das organizações na melhoria da qualidade de vida do coletivo, de uma gestão democrática e no compromisso pelo ambiente em que atuam.

O êxito pode ser analisado através dos efeitos econômicos como os não econômicos na vida dos membros, da comunidade em geral e nas transformações graduais, criando espaços de solidariedade dentro ou nas margens do sistema capitalista, como ressaltam Santos e Rodriguez (2002). E ainda, através da capacidade da permanência dos empreendimentos no tempo, destacando-se que a sua ocorrência dependerá de algumas condições mínimas:

- o aparecimento, a sobrevivência e a expansão das alternativas de produção dependem de sua inserção em redes de colaboração e de apoio mútuo, incluindo as relações com o Estado, com instituições representativas e religiosas, que atuam apoiando a sua gestão financeira, administrativa, através de assessoramento e do apoio de fundos internacionais (PIRES, 2001; GAIGER, 2003). O desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a economia solidária, segundo Coutinho *et al* (2005), é também fundamental para a sobrevivência dessas organizações coletivas;

- ter apoio externo de outras cooperativas, dentro de uma proposta de mudança social, favorece e estreitam os laços de confiança, amizade e o sentimento de pertencimento na construção de uma identidade coletiva, fundamentais para a manutenção dessas organizações;

- o cuidado com a aplicação dos princípios cooperativistas, especialmente, o da participação democrática no interior das organizações, se configuram em espaços de

aprendizagem da democracia que estimulam e possibilitam outras formas de participação em variados espaços das suas vidas;

- a existência de um grupo dirigente com experiência anterior em atividades que envolvam a coletividade, contribuindo para a confiança mútua (PIRES, 2003). Neste sentido, algumas experiências coletivas mostram que as organizações econômicas, geralmente, seguem a mesma estrutura e mecanismos de organização culturalmente praticados no âmbito das associações comunitárias, pois é a forma de organização que estes grupos conhecem e que passa a ser comumente repetida em quaisquer tipos de experiência conjunta, seja com fins econômicos ou não (MELO, 2005; GUEVARA, 2003).

Mais especificamente sobre os aspectos psicológicos que condicionam o êxito, Albuquerque, Mascareno e Maia (1999), canalizam a atenção para os indicadores que melhor apontem um forte comprometimento dos sócios, com base na defesa dos seus interesses profissionais. Assim, os resultados e os benefícios a serem obtidos pelos sócios, deveriam depender mais do trabalho realizado coletivamente do que o trabalho individual e de que a cooperativa deva ser percebida como espaço político e ideológico para alcançar determinados fins que sozinha seria mais desgastante. Além da existência de uma coesão grupal, a partir do compartilhamento de metas, amparadas nos objetivos da cooperativa e no comprometimento dos sócios para com ela, é necessário também um investimento material ou um esforço despendido para que haja um comprometimento mais estável ao longo do tempo. Acrescentam ainda, a importância da legitimação do poder na cooperativa, relacionada ao sentimento de participação e comprometimento que o sócio se atribuiu, podendo ser reforçado ou não pela diretoria que o representa. Quanto mais sentir-se representado pela diretoria, mais confiança e comprometimento dos sócios com a cooperativa.

Com o foco na gestão das organizações, Guevara (2003) diz que o êxito deve estar vinculado à inovação, considerando este como evento novo que vai ocorrer para solucionar problemas. A inovação, não se restringiria somente à tecnologia dura, mas também às práticas e os processos de gestão e ao impacto social da empresa no seu entorno. Assim, o êxito é visto como uma consequência e continuidade de uma ação inovadora e, também, a ampliação e sustentação de novos campos de atividades,

relacionadas ou não diretamente com a atividade desenvolvida, refletindo em logros tanto de ordem financeira, mas também de ordem social e ambiental.

Preocupados com os processos de ecologização da agricultura, Costabeber e Moyano (2000) apontam como condição para o êxito no âmbito das suas organizações produtivas, a articulação da dimensão cultural, política, ambiental, além da econômica (racionalidade econômica).

Comparando os fatores que conformam o êxito em diferentes países (México, Cuba e Canadá), Díaz, Martel e Rojas (2005), por sua vez, apontam como principais fatores de êxito a prioridade nas necessidades de educação cooperativa dos sócios; a existência de uma gestão econômica eficiente e com visão de longo prazo; uso produtivo e transparente dos fundos obrigatórios (Fundo de Assistência Técnica, Educação e Saúde - FATES - e Fundo de Reserva); disposição de uma instituição de financiamento autônomo; compromisso com a comunidade e consolidação dos laços de confiança e reciprocidade entre os sócios das diferentes cooperativas; a presença de uma liderança carismática; um funcionamento sistemático de uma equipe de direção, assim como de uma rede de base integrada por grupos que desenvolvam atividades similares; ênfase na satisfação das necessidades materiais e espirituais dos sócios, incluindo alimentação e moradia.

Finalmente, outros fatores mais relacionados ao mercado podem ser adicionados. Dentre eles podemos destacar: i) o tipo de produto predominante em que se especializam ii) os mercados ou consumidores a que se destinam os produtos; iii) o conhecimento da cadeia produtiva; iv) uso das normas e padrões vinculados aos mercados em termos de segurança, qualidade, origem, disponibilidade e aparência do produto (CHIRIBOGA, 2007).

1.7 - Conclusão

A partir das considerações iniciais, concluímos este capítulo entendendo que, de um lado o desenvolvimento do capitalismo levou ao enfraquecimento dos laços solidários em favor da lógica do mercado, tornando os indivíduos mais competitivos e

individualistas. Por outro lado, todavia, criou as condições para a prática de novas formas de cooperação e solidariedade. Portanto, concordando com Simmel (1998), a cooperação e a solidariedade, enquanto formas de sociação, podem ser analisadas em relação à sua ocorrência e seu desenvolvimento histórico, em tempos, lugares e grupos específicos. Daí, nosso interesse em analisar as cooperativas como materialização e espaços de exercício de novas formas de cooperação e solidariedade, como princípios organizadores do trabalho, que ao longo do tempo vem sendo desenvolvidas pelos trabalhadores e trabalhadoras. Entendendo, ainda, que apesar das cooperativas, organizadas pelos setores populares, conviverem ao lado de outras formas predominantemente capitalistas, inserem-se no campo de uma economia *plural*, dentre elas, a economia solidária e popular entendida, neste trabalho, como um campo em construção que envolve uma pluralidade de experiências de produção e/ou de prestação de serviços realizadas por trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanas. E que, a partir do próprio esforço, de interesses convergentes e de situações semelhantes, tentam atender as suas necessidades de sobrevivência e de reprodução ampliada (sócio-econômicas, culturais, saúde, educacionais etc), através do coletivo.

No entanto, a união das similaridades de situação, a proximidade física e a convergências de interesses, por si só, não são suficientes para que as experiências possam ser consideradas populares e solidárias e nem garantem de antemão o êxito na sua atuação. É necessário, que nas práticas cotidianas dos seus membros os valores e princípios não capitalistas sejam reativados e implementados; que haja uma articulação com outras instituições similares e os recursos físicos e financeiros públicos sejam acessados. Assim, e partindo desses três elementos, estes aspectos nos subsidiaram teoricamente para uma análise da experiência da COOPAPI considerada, *a priori*, como um dos empreendimentos da economia solidária do RN, como consta no mapeamento realizado pelo MTE/SENASE em 2005 e 2007; por se tratar de uma cooperativa que tem prestado serviços aos seus quase duzentos cooperados, residentes em seis municípios da Região do Médio e Alto Oeste Potiguar.

CAPÍTULO II

2 Cooperativismo e as transformações no meio rural

2.1 - O cooperativismo dos “socialistas utópicos”

O cooperativismo atual resultou, em grande parte, das mudanças mais gerais da dinâmica do capitalismo que gerou um descontentamento entre os setores populares e o fizeram buscar certas possibilidades no espaço social. Nascido com a Revolução Industrial, o pensamento cooperativista, como coloca Pinho (1977), foi sendo elaborado a partir das experiências de ajuda mútua aplicada às relações de trabalho. As primeiras experiências associativas, ligadas ao cooperativismo, vincularam-se à história da luta política e econômica dos trabalhadores contra as condições de trabalho implantadas na nascente indústria moderna que disseminou a miséria, o medo e tarefas reduzidas a movimentos físicos repetitivos. No entanto, os laços de solidariedade que uniram a emergente classe operária inglesa não se constituíam numa consciência clara contra o capital, mas uma consciência confusa assentada na concepção de que o homem poderia recuperar a sua condição anterior ao surgimento da maquinaria moderna. Prova disto, é que as primeiras manifestações de contestações foram contra a máquina e as primeiras experiências econômicas dos trabalhadores foram isoladas.

Com a Revolução Industrial do século XIX, e junto com ela o nascimento da indústria moderna capitalista, houve uma reestruturação produtiva produzindo efeitos negativos nas condições de vida do operariado, na organização do trabalho e no aumento do grau de pauperização. Dos camponeses arruinados a artesãos rejeitados, as experiências coletivas foram sendo construídas com a “solidariedade intelectual e política” (DUVIGNAUD, 1986) de alguns e se opondo, na prática, à idéia de que era apenas o interesse econômico dominante que motivava as causas da ação humana, tanto na circulação como na produção de bens e serviços.

No campo ideológico, notadamente, o cooperativismo estava relacionado à

resistência à economia liberal, em que se propugnava o mercado como regulador, através do qual seria possível apaziguar as relações sociais mediante a satisfação das necessidades individuais. Isto é, o pensamento doutrinário do cooperativismo formou-se, também, graças à “solidariedade intelectual” de alguns militantes que tinham em comum o desejo de mudar a ordem econômica vigente e estabelecer, na prática, novas relações sociais em que o trabalho seria fonte de justiça, igualdade e equidade, em contraponto à exploração capitalista que se encontrava em processo de consolidação. Entre eles destacaram-se Robert Owen (1771-1858) e William King (1780-1865), na Inglaterra; Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837), Philippe Buchez (1796-1865) e Louis Blanc (1812-1882) na França. Dentre estes, daremos ênfase aos que são considerados os mais importantes para a construção do cooperativismo moderno, ou seja, Owen, na Inglaterra, e Fourier na França.

A influência de Owen (1771-1858) para a construção do movimento cooperativista moderno já fora reconhecida e ao mesmo tempo criticada por alguns destacados estudiosos como Marx (19--) e Polanyi (2000). Marx ([19--]), por exemplo, considerava que o crescimento do antagonismo de classe marchando *pari passu* com o desenvolvimento da indústria, não propiciou para que Robert Owen e outros distinguíssem as condições materiais da emancipação do proletariado e buscassem uma ciência social que permitisse criar essas condições.

Polanyi (2000), por sua vez, entendeu que, na verdade, o movimento owenista num primeiro momento não possuía um caráter político, mas uma inspiração espiritual que se afastava do cristianismo. Apesar dessas considerações, viu no owenismo um dos maiores movimentos sociais da história moderna e, praticamente, iniciador do sindicalismo moderno, incluindo centenas de milhares de profissionais, artesãos, operários, produtores agrícolas trabalhadores e seus adeptos organizados em diversas iniciativas (*Villages of Co-operation, Union Shops, Labour Exchan*, os clubes ou associações owenistas).

Uma de suas experiências mais notável foi em New Lanark¹⁶, fábrica onde Owen

¹⁶ Em New Lanark (Escócia) Owen transformou a fábrica de fios de algodão em que era sócio, em colônia-modelo, desenvolvendo suas idéias de reforma social e as colocando em prática. Reduziu as horas de trabalho diário de 14 para 10 1/2 horas; aumentou salários, proibiu o trabalho infantil dos menores de 10 anos; instituiu o ensino gratuito para as crianças, o amparo à velhice e medidas previdenciárias até então desconhecidas; ofereceu alojamentos decentes a preços razoáveis bem como

era sócio. O salário, a saúde, a educação, a segurança da posse da terra, as circunvizinhanças, a boa qualidade e o preço das mercadorias eram fatores não econômicos que faziam parte da vida dos trabalhadores. Para Polanyi (2000), apesar de fracassado, o movimento serviu para mostrar que era inevitável a necessidade de proteger o homem contra o mercado.

No entanto, Marx e Polanyi não foram os únicos a criticar as idéias *owenistas*. Charles Fourier (1772-1837), então contemporâneo de Owen, depois de elogiar suas experiências em New Lanark, passou a questioná-lo sobre o seu desejo de transformar os caracteres humanos através da educação em associações em que todos seriam iguais e propôs resolver os males sociais através da criação de *falanstérios*. Nas colônias, onde era construído o *falanstério*, a propriedade individual era mantida, o trabalho deveria ser atrativo, o salário desaparecer e ser substituído pelo trabalho associado, onde os produtos deveriam ser repartidos de acordo com o trabalho manual realizado, com o capital empregado, com o talento individual e o trabalho intelectual colocado a serviço da produção (MLADENATZ, 2003). Os *falanstérios*, portanto, tinham um caráter de sociedade anônima cuja propriedade era da associação formada por membros acionistas que se reuniam livremente para dar expansão às suas atividades.

Outro dos construtores e estudioso da doutrina cooperativista moderna foi Charles Gide, que elaborou um programa de reforma social baseado nas cooperativas, passando a divulgá-las como um instrumento eficaz de reforma do sistema capitalista, defendendo a sua supressão pacífica através da cooperação espontânea e a favor da justiça e da solidariedade humana (PINHO, 1974).

Apesar das discordâncias, os precursores do pensamento cooperativo foram considerados “socialistas utópicos”, pois tinha em comum a defesa de experiências de trabalho associativo, mas, ao desconsideraram a estrutural social e econômica vigente nas suas propostas, foram considerados os sonhadores de uma sociedade ideal e considerada irrealizável.

Mais tarde, em 1844 nos arredores de Rochdale, distrito de Lancashire

produtos essenciais ao consumo da família. Desta experiência tirou lições que tentou repassar para outros industriais e sensibilizar o governo para implantá-las, porém, não obteve êxito (MLADENATZ, 2003; PINHO, 1977).

(Inglaterra), um grupo de socialistas simpatizantes dos ideais owenistas formou um comitê, juntamente com os *Teetotallers*¹⁷ e *Cartistas*¹⁸, para apoiar a fundação da primeira cooperativa registrada sob o nome de *Rochdale Society of Equitable Pioneers*, internacionalmente conhecida como Sociedade dos Probos de Rochdale. A cooperativa, concretizada em um armazém de consumo, foi localizada na *Toad Lane* (Travessas dos Sapos) e tinha 28 operários à sua frente e cuja principal motivação para se unirem foi a luta pela vida e a busca pela melhoria do estado de miséria e penúria em que se encontravam os tecelões e suas famílias.

A Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale tinha por objetivos específicos: a) melhorar as condições domésticas e sociais de seus membros; b) abrir um armazém para a venda de comestíveis, roupas etc, sempre a dinheiro; c) comprar ou construir casas para os membros; d) fabricar artigos para proporcionar trabalho aos membros que estivessem desocupados ou sofressem contínuas reduções nos seus salários; e) adquirir ou arrendar campos para serem cultivados pelos membros desocupados. Posteriormente, defenderam um projeto de organizar as forças produtivas, de distribuição, educação e do seu próprio governo, estabelecendo uma colônia, na qual os interesses seriam unidos e comuns (HOLYOAKE, 2001).

Dessas primeiras propostas e experiências cooperativistas, podemos afirmar que as mesmas surgiram, no geral, vinculadas à idéia de *self-help* e como reação dos operários às conseqüências práticas do liberalismo, exacerbadas com a revolução industrial e a ascensão do capitalismo na Europa. Além do mais, mesmo centradas no urbano, nem por isto deixaram de levar em conta, de uma maneira ou de outra, alguns elementos da área rural. Tinham, grosso modo, como principais metas políticas e econômicas: construção de uma sociedade baseada na solidariedade; eliminação da figura do patrão; construção de novas práticas de trabalho, respaldadas em valores de democracia, de participação, solidariedade e equidade etc, que foram estruturando a base para a consolidação das diretrizes do cooperativismo atual. Essas práticas de uma nova cultura pautada nos princípios do cooperativismo, contrapunham-se à cultura

¹⁷ Eram denominados assim os membros de sociedades organizadas, muito disseminadas na época, para combater o alcoolismo, forma analógica das atuais sociedades dos alcoólicos anônimos (AAA).

¹⁸ Os *cartistas* constituíam o movimento político pelo qual os trabalhadores pleiteavam que alguns direitos trabalhistas e políticos fossem reconhecidos, como foi o caso da jornada máxima de oito horas diárias e o sufrágio universal.

hegemônica centrada na competitividade, na produtividade e na hierarquia.

2.2 - Mondragon e o cooperativismo na América Latina

A Corporación MONDRAGON (Espanha) é o caso exemplar de uma cooperativa que, apesar de adotar algumas estratégias empresariais, não tem se distanciado dos princípios rochdalianos. Configurada em quatro grandes áreas (Finanças, Conhecimento, Industrial e Distribuição), congrega mais de 30 mil trabalhadores trabalhando nas suas 109 fábricas (equipamentos, bens de consumo, construção, bens industriais e serviços empresariais), uma cadeia de supermercado, um banco (a Caixa Laboral Popular) e uma universidade tecnológica (a Escola Politécnica Profissional)(MONDRAGON CORPORACIÓN, 2009).

Uma das causas do seu sucesso deve-se ao modelo de gestão centrado nos princípios cooperativistas, nas pessoas em cooperação, no projeto compartilhado, organização participativa, excelência e nos resultados sócio-empresariais. Além do sistema de rede de apoio entre as cooperativas que fazem parte do complexo Mondragón; a educação e capacitação técnica dos futuros trabalhadores e dirigentes; facilidade de empréstimo e monitoramento constante do desempenho das cooperativas; redistribuição das sobras das cooperativas com maior sucesso entre as que atravessam dificuldades etc (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002), a exemplo das cooperativas agrícolas. Embora sem experiência inicial no ramo, o complexo Mondragón incorporou nove cooperativas agrícolas, reorganizando-as em grande escala e criando agroindústrias, junto à produção para agregar valor e gerar mais ocupação (SINGER, 2000).

Na América Latina, o cooperativismo dito moderno, surgiu no final do século XIX e início do século XX em Honduras, Brasil, Uruguai, México e Argentina influenciado pela emigração européia, pela igreja católica e pelos governos nacionais sendo, em alguns momentos, confundido com o movimento sindical.

Inicialmente tímido e com experiências isoladas, entre os anos quarenta e cinquenta, o cooperativismo vai se expandindo e se generalizando para todos os países

e setores. Já nos anos sessenta criam-se programas estatais de incentivo ao cooperativismo apoiados pela Igreja Católica e pela Aliança para o Progresso visando, em parte, barrar a influência da revolução cubana e dos movimentos populares que fomentavam alguma discussão sobre as reformas de base, inclusive a reforma agrária. Este processo terminou ligado, direta ou indiretamente, com a instalação de ditaduras militares no Brasil, Argentina, Uruguai, Chile e Bolívia que passaram a controlar ou eliminar os movimentos sociais, repercutindo no sindicalismo e no desenvolvimento do próprio cooperativismo, entre outros.

Nos anos oitentas, a crise global obriga as cooperativas, que já vinham com dificuldades, a reformularem seus objetivos e assumirem um caráter mais empresarial. Nos anos noventa, o aprofundamento da situação econômica e social induz a busca de novas formas de cooperação possíveis de se implantar entre os setores médios e populares submetidos a dificuldades permanentes. Mesmos com as adversidades e as particularidades, para Martínez (2002) o movimento cooperativista latino-americano tem conseguido adaptar-se e desenvolver-se, contemplando um amplo leque de experiências, gerando um volume significativo de operações e um quadro de dirigentes com certa qualificação. Vale ressaltar aqui alguns exemplos de países em que o cooperativismo se destaca quer seja pela composição étnica (Colômbia), ou pelas características mais representativas do cooperativismo agrícola (Chile, Venezuela e Argentina).

Na Colômbia, segundo Rojas (2003), além da influência das experiências européia do século XIX, o movimento cooperativista teve suas raízes na cultura comunitária dos povos pré-colombianos e foi impulsionado, principalmente, pelas lideranças sociais e a igreja católica. Os planos nacionais de desenvolvimento dos últimos governos têm estimulado e legitimado o movimento cooperativista, reconhecendo-o como uma estratégia valiosa para superar as condições de exclusão do povo colombiano e para o desenvolvimento socioeconômico. Porém, as políticas não têm sido suficientemente consistentes ao longo da história.

Na Venezuela, o cooperativismo foi tanto estimulado por fatores exógenos (primeira lei sobre as cooperativas, intervenção norteamericana) como os endógenos (iniciativas isoladas de imigrantes e as cooperativas funerárias) e posteriormente, pela

promoção da educação cooperativa e a intercooperação com a Colômbia e Porto Rico. A criação das cooperativas tem sido parte de uma política central e estratégica do processo de desenvolvimento endógeno estimulado pelo governo, sendo os principais alvos de financiamento público e com a intenção de criar emprego (ANTUNES, 2005). A Vuelvan Caras, uma das missões direcionadas para o fomento do cooperativismo na Venezuela, contribuiu para a formação de 6.840 cooperativas tendo quase 6 mil recebido financiamento do governo, a maioria delas funcionando no campo (NOVAES e LIMA FILHO, 2007). Para Martínez (2002), no entanto, há um excesso de influência governamental sobre o cooperativismo, mediante a burocratização, gerando uma dependência, submissão e acomodação entre os sócios e suas entidades.

Na Argentina, as primeiras cooperativas se originaram no final do séc. XIX através da ação dos imigrantes europeus, notadamente a cooperativa El Progreso Agrícola de Pigué, fundada por colonos franceses, em 1898. Seu surgimento, no entanto, deveu-se a iniciativa de seus integrantes sem depender de atividades externas como programas governamentais (CAMPOS, 1998). Entre 1930 e 1949, as cooperativas passaram a oferecer serviços públicos (água, energia, telefonia etc) ou porque o Estado não contava com recursos suficientes, ou porque não chegavam às zonas pequenas ou inóspitas, ou ainda, porque as empresas privadas, prestadoras desses serviços, priorizavam seus investimentos em áreas mais rentáveis. Na década de 70, muitas cooperativas desapareceram, com a reformulação da lei cooperativista, retornando a florescer e expandir após os anos 80 (MONTES e RESSEL, 2003). Ainda nesta década, 85,2% das cooperativas argentinas eram ligadas ao setor agropecuário, congregando mais de 478 mil cooperados.

No Chile, o movimento cooperativista, assim como nos países anteriormente citados, começou no final do século XIX e início do século XX por iniciativa de emigrantes europeus, vinculado ao movimento operário e entre os médios e grandes agricultores. Apesar de vigoroso no passado, o movimento cooperativista chileno passa por dificuldade, principalmente, após a retirada dos incentivos internacionais, nos anos sessenta, e dos incentivos e reconhecimento do governo de Salvador Allende.

No período da ditadura militar chilena, a intervenção estatal afetou a democracia interna das cooperativas levando a uma crise social somente recuperada nos anos

noventa. Embora não tenham sido contempladas na maioria dos projetos sociais estatais, o movimento cooperativista chileno tem se polarizado entre as cooperativas economicamente importantes (laticínios, elétricas, habitacional etc), as pequenas cooperativas socialmente dinâmicas (poupança e crédito rural), e com serviços emergentes (comercialização, saúde e outros serviços). Estas últimas resistem, prestando serviços úteis aos seus cooperados, se consolidando no campo da economia solidária e popular (MARTÍNEZ, 2002).

No Uruguai, a primeira cooperativa foi a de consumo, criada em 1889 e confirmando-se como um segmento importante a tal ponto que, em 2008, foi construído um *Shopping Center* de sua propriedade na principal avenida de Montevideu, a 18 de Julio. Quanto às cooperativas agropecuárias, elas foram disseminadas pelos imigrantes europeus, embora tenham sido legalizadas somente a partir de 1941. Até a década de oitenta, o setor do cooperativismo agropecuário, juntamente com o consumo, era o mais importante para a economia uruguaia e mais de vinte e quatro por cento (24%) das explorações agropecuárias eram realizadas por produtores associados em cooperativas (CAMPOS, 1998). Outro setor que se destaca é o das cooperativas habitacionais, que abriga a maior federação do ramo da América Latina. Em parceria com o governo, as denominadas Cooperativas de Reciclagem, reconstruíram antigos casarões do centro histórico da cidade, usando o máximo dos materiais existentes nas construções e força de trabalho de seus futuros moradores (BAVARELLI, 2006).

No Paraguai, apesar das comunidades de trabalho (*minka*) que se assemelharam ao trabalho cooperativo moderno, terem existido de 1606 a 1767, é somente a partir do ano de 1940 que o cooperativismo toma uma maior dimensão, com a atuação de vinicultores de origem alemã, italiana, argentina e libanesa e, depois, com os japoneses. As cooperativas de origem paraguaia vão surgir na década de 60 e 70, com o apoio de instituições internacionais. No início de 1970, das 175 cooperativas distribuídas nos 16 departamentos do país, 169 eram agropecuárias, 5 de crédito e poupança e 1 de consumo. Em 80 há um aumento considerável das cooperativas de crédito (passando para 54), enquanto que as agropecuárias diminuem para 106 (CAMPOS, 1998).

Resumidamente, condicionadas pela nova dinâmica econômica mundial, as

cooperativas latino-americanas passaram a integrar-se mais no comércio internacional, tanto no que se refere à adoção de estratégias de inserção política e econômica como em termos de adoção de novas tecnologias (agrícolas e industriais). Observa-se, ainda, que o nascimento do cooperativismo, mesmo concentrado inicialmente na área urbana, não excluiu alguns elementos de proposta e iniciativas na área rural, especialmente na América Latina.

2.3 - As iniciativas cooperativistas no Brasil e as primeiras cooperativas modernas

No Brasil, o surgimento dos ideais cooperativistas esteve ligado principalmente à influência e difusão das idéias de Charles Fourier, através do engenheiro francês Louis Leger Vaultier, que em 1840 desembarcou em Pernambuco; do médico Benoit-Jules Mure, que fundou em 1842 em Santa Catarina, uma colônia societária e seu respectivo *falanstério* abrigando 1.800 pessoas, conhecida como Colônia Industrial Francesa; e em 1847, no Paraná, outro médico francês Jean Maurice Faivre fundou a colônia agrícola Tereza Cristina (DE PAULA e FENATI, 2006).

Em se tratando da criação das cooperativas rurais ela foi impulsionada pelos emigrantes europeus, originando as cooperativas agrícolas, como forma de eliminar o intermediário; pela Igreja Católica, apoiando principalmente a constituição de cooperativas rurais de crédito; e dos governos federal e estaduais, no fomento e estímulo financeiro. Contudo, apesar da sua expansão e diversificação foi somente a partir dos anos 30 do século XX que vai sendo normatizada a sua existência pelo Estado brasileiro e se tornando “parceiras” no desenvolvimento econômico do país. Mesmo assim, não se configurou como um movimento pró-socialista nem tampouco como um sistema econômico paralelo ao capitalismo, que marcou outras experiências cooperativistas na Inglaterra e na França, no século XIX e início do XX. No Brasil, apareceu com um traço mais social e econômico, como forma de romper a dependência com os atravessadores.

No Quadro 8 sintetizamos os principais agentes que contribuíram para o

movimento cooperativista no Brasil, compreendido entre 1900 e 1980, períodos em que o Estado e parte da Igreja Católica, atuaram nos movimentos sociais no campo e cujos objetivos, às vezes claros outras vezes implícitos, condicionaram os meios e a configuração de um determinado tipo de cooperativismo, imprimindo um tom mais autônomo ou mais dependente do Estado; mais combativo ou mais conservador.

Quadro 8 - Origens e evolução do cooperativismo no Brasil (1900-1980)

Impulsos básicos	Emigrantes europeus	Objetivos	Reduzir o número de intermediários / Aumentar a renda dos associados Melhorar os preços dos produtos
		Meios	Cooperativas de consumo (urbano) / Cooperativas de pequenos produtores
		Resultados	Cooperativismo autônomo e sintonizado com a doutrina cooperativista
	Igreja católica	Objetivos	Divulgar a doutrina social da igreja católica / Conter a avanço das lutas no campo Melhorar as condições de vida das populações das periferias urbanas
		Meios	Ação do MEB na formação de líderes comunitários Estímulo à criação de cooperativas, sindicatos e de associações comunitárias
		Resultados	Caixas Rurais / Associações comunitárias e de produtores
	Governo	Objetivos	Utilizar as cooperativas em prol das políticas econômicas Facilitar parcialmente o abastecimento interno Controlar as demandas sociais e reivindicações dos trabalhadores
		Meios	Cooperativas agropecuárias, de crédito e outros serviços Cooperativas de consumo / Cooperativas habitacionais / Associações
		Resultados	Cooperativismo relativamente independente do Estado (1907-1932) Cooperativismo dependente, atrelado e subordinado às políticas econômicas e sociais do Estado (1932 a 1970) Cooperativismo de cunho mais empresarial (a partir de 1971) Cooperativismo popular e solidário (a partir de 90)

Adaptado de Martínez (2001). Fonte: Mendonça (2002); Duarte (1986); Fleury (1983); Bugarelli (1974).

As primeiras experiências urbanas remontam ao final do século XIX e início do século XX. De cunho mais informal, as primeiras cooperativas constituídas vincularam-se às experiências sindicais e de ajuda mútua, principalmente entre funcionários públicos e alguns setores do operariado. A sua principal função foi a de substituir os intermediários e reduzir os preços dos produtos alimentícios básicos, visto que, estes escasseavam e ao mesmo tempo encareciam com o crescimento da industrialização dos grandes centros urbanos. Portanto, surgiram principalmente como reação dos trabalhadores urbanos à atuação dos intermediários, os quais eram responsabilizados pela crescente alta dos preços e a má qualidade dos gêneros alimentícios oriundos da produção agrícola.

Dentre as cooperativas destacou-se a Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto-MG (1889), dos Empregados da Cia Telefônica de Limeira-SP (1891), em 1894 a Cooperativa Militar de Consumo (RJ), a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Cia Paulista de Campinas (1897) e em 1895 a Cooperativa de Consumo de Operários da Fábrica de Tecidos de Camaragibe-Pe (FLEURY, 1983; AZEVEDO, OLIVEIRA e GONÇALVES, 2003). Em 1913 é criada a Cooperativa dos Operários da Fábrica de Tecidos da Gávea (RJ) e a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea (Coopfer), na cidade de Santa Maria (RS), chegando a ser a maior cooperativa de consumo da América do Sul.

Mas foi em 1902, no município de Nova Petrópolis-RS, que ocorreu a fundação de uma das primeiras caixas rurais - a Caixa Rural Cooperativa - com o apoio do padre suíço Theodor Amsdadt, fazendo do Rio Grande do Sul o berço do cooperativismo. No entanto o reconhecimento do cooperativismo pelo Estado brasileiro deu-se somente em 1907, através do Decreto 1.637, que vinculou as cooperativas aos sindicatos rurais.¹⁹ Devendo as mesmas constituir-se sob a forma de sociedades comerciais em nome

¹⁹ Até a década de 30, a legislação relativa ao cooperativismo vinculava as sociedades cooperativas (ou consórcios profissionais cooperativos) aos sindicatos, sendo condição para seu funcionamento o mínimo de sete pessoas com profissão similar (na agricultura ou na indústria). Em 1934, as cooperativas que pretendessem obter crédito deveriam ser autorizadas pelos órgãos governamentais competentes, tornando-se obrigatoriedade para seu funcionamento, a partir do decreto 6.274 de 1944 (MENDONÇA, 2002). Depois da Revolução de 30, o Estado reconheceu o direito dos trabalhadores criarem sindicatos, porém, atribuindo-lhes a função de organizar a força de trabalho. Pós 64, os sindicatos e as cooperativas passam a se caracterizar pela burocratização, por práticas assistencialistas e colaboração de classes (SOUZA, 2006). No caso das cooperativas a criação da OCB, em 1969, faz parte da burocratização.

coletivo, em comandita e sociedade anônima. Com uma certa liberdade de funcionamento pouco tiveram influência direta do Estado, cabendo na sua constituição, a orientação de alguns técnicos funcionários de ministérios. Neste mesmo ano, em Minas Gerais, foram criadas as primeiras cooperativas agropecuárias, na tentativa de reduzir a atuação dos intermediários estrangeiros na comercialização da produção agrícola.

No Rio Grande do Sul, em torno de 1911, o governo estadual, estimulado pelas experiências anteriores com as caixas rurais, contratou os serviços do técnico italiano Giuseppe Di Stéfano Paternó a fim de divulgar as idéias cooperativistas, além de redigir estatutos, realizar assembléias, estimulando a criação de cooperativas entre os colonos italianos. Apesar de alguns resultados positivos, problemas como despreparo dos sócios, debilidade administrativa e concorrência desleal contribuíram para capitular quase todas as cooperativas da época (CAMPOS, 1998). Outras experiências surgiram e se consolidaram, como um movimento que tomou conotações políticas e econômicas distintas.

Em dezembro de 1927 foi formada, na vila Cotia (então município de São Paulo), uma das maiores cooperativas agrícola do Brasil da época - a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada dos Produtores de Batata em Cotia S/A - depois denominada de Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC). Dois anos depois seria constituído o embrião da Sul-Brasil, a Cooperativa Agrícola do Juqueri. Incentivadas pelo Consulado Geral do Japão em São Paulo, a criação da Cotia visava construir um armazém em regime comunitário para que os produtores pudessem estocar e comercializar livremente seus produtos sem a interferência dos intermediários. Contanto inicialmente com 83 membros, dez anos depois eram 1.303 cooperados, tornando-se a maior cooperativa agrícola do Brasil. Em 1994, porém, as duas cooperativas encerraram suas atividades (MIURA, [s/d]).

Em torno de 1930, alguns técnicos que trabalhavam nas agências governamentais estimularam a constituição de cooperativas, pois viam nestas um meio de superar as desigualdades e injustiças sociais existentes no meio rural, atribuídas aos efeitos nocivos do latifúndio e dos atravessadores comerciais. A idéia era de que o cooperativismo neutralizaria os desequilíbrios que ameaçava a atividade agrícola, no

tocante ao crédito, à força de trabalho ou acesso ao mercado, integrando-se verticalmente a outras instâncias municipais, estaduais etc, como ressalta Mendonça (2002). O que estava subjacente a esse discurso, segundo a autora, era a tentativa de adaptar os agricultores ao conhecimento das práticas da moderna agricultura, por fim à dispersão e ao êxodo da força de trabalho e, ao mesmo tempo, eleger o cooperativismo como responsável pela construção da própria identidade do homem do campo.

O projeto cooperativista dos “agrônomos doutrinários”, no entanto, visava possibilitar a intermediação do Estado entre diferentes produtores rurais (grandes proprietários, colonos, arrendatários, parceiros etc), conciliando-os e enquadrando diferentes interesses, imprimindo um caráter anticonflitual e interclassista contrapondo-se ao modelo rochdaleano. No entanto, a intervenção exercida pelo Estado, cujo formato oligárquico era assentado numa base de regionalização do poder, não foi capaz de conciliar os diferentes interesses. As cooperativas vinícolas da região Sul, por exemplo, fundadas nas colônias de imigrantes italianos, eram acusadas pelos grandes comerciantes regionais de prejudicarem o comércio do vinho gaúcho, obrigando-as a fecharem as portas (MENDONÇA, 2002).

Com a crise mundial dos anos 30, o Brasil, que vinha tentando sair de uma extensa crise interna relacionada ao modelo agro-exportador baseado na monocultura do café, enfrentou sérias conseqüências econômicas. Com uma incipiente agricultura de subsistência e, ao mesmo tempo, grandes fazendas dedicadas ao plantio do café, o abastecimento de gêneros alimentícios ficou comprometido. Nos principais centros urbanos havia uma escassez de alimentos básicos, em função do crescimento da demanda e do modelo agroexportador. O Estado, então, passa a se interessar e estimular a expansão do cooperativismo no campo como forma de garantir o abastecimento de gêneros alimentícios mais baratos para as grandes cidades, onde, os trabalhadores e trabalhadoras, premidos pelos baixos salários e os altos preços de alimentos básicos começam a se organizar. Com isto, a redução dos preços de gêneros alimentícios provocada pela intervenção do Estado, resultou tanto no aumento de salário dos trabalhadores (as) urbanos - conservando reduzidos os gastos com sua subsistência - como também no arrefecimento do movimento por reivindicação salarial (MENDONÇA, 2002; MARTINS, 1986).

Nesse contexto, o Estado voltou-se para apoiar as cooperativas de produtores rurais como uma possibilidade concreta de equilibrar o mercado interno, contribuindo para solucionar os problemas sociais e econômicos. Para Fleury (1983), os princípios doutrinários do movimento cooperativista eram um atrativo a ser utilizado como instrumento da política econômica estatal, pois as intervenções seriam justificadas em nome das classes populares e consolidadas através da legislação específica do cooperativismo e da política agrícola.

Assim, tanto os produtores agroindustriais como os agricultores imigrantes foram estimulados às práticas coletivas dando, portanto, um novo impulso ao cooperativismo. As necessidades de agricultores imigrantes, principalmente os colonos da região Sul e Sudeste, os “obrigaram” a buscar construir coletivamente alternativas para enfrentar os grandes intermediários e os varejistas, além da possibilidade de obtenção do crédito sem usura através das caixas rurais (FLEURY, 1983; PIRES, 2004; STINCHCOMBE, 1976). Por outro lado, a mesma crise provocou, entre outras ações, o fechamento do comércio mundial, e fez com que o Brasil redirecionasse seu modelo de desenvolvimento econômico, substituindo a importação de bens duráveis pela industrialização. Acompanhando as mudanças econômicas e políticas, a legislação que disciplinava a constituição e o funcionamento das cooperativas foi modificada e o Estado brasileiro não só passou a regular o funcionamento das cooperativas como também a estimular ao máximo a sua criação²⁰ (FLEURY, 1983).

Em termos da legislação, a partir de 1932, o Decreto 22.239 facilitou e simplificou a sua fundação, lhes isentando de uma série de impostos, diferenciando-as de outras formas associativas, mas, atrelando o seu controle sob a tutela do Estado. Para se ter uma idéia, a criação do Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC) do estado de São Paulo – depois criado em outros estados da federação - através do Decreto Estadual 5.966 de 30 de junho de 1933 preconizava, entre outras,

²⁰ O então governo Getúlio Vargas empenhou-se pessoalmente em incentivar o cooperativismo agrícola. Em discurso proferido durante a inauguração da estrada Minas-Bahia, declarou que “nas condições especiais de nossa economia os benefícios do crédito só poderá se generalizar através de uma rede de cooperativas de produção, já iniciada com evidentes vantagens...” (LUCENA, 1999).

Incentivar, orientar, controlar e fiscalizar a organização e o funcionamento das sociedades cooperativas em geral, auxiliando-as, bem assim, na utilização dos diferentes serviços técnicos que as mesmas podem prestar às diversas repartições públicas estaduais (LEI 5.966...1933 *apud* MENDONÇA, 2002).

No entanto, as disputas de interesses entre os grupos no poder refletiram-se no projeto de cooperativismo adotado que defendia seu crescimento qualitativo, o caráter tutelado e controlado pelo Estado, seus fins exclusivamente econômicos e sua desvinculação aos sindicatos.

Em 1937, a Constituição garantiu legalmente a liberdade de associação profissional ou sindical e atribui aos estados o poder de legislar sobre as cooperativas. Porém, a partir de 1942, através do Decreto Lei 5.154 - sobre a intervenção do Estado nas cooperativas - e em 1943, com o Decreto Lei 5.893 - sobre a liberdade de organização - as cooperativas passaram a ser condicionadas pela fiscalização, controle e registro, através do Serviço de Economia Rural (SER) e da Caixa de Crédito Cooperativo (CCC), órgãos do Ministério da Agricultura (PINHO, 1973; MENDONÇA, 2002; RECH, 2000).

As leis 581 de 1938, e a 5.893 de 1943, viriam acentuar a tendência burocratizante e a ingerência do Estado na criação e funcionamento das cooperativas, com regras que as afastariam cada vez mais de qualquer aproximação com os ideais dos “socialistas utópicos”, aprofundando sua dependência das suas políticas. No entanto, suas vantagens podiam ser identificadas com: a) a redução dos custos operacionais e dos gastos de armazenagem, beneficiamento e transporte da produção agrícola; b) facilidades nas compras dos produtos agrícolas; c) difusão e incorporação de tecnologia industrial; d) aumento da produtividade física e econômica da lavoura (NICÁCIO, 1997).

A partir da II Grande Guerra e no período pós-guerra houve uma expansão do cooperativismo, principalmente o agropecuário, decorrente do restabelecimento do comércio internacional, do incentivo de organismos internacionais e da intensificação da intervenção e dos estímulos materiais e fiscais do Estado que viu no cooperativismo

rural a forma de viabilizar a execução das suas políticas governamentais, cujas diretrizes estavam orientadas para o abastecimento e a auto-suficiência do crescente mercado interno (DUARTE, 1986).

Por trás disto, existia a intervenção norteamericana que, através de acordos com o Brasil, postulava incrementar a produção de alimentos de primeira necessidade, pensando, provavelmente, que os povos famintos e analfabetos estariam mais vulneráveis à propaganda comunista (AMMANN, 1981) que era divulgada a partir das experiências socialistas de outros países. Nesta perspectiva, o Estado via nas cooperativas uma “forma astuciosa” de submeter o movimento associativo camponês sob sua vigilância.

Neste período, as políticas de promoção do cooperativismo rural, notadamente a isenção tributária e as facilidades de crédito, contribuíram para que o movimento cooperativista se tornasse passivo, dependente e adquirisse traços essencialmente empresariais, reagindo apenas aos estímulos do modelo econômico ditado pelo Estado que via na agricultura a fonte de equilíbrio da receita cambial, de “transferência de renda” para o setor urbano-industrial, e de “subsídio do consumo urbano”²¹.

Com a reorientação da política econômica do Estado, de teor agrícola para o setor urbano-industrial, há uma deterioração dos preços dos produtos (café, cana, algodão, milho, arroz), estimulando os proprietários rurais a aderirem ao chamado cooperativismo empresarial como a saída para atenuar o processo de descapitalização, a que estavam submetidos em decorrência da política desenvolvimentista. O movimento dos intitulados ruralistas culminou, então, com a constituição da cooperativa de cafeicultores (paulistas e mineiros) para comercialização do café (MARTINS, 1976).

Na sequência, no Sul-Sudeste algumas cooperativas surgiram como respostas aos incentivos fiscais e creditícios do Estado²² e transformando-se em cartéis na mão de grandes produtores/exportadores de trigo e de soja integrados ao modelo de

²¹A política econômica do Estado desenvolvimentista, voltada para a industrialização, passou a ser mais importante na regulamentação dos produtos agrícolas, pois o país dependia deles para equilibrar a receita cambial e regular o preço dos gêneros de primeira necessidade. Além disto, o café, como principal produto na receita cambial, ao mesmo tempo em que era estimulado pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), foi também alvo do confisco cambial, em que parte das rendas advindas das exportações eram reorientadas para dinamizar o setor urbano-industrial (MARTINS, 1976).

²²Apesar do discurso governamental de incentivar as cooperativas, os créditos a elas concedidos através do Banco do Brasil, na década de 40, representavam 2% do total de empréstimos concedidos pelo banco e, em termos do volume de recursos, 0,8% do total de capitais emprestados (MENDONÇA, 2002).

produção capitalista vigente e privilegiados pelo conjunto de políticas e subsídios públicos. Neste sentido, as cooperativas serviram de canal viabilizador para grandes operações de comercialização e financiamento agrícola, promovendo os donos da grande lavoura. As bem-sucedidas eram aquelas que operavam com produtos de exportação, integrando-se aos subsetores mais dinâmicos da agricultura brasileira (STECKER, 1992; SCHNEIDER, 197-?). Não surpreende, assim, que, em ordem decrescente, os estados mais importantes eram São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Paraná e Rio de Janeiro como os mais cooperativizados (MENDONÇA, 2002).

A partir de 1966, como parte da repressão aos movimentos populares, o Decreto-Lei 59/66 imprimiu uma forte intervenção negativa do Estado no funcionamento das cooperativas: cancelou alguns incentivos tributários, restringiu o crédito cooperativo, proibiu operações com terceiros nas cooperativas de crédito, extinguiu as seções de crédito das cooperativas mistas e instaurou a autorização prévia para o seu funcionamento (BULGARELLI, 1974).

Ao perder muito dos incentivos fiscais e liberdades já conquistadas, acrescida da criação de uma legislação restritiva, algumas cooperativas foram fechadas e, juntamente com as debilidades por que passava o cooperativismo em geral (falta de educação cooperativista, ausência de controle e de participação por parte dos sócios, operações a crédito, irresponsabilidade e empirismo administrativo etc), influenciou para que o número de cooperativas, principalmente no Nordeste, fosse reduzido. Nota-se, no entanto, nesta mesma década o surgimento de cooperativas habitacionais, estimuladas pela criação do Sistema Financeiro de Habitação e do Banco Nacional de Habitação²³ que ofereceu as condições de financiamento da casa própria através da constituição de

²³ Neste período, surge o cooperativismo habitacional marcado pela criação da Lei 4.380/64 que instituiu o Plano Nacional de Habitação, o Sistema Financeiro de Habitação e a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), com o objetivo de coordenar a ação dos órgãos públicos e orientar o setor privado no fomento e estímulo à construção de habitações populares, financiando a aquisição da casa própria (dando ênfase, pelo menos no discurso governamental, às populações de média e baixa renda). O item III do Art. 4 foi dedicado às cooperativas habitacionais considerando que: as cooperativas fossem entidades *sui generes* sem fins lucrativos; seu caráter popular devia contemplar o valor de cotas módico e limitado para cada sócio; seus planos habitacionais deveriam incentivar e proteger os interesses dos seus associados; deveriam devolver a seus associados os eventuais resultados positivos de suas atividades etc. Em 1966, o governo criou o Plano de Financiamento de Cooperativas Operárias para estimular a criação de cooperativas habitacionais que deveriam ser assistidas pelos Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOPs), que cumpriam, por vezes, papéis intimamente reservados aos cooperados, ferindo o princípio cooperativista de gestão democrática. Para maiores detalhes, consultar MORAIS, 2004; VIEIRA et al, 2003.

cooperativas habitacionais. Um dos objetivos oficiais era o de atender às demandas por moradia popular nos grandes centros urbanos, capazes de absorver grande contingente de força de trabalho desqualificada ou semiqualficada e de, simultaneamente, minimizar a deficiência estrutural que estava a ameaçar o “bom equilíbrio” do sistema (VEIGA e FONSECA, 2001; MORAIS, 2004; AMMANN, 1981).

Em dezembro de 1969 é fundada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e em 1971, com o governo do general Médici, é sancionado o Decreto-Lei 5.674 que regula a criação e o funcionamento das cooperativas. Este Decreto ofereceu mais liberdade às cooperativas, eliminando várias proibições, mas, ainda subjugando-as à ingerência estatal no processo de sua constituição e funcionamento.

Entre 1980-1990, por um lado, ocorreu a retirada dos subsídios e incentivos governamentais, e por outro, a luta pela democratização do país favoreceu a autonomia parcial dessas organizações com relação à tutela dos chefes políticos locais. No entanto, isto não significou o afastamento total da influência do Estado nos negócios das cooperativas. Exemplo disto foi quando, em 2004, a Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada, com pouco mais de 10 mil associados, foi induzida pelo governo federal a reintegrar trinta e três mil sócios para que fosse aprovado um contrato no valor de U\$ 240 (duzentos e quarenta milhões de dólares), assinado entre a cooperativa e a empresa norte-americana *Phoenix Gems* para explorar ouro na região de Curionópolis-PA (CORREIA, 2004).

A partir de 1994, houve um crescimento relevante das cooperativas no Brasil (em torno de 40%) creditado, segundo Bialoskorski (2000), à estabilização da economia e ao Plano Real. Para o autor, as cooperativas se configuravam como um importante elemento de distribuição de renda, além de uma resposta da sociedade civil às adversidades do ambiente econômico, gerando empregos e renda e estimulando a atividade produtiva. Acrescente-se ainda que este crescimento decorreu do aumento do desemprego, gerado pela falência de indústrias; da defesa da diversidade regional e de um desenvolvimento endógeno a partir de agentes econômicos mais livres e não submetidos à relação capital *versus* trabalho (NUNES, 2009), onde as cooperativas seriam a sua concretização mais adequada. Haja vista, desta forma, o número de cooperativas de trabalho que antes de 1990 eram pouco expressivas e não faziam

parte de um segmento específico, como exemplo, as cooperativas empresariais de saúde (principalmente as UNIMEDs) que passaram a ser definidas como tal a partir de 1966 (ver Quadro 9). Por outro lado, deveu-se também à redução da atuação do Estado em algumas áreas e que, ao estagnar ou reduzir o número de funcionários, terceirizou as suas funções na área de educação, saúde, lazer, assistência técnica etc, passando a responsabilidade para organizações de caráter não governamental, entre elas cooperativas e ONGs. Para se ter uma idéia, entre 2003 e 2004 a ANCA (Associação Nacional de Cooperação Agrícola) e a Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil) receberam repasses oficiais na ordem de 8,7 milhões, através de convênios para a realização de cursos de formação de lideranças, alfabetização de jovens e adultos e para assistência técnica aos assentamentos (SOUZA, 2004). Outros convênios entre o governo federal e ONGs foram firmados, principalmente aqueles destinados à assistência técnica e assessoramento às organizações rurais.

Quanto ao cooperativismo ligado ao sistema OCB, nota-se que no ano de 2007 foram registradas 7.672, com 7,69 milhões de cooperados, destacando-se os ramos trabalho, agropecuário, crédito, transporte e saúde, pois juntos representaram 83,19% do total de cooperativas (OCB, 2008), afora as cooperativas ligadas ao sistema da Concrab.

Observa-se também que no ramo agropecuário o número de cooperativas ao longo do tempo pouco variou, salientando-se que entre as que surgiram as “bem sucedidas” foram grandes cooperativas agroindustriais, principalmente as de produtos lácteos e as de produção de grãos, notadamente no eixo Sul-Sudeste. Marcadas por uma gestão centralizada e dirigida por gerentes contratados, essas cooperativas tenderam a subordinar os pequenos agricultores a agir como meros fornecedores de produtos; empregaram grande número de trabalhadores assalariados; e têm uma participação significativa na produção nacional de *commodities*, especialmente aquelas destinadas à exportação. Para ilustrar, em 2005 as cooperativas participavam na produção nacional com 62,2% da produção de trigo, 39,2% de aveia, 38,9% de algodão, 29,4% de soja e 28% de café. Em 2007, as exportações chegaram ao valor de mais de 3.300 bilhões de dólares (OCB, 2008). Em 2008 tiveram um saldo de US\$ 3,45

Quadro 9 - Evolução das cooperativas (oficiais) no período de 1991-2000 e 2007

Ramo/anos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2007
Agropecuário	1.438	1.402	1.393	1.334	1.378	1.403	1.449	1.408	1.437	1.448	1.544
Trabalho	566	598	629	825	986	699	1025	1334	1661	1949	1.826
Crédito	724	726	788	809	834	859	882	890	920	966	1.148
Educacional	103	112	101	105	106	176	187	193	210	225	337
Saúde	-	-	-	-	-	468	530	585	698	757	919
Habitacional	161	177	190	176	174	190	231	202	216	222	381
Produção	-	-	-	-	-	71	108	110	135	145	208
Outras	537	533	566	452	450	450	439	380	375	372	1.309
Total	3.529	3.548	3.608	3.701	3.928	4.316	4.851	5.102	5.652	6.084	7.672

Outras incluem: transporte, infra-estrutura, turismo, mineração, especial

Elaboração: a autora

Fonte: OCB

bilhões na balança comercial. Até início de 2009, apesar da crise, as cooperativas tiveram uma maior participação nas exportações brasileiras. Dentre os produtos que mais exportados pelas cooperativas foram os do complexo soja, que engloba o grão, o óleo e o farelo, apresentando a maior participação nas vendas diretas, representando 29,49% das exportações. O setor sucroalcooleiro, que corresponde aos açúcares e ao álcool etílico, vem em segundo lugar no ranking com 24,81%. Já o setor de carnes, café, cereais (milho, trigo, arroz e cevada), algodão e leite e laticínios aparecem na sequência, com 18,69%, 13,49%, 4,05%, 3,56% e 1,82% das exportações, respectivamente (VASCONCELOS, 2009).

A partir disto, podemos concluir que o modelo de cooperativismo rural oficial que vai predominar no Brasil é o de grandes cooperativas, com caráter empresarial/tradicional e burocrático, coadunando-se com o projeto voltado para a chamada modernização da agricultura e o agronegócio; atendendo aos interesses econômicos do empresariado rural; favorecendo uma minoria e recebendo forte incentivo do Estado brasileiro. Neste sentido, relega ao segundo plano ou mesmo afasta-se dos valores democráticos, participativos, de igualdade e de equidade, contidos na doutrina cooperativista. O cooperativismo agrícola que foi priorizado, assim, deixou de ser um movimento legítimo dos chamados pequenos produtores agrícolas, para ser um instrumento do modelo de desenvolvimento econômico adotado pelos diferentes governos, que buscaram o equilíbrio da balança comercial através de *commodities* agrícolas (soja, trigo, leite etc). Prova disto é a declaração do presidente da Frentcoop (Frente Parlamentar do Cooperativismo) afirmando que desde 1995 o setor (leia-se cooperativismo empresarial) era o único superavitário em sua balança comercial, oferecendo 36% dos empregos diretos no Brasil e compondo 42% do Produto Interno Bruto e somando 47% do total das exportações (OCB, 2009).

Numa análise mais atualizada, contudo, podemos observar que, diferentes das cooperativas tradicionais, surgem outras cooperativas no meio rural brasileiro cujas características estão mais próximas dos princípios da economia solidária e popular e que representam o setor não empresarial agrícola (agricultura familiar organizada em cooperativas, as cooperativas do MST etc). No entanto, estas organizações encontram-se inseridas no campo econômico e se deparam com uma lógica de concorrência em

que terão que se posicionar de alguma forma, quer seja concordando, contrariando ou criando alternativas. Uma questão que se coloca e que é crucial em algumas experiências no campo da economia solidária e popular, especificamente as cooperativas, é a da pressão externa exercida pela lógica capitalista, que as levam a reproduzirem, pelo menos em parte, as mesmas estratégias das empresas capitalistas. Assim, a partir dessas particularidades, elas são chamadas a assumir outras responsabilidades que lhe darão uma conotação, como diria Simmel (1983), mais hostil ou mais solidária. Tais como:

- resolverem os conflitos entre os interesses coletivos (da organização) e os individuais (dos associados);
- colocarem em prática as decisões tomadas em assembleias gerais que afetam os sócios (por exemplo, deixarem de receber o produto por não cumprirem os requisitos de controle de qualidade);
- operarem internamente com o conselho diretor, responsável pelo zelo e implementação das decisões e com profissionais contratados (gerente, contador etc) que, às vezes pela urgência de adaptação ao mercado, assumem atitudes sem passar pela deliberação das assembleias gerais;
- agirem com a ambigüidade de “não terem lucro” e “distribuírem as sobras aos sócios” sendo, neste sentido, pressionadas pelos cooperados para alcançar resultados financeiros positivos e ao mesmo tempo adotarem os princípios cooperativistas não capitalistas;
- manterem a autonomia política das iniciativas ao mesmo tempo mobilizarem os recursos do Estado através de convênios e contratos. Como dizem Santos e RODRÍGUEZ (2002, p. 68) nas suas teses sobre as alternativas de produção, “as lutas pela produção alternativa devem ser impulsionadas dentro e fora do Estado”.

2.4 - O rural, algumas questões e o cooperativismo solidário e popular

Compreender o cooperativismo popular e solidário requer que façamos, também, uma incursão na literatura que trata das transformações recentes ocorridas no meio rural, até porque a cooperativa estudada tem suas atividades centrais no campo e age

como propulsora do desenvolvimento e da diversificação de atividades rurais.

Historicamente as políticas agrícolas foram orientadas, no geral, por uma concepção dicotômica entre o rural e o urbano. Sociólogos, agrônomos, assessores do governo e professores de universidades realizaram análises sobre os processos de transformações ocorridos na economia em geral e seus efeitos no meio rural, decorrendo daí algumas diretrizes para se elaborar políticas públicas para o setor. Existem os que analisam o rural como meio inexoravelmente destinado ao desaparecimento, na medida em que se “modernizaria” e se urbanizaria; e outros que vêem o rural como espaço cujas especificidades possibilitariam o desenvolvimento e a diversificação de atividades agrícolas e, portanto, a reprodução dos agricultores familiares, bem como, de sua identidade como tal.

Considerando o rural como um espaço peculiar cujos traços estão vinculados a ocupação (relação mais direta com a natureza: plantas, animais e terra); ao ambiente (a maioria da ocupação se realiza ao ar livre); ao espaço (maiores espaços para desenvolver as atividades); às localidades (tendem a ser mais homogêneas que no meio urbano); à estratificação social (menos diferenciada que no meio urbano); e a uma maior interação social (laços afetivos e de amizade mais estreitos), Solari (1976), usou esses critérios para explicar a diferença entre rural e urbano na tentativa de superar a tão propagada dualidade atrasado/desenvolvido²⁴, conservador/moderno, rudimentar/avançado etc.

Nessa linha de pensamento, Queiroz (1976) trabalhou uma metodologia em que a relação rural-urbana não de daria de forma dicotômica, mas, sim interligadas levando-se em consideração as suas especificidades e seu momento histórico, o que implicaria em conceber o meio rural como parte de um conjunto social mais amplo, do qual faria parte também a cidade. Dessa forma, a análise deveria ser orientada, não no sentido de se contrapor o rural ao urbano, mas, de identificar a coexistência das suas características, suas conexões e quais seriam predominantes em determinado momento histórico em uma dada sociedade. Como exemplo, para a autora, as

²⁴ Algumas agências internacionais (ONU, BID) respaldadas no “atraso cultural” das populações rurais brasileiras introduziram, via Ministério da Agricultura e Ministério da Educação, um programa de alfabetização de adultos e de extensão rural para “adequar” os “atrasados” ao modelo de modernização da agricultura; “para preparar a paz e maximizar os efeitos da assistência técnica” (AMMANN, 1981, p 74).

características de uma determinada sociedade onde predominaria uma economia de subsistência, uma fraca divisão social do trabalho e uma interação social permeadas pela afetividade poderiam coexistir com a presença de uma tecnologia avançada e a predominância da produção industrial e de serviços que seriam características do meio urbano.

As críticas à visão dicotômica perduraram até a década de 70, baseando-se na observação de que entre o rural e o urbano existiria um continuum, ou seja, haveria uma gradação infinita, inúmeros escalões que iriam criando uma transição entre o meio rural e o meio urbano e que os critérios anteriormente mencionados para se entender o que seria rural não se mostravam totalmente válidos.

Entre os anos 70-80 do século XX, as profundas transformações que passaram a agricultura e o meio rural brasileiro levaram alguns analistas a concluir que eram similares às aquelas feitas nos países capitalistas, ditos avançados. A chamada “questão agrícola” seria superada pelo processo de modernização da agricultura, contida nos pacotes tecnológicos. Nos anos 80 a análise foi no sentido de que o processo de modernização aprofundara a integração entre capitais (industrial, financeiro e comercial) formando os chamados “complexos agroindustriais”. Neste contexto, a reforma agrária estaria superada e desnecessária (BUAINAIN, ROMEIRO e GUANZIROLI, 2003).

A partir principalmente dos anos 80-90 a retomada do debate sobre o rural ganhou nova relevância em decorrência das reflexões sobre os processos de transformações globais na agricultura que geraram novas dinâmicas sociais, econômicas e ambientais. A introdução de novas biotecnologias de produção agrícola, juntamente com sua maior integração aos mercados globais, criou alguns impactos ambientais, na estrutura agrária e no desempenho da agricultura brasileira, fazendo com que os agricultores que não dispunham de tecnologias consideradas modernas, entre outros fatores, não viabilizassem suas atividades. Um dos resultados foi uma queda do número de propriedades rurais com tamanho médio e, conseqüentemente, o aumento do número de grandes propriedades rurais dedicadas ao cultivo de *commodities* ou a criação extensiva de gado bovino. Em consequência, algumas tendências vão surgindo, entre elas, uma maior ênfase nos produtos agrícolas transformados e nas empresas do complexo rural, cada vez maiores e integradas

verticalmente (NICÁCIO, 1997). Além disto, houve uma redução do emprego estritamente agrícola²⁵ e o aumento do não-agrícola; o aprofundamento da exclusão e pauperização das populações rurais; o esvaziamento relativo dos espaços rurais e a ampliação das carências de serviços (saúde, educação etc) (FERREIRA e ZANONI, 1998).

As transformações implicaram também outras mudanças nos espaços rurais, incluindo a redução do tempo necessário para o trabalho agrícola (mecanização, adubos químicos etc); a valorização da cultura local; estratégias de permanência das famílias e de não fragmentação da terra em troca de outras vantagens para alguns de seus membros (estudar ou trabalhar na cidade etc) (RUA, 2006). E, sobretudo, na criação de estratégias de reprodução dos agricultores familiares, notadamente na ampliação e diversificação das atividades agrícolas e para-agrícolas que, em determinados contextos socioeconômicos, alavancaram a abertura de ciclos virtuosos de fortalecimento das atividades produtivas e conferindo-lhes maior autonomia e estabilidade econômica.

A concepção para se entender o rural, então é orientada pela idéia de que a atividade agrícola está cada vez mais integrada com a indústria, através da consolidação dos complexos agroindustriais ou das cadeias agroindustriais, voltadas, principalmente, para o mercado externo; além da visão de que a agricultura vinha perdendo peso econômico e político. Neste sentido um dos focos da discussão já não era os chamados pequenos ou os grandes agricultores, mas, os agricultores integrados e não-integrados (PAULILLO, 2001).

No entanto, algumas experiências no Sul-Sudeste do Brasil mostraram que a integração entre agroindústria e agricultura familiar, longe de melhorar a vida dos

²⁵ "Em 2006, o total de pessoas envolvidas nas atividades agrícolas era de 17,2 milhões (19,3% da população ocupada) e, em 2007, caiu para 16,6 milhões (18,3% do total de ocupados). Apenas na Região Centro-Oeste, não houve redução do contingente ocupado, que variou positivamente em 4,0%. Em termos das participações no total de ocupados, as reduções ocorreram mais fortemente no Sudeste (7,0%) e no Sul (-6,3%), sendo que as atividades agrícolas no Sudeste envolviam apenas 8,9% das pessoas ocupadas e no Sul, 19,5%. A Região Nordeste foi a que registrou a maior parcela de pessoas ocupadas em atividades agrícolas (32,5%)" (PNAD, 2007). Na PNAD de 2008, a "distribuição das pessoas ocupadas segundo os grupamentos de atividade, as maiores participações foram as dos grupamentos agrícola, da indústria e do comércio e reparação com 17,4%, 15,1% e 17,4%, respectivamente. Enquanto o percentual nacional das pessoas ocupadas no grupamento agrícola foi de 17,4%, no Nordeste esse percentual foi de 30,8%, enquanto no Sudeste, de 8,9%. O grupamento da indústria teve maior absorção de pessoal ocupado no Sudeste (18,2%) e no Sul (18,7%)" (PNAD, 2008).

agricultores envolvidos levou-os a uma forte tendência de exclusão com base em novas exigências de escala e qualidade frente às fortes transformações da dinâmica dos mercados (WILKINSON, 2008), inclusive contribuindo para a criação do MST. Todavia, alguns efeitos foram criados quando as agroindústrias convencionais, involuntariamente, deixaram espaços para os produtos regionais que passam a ser importante para a formação de novas relações de produção e consumo alimentar que revalorizaram a diversidade ecológica e sócio-cultural do lugar, muito embora as novas exigências de muitos dos mercados de nicho, em termos tecnológicos e mercadológicos, representassem barreiras para os agricultores considerados tradicionais (MIOR, 2005; WILKINSON, 2000).

Neste contexto, o ressurgimento da agroindustrialização familiar, emerge do processo de modernização da agricultura, modificando a base técnica e produtiva e inserindo a também a agricultura familiar em relações mais mercantilizadas, que a levaram a uma crescente fragilização social e econômica, sem mencionar os problemas ambientais. Surgem também várias iniciativas produtivas, econômicas, algumas incitadas por políticas públicas, etc, colocando-se como alternativa ao modelo de desenvolvimento agrícola baseado na tecnificação, em grãos e em *commodities* (KIYOTA *et al*, 2010)²⁶.

No Nordeste, as integrações realizadas foram baseadas em grande parte na fruticultura irrigada (mamão, melão, uva etc). No entanto, a alternativa de agroindustrialização familiar tem sido focada em atividades e produtos locais específicos, como a castanha do caju e o mel, que usam processos tecnológicos menos agressivo ao meio ambiente e mais difícil de ser “expropriado” pelas grandes empresas (WILKINSON, 2008).

Paralelamente, a luta pela democratização do país e o questionamento sobre os efeitos nocivos do modelo de desenvolvimento rural, centrado na “modernização conservadora”, ganha maior visibilidade no espaço público através da ação de agricultores e trabalhadores rurais organizados. A luta por melhores condições de

²⁶ Relatório apresentado no seminário do IPODE - Inovações, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil, projeto de pesquisa em convênio com o CNPQ-UFRS/UFRN/UFCG, cujo objetivo foi elaborar um estudo comparativo entre a região Sul e Nordeste do Brasil sobre as inovações, formas de organização e mecanismos de acesso aos recursos dos agricultores familiares. Nele, fizemos parte como uma das pesquisadoras do RN.

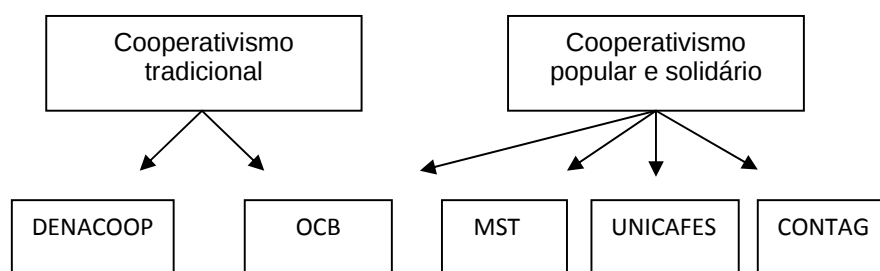
produção, de preços, comercialização, acesso às políticas públicas e à assistência técnica e ao crédito, juntamente com luta pelo acesso a terra, já posto no final de 70, dá outro impulso e legitimidade à contestação do “modelo modernizador.” A questão agrária passa a assumir uma importância política central, através da pressão articulada na Campanha Nacional pela Reforma Agrária (CNRA), na qual os principais segmentos representativos dos movimentos sociais rurais e de outros segmentos populares estiveram presentes, ganhando fôlego com a atuação específica e marcante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); da Igreja Católica e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) com propostas que reivindicavam uma atenção para um segmento da agricultura familiar, incluindo uma política de assentamentos rurais com a criação de novos projetos e liberação de terras para a reforma agrária (ROMANO, 2008).

Para Delgado (2009), portanto, ficaram claros dois modelos políticos que disputam o significado e as políticas públicas, a que ele denomina, respectivamente, de projeto neoliberal do agronegócio e o projeto democratizante, legitimados (pelo Estado) pela dualidade da política agrícola nos dois ministérios: o Ministério da Agricultura, da Pesca e da Alimentação (MAPA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), representando e correspondendo respectivamente à agricultura empresarial (com 4,2 milhões de pessoas, o que equivale a 25,6% da força de trabalho ocupada) e a agricultura familiar (com 12,3 milhões de pessoas, representando 74,4% do pessoal ocupado) (IBGE, 2006).

O movimento cooperativista, neste contexto, também ganha novos contornos, configurando-se em duas formas distintas de organização. Uma ligada ao cooperativismo empresarial/tradicional, que sincroniza com o projeto neoliberal voltado para a modernização da agricultura e o agronegócio; e outro cooperativismo mais orientado para a inserção econômica e sociopolítica dos agricultores familiares e dos assentados e, geralmente, vinculados aos movimentos sociais e às propostas de um novo modelo de desenvolvimento mais sustentável. Surgem pequenos empreendimentos cooperativos agroindustriais ou artesanais mais dinâmicos e capazes de congregam os agricultores familiares, colocando-os numa posição menos desfavorável com relação ao mercado e aos intermediários (ver Figura 1).

Neste contexto, os representantes dos movimentos sociais no meio rural assumem papel importante na constituição de cooperativas populares: o MST, na organização da produção dos assentados, criando o seu modelo de cooperação mais autônomo do sistema OCB, através do Sistema de Cooperação Agrícola; a Contag, apoiando às associações e cooperativas dos sindicatos a ela associada; além de alguns setores de instituições religiosas e de algumas ONGs que passam a oferecer assistência técnica e apoio à comercialização da produção e, a partir de 2005, a União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES).

Figura 1 - Esquema dos tipos de cooperativismo



Fonte: adaptado de Duarte (2006).

Podemos dizer, grosso modo, que esse cooperativismo com traço solidário e popular na área rural, configura e traduz, no fundamental, os princípios de solidariedade, justiça, igualdade, participação etc.

Em relação aos seus vínculos com o Estado, as políticas públicas que passaram a ser dirigidas – além do agronegócio - para as políticas de assentamento e para a agricultura familiar, materializaram-se, dentre outras coisas, na criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e em 1995, e na criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). No entanto, ainda que os créditos para agricultura familiar tenham aumentado, eles correspondem apenas a 15% a 20% do montante destinado à agricultura não familiar (SABOURIN, 2007).

Além disso, a emergência do discurso da diversidade regional e da gestão participativa focado nas atividades e na cultura dos agentes locais passa, de certa

forma, a induzir as populações alvos das políticas governamentais a se organizarem em conselhos, **associações e cooperativas**²⁷.

Essas mudanças influíram também em outro entendimento do “rural” e do “urbano” provocando suas reconceituações. Neste sentido, algumas correntes de pensamento contribuíram para superar as anteriores análises dicotômicas entre o rural e urbano, embora haja divergências no sentido de que uma vertente acredite no desaparecimento inexorável do rural e outra em que, apesar dos impactos do urbano no meio rural, este manteria suas especificidades. Entre as principais referências para se discutir o rural nas últimas décadas estão o Projeto Rurbano (1981-95), o relatório (1974) da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Guanziroli *et al* (2001), Veiga (2001), Abramoway e Wanderley (2000) e outros.

2.4.1 - As mudanças no meio rural: concepções e lições

Iniciando pelo Projeto Rurbano²⁸, podemos ter uma idéia sobre o entendimento do rural através de suas análises centradas na mudança espacial (rural entendido como continuum) e, prioritariamente, na atividade ocupacional (crescimento das atividades não-agrícolas). Tendo como sua principal referência, Graziano da Silva (1999), nesse enfoque o rural é analisado a partir dos dados das PNADs que, entre outros, apontam os índices relativos à redução da ocupação agrícola na área rural e mais especificamente, no segmento não patronal, em contraste com o crescimento das ocupações não-agrícolas, principalmente, as relacionadas aos serviços pessoais, ao comércio, construção civil e às atividades das agroindústrias. Para o autor, o processo de modernização da agricultura, entre as quais a industrialização no campo, de um lado, e do transbordamento do mundo urbano naquele espaço tradicionalmente definido como rural causou o aumento das atividades não-agrícolas e as respectivas gerações

²⁷ Alguns os programas governamentais como o PRONAF e o PCPR induzem o desenvolvimento das atividades locais, através da criação de cooperativas e/ou de associações de agricultores (as) familiares.

²⁸ O Projeto Rurbano intitulado de Caracterização do Novo Rural Brasileiro 1981-1995, foi financiado pela FAPESP e PRONEX-CNPq para analisar as principais transformações ocorridas no meio rural em onze unidades da Federação.

de emprego e renda no campo. Através do arrefecimento da migração rural/urbana e do embrionário processo de expansão de bens e serviços, tradicionalmente considerados urbanos, impulsionou as atividades não-agrícolas e fazendo emergir outra dinâmica no meio rural a que ele chamou de “novo rural” (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

A partir dos indicadores relativos às ocupações no meio rural, ou seja, da combinação das atividades agrícolas e não-agrícolas dos agricultores familiares, no caso brasileiro, Graziano da Silva (1999) incorpora a noção do agricultor em tempo parcial (*part-time farmer*) cuja nova característica importante é a pluriatividade. Para o autor, esse fenômeno deveu-se basicamente ao crescimento da mecanização e da automação na produção agropecuária; à redução das atividades cultivadas e/ou extensificação da agropecuária; e às transferências de atividades urbanas para o campo, decorrentes da industrialização. Para Graziano da Silva (1987), o atraso da maioria das regiões brasileiras deve-se fundamentalmente à falta de desenvolvimento das atividades não-agrícolas onde parcela significativa da população rural depende das atividades agrícolas cujos rendimentos são insuficientes para mantê-los com um nível de vida digno. Portanto, onde há uma agricultura desenvolvida (diga-se mecanizada) as ocupações não-agrícolas são mais dinâmicas oferecendo oportunidades de aumentar os rendimentos dos agricultores familiares; e que, nas regiões “atrasadas”, é necessária uma política de emprego rural não-agrícola.

Como proposta para se pensar o desenvolvimento rural Campanhola e Graziano da Silva (2000) propõem como um dos instrumentos de apoio tratar a agricultura, e as atividades a ela relacionadas, como parte de um amplo legue de atividades no qual o **cooperativismo e o associativismo** teriam o papel de fortalecer os pequenos produtores e os grupos historicamente marginalizados dos processos econômicos e sociais tradicionais. Para tanto, as cooperativas facilitariam o acesso aos programas governamentais, ao mercado, à assistência técnica. Outra estratégia seria a participação das populações rurais em conselhos, comitês e fóruns para aumentar o poder de barganha dos agricultores junto aos setores público e privado.

Particularmente no Rio Grande do Norte, segundo Gomes da Silva (2000), a população rural historicamente sempre esteve ocupada em atividades não-agrícolas decorrentes, principalmente, do caráter não empresarial da sua agricultura e da

sazonalidade da então predominante cultura algodoeira, que na entressafra tinha sua força de trabalho deslocada para a exploração do sal e para a extração de minério. No tocante à sua análise, algumas ocupações não-agrícolas ou para-agrícolas aparecem como possibilidade de agregar valor à produção através da criação de pequenas indústrias de transformação e de processamento de alimentos como as agroindústrias farinheiras (casas de farinha), as mini-fábricas de processamento de frutas e de beneficiamento da castanha de caju e da produção de doces caseiros. Lembramos ainda a crescente expansão da atividade apícola, principalmente a partir de 1996, que impulsionou a criação de várias associações e suas respectivas “casas de mel” (VILELA e PEREIRA, 2002).

Em relação ao estudo FAO/INCRA, orientado para traçar as diretrizes de uma política de desenvolvimento sustentável do meio rural, teve como principal referência o fortalecimento da agricultura familiar a partir do reconhecimento de que ela é ainda responsável por considerável volume de produtos alimentares. Analisando o desempenho econômico dos assentamentos em áreas de reforma agrária, o estudo identificou que o seu desenvolvimento e um melhor acesso às políticas públicas sociais e produtivas devem-se às formas de organização da produção e do trabalho coletivo dos agricultores familiares, destacando-se a relação íntima entre trabalho e gestão; a produção ser dirigida pelos proprietários; e pela diversificação produtiva, entre outras, (FAO/INCRA, 1994).

Continuando com a abordagem de que a reforma agrária é fundamental para o fortalecimento da agricultura familiar como estratégia do desenvolvimento rural, Guanzioli *et al* (2001), destacam suas vantagens na gestão da força de trabalho quando o processo de produção requer tratos culturais cuidadosos e delicados difíceis de ser compensados no empreendimento patronal, ao mesmo tempo em que podem ser incorporadas técnicas ditas modernas mas relativamente intensivas no uso do fator abundante - o trabalho.

No entendimento destes autores, a concepção de que o desenvolvimento rural dependia da industrialização da agricultura, através da modernização do latifúndio, via incentivo à penetração e difusão de empresas agrícolas capitalistas, desconsiderou algumas características técnico-produtivas da produção agropecuária (processo de

trabalho, tempo de trabalho e tempo de produção, produção dispersa, sazonalidade etc), bem como as características da produção familiar. As consequências políticas, socioeconômicas e ambientais dessas concepções expressas nas políticas governamentais, refletiram negativamente no desenvolvimento das populações rurais, em especial, dos agricultores familiares. A partir da consideração de que a unidade de base técnica não modificou o caráter artesanal da produção agrícola e analisando algumas experiências (Japão e Europa) e, no caso brasileiro, alguns dados das PNADs, os autores afirmam a importância da produção familiar como base principal da produção agrícola assim como na criação de ocupações não-agrícolas, dela derivada, como fonte de aumento de renda. Entre as cinco recomendações que os autores fazem para a implementação de políticas públicas, está o apoio às formas associativas de gestão e uma das linhas básicas de políticas seria o estímulo às cooperativas.

Do ponto de vista de José Eli da Veiga e colaboradores, no documento “O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento” publicado em 2001, prioriza suas análises para o critério da ocupação demográfica, do dinamismo das atividades e do nível de “urbanização”. Sugere que o projeto de desenvolvimento para o rural no Brasil deve objetivar a maximização das oportunidades de desenvolvimento humano em todas as regiões do país diversificando as economias locais e a começar pela própria agropecuária. Esta concepção parte do entendimento de que a agropecuária ainda é parte decisiva da economia rural, tanto no que se refere à ocupação como à geração de riqueza; e que a capacidade de diversificação da economia local, a partir das características de sua agricultura, gera um maior dinamismo do meio rural, além das tradições locais, saberes artesanais e culinários, da paisagem, sítios arqueológicos, imagem do território etc (VEIGA, 2001; 2005).

Destacamos, portanto, o papel que o autor imputa às unidades familiares que, como parte desse rural, é fonte de diversificação das economias locais, capazes de germinar em seu seio, variadas formas de organização econômicas que por vezes estimulam simultaneamente comportamentos cooperativos. Mais claramente, ao propor uma política de desenvolvimento rural sustentável, Veiga (2001, 2005) orienta as diretrizes para ações descentralizadas que priorizem a organização e os atores locais através da expansão e do fortalecimento de pequenas empresas de caráter familiar, do

cooperativismo e do associativismo. Reconhecendo ainda, a necessidade de uma organização territorial que crie novas formas institucionais para coordenar, estimular e fortalecer os sistemas produtivos locais através de rede de empresas.

Wanderley (2000), por sua vez, afirma que a urbanização, a industrialização, a modernização da agricultura não poriam um fim nas particularidades do meio rural, contudo, as diferenças espaciais e sociais, em relação ao meio urbano, apontam para a emergência de uma nova ruralidade. Neste sentido, o rural sofreu um profundo processo de diversificação social (empresas, variados tipos de residências, indústrias, serviços etc) que não se pode encará-lo como oposição ao urbano, mas sim, a partir de suas interações e relações de complementaridade. Considerar o rural na atualidade seria pensar que ainda existe o predomínio da natureza, onde o homem lida com ela através do seu trabalho e do *habitat*; é uma sociedade de interconhecimento, em que há uma maior interação social baseada nos pequenos grupos, na proximidade, nos laços pessoais diretos (afetividade, amizade etc) e em práticas de reciprocidade.

Para a autora, a imposição crescente da inserção em mercados competitivos, induz a coletividade dos agricultores a criar estratégias de ampliação da renda familiar criando atividades agrícolas ou não, a chamada pluriatividade, gestando dinâmicas capazes de efetuar uma melhor distribuição dos recursos produtivos, produzir para os mercados de proximidade e assegurar a reprodução e permanência dos agricultores familiares, ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família (WANDERLEY, 2000). Soma-se ainda, a importância que assume o conceito de desenvolvimento rural e de território apoiados na noção de capital social que enfatiza a cooperação, a proximidade e a aprendizagem coletiva como vantagem competitiva para a produção da agricultura familiar (ABRAMOVAY, MAGALHÃES e SCHRODER, 2005).

Incorporando essas questões à nossa pesquisa, entendemos, assim, que o desenvolvimento das cooperativas populares está sintonizado com essas transformações e para que o seu êxito seja garantido, deve-se considerar que: o rural já não se constitui em um espaço exclusivo de atividades agrícolas, mas, também envolve novos atributos em que valores ligados à natureza, à paisagem e à solidariedade são incorporados de outra maneira; as demandas por produtos de qualidade, procedência e de segurança encontram neste “novo espaço” rural a possibilidade de (re) adotar

tecnologias alternativas direcionadas para a fabricação artesanal e a produção agroecológica e natural; a solidariedade existente nos grupos é estimulada pelo associativismo e o cooperativismo; aos conhecimentos acumulados são incorporados outros, de maneira que a atividade agrícola passa a ser redimensionada; a ampliação e diversificação do acesso aos mercados através dos canais associativos, e a diversificação da produção remete para novos laços como os mercados de insumos; incorpora-se a proposta de um desenvolvimento rural social e ambientalmente sustentável etc.

No tocante às contribuições dos autores e algumas mudanças no rural extraímos outras lições para o nosso tema de pesquisa, destacando-se:

- a) A maioria deles, ao se posicionarem frente às políticas que devem ser desenvolvidas no meio rural indica o associativismo e o cooperativismo como estratégia para organizar a produção, gerir coletivamente os recursos, melhorar a inserção nos mercados e a participação no espaço público, o que indica claramente a importância adquirida pelo cooperativismo na área rural;
- b) Mesmo com dificuldade de acesso às políticas agrícolas, os agricultores familiares continuam a procurar alternativas de sobrevivência intensificando, diversificando a produção agrícola ou mesmo buscando aumentar suas rendas através de outras atividades não-agrícolas através de formas de gestão coletiva;
- c) O apoio creditício e de assistência técnica para a agricultura familiar, organizada em cooperativas, podem reduzir seus custos de transação e criar um ambiente de confiança possibilitando novos modos de inserção social;
- d) Em termos de cadeia produtiva é útil para entender que, em vez da integração com a agroindústria tipicamente capitalista, os agricultores familiares podem construir suas próprias organizações, através da criação de **agroindústrias coletivizadas** dedicadas a beneficiar e transformar sua produção agropecuária (mel de abelha, castanha de caju etc.); melhorar o desempenho da cadeia de suprimento; diversificar e comercializar o produto final (amêndoas torradas, cruas, caramelizadas, com pimenta, mel em sachês, em bisnagas etc);
- e) A configuração de um ambiente de confiança e de co-responsabilidade, baseados em laços pessoais, na solidariedade e na habilidade de coordenar as

condições sociais e políticas são essenciais para a gestão de estratégias coletivas através da constituição de **agroindústrias cooperativas**;

- f) A diversificação das atividades agrícolas e não-agrícolas no meio rural, incrementada pelas cooperativas, pode favorecer as populações rurais no sentido de aumentar as suas rendas, evitar o êxodo dos jovens, preservar o patrimônio cultural e aumentar a sua inserção em mercados tradicionais e diferenciados;
- g) Os conhecimentos e a reciprocidade pré-existentes nas populações rurais são fundamentais para a sua integração às cooperativas e desta com outras organizações;
- h) As ações para o rural devem contemplar o desenvolvimento das agroindústrias como forma de fortalecer a produção agrícola dos agricultores familiares e gerar ocupações não-agrícolas;
- i) As formas de organização coletiva têm facilitado o acesso dos agricultores ao crédito, assistência técnica e políticas públicas de uma maneira geral;
- j) As agroindústrias cooperativas reduzem os custos de informações, operacionais, de comercialização e com a regulamentação sanitária (custos de transações) e aumentam a eficiência da cadeia de suprimento.

2.5 - O cooperativismo solidário e popular na área rural: uma reaproximação da produção, transformação e comercialização

O cooperativismo ressurge na área rural com outra feição e influenciado pela conjunção de um amplo leque de fatores, dificilmente inseparáveis, dentre eles, como já colocado, pelos efeitos do modelo de desenvolvimento agrícola, da luta pela participação democrática, pelo acesso a terra e crédito etc. Segundo, como coloca Sabourin (2007), pelo desengajamento de algumas políticas governamentais de apoio direto à produção familiar, como, infra-estruturas, comercialização, assistência técnica, capacitação e crédito, dando maior atenção a programas de ordem mais social que produtivos, voltados para temas como meio ambiente, gênero, jovens, assistência

social, segurança alimentar etc. Terceiro, a abordagem participativa que acenou para a abertura de espaços de expressão e emergência de identidades diversas (sem terra, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, catadoras de babaçu e outros), bem como a participação da população na gestão dos recursos públicos. Quarto, pelos incentivos financeiros das agências internacionais (Banco Mundial, BID etc). Quinto, pelo engajamento de organismos não governamentais, sindicatos e instituições religiosas aos movimentos pelo direito a terra, substituindo o Estado nas atividades de assistência técnica, comercial e gestão. E por último, para atender às necessidades de comercialização da produção ou para criar outras atividades não-agrícolas a fim de aumentar as rendas das famílias de agricultores (as)²⁹.

As organizações econômicas populares na área rural, geralmente estão associadas ou constituem extensão da agricultura familiar e aparecem como formas de acesso aos mercados tradicionais e alternativos com a respectiva redução dos intermediários; facilitando o acesso aos recursos; revalorizando sua cultura e práticas de solidariedade e de cooperação existentes; estimulando a ampliação de outras atividades; aumentando a participação de outros grupos, particularmente os jovens e mulheres; e exercendo influência na integração das localidades.

Quanto ao que se denominou agricultura familiar³⁰, ela ganha maior visibilidade a partir, também, do contexto geral da agricultura e do movimento sindical, notadamente através da CONTAG, ainda reforçada por pesquisas desenvolvidas tanto na academia, como pelos órgãos governamentais (NEAD, INCRA) e de agências multilaterais (FAO).

Apesar da sua importância fugiria do objetivo do nosso trabalho aprofundar a discussão em torno do tema, nos limitando a fornecer algumas das suas características

²⁹ Entre as pessoas ocupadas na agricultura familiar, 90,0% tinham laços de parentesco com o produtor, indício de que a união dos esforços em torno de um empreendimento comum é uma característica importante deste tipo de agricultura (IBGE, 2009). Ainda foram identificados 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, ou 84,4% do total, ocupando 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (os estabelecimentos não familiares representavam 15,6% do total dos estabelecimentos, mas ocupavam 75,7% da sua área). A agricultura familiar continua mostrando seu peso na cesta básica do brasileiro, pois foi responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e, na pecuária, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos (IBGE, 2009).

³⁰ Na tentativa de definir o que seja “agricultura familiar” a Lei 11.326 determina que seu limite máximo seja de quatro módulos fiscais; que a força de trabalho seja predominantemente da própria família; que a renda deve ser originada nas atividades da propriedade e que sua direção deve ser feita por um membro da família.

que possam defini-la como tal e que podem ser consideradas como vantagens para a produção e comercialização a partir de sua organização e seus vínculos com o cooperativismo solidário e popular na área rural.

Em termos da conceituação, tomaremos como referência Veiga (2001), ao se referir à agricultura familiar não pelo tamanho da área disponível, mas como se organiza na unidade produtiva. Ou melhor, o trabalho e a gestão devem estar intimamente relacionados, o processo produtivo deve ser dirigido diretamente pelos proprietários ou arrendatários, ênfase na diversidade das atividades e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, assalariamento complementar, decisões imediatas e adequadas à imprevisibilidade da produção agrícola.

Do ponto de vistas de outras características que possibilitam a construção do trabalho coletivo em cooperativa, a agricultura familiar apresenta algumas vantagens. Primeiramente, o conhecimento tradicionalmente construído ou o *habitus* que, segundo Bourdieu (1998), compreende as disposições construídas socialmente, engendradas no passado e orientadas para uma ação presente. Nessa relação, da presença simultânea de estruturas incorporadas socialmente (adquiridas no passado), e a sua capacidade estruturante (de gerar ações no presente) se traduz, por exemplo, na adoção de novas técnicas de produção e de fabricação mais adequadas que colocam os produtos artesanais e orgânicos em nichos de mercados relacionados com novas demandas dos consumidores. Além disto, os produtos são redimensionados ou revalorizados quando elaborados pelo grupo familiar e distribuídos por suas organizações coletivas, como exige o mercado do chamado comércio justo.

Segundo, de forma aparentemente paradoxal aos complexos agroindustriais, os sistemas produtivos locais aparecem como vantagem para a agricultura familiar e suas organizações pela proximidade, além, de facilitar a (re) introdução do manejo mais orgânico e o uso de insumos da própria unidade familiar (adubos, sementes, frutas, grãos, leite etc).

Terceiro, a revalorização do espaço rural (a paisagem, a cultura, o artesanato etc) como lazer ou como investimento, possibilita uma maior interação da população urbana com a área rural. Quarto, a atividade que é executada prioritariamente pelo grupo familiar requer o uso intensivo de força de trabalho ao mesmo tempo em que

passa a ser redimensionada quando envolve a vizinhança e o coletivo, dando-lhe maior visibilidade e fazendo-se reconhecer no espaço público.

Quinto, no caso dos agricultores familiares as práticas construídas cotidianamente que se traduzem em um estado adquirido e firmemente estabelecido do caráter moral que orienta os sentimentos e desejos (WACQUANT, 2004), podem reforçar a confiança, criando laços sociais mais sólidos, impulsionando uma relação mais cooperativa em vez de competitiva, ao mesmo tempo, em que leva a um comprometimento maior de continuar o empreendimento.

Em termos da sua contribuição na produção nacional de alimentos e emprego de força de trabalho, deve-se ressaltar que as propriedades rurais familiares são responsáveis por 38% do valor total da produção agropecuária e empregavam, em 2006, 74,4% da força de trabalho rural do país. Apesar de ocupar um quarto da área total dos estabelecimentos, mais de 60% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros vêm deste segmento (IBGE, 2009).

No Nordeste a maior participação da agricultura familiar no total da produção agrícola e hortifrutigranjeiro é o feijão, milho e aves/ovos, especialmente entre os agricultores mais descapitalizados, cuja produção é destinada prioritariamente para o autoconsumo. Segundo estudo da FAO/INCRA (1994), excluindo estas atividades de subsistência, a sustentabilidade econômica das pequenas propriedades é condicionada pela inserção em determinadas cadeias produtivas, pela localização econômica e pelo grau de capitalização (Guanziroli *et al*, 2001). Daí o sentido das cooperativas para viabilizar a comercialização e outros objetivos individuais (e coletivos) o que sozinhos em suas unidades produtivas dificilmente conseguirão.

Nesta direção, o cooperativismo solidário e popular rural tem desempenhado um papel fundamental na organização econômica dos agricultores, muitas vezes cumprindo responsabilidades, antes tarefa desempenhada pelo sindicato ou mesmo pelo Estado.

Geralmente essas cooperativas assumem a conformação de uma agroindústria, quer seja como alternativa às experiências negativas contidas nos sistemas de integração entre as grandes agroindústrias e os agricultores familiares (notadamente nas experiências no Sul/Sudeste do país); quer seja como forma de se adequarem à legislação pertinente; para reduzir o número dos atravessadores e apropriarem-se do

valor agregado; para ampliar a sua inserção no mercado etc.

Assim, o que se convencionou chamar de **agroindústria cooperativa**³¹, são as organizações que prestam serviços a seus associados na transformação, processamento, classificação, embalagem e estocagem de produtos de origem agropecuária, para sua utilização intermediária ou comercialização. São constituídas por, no mínimo, 20 pessoas que exercem atividades para realizar objetivos comuns, com base em princípios e valores solidários e gestão democrática e participativa e para tanto contribuem equitativamente na constituição do capital social³², inicial necessário ao seu funcionamento. Parte dele (capital) é individual, parte é coletivo, cujas sobras são distribuídas na proporção do trabalho ou das operações realizadas, por cada um dos sócios, com a cooperativa. Portanto, diferenciam-se tanto das empresas tipicamente capitalistas no tocante à propriedade e a gestão, e das cooperativas tradicionais, onde geralmente são predominantemente hierarquizadas, com força de trabalho de terceiros e divergentes na distribuição das sobras.

Nesta perspectiva, as agroindústrias cooperativas guardam uma característica de concentrar os produtos individuais de seus membros os quais são distribuídos com um valor agregado maior do que o individualmente produzido, aumentando assim suas receitas³³. Colocado à venda o produto em volumes maiores, as diferenças entre os custos de produção e os custos de armazenagem, contratos, taxas e impostos, informações e distribuição (os chamados custos de transação) que compõem o preço de venda realizado pela cooperativa para os mercados (convencional e alternativo), são

³¹ A Lei Estadual 9 067, de maio de 2008, entende por agroindústria familiar, comunitária ou artesanal a unidade de processamento de produtos alimentícios de origem animal e seus derivados, apícola, crustáceos e moluscos, com mão-de-obra preferencialmente familiar, em pequena escala e com características tradicionais, culturais ou regionais próprias. De acordo com a legislação são considerados passíveis de elaboração por agroindústria familiar, comunitária ou artesanal carnes "in natura" de bovinos, caprinos, ovinos, aves e suínos e derivados; leite e derivados; ovos; produtos apícolas; peixes, crustáceos e moluscos; outros produtos comestíveis de origem animal (DOE-RN, 2008).

³² Capital social é o montante em dinheiro que deverá ser subscrito e integralizado pelo sócio, total ou dividido em cotas partes.

³³ Dentre as receitas anuais obtidas pelos estabelecimentos familiares e não familiares, no Brasil, a primeira maior receita provém da produção vegetal; a segunda, da produção animal e de seus derivados; a terceira da prestação de serviços para empresa integradora e a quarta de produtos da agroindústria. Dos agricultores familiares que declararam ter auferido alguma renda no estabelecimento, 69,0 %, tiveram o valor médio da produção anual em de R\$ 13,99 mil, sendo 80% na extração vegetal, 63% na horticultura, 57% do valor agregado na agroindústria e 56% do valor da produção de animais de grande porte (IBGE, 2009).

posteriormente distribuídos entre os seus cooperados de acordo com as transações realizadas com a cooperativa.

Acompanhando as transformações ocorridas no meio rural, essas cooperativas, pela sua diversidade de formas e de serviços prestados, passam a atender a complexidade da produção familiar na área rural, visto que esta envolve processos técnicos que são específicos de acordo com as suas distintas naturezas (CHAYANOV *apud* CARVALHO, 2007):

- a) Processos mecânicos, que estão ligados ao espaço agrícola (aragem do solo, plantio, transporte, colheita e coleta etc);
- b) Processos biológicos, relacionados à fitotecnia e à zootecnia;
- c) Processos técnicos relacionados à transformação do produto (beneficiamento de castanha; processamento de mel etc);
- d) Operações econômicas, que ligam a propriedade ao mundo exterior (compra de insumos, venda de produtos, crédito etc).

Posto isto, basta perceber que pela natureza da produção agrícola, os processos, apesar de distintos, dificilmente são dissociáveis, por conseguinte, relacionando-se a produção de matéria-prima (feijão, gado, ovino, leite, arroz, caju etc) com o mínimo de processamento realizado na unidade familiar (beneficiamento da castanha, debulha do feijão verde, centrifugação do mel etc) e a comercialização com a cooperativa. Em outras palavras, as agroindústrias como empreendimento social e econômico ressurgem numa escala maior e com maior diversidade em uma situação em que elas não são separadas das outras atividades produtivas e econômicas das unidades de produção familiares, antes se constituindo um prolongamento das suas atividades agropecuárias e, tendo na cooperativa, dentre outras vantagens, a garantia da comercialização.

Para a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - FETRAF-Sul-, as agroindústrias cooperativas constituem-se numa alternativa econômica para a permanência dos agricultores no campo bem como para a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural sustentável. Promove a inclusão social de jovens, mulheres e idosos e o acesso ao crédito através do Pronaf (FETRAF-Sul, [s/d]).

E ainda na região Sul do Brasil, Mior (2005), estudando as agroindústrias

familiares no este do Paraná, ressalta a importância da construção social dos mercados para a agricultura familiar que começam a partir do seio da própria família rural e da unidade de produção em que ela articula os recursos humanos (força de trabalho, conhecimento, *know how* para processar produto e para comercializar etc); recursos produtivos (matérias-primas, instalações e equipamentos etc) e os financeiros (poupança interna). Tal articulação, que ele chama de rede, seriam constituídas, especialmente, de vínculos de parentescos, de amizade e reforçadas pelos movimentos sociais.

A partir disto e com base nas características das cooperativas populares e solidárias, de modo geral, elas proporcionam algumas vantagens e facilidades para os agricultores, entre as quais:

- a) Vinculam a agricultura familiar às formas mais adequadas de produção, beneficiamento e distribuição. Em especial, tem mantido uma relação orgânica entre a produção e a industrialização, já defendida pelo socialista utópico Robert Owen (1771-1858) e por Plockboy e John Bellers (século XVII), mostrando-se adequada na coordenação de sistemas agroindustriais envolvendo a produção (na sua origem) a estrutura de processamento e a distribuição;
- b) Estabelecem uma relação mais estreita entre às exigências e as demandas dos consumidores (produtos mais saudáveis, embalagem segura, variedade no volume e do produto, qualidade, melhoria dos serviços etc) e os produtores, orientando-os no manejo de práticas menos agressivas ao meio ambiente, no uso de técnicas mais higiênicas, produtos orgânicos, semiprocessados etc;
- c) Têm facilitado o acesso dos seus associados ao sistema de crédito oficial e aos recursos e os apoios das instituições de fomento às formas associativas;
- d) Ampliam a inserção dos produtos em mercados tradicional e alternativos. A identificação da diversidade de mercados bem como os processos de qualificação dos produtos em função da origem, do processamento ou de especificidades locais, ajuda a orientar as políticas públicas específicas e os efeitos da concorrência capitalista (SABOURIN, 2007);
- e) Atuam na diminuição do número de intermediários reduzindo os ganhos destes e revertendo o valor agregado para os produtores-associados. Alguns estudos têm

indicado que as agroindústrias cooperativadas agregam valor ao produto *in natura* em torno do dobro ou triplo do valor da matéria-prima (LAUSCHNER, 1995);

- f) Compartilham os custos fixos (manutenção da infraestrutura da cooperativa) e os custos variáveis (relativos ao volume de produto beneficiado, classificado, embalado e comercializado), assim como a redução dos custos de transação ao longo da cadeia produtiva;
- g) Proporcionam ganhos em escalas maiores, passando-se de pequenos para grandes volumes e das pequenas unidades familiares para uma organização maior (a cooperativa), promovendo a otimização das estruturas individuais e a racionalização dos recursos investidos coletivamente, com melhor aproveitamento dos ativos sem, no entanto, destruir o trabalho familiar;
- h) Reorganizam o processo produtivo, levando os seus membros a adequar seu produto às políticas da cooperativa, ou seja, a elevar o nível técnico e das tecnologias de trabalho e de produção, capazes de melhorar a qualidade de seus produtos, e dessa forma atender as exigências dos mercados;
- i) Com isso as cooperativas tendem a envolver atividades distintas de maneira a integrar as atividades de forma mais organizada e produtiva;
- j) Geralmente estão localizadas próximas da fonte de matéria-prima;
- k) Compartilham a responsabilidade moral e ética da sua continuidade e do seu êxito (MIOR, 2006; WILKINSON, 2000);
- l) Pelo seu tamanho, possuem maior flexibilidade para adaptar-se aos requerimentos de diversificação de produtos, volumes e qualidade com maiores possibilidades de inovar e de minimizar os riscos inerentes à produção agropecuária (sazonalidade, intempéries, ciclo biológico, pragas etc);
- m) Usam processos artesanais específicos que as diferenciam das agroindústrias convencionais, criando externalidades positivas no que diz respeito ao meio ambiente (uso de práticas conservadoras do solo, poda, adubos e defensivos agrícolas orgânicos etc);
- n) Possibilitam ocupar um maior número de pessoas na produção;
- o) Minimizam os custos de regulamentação sanitária, além de internalizarem os

aspectos legais, tanto do ponto de vista sanitário, como ambiental e fiscal (MIOR, 2005).

2.6 - O cooperativismo solidário e popular na área rural e as redes de apoio

A consolidação das formas associativas no meio rural brasileiro, **tem se apoiado numa rede e articulações interorganizacionais envolvendo o Estado e outras instituições de caráter não governamental**. Entre estas, federações de trabalhadores rurais, sindicatos, o MST, ONGs etc, que objetivam, principalmente, orientar suas ações para criar alternativas de produção e comercialização justas e aumentar as rendas das famílias.

Os fóruns e conselhos locais e territoriais (Conselho Territorial e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural - CMDR), criados a partir da exigência de alguns programas governamentais, também se constituem em espaços de explicitação dos conflitos e/ou de cooperação e de institucionalização da participação dos diversos agentes na definição das propostas e projetos de desenvolvimento local e/ou territorial, podendo influenciar positivamente ou negativamente nas organizações dos agricultores (as) familiares. Entre elas, as cooperativas e associações podem ser fortalecidas e referenciadas pelos seus pares ao e mesmo tempo reconhecidas pelos governos, quando se encarregam da ação pragmática das políticas governamentais (municipal, estadual e federal).

2.6.1 - O Estado

A partir dos anos 90, um outro modelo de desenvolvimento passa a ser buscado, centrado na chamada inclusão social, na sustentabilidade, na questão ambiental e na participação e descentralização das políticas governamentais, onde o local passa a ser visto como um eixo orientador de promoção econômica e social; o espaço privilegiado para se induzir o desenvolvimento a partir dos agentes sociais e econômicos, através do apoio às atividades produtivas locais.

Apesar da atenção dispensada ao agronegócio, Estado tem focado os chamados empreendimentos solidários através de vários mecanismos. Entre eles a transferência de responsabilidades, que se realiza na prestação de serviços essenciais para os setores populares, através das organizações de caráter não governamental; de alguns programas governamentais específicos que foram ampliados ou orientados para a geração de emprego e renda (PROGER Rural, Pronaf, CREDIAMIGO) e o estímulo às exportações³⁴, visando transformar os (as) trabalhadores (as) desempregados (as) em pequenos empreendedores de sucesso; e com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES. Recentemente o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR), cujo objetivo proclamado é favorecer o desenvolvimento regional integrado mediante a definição participativa de projetos de infra-estrutura coletivos, tem também alavancado as organizações coletivas dos agricultores familiares. Esses programas, no entanto, não têm conseguido atingir toda a população alvo nem tão pouco garantir a autonomia dos empreendimentos.

No âmbito dos governos estaduais e municipais, as iniciativas seguem a proposta do governo federal onde se registra alguns programas voltados para o fomento às cooperativas populares e à economia solidária e popular, a exemplo do Projeto de Fomento à Criação e Desenvolvimento de Associações e Cooperativas Populares em Natal, executado pela Prefeitura/Secretaria Municipal e Assistência Social da Prefeitura do Natal (SEMTAS), entre 2006 e 2008.

No âmbito do governo federal brasileiro, a presença do Estado no fomento ao cooperativismo foi significativa com a criação da SENAES no interior do Ministério do Trabalho e Emprego³⁵, onde Paul Singer é secretário. Para este órgão a economia solidária (ES) é o “conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito - organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária” (SENAES, p.11,

³⁴ Além da castanha e do mel serem exportados (A COOPERCAJU vendeu regularmente para a Suíça e a Itália, enquanto a COOPAPI no ano de 2008 exportou para os EUA), há também lixo reciclado. Em 2005 a Cooperativa de Catadores de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis – COOPAMARE – uma das mais de 400 cooperativas de reciclagem de lixo existentes no Brasil, movimentou R\$ 7 bilhões (BALBI, 2006).

³⁵ Barbosa (2007) ressalva que a vinculação da SENAES ao Ministério do trabalho e Emprego não teria outro sentido se não o de assumir o cooperativismo como prerrogativa em vez de promover o emprego assalariado e, através da sua certificação, o trabalho regulado como forma de garantir a cidadania.

2006), tendo como principais características a cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade. Considera-se a ESP também como a base de um desenvolvimento solidário ou incluyente capaz de englobar a todos (ricos e pobres) democraticamente nos resultados de seus benefícios (SINGER, 2006).

As diretrizes das políticas para o setor da economia solidária no Brasil são propostas pelo Conselho Nacional de Economia Solidária, composto por 56 entidades entre ministérios, empreendimentos de economia solidária e organizações da sociedade civil, cabendo-lhe, também, o acompanhamento da execução dessas políticas. Para implementar as políticas públicas específicas para o setor, o governo criou o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, segundo relatório da SENAES, a partir das demandas das próprias entidades da economia solidária, definindo as ações e prioridades, dialogando com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária-FBES e os fóruns estaduais FEES e; com a Rede Brasileira de Sócio Economia Solidária - RBSES. Os recursos financeiros são distribuídos pelos programas de alguns ministérios, coordenações e secretarias dos órgãos governamentais através de agentes financeiros estatais (SENAES, 2006).

Ainda consta, nesse relatório, que as políticas de geração de trabalho e renda implementadas pelo Governo Federal (ministérios, secretarias, departamentos e coordenações), possuem, como um dos eixos, programas voltados para a economia visando fomentar e apoiar os empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio (ONG, OSCIP, associações, universidades, incubadoras universitárias), governos municipais, estaduais, trabalhadores e trabalhadoras e interessados em geral. O governo tenta vincular e complementar alguns programas lançados por outros ministérios, que não o Ministério do Trabalho e Emprego, ao qual a SENAES é subordinada, com a economia solidária. Exemplo disto é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) provenientes da agricultura familiar acessado, principalmente, através de inscrição na Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) ou no Instituto Nacional de Crédito e Reforma Agrária (INCRA) (SENAES, 2006). Essa vinculação é efetuada através do acesso dos empreendimentos da economia solidária e popular (cooperativas e associações) ao programa através da Compra Antecipada para Doação Simultânea e para Formação de Estoque.

Em termos quantitativos o número de empreendimentos solidários, mapeados na segunda fase, coordenada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2008), entre os anos de 2005 e 2007, indica um total de 21.763, sendo 10.513 no meio rural, 7.539 em áreas urbanas e 3.711 no urbano e rural. Do total 54,5% eram associações, 32,7% trabalhavam como grupos informais, e 10,7% estavam organizados em cooperativas.

Confrontando o percentual de 50% dos empreendimentos, mapeados na primeira fase, e localizados na área rural com os percentuais das atividades econômicas, observados na Tabela 1, percebe-se claramente a face rural da economia solidária.

Tabela 1 - Caracterização econômica dos empreendimentos da economia solidária popular.

Atividade desenvolvida	Total*	%*
Agricultura, pecuária, pesca e extrativismo	9596	64%
Prestação de serviços (diversas áreas)	2158	14%
Alimentos (produção, beneficiamento e serviço)	1880	13%
Têxtil, confecção e calçados	1854	12%
Artesanato em geral	1288	9%
Indústria de transformação	892	6%
Coleta e reciclagem	625	4%
Finanças	349	2%

Fonte: DIEESE, 2008

*Múltiplas respostas

Dos empreendimentos localizados no meio rural a principal razão da sua criação foi motivada, por ordem de importância, “como exigência para ter acesso ao financiamento”, “como alternativa ao desemprego”, “para obter maiores ganhos e como fonte complementar de renda de seus associados”. Esses empreendimentos envolveram um contingente de 1.680.037 homens e mulheres e 64% deles dedicada à produção de produtos relacionados com a agropecuária, extrativismo e pesca (milho, feijão, arroz, farinha de mandioca, mel, leite, doces de frutas, castanha de caju); no

Nordeste 62,8% deles estão no meio rural sendo que 5,4% se organizaram em cooperativas (DIEESE, 2008).

2.6.2 - Principais financiamentos e programas governamentais: Pronaf, PAA, BB, BNB

Pronaf

Como a cooperativa analisada neste trabalho é formada por agricultores familiares que têm acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf, torna-se necessário fazer uma breve discussão sobre o assunto.

Além das políticas de incentivo e estímulo ao agronegócio, no segmento da agricultura familiar os financiamentos têm sido concedido através do Pronaf³⁶ para apoiar os projetos individuais ou coletivos que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, tais como verticalização e descentralização da produção e melhoria na infra-estrutura de suporte à expansão do desenvolvimento socioeconômico da zona rural. Trata-se de concessão de linha especial de crédito de responsabilidade do MDA e administrado pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), cujos agentes financeiros são o BB, BNB e agentes financeiros credenciados ao BNDES (SAF, 2009).

No entanto, os investimentos, apesar de terem aumentado significativamente³⁷ nos últimos anos graças à influência dos movimentos sociais sindicais na política do MDA, ainda gira em torno de 15% a 20% do montante destinado para o agronegócio, e tem beneficiado sobretudo os agricultores familiares mais capitalizados e melhor articulados com a rede bancária (SABOURIN, 2007).

Além do crédito para financiar projetos de infra-estrutura às prefeituras, o programa ampliou as modalidades de crédito destinado à agricultura familiar e a cada público específico. No entanto, como diz Sabourin (2007), não correspondem à

³⁶ Criado em 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso, o Pronaf foi ampliado nas suas linhas de financiamentos a partir do governo Luis Inácio Lula da Silva.

³⁷ No governo Fernando Henrique Cardoso, até 2002 os valores financiados foram na ordem de R\$ 8.576.568.630,07, com um total de 3.636.289 contratos, enquanto que de 2003 a 2006 atingiram o valor de 31.545.097.603,37, com um total de 5.793.119 contratos (SABOURIN, 2007).

diversidades da natureza e das formas de produção da agricultura familiar que estão segmentados em função do patrimônio com um limite financiado de acordo com o tipo de agricultor; e existe outra segmentação por categoria (mulheres, jovens etc) que pode dividir a coesão da unidade familiar. Dentre as modalidades, destacamos algumas.

Custeio - destina-se ao financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização de produção, própria ou de terceiros agricultores familiares enquadrados no Pronaf.

Investimento – direcionado ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.

Pronaf Agroindústria - linha para o financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural.

Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares – contempla os agricultores e suas **cooperativas** ou associações para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros.

Cota-Parte - financiamento de investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a **cooperativas** de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento; além destas modalidades existem ainda o Pronaf Agroecologia, o Pronaf Eco, o Pronaf Floresta, Pronaf Semi-Árido, Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Microcrédito Rural e o Pronaf Mais Alimentos (SAF, 2009).

PAA

Outro programa que tem se destacado para a agricultura familiar é o Programa de Compra Antecipada de Alimentos (PAA), conduzida pelo Ministério da Agricultura, Pesca e Agropecuária (MAPA) e operacionalizado pela Conab. Como política estruturante do Programa de Combate à Fome e em princípio destinado à compra de produtos da agricultura familiar, constitui uma forma de acesso desse segmento ao

mercado institucional, através de operações com as organizações coletivas.

Os produtos adquiridos diretamente dos agricultores familiares ou de suas associações e cooperativas (mel em sachês, leite, castanha, feijão, frutas, polpas, doces etc) são destinados à formação de estoques de segurança e depois canalizados prioritariamente para doações às populações em situação de risco alimentar e nutricional, geralmente residente na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, populações atingidas por inundações, indígenas etc. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, hospitais, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

Outros objetivos constantes no PAA são: a) remuneração da produção - aquisição dos produtos oriundos da agricultura familiar; b) ocupação do espaço rural - ao promover a compra da produção familiar, há maior estabilidade à atividade agrícola e geração de trabalho e renda ao produtor em seu próprio local; c) distribuição de renda - o pagamento pela produção agrícola familiar promove maior geração de renda para os agricultores, ao mesmo tempo, assegura a circulação de dinheiro na economia da própria região e, por conseguinte, melhores possibilidades de investimentos na região; d) cultura alimentar regional - ao se adquirir produtos alimentícios de uma determinada localidade, passa-se a valorizar a cultura regional que algumas vezes é atrativo turístico; e) preservação ambiental - incentivos ao trabalho de organizações dedicadas à agricultura familiar voltadas para a recuperação e a biodiversidade. Neste sentido, são estimulados sistemas e manejos sustentáveis de cultivos para o desenvolvimento de espécies características das regiões (MDS, 2009; SAF, 2009).

A operacionalização do PAA é feita diretamente pela Conab através dos mecanismos da Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR Doação; da Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR Estoque; e da Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF. As associações e/ou cooperativas de agricultores familiares, participantes das operações, recebem antecipadamente até 100% dos recursos para compra de matéria-prima, embalagens e rótulos, pagamento de produtores e despesas com beneficiamento (CONAB, 2009).

No entanto, o programa, apesar de importante para o desenvolvimento da

agricultura familiar e de suas organizações, requer alguns ajustes. Para se ter uma idéia, analisando o impacto do PAA no RN, Martins e Cavalcanti (2004) concluíram que, a partir da amostra da pesquisa, há um percentual expressivo de agricultores que aumentaram as rendas a partir da sua participação no PAA bem como sua contribuição para o dinamismo da economia local, mas as ações de aquisição não têm considerado a safra, produtos e preços, concorrendo para a concentração em determinados produtos e regiões.

Banco do Brasil

O programa Estratégias de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) do BB, em princípio orienta suas ações para alguns projetos: a) estruturação de cadeias produtivas no desenvolvimento da faixa de fronteira, apoiando a estruturação de cadeias produtivas da apicultura, pesca, mandiocultura, bovinocultura de corte e de leite, entre outras; b) estruturação de cadeias produtivas em assentamento rurais e; c) estruturação de cadeias produtivas da agricultura familiar – Pronaf (BB, 2009).

Mas é principalmente através da Fundação Banco do Brasil – FBB -, criada em 1996, que se instituiu programas mais direcionados aos agricultores familiares, com foco inicial na Região do Semi-Árido, cujas ações foram voltadas para a geração de trabalho e renda. Em conjunto com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA - priorizou-se o uso de tecnologias sociais, especialmente direcionadas para a cadeia produtiva da cajucultura com implantação de mini-fábricas de beneficiamento da castanha de caju, nos estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, expandindo-se depois para os estados do Maranhão e da Bahia. Além disto, outros programas foram desenhados dentro dos conceitos estruturais do Programa Fome Zero com uma ação de inclusão digital, cuja finalidade foi de contribuir para que pequenos produtores organizados se apropriassem de um percentual maior de renda gerada em determinada cadeia produtiva (FBB, 2009; PENA, 2006).

Ainda em parceria com a Senaes, a FBB desenvolveu o projeto "Ação de Recuperação de Empresas pelos Trabalhadores em Autogestão", com a finalidade de

fortalecer empreendimentos constituídos por trabalhadores de empresas recuperadas ou em processo de falência (FÓRUM...2007).

Banco do Nordeste do Brasil

O BNB tem implementado alguns programas governamentais para o chamado agente produtivo, em especial, para os micros e pequenos empreendimentos. Um deles é o CREDIAMIGO que visa estimular, através de serviços financeiros e não financeiros, as economias locais de forma sustentável e, para tanto, financiando a criação de capital de giro e compra de equipamento de trabalho, além de oferecer serviço de orientação técnico-gerencial para seus clientes (VALENTE, 1999).

Através do Programa Territórios da Cidadania, em 2008, o BNB esteve presente em 34 dos 60 territórios que compõem a área de abrangência do programa, onde se inserem 587 municípios, 337 deles pertencentes ao semi-árido nordestino (PRESIDÊNCIA..., 2008). Através do Nordeste Territorial o banco, em 2007, passou a investir na estruturação de cadeias produtivas, dentre elas a da apicultura nos município de Apodi, Caraúbas, Severiano Melo, Itaú, Felipe Guerra, Rafael Godeiro, Rodolfo Fernandes, onde nos quatro primeiro a COOPAPI têm sócios. Em 2008, a agência de Apodi realizou 1230 operações destinadas aos agricultores familiares/apicultores, com contratos no valor de R\$ valor de R\$ 4.950.146,00 (quatro milhões, novecentos e cinquenta mil, cento e quarenta e seis reais) (BNB - Apodi, 2009)³⁸.

Em estados do Nordeste e nas regiões Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo um projeto piloto com recursos financeiros do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários e em parceria com a Senaes, o BNB viabiliza fundos rotativos que apóiam projetos associativos e comunitários de produção de bens e serviços. Esses fundos rotativos objetivam gerar emprego e renda em suas áreas de atuação e emprestar recursos para subsidiar a produção de pequenos empreendimentos solidários (MDS, 2006).

³⁸ Dados coletados na entrevista realizada com o agente de desenvolvimento em Apodi, em abril de 2009.

2.6.3 - Outras instituições de caráter não governamental

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

Representando uma parcela dos trabalhadores, o MST tem tido uma participação fundamental no âmbito das novas formas de trabalho e de geração de renda na área rural. O movimento, que começou pela luta de acesso a terra, propiciou as condições para uma maior participação coletiva, transcendendo assim, a luta pela simples distribuição de terra. Esse movimento criou mecanismos de participação que vão além da questão econômica, que fazem parte de um projeto sociocultural de transformação das suas realidades (GONÇALO, 2001), no qual as suas cooperativas assumem um papel político e pedagógico importante na construção da emancipação coletiva, baseado em um modelo de gestão democrático e participativo; no compromisso e disciplina pessoal de seus membros; na definição das estratégias de crescimento econômico; e no desenvolvimento do ser humano, entre outros (CONCRAB, 1998).

Com princípios e inspiração não capitalista, na qual a economia não é vista somente como um fim, mas também como um meio para a sobrevivência da cooperativa, o sistema cooperativista do MST, apesar de algumas contradições internas³⁹, trouxe uma contribuição no campo da economia solidária e popular, configurando-se em um instrumento de discussão e uma alternativa ao modelo de cooperativismo empresarial que se implantou na área rural da região Sul do país, onde o MST teve suas primeiras experiências de luta e de produção coletiva.

Inicialmente, a partir das experiências em áreas de assentamentos, organizaram a produção em grandes associações, orientadas para a representação política e para a prestação de serviços, ou em pequenos grupos e associações coletivas, a maioria de motivação religiosa. No ano de 1986, o I Encontro Nacional de Assentados passa a discutir a forma de organização econômica cooperativista para melhorar a produção e o padrão de vida dos assentados. Embora resistentes à idéia de se criar cooperativas devido às experiências negativas relacionadas ao modelo de cooperativismo empresarial, o processo de construção de um sistema cooperativo apropriado ao

³⁹ Ver Vazzoler e Eid (2004); Eid (2001), Ferreira (2003), entre outros.

movimento vai se consolidando e entre 89 e 90 surgem as primeiras Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPA) culminando com a criação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA).

O SCA busca a articulação e a afinidade entre diversas formas de cooperação, formar quadros, elaborar programas de capacitação, melhorar a produtividade entre outros. É composto pelas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), pelas Cooperativas de Crédito e pelas Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS). O SCA, segundo o MST, é visto não apenas pelos seus objetivos político-sociais, econômicos e organizativos, mas também como ferramenta de luta e de resistência ao capitalismo na perspectiva de mudança da sociedade e eliminação da exploração dos trabalhadores (CONCRAB, 1998). Para além disto, a perspectiva do movimento é de integrar o desenvolvimento no campo com a sustentabilidade ambiental.

CONTAG

Inicialmente marcada por uma atuação burocratizada e por vezes dependente de programas governamentais, a Contag e federações de trabalhadores na agricultura, pouco influenciou no movimento cooperativista, restando dar apoio político às iniciativas elaboradas por alguns segmentos produtivos da área rural. No entanto, embora não contemple no seu estatuto nem no Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável o apoio às cooperativas, a Contag estimula nos estados a criação de bases de serviços para assistir as cooperativas de crédito tendo como principal função representar politicamente as cooperativas frente a outras entidades e oferecer serviços como assistência técnica, assessoria administrativa, fiscal, entre outras. Através do Projeto Dom Helder Câmara em convênio com o MDA, tem assessorado algumas cooperativas, que no RN cabe à FETARN a sua operacionalização.

Setores da Igreja Católica

A atuação da igreja católica nos movimentos sociais brasileiros pós- guerra e até a década de 60 esteve ligada, em grande parte, aos programas de intervenção

norte-americana na América Latina⁴⁰, marcada por uma situação contraditória. Particularmente no Rio Grande do Norte as organizações criadas e mantidas pela Igreja Católica foram fundamentais para a organização dos trabalhadores no campo. Entre elas a Escola de Serviço Social, a Fundação Pio XII, a Emissora de Rádio Rural, Fundação Universidade Potiguar, o Serviço de Apoio a Projetos Alternativos Comunitários (SEAPAC) e o Serviço de Assistência Rural (SAR). Este último atuando mais diretamente na difusão do cooperativismo, sindicalismo, na educação política e na assistência social (MATOS FILHO, 2001).

Enquanto a cúpula da Igreja Católica se colocava como aliada das classes dominantes, contra a chamada ameaça comunista no Brasil, alguns sacerdotes reorientavam suas ações como aplicação do ideário da “terceira via cristã”⁴¹, especialmente após ser instalada a repressão aos movimentos populares, estudantil e sindical.

Apesar das suas contradições internas, no início dos anos 80 com a ação das pastorais rurais e comunidades eclesiais de base começa um trabalho com “pequenos agricultores” em todo o Brasil, na busca de tecnologias alternativas ao modelo de produção baseado nos pacotes tecnológicos. Principalmente, através da Cáritas⁴² que, reorientada pela Teologia da Libertação, passa a substituir práticas assistencialistas por outras que aliam amparo e conscientização política. Esse esforço consistiu numa tentativa de diminuir a dependência de centenas de famílias dos insumos químicos, sementes melhoradas e animais de raça, não adaptados ao ambiente. A partir dessa iniciativa política e social surge o Projeto Tecnologias Alternativas (PTA) que contribuiu para a intensificação do movimento por uma agricultura alternativa com base na produção agrícola e pecuária familiar. O PTA, assumido pela Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), espalha-se pelo Brasil, de Norte a Sul.

⁴⁰ Para maiores detalhes sobre o envolvimento da Igreja Católica na campanha anti-comunista e, especialmente, com as ações norte-americanas no Brasil, notadamente com a CIA e com a Patrulha da Democracia, ver Bandeira (1973, p. 458).

⁴¹ Para mais detalhes consultar Souza R.(2006).

⁴² A Cáritas Brasileira é um organismo da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil- que faz parte da *Rede Caritas Internationalis* e composta por 162 organizações em todo o mundo. Foi formada em 12 de novembro de 1956. No Brasil, ela é composta por 170 entidades-membro e atua em 10 regionais: Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Nordeste II (AL, PB, PE, RN), Nordeste III (BA, SE), Norte II (AP, PA), Piauí, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo (CÁRITAS, 2009).

Através dos Projetos Alternativos Comunitários (PAC), a Cáritas, apóia vários empreendimentos solidários atuais que foram formados com seu apoio direto ou sob a influência de pastorais e organismos católicos. Na década de 80, incentivou pequenas iniciativas produtivas de desenvolvimento e infra-estrutura, financiadas com recursos de cooperação internacional. Estes projetos, desenvolvidos junto às populações excluídas do acesso aos recursos, buscam integrar a solidariedade cristã com as dimensões econômica, cultural e política na perspectiva de um novo projeto de desenvolvimento solidário. Entre os seus programas, destacam-se: a) a convivência com o semi-árido a partir da mobilização e organização comunitária (capacitação técnica e política, implementação de obras hídricas com cisternas, pequenas barragens, perfuração de poços, etc.); de projetos produtivos (criação de pequenos animais, lavouras coletivas, hortas medicinais etc.); e na formação de educadores/as valorizando os saberes e as culturas locais. b) na economia popular e solidária através do apoio aos grupos (associações, **cooperativas**, movimentos sociais, redes e cadeias produtivas) por meio de projetos social-organizativos ou econômico-produtivos, baseados em formas autogestionárias de trabalho; na constituição dos fundos solidários que podem ser financiados com dinheiro de organismos internacionais, mas, podem também ser criados com recursos da própria comunidade e dos governos (CÁRITAS, 2002).

Em 1981, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) lançou os Fundos Solidários com o objetivo de apoiar pequenos Projetos Alternativos Comunitários (PAC). A intenção era disponibilizar auxílio técnico e financeiro às propostas de desenvolvimento local em diversas regiões do País – elaboradas pelas próprias comunidades. O PAC é considerado uma das sementes do que hoje é chamada de economia popular solidária. Nesses 25 anos, a Cáritas Brasileira tem apoiado empreendimentos da economia solidária (grupos, associações, movimentos sociais, redes e cadeias produtivas) por meio de projetos social-organizativos ou econômico-produtivos, baseados em formas autogestionárias de trabalho, sendo os Fundos Solidários uma das suas principais.

Atualmente, a economia solidária e popular é um dos quatro pontos prioritários no Fórum das Pastorais Sociais e tema da Campanha Ecumênica da Fraternidade 2010 (CÁRITAS, 2009).

ONGs

No período pós-64, com os movimentos contra o regime político autoritário, entra em cena uma atuação mais organizada da sociedade civil, apoiada por setores da igreja católica e por grupos, principalmente de pesquisadores, comprometidos com o desenvolvimento de projetos para apoiar os movimentos populares. Foram criadas organizações de caráter não governamental, comumente denominadas de ONGs⁴³, para organizar, assessorar politicamente as ações de alguns movimentos sociais ao qual pertenciam ou mantinham estreitas relações (ACIOLI, 2008). Com a Constituição de 1988 e mais intensamente a partir de 1990⁴⁴, essas organizações passaram por transformações e a receber incentivo de programas governamentais e de organismos multilaterais para atuar em alguns setores até então de responsabilidade do Estado. Porém, alguns desses programas mostram claramente que são direcionados à substituição de tarefas que eram realizadas por organismos estatais e, desta forma, colaborando com a política neoliberal do “Estado mínimo”, ou seja, este crescimento, vinculado ao processo de reorganização do capital e aceitação do neoliberalismo como alternativa à crise, foi estimulado pelo Estado como forma de colocar sob a responsabilidade dessas organizações as tarefas anteriormente suas.

As organizações não governamentais englobam as fundações, associações e organizações religiosas e geralmente pretendem desenvolver ações envolvendo os

⁴³Entende-se genericamente como ONG, qualquer entidade comunitária que não tem nenhum vínculo formal com o governo, seja municipal, estadual ou federal. O termo ONG foi usado pela primeira vez em 1950 pela ONU, Organização das Nações Unidas, para definir toda organização da sociedade civil que não estivesse vinculada formalmente a um governo (REVISTA...2009). Do ponto de vista da ABONG (Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais), uma Ong é constituída pela vontade autônoma de pessoas que se reúnem com a finalidade de promover objetivos comuns de forma não lucrativa. A legislação vigente prevê apenas três formatos institucionais para a constituição de uma organização sem fins lucrativos, com essas características—associação, fundação e organização religiosa (ABONG, 2009).

⁴⁴Segundo dados do IBGE, entre 1996 e 2005, houve um crescimento da ordem de 215,1% das fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil. Isso significa que o número destas organizações passou de 107,3 mil para 338,2 mil no período. No meio rural, por exemplo, onde em 1996 existiam 4.412 associações de produtores rurais, já em 2002 este número chegou a 24.897, significando uma variação para mais de 560%. Enquadram-se nesta categoria, as entidades consideradas sem fins lucrativos: Organização social; Organização da sociedade civil de interesse público - OSCIP; Outras fundações mantidas com recursos privados; filial, no Brasil, de fundação ou associação estrangeira; organização religiosa; comunidade indígena; e Outras formas de associação (inclusive algumas cooperativas) (IBGE, 2005).

temas como meio ambiente, direitos humanos, gênero, justiça social, educação saúde etc. Consideradas como organizações sem fins lucrativos, elas tem sobrevivido geralmente por meio de projetos financiados por agências internacionais (cada vez mais escassos) da cooperação internacional entre países ou pelo próprio Estado⁴⁵.

Uma das contribuições dessas organizações para o desenvolvimento dos empreendimentos da economia solidária e popular na área urbana, entre outras iniciativas, foram ações direcionadas à reabertura e reconstrução, pelos trabalhadores e trabalhadoras, das fábricas falidas no processo de crise dos anos 90, com destaque para a Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão - ANTEAG, formada em 1991, a partir do movimento sindical e decidido no VII Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT, 2003).

A UNISOL Brasil, criada a partir da fundação da UNISOL - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários, surgiu também para apoiar as cooperativas populares e solidárias, aglutinando forças e desta “forma levar adiante um projeto de inclusão econômica e social, de democratização nos locais de trabalho, de participação no capital e nos ganhos gerados pelo próprio trabalho” em âmbito nacional (UNISOL, 2010).

Em 2004, no I Encontro das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária as federações regionais encaminharam a criação da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES, fundada em 2005, composta por 1100 cooperativas das cinco regiões do país nos ramos de crédito, produção, trabalho, comercialização e infraestrutura da agricultura familiar e economia solidária (UNICAFES, 2009).

No meio rural⁴⁶, a constituição de associações e de cooperativas, para prestar serviços de assessoria, assistência técnica e gerencial, tem alavancado o desenvolvimento das organizações coletivas. Dentre elas, em nível nacional, destaca-

⁴⁵ Para se ter uma idéia, em 2004 foram destinados em torno de 2 bilhões de recursos públicos para essas organizações. Já em 2005, pesquisa realizada pelo IBGE em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), feito a partir do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), registrou 338 mil fundações privadas e associações sem fins lucrativos, que empregavam 1,7 milhões de pessoas em todo o País, incluindo-se neste levantamento as ONGs (IBGE, 2005).

⁴⁶Do total das organizações não governamentais existentes no Brasil 15,78% estão voltadas para o apoio às denominadas comunidades rurais carentes (IBGE, 2005).

se a Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS - criada em 1999 pela Central Única dos Trabalhadores – CUT, o Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária (IDACO), o Centro de Educação Comunitária Rural (CECOR), a CAATINGA (Centro de Apoio dos Trabalhadores e Instituições não Governamentais Alternativas), o Instituto de Assessoria à Cidadania e ao Desenvolvimento Local Sustentável (IDS), entre outros.

No RN, foi criada em 1985 a Associação de Apoio às Comunidades Rurais do Rio Grande do Norte (AACC) que, em 1991, apoiou a constituição da COOPERCAJU - Cooperativa de Beneficiadores Artesanais de Castanha do Rio Grande do Norte, localizada na Serra do Mel. Na Serra a AACC incentivou o desenvolvimento de um modelo de beneficiamento da castanha de caju, através de pequenas unidades familiares e/ou comunitárias, adotando um processo tecnológico simples, facilmente assimilável pela população das comunidades rurais do Nordeste, porém de qualidade superior e em condição de competir no mercado nacional e internacional. Atualmente tem sido uma das organizações que atua na área da economia solidária e cujo objetivo é “contribuir com a autodeterminação das agricultoras e agricultores familiares do Rio Grande do Norte através dos processos de agroecologia, economia solidária e convivência com o semi-árido” (AACC, 2009).

Aponte-se também a Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos – CTA – que, em convênio com o MDA/SDT, tem assessorado as organizações coletivas de agricultores e agricultoras no estado do RN.

Para se ter uma idéia da participação das ONGs nas organizações econômicas, uma pesquisa realizada⁴⁷ para avaliar as políticas governamentais para este setor, identificou as mesmas como a segunda interlocutora mais citada (61,1% dos), precedida das instituições de ensino universitário (77,8% dos informantes).

Em se tratando das organizações internacionais, as que têm tido uma atuação na área rural são aquelas criadas para realizar o chamado comércio justo. O Comércio Justo (CJ) é uma forma alternativa ao comércio convencional internacional, que, segundo seus defensores, procura apoiar o desenvolvimento sustentável através da oferta de melhores condições de troca e maiores garantias dos direitos aos produtores excluídos ou marginalizados dos mercados internacionais. No entanto, algumas

⁴⁷Consultar ABREU, R. V.; DYSMAN, M. C. e CALDAS (2009).

experiências indicaram que a falta de comunicação e transparência por parte dos exportadores do Norte tem acarretado prejuízo na programação da produção das cooperativas envolvidas (MASCARENHAS, 2007). Para fazerem parte da atividade, o movimento do CJ exige que alguns critérios sejam observados, através de melhores condições de troca e da garantia dos direitos para produtores e trabalhadores marginalizados. Para tanto, os produtores (as) devem passar por um longo processo de avaliação, incluindo a forma de plantio e de trabalho nas unidades produtivas, nas associações ou cooperativas.

Entre as organizações que têm vínculo com o Brasil está a FLO (*Fairtrade Labelling Organization*), objetivando, segundo a própria, promover o desenvolvimento social, econômico e ambiental e melhores condições de trabalho, previstos no comércio justo, para os produtores (as).

O debate mais consistente sobre comércio justo no RN teve início no seminário realizado pelo MDA/CTA/Cooperativas sem Fronteiras em Natal em 2010, que pretendeu abrir espaço de reflexão e proposição sobre as práticas do comércio justo e solidário que vêm sendo desenvolvida pelas cooperativas da agricultura familiar da América Latina. Entre elas, estava presente a COOPAPI.

As universidades públicas

As universidades brasileiras, segundo seus objetivos, devem atuar no apoio às organizações populares cumprindo o seu papel na educação, pesquisa e extensão. O primeiro decreto que regula o papel das universidades brasileiras data de 1931 definindo no seu artigo 109, “a extensão universitária é destinada à difusão dos saberes filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo”. Alguns exemplos de engajamento foram as campanhas de alfabetização lançadas pelos estudantes, através dos Centros Populares de Cultura (CPC) e dos Movimentos de Cultura Popular (MCP), estes de cunho mais político. Já na ditadura militar, o surgimento dos Centros de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e do Projeto Rondon - estes dois orientados para a prática dos alunos dos diferentes cursos, a maioria destinado às comunidades rurais (DUBEUX, 2004 *apud* FIGUEIREDO, 2000).

Nos anos 80, a necessidade de retomar o processo de democratização por que passava toda a sociedade, trouxeram conseqüências para a extensão nas universidades brasileiras. Em 1987, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras formula uma nova concepção de extensão universitária, definido-a como “o processo educativo que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e que torna viável a relação transformadora entre universidade e sociedade” se constituindo numa principal ferramenta entre teoria e prática. Esta nova concepção influenciou sobremaneira a criação de Incubadoras Técnicas de Cooperativas Populares (ITCPs) nas universidades públicas brasileiras, principalmente a partir de 1980, e recentemente engloba mais de 30 universidades que se dividem em duas redes: as incubadoras vinculadas às ITCPs e a outra à Fundação UNITRABALHO.

Em pesquisa realizada para avaliar as políticas públicas de ESP, foi revelado um maior peso dos vínculos com instituições de ensino universitário (77,8% dos informantes).

Isto talvez se explique pela inserção do tema em algumas universidades, que tem empreendido um esforço importante no tratamento do assunto não apenas no nível da pesquisa científica, mas também nas atividades de extensão universitária, através da construção de estruturas de intervenção e apoio ao desenvolvimento de tais práticas – cujo exemplo mais emblemático tem sido o papel das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCPs) que já constituem hoje redes importantes em diferentes partes do país, sempre filiado às universidades (MTE/IPEA/APEC, 2005).

Portanto, as universidades se destacam como importante agente no desenvolvimento e fomento das organizações populares quanto na produção do conhecimento e de tecnologias sociais apropriadas às suas realidades, passando a incubar não só as cooperativas, mas também grupos informais e associações no campo da economia solidária e popular.

2.7 - Conclusão:

O cooperativismo, por suas particularidades organizativas, vem se constituindo em uma alternativa viável para diferentes setores, desde os grandes produtores ligados ao agronegócio ao agricultor familiar descapitalizado. No entanto, ganha em alguns momentos uma função que transcende a tradicional função econômica e social - a dimensão política - quando defende a democracia e combate os efeitos negativos do sistema econômico predominante, como ocorreu nos anos 1800 com os efeitos da Revolução Industrial.

No Brasil, no contexto da crise mais geral e das lutas pela democratização do final dos anos 80 e início da década seguinte, ficaram mais claras as tendências do movimento cooperativista dentro dos dois projetos que se desenhou no espaço político: um projeto ligado aos grupos dominantes, com vínculos com o agronegócio e um projeto democratizante, vinculado aos movimentos sociais urbanos e rurais. Produzindo-se assim, dois tipos de perspectivas: uma de ganhos econômicos baseado na acumulação do capital e outra de reprodução da vida com base no trabalho solidário e na distribuição dos bens produzidos.

Uma pluralidade de experiências sócio-econômicas, apoiadas por um leque de diferentes agentes, vai tomando corpo, em contraposição ao *status quo* predominante. Vinculadas a laços de vizinhança, de proximidade, de solidariedade e de reciprocidade pré-existentes e com práticas de gestão democráticas e participativas, algumas experiências conseguem sobreviver e conviver com a lógica do mercado capitalista, transformando-se em organizações mais complexas - as cooperativas populares e solidárias – capazes de conseguir e distribuir tanto ganhos econômicos e sociais como os políticos.

Legitimadas pelos seus membros e apoiadas por algumas instituições de caráter governamental e não governamental, estas cooperativas demonstram na sua *praxis* que têm potencial para resolver e/ou encaminhar as demandas dos seus associados (de produção, crédito, beneficiamento e comercialização), ganhando, assim, maior visibilidade no espaço público e conseguindo apoio de setores do Estado que, por sua

vez, tende a institucionalizar sua participação através dos conselhos territoriais e municipais.

Este trabalho, com foco em uma cooperativa popular e solidária buscou, também, relacionar sua trajetória às questões aqui colocadas. Entendendo que o estudo exploratório do ambiente em que se deu e se dá a experiência, é fundamental para identificar os seus vínculos com os princípios do cooperativismo no campo da economia solidária e popular e com outras instituições, como condicionantes do seu êxito ou sucesso.

CAPÍTULO III

3 - A atividade agropecuária na economia norte-riograndense e o cooperativismo

3.1 - Das atividades agropecuárias “tradicionais” aos produtos específicos

O desenvolvimento da produção agropecuária no RN, no início do século XX, foi marcado pela falta de financiamento público que dificultou, em particular, o desenvolvimento das duas principais atividades, a açucareira e a cotonicultura, ficando os produtores dependentes por algum tempo do financiamento das grandes casas exportadoras. Tal dificuldade fez com que, em 1915, na I Conferência Algodoeira, realizada no Rio de Janeiro, o representante potiguar sugerisse o cooperativismo como alternativa para os produtores se livrarem da intermediação comercial e financeira das empresas de agroexportação (TAKEIA, 1985). O indicador disto, é que entre 1915 a 1930, o cooperativismo de crédito contava com dezenove caixas rurais, situadas em vários municípios do Rio Grande do Norte, enquanto o agricultor tinha apenas uma cooperativa.

No contexto do Brasil, a cotonicultura, no RN, vai progressivamente configurando-se como a principal atividade produtiva, exercendo uma importância cada vez maior na arrecadação da receita do tesouro estatal que induz o governo a empenhar-se a criar infra-estrutura física e na abertura de duas agências do Banco do Brasil (uma em Natal e outra em Mossoró), entre 1915 e 1918. Até a década de 30, a construção de estradas, linhas férreas, eletrificação etc, e o apoio creditício para possibilitar a expansão da produção e atender as demandas do mercado interno⁴⁸ e externo, não só contribuíram para o fortalecimento da cotonicultura, mas também

⁴⁸ No eixo São Paulo - Rio de Janeiro concentrava-se a indústria têxtil nacional e eram os maiores importadores do algodão nordestino, absorvendo em torno de 95% do total das exportações de algodão arbóreo do Rio Grande do Norte, tipo mais indicado para a produção de tecidos finos.

impulsionou outras atividades (couros e pele, cera de carnaúba etc). Além disto, a cotonicultura possibilitou também a integração do Rio Grande do Norte ao crescimento da economia nacional, porém, não refletindo os bons resultados econômicos no setor industrial que, apesar de frágil, tinha na indústria têxtil e extração mineral (até 1955) a sua maior expressão (ARAÚJO, 2009).

No período de 1939 a 1959, a agropecuária do RN apresentava uma elevada taxa média de crescimento (5,4%) - atribuída em parte à cultura do algodão - muito superior à sua média industrial (2,4%). Até os anos de 1970, a cotonicultura ainda era a principal atividade agrícola, representando 24% da atividade agropecuária e 33% da vegetal (SILVA, BEZERRA e AZEVEDO, 1986).

Além do algodão outras atividades agrícolas eram desenvolvidas: a cana de açúcar, destinada à indústria açucareira; a mandioca, subsidiando a atividade pecuária bovina; o sisal e a cera de carnaúba, direcionadas principalmente para o mercado externo; a mamona, destinada à indústria de óleo e desta à exportação; couros e pele voltados para o mercado de calçados do Nordeste; e posteriormente o caju, dinamizado através do Projeto de Colonização Serra do Mel e pela instalação de empresas agroindustriais (SANTOS, 1994).

A partir da década de 70 e 80, as propostas de políticas para o desenvolvimento rural tenderam a ser mais regionalizadas com a presença marcante do Estado na estruturação e regulação da ordem econômica, e no caso do Nordeste, buscando o desenvolvimento e a integração regional (NUNES, 2009). Nesse período foram também instituídos os sistemas nacionais de pesquisa agropecuária, assistência técnica, extensão rural e crédito agropecuário, do que resultou uma vertiginosa expansão das estruturas burocráticas executoras desses serviços nos âmbitos nacional e estadual. Foi através do Acordo de Empréstimos com agências internacionais, notadamente o Banco Mundial, que se criaram vários programas especiais de financiamentos com os quais o Governo Federal iniciou a implementação de projetos de desenvolvimento rural no nordeste brasileiro. O primeiro financiamento foi a base de sustentação econômico-financeira destinado à execução do Programa de Desenvolvimento Rural do Rio

Grande do Norte (RuralNorte)⁴⁹, em 1975, onde US\$ 30 milhões, foram destinados para implantar o projeto de colonização na Serra do Mel, visando a instalação de vilas rurais e o desenvolvimento da cultura do cajueiro em 18 mil hectares (MATOS FILHO, CRUZ e SOUZA, 2006).

Outras atividades também foram acionadas, entre elas o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP) e posteriormente o Programa de Combate à Pobreza (PCPR I e II). No Rio Grande do Norte, o PAPP foi contratado em 1985 e reformulado em 1993, com a substituição da estratégia de desenvolvimento rural integrado por uma nova modalidade de execução baseada na participação da comunidade, na identificação, elaboração e execução de pequenos projetos produtivos, de infraestrutura e sociais⁵⁰. Como continuação do PAPP, em junho de 1997, o Banco Mundial e o Governo do RN, com o aval do Governo Federal, firmaram um Acordo de Empréstimo no valor de US\$ 24 milhões (vinte e quatro milhões de dólares), para o financiamento parcial do Projeto de Combate à Pobreza Rural do Rio Grande do Norte – PCPR I/RN, dando continuidade aos projetos do PAPP.

Neste período se verifica no RN, em especial no Vale do Assú e na Chapada do Apodi, um processo de diversificação produtiva, cabendo ao Estado o papel de estimular o desenvolvimento através das chamadas políticas de modernização da agricultura, dotando a região de infra-estrutura necessária (incluindo o acesso a água), incentivos fiscais e financiamento público para atrair o capital. O represamento das águas do Rio Piranhas, com a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, foi fundamental para implantar o Projeto Agroindustrial do Vale do Assú (ou Baixo-Assú),

⁴⁹ O projeto RuralNorte era voltado exatamente para a modernização da agricultura e contava com recursos do Banco Mundial. Através deste programa, o governo estadual começou o processo de modernização agrícola, atraindo alguns empresários que passaram a produzir frutas tropicais para exportação.

⁵⁰ Exemplo de empreendimento que recebeu apoio do PAPP foi a Cooperativa Agropecuária dos Produtores dos Assentamentos de Baraúna (COOPAB), um dos municípios integrantes do Pólo Fruticultor, cujo financiamento garantiu o mínimo de infra-estrutura para o cultivo irrigado de frutas. Apesar de ser constituída por agricultores familiares a comercialização da COOPAB inicialmente ficou dependente de contratos com as grandes empresas agroindustriais da região, numa espécie de terceirização, que pressionava os preços do melão para baixo (Governo...2002). Somente depois de uma articulação no Fórum de Debate Sobre a Comercialização do Melão e da parceria com as instituições não-governamentais (AACC, Cactus, Visão Mundial e Terra Viva), os produtores passaram a comercializar diretamente sua produção (melão e melancia) para o mercado interno e externo, aumentando, assim, suas rendas, investimentos em equipamentos e na melhoria de suas residências (TORRES e MOUTINHO, 2002).

bem como os estímulos fiscais e financiamentos públicos (do BNB através do Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR) para atrair as grandes empresas agroindustriais como a MAISA, a FRUNORTE - Frutas do Nordeste, a FIBRASA e a Vale Agroindustrial (S. ARAÚJO, 2009).

Com a consolidação do Projeto Baixo-Assú, inicialmente destinado, segundo o discurso dominante, a projetos de assentamentos, gerou-se um processo de desapropriação de terras de agricultores locais, segundo Silva (1998), a pretexto das inundações com a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves; o desenvolvimento do mercado de terras, a entrada de tecnologias externas, a intensificação do trabalho assalariado insalubre e precário, e o uso de produtos agroquímicos (NUNES, 2009); mas também a degradação ambiental com perdas de recursos minerais e extrativismo vegetal (FELIPE, 1980), a partir da adoção de uma agricultura irrigada e de uso intensivo de agrotóxicos, por parte das grandes indústrias agroalimentares.

Contrariando o discurso do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS (fixar o homem a terra), grande parte dos sitiante despropiados emigrou para outros municípios ou passaram a servir de força-de-trabalho para as empresas recém-instaladas, além de outros efeitos gerados na atividade agrícola. Portanto, o projeto de desenvolvimento e de modernização da agricultura nesta região, favoreceu alguns (agricultores capitalistas, as empresas do CAI, sistema financeiro etc) e penalizou e excluíram outros (os pequenos agricultores, assalariados rurais e os trabalhadores sem terra). De certa forma, a forte presença do Estado nessa região não estimulou a organização dos trabalhadores afetados pela presença da fruticultura irrigada ligada ao agronegócio, nem muito menos o registro do surgimento de cooperativas populares.

Com a instalação da estatal PETROBRÁS algumas regiões, antes pouco expressiva na economia potiguar, passaram a ter maior visibilidade, como é o caso da Chapada do Apodi⁵¹ que, dentre os 15 municípios potiguares que possuem poços para

⁵¹A Chapada do Apodi é uma das microregiões do estado do Rio Grande do Norte pertencente à mesorregião Oeste Potiguar. Sua população foi estimada, em 2006, pelo IBGE em 72.048 habitantes e está dividida em quatro municípios: Apodi, Governador Dix-sept Rosado, Carúbas e Felipe Guerra. Possui uma área total de 4.095,443 km².

exploração do petróleo está Apodi, tendo gerado *royalts* no valor de 2,6 milhões de reais em 2001 (CEPE, 2009).⁵²

As principais atividades produtivas, deste período, estavam identificadas na fruticultura irrigada, na atividade salineira e na petrolífera, integrando a economia potiguar à economia nacional e internacional. Já o algodão, sofreu uma queda brutal na sua produção, atribuída, em parte, ao inseto bicudo que praticamente devastou as plantações no período de 1985-1987, refletindo, assim, na redução dos estabelecimentos rurais e das áreas plantadas, além de outros (ARAÚJO, 2009). E, com isto, levando também à falência as cooperativas de beneficiamento do algodão, como ocorreu em Apodi.

A partir de 1990⁵³, com a redução da intervenção do Estado na estruturação da economia e a redução dos seus incentivos às grandes empresas; e com o agravamento da crise mundial e a abertura dos mercados, entre outras, tornou inviável a manutenção de grandes empresas, como a MAISA- Mossoró Agroindustrial S/A e a FRUNORTE- Frutas do Nordeste, culminando com um processo de falência.

No geral, uma nova configuração do espaço começa a se esboçar com a tendência em explorar plantas econômicas menores; com o surgimento de dinâmicas de desenvolvimento a partir da diversidade regional e dos agentes locais; e com programas governamentais dirigidos para agentes econômicos marginalizados dos circuitos dos mercados transnacionais, como o microcrédito para a agricultura familiar e a ampliação das áreas de assentamento (NUNES, 2009). Acrescente-se a isto, que foi também o processo de luta por direitos (a terra, à moradia etc) que contribuiu para uma abertura de um espaço de barganha entre o Estado e o movimento social, fazendo-se reconhecer e obter algumas de suas reivindicações.

Com o incentivo de programas governamentais, principalmente os destinados a projetos produtivos, outra dinâmica é dada as unidades produtivas estimulando a organização dos agricultores e agricultoras. Constata-se uma proliferação de

⁵² *Royalt* é uma compensação paga aos Estados, Municípios, Ministério da Marinha e Ministério da Ciência e Tecnologia, sobre a produção de petróleo e gás natural (CEPE).

⁵³ Apesar de que, nas duas últimas décadas o Rio Grande do Norte tenha obtido taxas mais elevadas de crescimento econômico, comparativamente ao Brasil e ao Nordeste, não reduziu a pobreza rural na mesma proporção (IICA, 2005); diminuiu o número de estabelecimentos e de pessoal ocupado na agropecuária (241.204 pessoas), porém, se comparado ao censo de 1995, elas aumentaram no que se refere ao plantio de lavouras, no efetivo e na produção de animais (IBGE, 2008).

associações de “mini-produtores”, “desenvolvimento rural” e de agroindústrias coletivas (especialmente de beneficiamento do mel e da castanha) no geral, induzidas pelo Estado como pré-requisito para acessar alguns dos recursos públicos. Exemplo disto, é o fato de várias associações rurais terem sido criadas para obter recursos do PCPR⁵⁴ e do Pronaf e que deram algum impulso e dinamismo ao desenvolvimento das localidades rurais⁵⁵.

No caso da atividade apícola e em particular da cajucultura, as unidades de beneficiamento surgiram como atividades complementares e que, aos poucos estão se consolidando e fazendo parte da pauta de exportação do RN e se configurando em produtos específicos, como coloca Wilkinson, em termos gerais (2008).

A apicultura, já desenvolvida desde 1939 no RN, inicialmente recebeu o apoio de instituições religiosas e representativas para a formação e organização de grupos e associações de apicultores. Mas é somente a partir da década de 70 que esta atividade passa a receber incentivos governamentais através do projeto Sertanejo⁵⁶, que consistia na implantação de um módulo, de acordo com as aspirações do produtor, composto por 10 colméias, aproveitando-se a flora local para a produção de mel e cera (SEBRAE, 2002).

Na década de 90, a atividade apícola passa a se consolidar como atividade profissional e como uma alternativa econômica para o meio rural com a intensificação dos incentivos governamentais, através de programas e abertura de crédito no BNB e BB (via Pronaf), destinados ao custeio e investimentos. A partir de então, sendo mais difundida entre os agricultores, como uma atividade capaz de ser controlada e programada via novos manejos e recursos tecnológicos. Antes predominavam pequenas criações rústicas ou uma extração feita por *meleiros* de forma inadequada,

⁵⁴No RN o PCPR começou atendendo 48 municípios em 1997, abrangendo em 2004 145 municípios, no total de 2412 projetos, com mais 60% dos recursos destinados para infra-estrutura, mais 36% para os projetos produtivos e 3,6% para os projetos sociais, beneficiando em torno de 96 mil famílias. A partir de 2005 recebeu o nome de Programa de Desenvolvimento Solidário (PDS), cuja aplicação de recursos em projetos produtivos abrangeu um total de 389 projetos, entre os quais 117 dedicados à apicultura, sendo 24 financiados no Território Sertão do Apodi e ainda cinco projetos (5) dedicados ao processamento da castanha de caju (GOVERNO...2005).

⁵⁵Para saber sobre algumas dessas experiências no Rio Grande do Norte, consultar Lima e Azevedo (2003); IICA (2005, 2006); Jales (2009); Araújo (2009).

⁵⁶Programa criado pelo Governo Federal em 1976, para organizar e fortalecer as unidades produtivas do Semi-árido nordestino, tornando-as menos vulneráveis às secas, através da capacitação dos agricultores na utilização dos recursos naturais disponíveis em suas propriedades agrícolas.

como a derrubada de árvores e as queimadas, que por vezes exterminavam enxames e provocavam danos irreparáveis ao meio ambiente, notadamente na mata nativa comprometendo a flora, base de alimento para as próprias abelhas.

Em 2003, o governo estadual, através do PDS - Programa de Desenvolvimento Sustentável, investiu 2 milhões na construção de 63 casas de mel, além do entreposto em Mossoró, beneficiando pequenos produtores organizados em 70 associações, cuja capacitação técnica ficou a cargo do SEBRAE-RN, que entre 2002 e 2005 profissionalizou 3.427 apicultores no Rio Grande do Norte em técnicas relativas ao manejo, utilização de maquinário e indumentária e de boas práticas de fabricação. Um dos diferenciais da apicultura potiguar é a produtividade, uma das maiores do Brasil. A média anual é de 50 quilos de mel por colméia, e mesmo quando sofreu queda na produção por causa da falta de chuvas durante o inverno, os apicultores atingiram produtividade de 32 quilos por colméia (CBA, 2009). Em 2008, criou o Programa Estadual para o Desenvolvimento da Apicultura - PROAPIS, gerido pela SAPE, para impulsionar a pesquisa e o desenvolvimento da apicultura no RN (ASSEMBLÉIA...2008).

Em relação à cajucultura, a sua importância como atividade econômica remonta, como já mencionado, ao início da década de 1970, quando a empresa Maisa implantou uma área de 12 mil hectares destinada a produzir matéria-prima para a indústria (castanha e suco) e o governo do estadual criou um projeto de colonização na Serra do Mel, focado na produção do cajueiro.

A partir de 2000, o mesmo governo estadual, em parceria com a Fundação Banco do Brasil, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e SEBRAE passou a apoiar mais sistematicamente a cadeia da cajucultura e o desenvolvimento de mini-fábricas de beneficiamento da castanha em vários municípios (CARVALHO, 2006), discriminados no Capítulo IV. Dados divulgados pela Conab-RN apontam uma produção em torno de 43 mil toneladas de castanha, sendo o município de Apodi o quarto maior produtor do RN, com 70% destinadas à exportação (CONAB, 2009).

3.2 - Do cooperativismo no Nordeste ao Rio Grande do Norte

Antes de analisar as cooperativas solidárias e populares no RN, é fundamental reconstituir sinteticamente o processo de construção do cooperativismo potiguar, articulando e inserindo-o no processo mais geral de desenvolvimento a partir de algumas experiências no Nordeste brasileiro.

Nesta região, a maioria das organizações associativas de agricultores (as) familiares e trabalhadores (as) rurais teve suas origens no movimento sindical do campo, notadamente nas Ligas Camponesas (no fim dos anos 50), nos sindicatos de trabalhadores rurais (anos 70) e nas Comunidades Eclesiais de Base da igreja católica - CEB, (anos 60-80) (CRUZ, 1982), originando um cooperativismo “marginalizado”, orientado para a comercialização de produtos de menor valor comercial. Assim, podemos considerar também que as práticas cotidianas de trabalho que foram consolidadas e estruturadas ao longo das experiências de vida das populações rurais, historicamente excluídas dos circuitos de uma economia mercantil, parecem ter contribuído para o alicerce dessas experiências cooperativas. Exemplos disso, no geral e não exclusivos do Nordeste, foram as atividades coletivas lúdico-religiosas (casamentos, batizados e forrós); as atividades associativas e econômicas, englobando os mutirões realizados nas fases de plantio, nos tratos culturais, captura de enxames, colheita de mel ou debulha de produtos (milho, feijão, arroz); e o compartilhamento de recursos comuns (rios, lagoas, pastagens, floradas etc), bancos de sementes e fundos rotativos para construção de cisternas e também os fundos mútuos para enterrar os mortos (STECKER, 1992; HOLANDA, 1971; SABOURIN, 2006). Estas práticas, baseadas na ajuda mútua e na solidariedade dos grupos sociais constituem um dos componentes básicos para a construção de atividades econômicas coletivas onde se articulam os saberes locais e as necessidades dos grupos sociais (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004) fazendo-os unirem-se em organizações mais complexas como as cooperativas.

Quanto ao apoio dado pelo Estado a essas organizações, teve como objetivo, entre outros, evitar os conflitos no campo e preparar os agricultores (as) para receber a assistência técnica (diga-se, pacotes tecnológicos). Neste contexto, foi também

fundamental o apoio da igreja católica, como colocado anteriormente, dirigindo suas ações para a alfabetização das populações rurais, a formação de lideranças e para sua organização em associações, sindicatos e cooperativas.

No entanto, o que predominou no movimento cooperativista foi cooperativas caracterizadas por práticas conservadoras e paternalistas; beneficiando determinados grupos com os incentivos governamentais e os serviços prestados por elas, que se constituíam um meio usual de distribuição do crédito e de prestação de assistência técnica. Essas cooperativas eram lideradas por “chefes políticos” locais que visavam promover determinados indivíduos ou grupos e, muitas vezes, eram usadas como instrumento político para exercerem cargos eletivos (RIOS, 2007; 1974).

Os incentivos públicos direcionados às cooperativas (assistência técnica e financeira para aquisição de insumos e projetos de linha de crédito) foram proporcionados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) que, por sua vez, contava com o apoio financeiro da Aliança para o Progresso⁵⁷. Tal ajuda tinha o objetivo oficial de promover a melhoria no padrão de vida da população rural⁵⁸, para tanto, entre outras coisas, estimularam a constituição de cooperativas agrícolas na perspectiva de que elas eram um meio adequado para transpor uma etapa de transição entre o subdesenvolvimento que caminhasse para um processo de desenvolvimento considerado, pelas agências, como mais avançado⁵⁹.

Essa visão fazia parte da política e intervenção da ONU (Organização das Nações Unidas) no intuito de divulgar e sistematizar o “desenvolvimento de comunidade” nos países latino-americanos, tidos como subdesenvolvidos, para tanto,

⁵⁷ Para se ter uma idéia, a Cooperativa de Colonização Agrícola de Pindorama-AL recebeu na década de 60 um empréstimo do governo federal no valor de US\$ 98.000; US\$ 140.000 do governo suíço; 114.190,00 em doação de alimentos, feito pela “Aliança para o Progresso”; e do BIRD, através da SUDENE, obteve um crédito de Cr\$ 365.545,00, além de recursos de Cr\$ 200.000,00 para infra-estrutura de saúde (CARVALHO, 2005).

⁵⁸ Segundo Bandeira (1973), o real objetivo da ajuda norte-americana era motivado pela ameaça de uma revolução (tipo que ocorrera em Cuba) entre os camponeses e os moradores das periferias das cidades litorâneas nordestinas, visto que, havia um movimento de greves nos engenhos de cana-de-açúcar em Pernambuco e de ocupações de terras em outros estados do Nordeste brasileiro, orientando-se para a formação das Ligas Camponesas.

⁵⁹ Pinho (1974, p. 40), vinculando o papel das cooperativas ao desenvolvimento econômico brasileiro, afirma que “nas áreas subdesenvolvidas ... as cooperativas conservam seu conteúdo doutrinário e são importantes na etapa de transição para o desenvolvimento, pois contribuem para que parte significativa da população não se sinta, de repente, deslocada na sociedade tecnológica”. Entre os problemas que elas ajudariam a resolver estaria o analfabetismo, saúde, educação, má nutrição, infra-estrutura precária, economia agrícola rudimentar, predomínio de estruturas sociais ultrapassadas etc.

estimulando a necessidade de expandir as tecnologias para o campo através da modernização da agricultura e criando “nas áreas rurais condições favoráveis à consolidação do sistema capitalista” (AMMANN, 1981, p. 33)⁶⁰. Assim, incentivando, também, a expansão da educação para o meio rural e a organização dos agricultores em associações comunitárias ou cooperativas.

Além do mais, a maior parte dos incentivos financeiros foi prioritariamente destinada aos chamados grandes produtores rurais, como um dos exemplos os do estado da Paraíba, onde a falência das usinas privadas de beneficiamento e de comercialização do algodão, decorrente das dificuldades do setor têxtil, estimulou o grande pecuarista a criar cooperativas de beneficiamento do algodão (pois dependiam dele para a expansão da pecuária) através de fortes incentivos governamentais. No entanto, outras cooperativas do setor de produtos alimentícios básicos como o milho, arroz ou feijão foram tratadas de forma marginal, ficando claro, portanto, como diz Rios (2007), a dupla face contraditória do movimento cooperativista brasileiro: o cooperativismo dos ricos e o cooperativismo dos pobres, ou atualizando, as cooperativas do agronegócio e as cooperativas populares da agricultura familiar. Tal situação refletiu a estrutura agrária, política e econômica e os interesses governamentais e de grupos existentes naquele momento.

Já outras cooperativas, surgiram devido aos programas do governo federal que, em consonância com as orientações do Banco Mundial, financiou alguns programas no Nordeste brasileiro, como a implantação de projetos de colonização direcionados para as populações consideradas, pelos organismos internacionais, de “baixa renda” (DELGADO, 2009). Nesses projetos, por exemplo, previam-se a criação de cooperativas para organizar a comercialização da produção. Expressiva foi a criação, na década de 70, da Cooperativa de Colonização Agropecuária e Industrial de Pindorama (Coruripe-

⁶⁰ Em documento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), era colocado que “os métodos e conceitos da economia industrial, fundados em princípios democratizantes foram inaplicáveis às sociedades tradicionais que não participam da economia de mercado que regula todos os ingredientes da produção, entre elas, terra e trabalho (BELTRÁN *apud* AMMANN, 1981). Portanto, a educação dos camponeses e dos indígenas era considerada fundamental para introduzir campo as tecnologias, ditas modernas, cuja operacionalização no Brasil se deu a partir da criação da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR) ligada ao Ministério da Agricultura e nas áreas urbanas, o acordo entre o Ministério da Educação e a Inter-American Educational Foundation, visando à educação industrial. As chamadas missões rurais ao lado de recursos como rádio, cinema, museus volantes, bibliotecas etc, eram os recursos mais usuais para a educação nas áreas rurais (AMMANN, 1981).

Al), congregando mais de mil associados (micro e pequenos produtores de cana-de-açúcar) e um complexo que, além do processamento da cana, inclui fábricas de sucos, uma fábrica de beneficiamento de leite e uma de derivados do coco. Outro exemplo foi o da constituição, em 1978, da Cooperativa Agro-Industrial de Colonização da Serra do Mel-RN (COOPERMEL) que teria o papel de não só beneficiar e comercializar a produção da castanha do caju, mas também impulsionar o desenvolvimento da colonização da Serra. Todavia, os colonos, sem nenhuma discussão prévia foram obrigados a associar-se à cooperativa, pois era a única opção se pretendessem algum financiamento junto ao Banco do Brasil. Consequentemente, a dependência e vinculação direta com o governo estadual geraram problemas administrativos na cooperativa que até os dias atuais vêm sendo alvo de ações judiciais⁶¹.

3.3 - As experiências cooperativistas no Rio Grande do Norte

O cooperativismo no RN, não tão diferente do resto do Brasil, surgiu para corrigir as distorções da economia de mercado, principalmente as relacionadas às dificuldades de acesso ao crédito. Usadas como instrumento de política de desenvolvimento, como forma de atender aos interesses dos grandes produtores; ou ainda como uma maneira de tentar conter os movimentos sociais, no campo e na cidade, a formação de

⁶¹ Segundo depoimento do presidente da cooperativa em matéria no Jornal de Fato, Manoel Nazareno, alguns ex-funcionários do ex-prefeito Cortez Pereira estavam entrando na Justiça para receber direitos trabalhistas do passado. “Aqui essas pessoas não apareciam, mas estão cobrando e a Justiça mandando penhora”, lamenta. E sobre penhora de equipamentos, revelou que até as caldeiras da Coopermel estão penhoradas pela Justiça. “Eu não sei como eles vão levar esse negócio daí”, diz Manoel Nazareno. Consta na documentação da Coopermel, que todos os equipamentos estão penhorados em primeira, segunda e terceira instância (JORNAL DE FATO, 2007). Ainda no Edital de Praça e Leilão lê-se: “Processo nº 11.1274/91 – exequente(s), União Federal e INSS, Processo nº 11.0898/94 – exequente(s), Pedro Pereira Filho e INSS, nº 12-0045/94, 0724/98, 0748/98, 0749/98 e 0751/98 – Exequente: INSS, Executado: Cooperativa Mista de Colonização da Serra do Mel - COOPERMEL, bens penhorados, uma máquina para beneficiamento de suco de 12,00m de comprimento, com uma esteira, 4 redutores, 5 motores e 2 tanques, com estrutura de ferro, o restante em aço inoxidável, cor predominante verde, com capacidade para 4.000 Kg de polpa de suco por hora, em bom estado de conservação e funcionamento, avaliado em R\$ 31.000,00 (trinta mil reais), bens não removidos, total da avaliação, R\$ 31.000,00” (<http://www2.tjrn.gov.br/>.) Na página do TCU, no processo de no. TC 010.940/02, cita-se ainda irregularidades com operações de crédito da Coopermel, condenada ao recolhimento do débito e pagamento de multa (<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/783319.PDF>).

cooperativas, em alguns momentos, foi estimulada tanto pelos governos quanto pela Igreja Católica.

As primeiras experiências associativistas no RN tiveram suas origens no movimento mutualista, através da organização dos operários em formas de ligas, associações e caixas beneficentes, sendo a primeira associação registrada na data de 1873 com o nome de Associação Beneficente dos Artistas de Canguaretama.

O cooperativismo potiguar no meio rural se desenvolveu envolvendo um conjunto de agentes os mais diversos compreendendo meeiros, trabalhadores rurais, posseiros, moradores, pequenos, médios e grandes proprietários, lideranças políticas e vinculando-se a alguns condicionantes. De um lado, à forte presença da igreja católica, através da iniciativa de alguns “fiéis” que, a partir dos anos 20, vai se intensificando e orientando as ações para as populações rurais, no intuito de evitar os conflitos no campo. Por outro lado, houve o interesse do Estado em incentivá-lo, através de programas e projetos, favorecendo a entrada das indústrias químicas e seus pacotes tecnológicos, cujo pretexto era de modernizar o campo (LUCENA, 2005; CRUZ, 1982).

Mais recentemente, algumas cooperativas foram criadas no meio rural, seja por condicionalidades do Estado nos assentamentos, ou mesmo por iniciativa dos setores populares, como veremos depois.

3.4 - O caráter confessional das primeiras cooperativas

A primeira cooperativa potiguar – Cooperativa Mossoró Novo - foi organizada provisoriamente em 1915, na cidade de Mossoró, com forte influência da igreja católica que, através do seu representante Dom José Pereira Alves, criou a Comissão Central de Cooperativismo de Crédito e indicou para conselheiro eclesiástico o Monsenhor Alves Landim. Nos modelos de estatuto das caixas rurais constava a expressão [...] “sob o patrocínio”... (nome da padroeira e do local) “e inteira orientação da autoridade eclesiástica” [...] deixando claro o caráter confessional das cooperativas. Mas é a partir dos anos vinte que a constituição das caixas rurais se faz notar, é claro, com forte apoio e orientação católica. Em 1925 é fundada a Caixa Rural de Ceará-Mirim, por um jurista

católico (Heráclito Vilar Ribeiro), e a Caixa Rural de Martins. Em 1926 a Caixa Rural e Operária de Natal é criada por iniciativa da Congregação Mariana de Moços, que entre as suas funções estava a de financiar as novas caixas rurais⁶² criadas no interior do Rio Grande do Norte (LUCENA, 1996, 1999, 2005; SANTOS, 1994).

Na década de 40 o cooperativismo na região do Seridó ganha um adepto, o Bispo Dom José de Medeiros Delgado, da Diocese de Caicó, que apóia a criação de três entidades: a Cooperativa Escolar Diocesana de Caicó, a Central Agropecuária do Seridó Ltda e a Cooperativa de Crédito Agrícola de Cruzeta (SANTOS, 1994).

No entanto, a atuação da Igreja Católica se faz sentir mais intensamente a partir da década de 60, com o chamado Movimento de Natal⁶³ no qual se envolve mais com as questões sociais ligadas a terra. A atuação das Ligas Camponesas no Nordeste e a possibilidade de sua expansão para o RN, bem como, de uma revolução socialista e o avanço de outras religiões no campo, vão motivar o interesse da igreja católica na organização dos trabalhadores rurais. Assim, o associativismo inicialmente é estimulado numa intenção clara de colocar os trabalhadores sob a sua influência de forma a se contrapor às idéias socialistas e comunistas que disputavam a influência nos sindicatos. Exemplo disto foi a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), através da União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil (UTALB), no movimento sindical e a expansão das Ligas Camponesas que lutavam pelas reformas de base, entre elas a reforma agrária (SOUZA, 2006; CRUZ, 1982).

As orientações da igreja católica propunham, através de treinamento, a formação de líderes e a organização dos trabalhadores rurais em centros sociais, associações e cooperativas. O envolvimento da igreja católica tomou maior vulto com o Movimento de Educação de Base-Sistema Natal (MEB), tornando-se um reforço ao trabalho que já vinha sendo desenvolvido no meio rural. O MEB foi um instrumento de mobilização, organização e orientação do trabalhador rural; contribuindo, também, no levantamento

⁶² As Caixas Rurais foram inspiradas nas idéias de Raiffeisen (1818-1888) cujo espírito religioso e gosto pela agricultura estimularam a fundar uma sociedade de crédito, para apoiar os agricultores necessitados. O modelo implantado por ele em Heddesford (Neuwied) foi exemplo para outros países e era baseada no princípio de *self-help* ("ajuda-te que o céu te ajudará"), na responsabilidade solidária e ilimitada; os membros não investiam em capital e nem recebiam dividendos; e o excedente era para criar um fundo de reserva. Para maiores detalhes ver Mladenatz (2003).

⁶³ Estiveram envolvidos neste movimento alguns integrantes da Congregação Mariana de Moços e Líderes Católicos, como Ulisses Celestino de Góis, então idealizador da primeira cooperativa de Natal - a Caixa Rural e Operária de Natal (LUCENA, 1996).

da situação financeira, administrativa e técnico das cooperativas para que o governo, através da SUDENE, pudesse ter um maior controle da situação no meio rural.

O Serviço de Assistência Rural (SAR), criado em 1949, pelo então Padre Eugênio de Araújo Sales, tornou-se o ponto central da ação da igreja católica, ampliando suas atividades educacionais e assistenciais no campo, orientando para o estímulo ao cooperativismo. Exemplo disto foi a Missão de Educação para o Agreste, sediada em Nísia Floresta e ligada ao SAR, que criou em 1959 seis núcleos cooperativistas e uma cooperativa, além de outros 24 grupos. Em 1958 são formadas as escolas radiofônicas com o objetivo de tornar um instrumento de educação com prioridade para desenvolver uma ação educativa no campo incentivando tanto também o associativismo comunitário como a formação de lideranças rurais, através da Emissora de Educação Rural (LIMA e AZEVEDO, 2003; CRUZ, 1982).

Essas ações da igreja católica “inspiraram” as estratégias das organizações internacionais para intervir nos chamados países em desenvolvimento, focando a atenção para o intitulado desenvolvimento comunitário. Exemplo expressivo foi a intervenção norteamericana que tentara minimizar e barrar a influência da revolução cubana, alegando forte infiltração comunista no movimento operário e estudantil brasileiro (MARTÍNEZ, 2002). Além disto, serviu de modelo para outros estados brasileiros implementarem ações junto às comunidades rurais (MATOS FILHOS, 2001).

3.5 - O Estado e o cooperativismo potiguar

Quanto à relação do movimento cooperativista com o Estado, assim como aconteceu no âmbito federal, em alguns momentos o governo estadual estimulou a criação de cooperativas através de programas e incentivos, notadamente referentes ao apoio financeiro e fiscal. O decreto de 03 de dezembro de 1926, do então governador José Augusto Bezerra de Medeiros, isentou de pagamento todo e qualquer imposto municipal ou estadual às cooperativas de crédito e concedeu às dez primeiras Caixas Rurais que fossem fundadas a importância de dois mil contos de reis a título de auxílio financeiro, para aquisição de livros e papéis necessários à sua respectiva instalação.

Na década de 20 do século XX, tendo em vista o reduzido número de agências bancárias para concessão de crédito aos agricultores, principalmente os “pequenos produtores” (havia somente três agências bancárias em todo o Rio Grande do Norte) o então governo Antônio de Souza cria a Caixa Econômica vinculada ao Cooperativismo de Crédito. Como o financiamento concedido pelo Banco do Brasil se encontrava em retração e o crédito era priorizado para a cotonicultura, o governo passou a apoiar o crédito cooperativo, concedendo isenção de impostos e taxas de operações sobre o financiamento agrícola e redução de 50% nos custos e emolumentos dos registros das cooperativas em cartórios (SILVA, BEZERRA e AZEVEDO, 1986).

Em 1935 foi formada a Carteira de Crédito Agrícola, a ser administrada pelo Banco de Natal, e entre as suas operações financeiras, uma seria efetuada por intermédio das cooperativas. Além disto, a Lei nº 45 de 25 de novembro de 1936 reforçou o apoio do Estado, através do Departamento de Agricultura na intensificação da propaganda cooperativista e na criação de cooperativas municipais com objetivo de racionalizar a organização do crédito rural. Ainda nesta década, a intervenção dos poderes públicos foi marcada pela propaganda, fortalecimento e reestruturação das cooperativas, assistência técnica e jurídica, doação de livros e modelos padronizados, empréstimos etc; a criação da Comissão de Assistência ao Cooperativismo (CAC), em 18 de janeiro de 1938; e a Divisão de Cooperativas, cujo objetivo era expandir a criação de cooperativas para todo o RN.

Vale salientar que, dado o incentivo governamental e as necessidades de crédito para a atividade agrícola, já que a rede bancária era precária, o cooperativismo de crédito na forma de Caixas Rurais foi o que mais cresceu. Entre 1915 e 1935 foram criadas 21 cooperativas sendo 17 caixas rurais, uma de crédito popular, uma caixa de crédito operário, uma cooperativa agropecuária e uma de consumo de funcionários públicos (ver Tabela 2) sendo que no final dos anos 30, desse total, apenas sete Caixas Rurais funcionavam regularmente.

Na década de 60, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), apoiada pelas verbas da Aliança para o Progresso, proporcionou assistência técnica e financeira às cooperativas agrícolas no Rio Grande do Norte, fornecendo insumos e projetos de crédito, além de contar com outros órgãos públicos

de assistências ao cooperativismo como o Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC) e o Departamento de Cooperativismo e Organização Rural (DECOR), então ligado à Secretaria de Agricultura (LUCENA, 1999).

No caso das cooperativas urbanas, as de consumo e as de crédito foram as mais comuns, a maioria criada por funcionários públicos (bancários, ferroviários, professores⁶⁴ etc) de órgãos federais ou estaduais.

No início de 1970, apesar do esforço da igreja católica na doutrinação das populações rurais sobre a importância do associativismo, a repercussão no quadro social foi considerada de maneira insatisfatória, com pouca participação e fraco desempenho dos dirigentes, muitas vezes no cargo por indicação política. Em trabalho coordenado pelo MEB, Cruz, Teixeira e Albuquerque (1973), analisando algumas cooperativas agropecuárias potiguares consideraram que, neste período, elas pouco contribuíram para a melhoria da condição dos agricultores, ficando praticamente atuando na revenda de insumos agrícolas e no financiamento de custeio, este se configurando como principal motivo para o agricultor associar-se. A situação se agravou quando o governo estadual, através da Secretaria de Agricultura, instalou a Casa do Agricultor para a revenda de insumos agropecuários, pois os sócios se afastaram cada vez mais da cooperativa que, juntamente com a falta de condições de concorrer, tendiam a fracassar. Aliado a disto, a má utilização do crédito concedido e problemas na comercialização dos produtos foram outros fatores que também estimularam o afastamento dos sócios, que passaram a vender seus produtos aos intermediários.

No caso das cooperativas de leite, os benefícios obtidos pelos produtores se limitaram ao acesso facilitado às linhas de créditos específicos, incluindo juros módicos, prazos adequados e um sistema de garantia adequado às peculiaridades da cooperativa (PAIVA, 1994).

A debilidade das cooperativas rurais durante esta década e início da seguinte, ainda foi imputada a algumas prováveis causas: supremacia do interesse de grupos (ou individual) sobre o interesse coletivo, demonstrando o pouco ideário cooperativista; falta de experiência administrativa no trato da organização coletiva; escassez de recursos

⁶⁴ Na década de 80, fui sócia de uma delas: a Cooperativa de Crédito da Associação de Professores do Estado (APRN), atualmente Sindicato dos Trabalhadores na Educação (SINTE).

financeiros, ausência de incentivo governamental relativos ao crédito e assistência técnica e o pouco conhecimento sobre as cooperativas. Além disto, os prejuízos, dentre outros, causados pela estiagem e a recessão econômica foram também indutores da estagnação do cooperativismo no meio rural potiguar. Enquanto isto, o cooperativismo habitacional e de produção vai emergindo. O primeiro como exigência para a concessão de crédito para a aquisição da casa própria; o segundo, pelo crescente aumento do desemprego e pela crise econômica em curso.

A partir das décadas de 80-90, do século XX, o cooperativismo agrícola no RN assume outras características vinculadas, também, ao contexto econômico da chamada globalização e aos efeitos da atuação do Estado. Em termos quantitativos, a evolução do seu crescimento foi instável (Tabela 2), verificando-se um crescimento maior entre 1997-2007.

Tabela 2 - Evolução no número de cooperativas agrícolas no RN por período - (1915 a 2007)

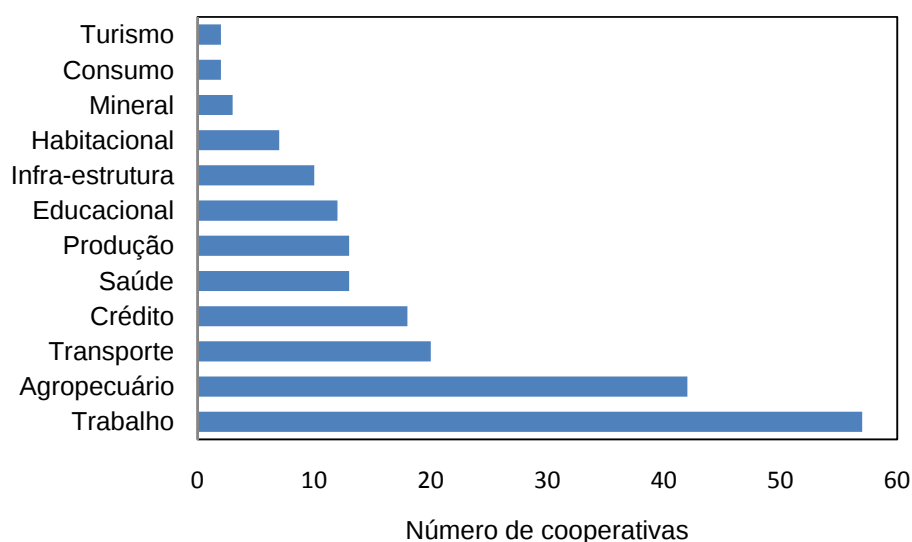
Ramos	Período								Total
	1915	1931	1941	1951	1961	1971	1981	1997	
	1930	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2007	
Agrícolas	1	24	19	15	27	15	13	42	174
Outros	20	17	21	34	56	33	38	199	593

Este crescimento ou recuo está também relacionado a uma maior ou menor intervenção do Estado nacional na estruturação da economia (nos anos 1931-1940, 1961-1970 e 1997-2007, respectivamente), que se reflete em níveis estaduais, induzindo o cooperativismo como ferramenta para impulsionar as políticas de desenvolvimento econômico ou para deter o avanço dos movimentos reivindicativos no campo e na cidade (FLEURY, 1983; CRUZ, 1978); ora para substituir o papel do Estado na criação de atividades que gerem renda, ocupação e prestação de serviços destinados aos setores populares (BARBOSA, 2007); ora na geração de economias em termos de custo de produção e/ou de gestão dos bens comuns ou públicos (SABOURIN, 2006a).

Notadamente, no caso do estímulo do Estado para desenvolver a economia, além do crescimento das cooperativas de crédito em 1915 e das agrícolas em 1930 e 1960, foi sintomático o crescimento de cooperativas de consumo entre 1950-1960 e das cooperativas habitacionais de 1970 e 1980. Esses períodos foram marcados pela escassez de financiamento público para o setor agropecuário, pelo desabastecimento de gêneros alimentícios (feijão, milho, arroz etc) e os seus altos preços (com o abuso dos intermediários).

Sobre as cooperativas habitacionais, houve o incentivo do governo para a aquisição da casa própria, a fim de dinamizar a indústria da construção civil. No segundo caso (para gerar ocupação e renda), é indicativo o crescimento das cooperativas de trabalho, que passam de duas em 1971 para um total de cinquenta e três no ano de 2000. Quanto à economia de custos e gestão de bens comuns, exemplos são as associações criadas para gerirem as agroindústrias coletivas (casas de mel, mini-fábricas de castanhas)

Em se tratando dos dados mais atuais da Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Norte (OCERN), a Figura 2, relativa ao ano de 2007, mostra que houve uma redução das cooperativas de consumo, comparado com anos anteriores, em decorrência, principalmente, da falta de incentivos financeiros e do crescimento e proliferação de supermercados, hipermercados; as de crédito, devido à severa legislação imposta pelo Banco Central. Outras cooperativas tiveram um crescimento significativo, entre elas as de trabalho e as agropecuárias. Das 199 cooperativas constituídas, 42 são classificadas como agropecuárias ocupando o segundo lugar. Este acréscimo derivou da necessidade de comercialização da produção que, no Nordeste, ainda, 65,8% dos compradores são os intermediários particulares (IBGE, 2006).

Figura 2 - Número de cooperativas registradas no RN até 2007

Fonte: OCERN (2007)

Esse crescimento é decorrente, dentre outras razões, da intervenção de programas governamentais através de transferências de recursos e responsabilidade para organizações de caráter não governamental; dos baixos níveis de desemprego e da busca por alternativas de ocupação e geração de rendas.

3.6 - As cooperativas solidárias e populares

Afora os dados oficiais da OCERN e diferentemente das cooperativas empresariais, como a Cooperativa de Laticínios de Natal (CLAN)⁶⁵ e a Cooperativa de Energia e Desenvolvimento Rural do Piranhas (Cerpil) - Leite Seridó, algumas delas surgem no meio rural a partir de iniciativas dos setores populares e outras induzidas pelas políticas de assentamentos e de crédito fundiário; vinculada ao MST e, outras, à

⁶⁵ Em 1974, 45 produtores de leite se uniram e fundaram a CLAN, a partir da compra das ações da Indústria de Laticínios de Natal S.A. (ILNASA), onde o governo estadual era seu maior acionista, com 64% das ações. Já em 1994, a maioria dos sócios era de pequenos produtores que contava essencialmente com o trabalho familiar, produziam até 100 litros de leite diário. No entanto, a cooperativa contava com 70 funcionários e buscava favorecer muito mais os grupos dominantes (produtores capitalistas) (PAIVA, 1994).

agricultura familiar. No geral, são assessoradas ou apoiadas por uma rede de instituições, como o SEBRAE, AACC, Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos (CTA), FETARN, UFRN, UERN, UFERSA, TECHNE, TERRA VIVA etc.

Entre essas cooperativas estão os empreendimentos da economia solidária e popular que, segundo levantamento realizado pela UNITRABALHO/SENAES, entre 2005 e 2007 haviam 817 organizações da ESP organizados em 612 grupos informais, 111 associações, 78 cooperativas e outras 16 formas envolvendo mais de 100 mil homens e mulheres. Dentre essas organizações 564 estão localizadas no meio rural, 161 em áreas urbanas e 90 atuando na área urbana e rural. Em termos estaduais, temos 2,63 empreendimentos por 10.000 habitantes, ficando abaixo apenas do Acre com 7,03, Piauí 4,66 e Tocantins 3,58 (DIEESE, 2008).

As primeiras dez principais atividades desenvolvidas pelos empreendimentos no RN estão relacionadas às atividades auxiliares de intermediação financeira, cultivo de produtos de lavoura temporária, cultivo de cereais, fabricação de artefatos têxteis a partir de tecido (exceto vestuário), atividades de serviços relacionados com a agricultura, criação de outros animais, cultivo de produtos da lavoura permanente, atividades de serviços ligados com a pecuária, pesca e serviços e criação de bovinos. Quanto aos dez produtos ou serviços mais produzidos pelos empreendimentos estão, por ordem decrescente, o feijão, o milho, assessoria, mel, mandioca, artigo de cama, mesa e banho, algodão, confecção, leite e artesanato. Observa-se, portanto, que entre as principais atividades mais desenvolvidas oito são vinculadas diretamente com as atividades agropecuárias; dos produtos mais produzidos, seis também o são, revelando a importância dessas organizações para o meio rural. No entanto não basta produzir, é necessário colocar o produto em circulação. Para os empreendimentos solidários isto é um gargalo, cujas maiores dificuldades são não conseguir quantidade suficiente de clientes, preços baixos, presença de atravessadores e monopólio; falta de capital de giro; transporte, estradas e estrutura de comercialização inadequada (DIEESE, 2008).

O surgimento dessas organizações deve-se também, ao incentivo direto ou indireto de programas governamentais e de financiamentos para a área rural como o

Crédito Fundiário, o Pronaf, PAA; das agências de financiamento como BNB⁶⁶ e BB⁶⁷, mais dedicadas ao crédito etc; do PCBR e da FBB, através de investimento não reembolsável, que na maioria das vezes colocam como exigência a criação de associações (produtores e produtoras, mulheres, artesãs, bordadeiras etc); e do apoio de algumas ONGs. No entanto, existindo uma limitação legal no tocante à comercialização através delas, a constituição de cooperativas passa a ser a opção mais apropriada, pois, devido às suas características podem muito bem cumprir esse papel, incluindo a exportação, a exemplo do mel atualmente exportado pela COOPAPI.

Em fevereiro de 2006 é sancionada a Lei 8.798 que institui a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária, a qual tem como “diretriz fundamental o fomento à economia popular solidária e o desenvolvimento de grupos organizados autogestionários de atividades econômicas, visando sua integração no mercado e a autosustentabilidades das atividades” (LEI...2006). Esta Lei, no Art. 9º, considera como empreendimentos de economia popular e solidária as chamadas empresas de autogestão, as associações, as cooperativas, os pequenos produtores rurais e urbanos, os grupos de produção e outros que atuam por meio de organizações e articulações locais, estaduais e nacionais.

⁶⁶ O Banco do Nordeste, através do PRONAF, atende os agricultores familiares com financiamento de custeio e investimento. Os negócios são realizados em parceria com instituições públicas e privadas, que são responsáveis pela elaboração do projeto e pela orientação empresarial e técnica aos agricultores familiares. Os grupos atendidos deverão ser detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP, que é emitida pelo Órgão Oficial de Assistência Técnica do Estado ou pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais nos municípios e no caso do PRONAF Grupo "A", pelo INCRA ou pelas Unidades Técnicas Estaduais – UTEs. Ainda, através da operacionalização do Programa Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, criado em 2002, atende dois subprojetos: 1) Aquisição de Terras e 2) Investimento Comunitário. O primeiro financia aquisição de imóveis rurais para associações e cooperativas, juridicamente constituídas, de trabalhadores rurais sem terra ou dos chamados pequenos produtores rurais com acesso precário à terra (arrendatários, parceiros, meeiros e posseiros) ou ainda de proprietários de minifúndios. O beneficiário deverá dispor de renda familiar anual igual ou inferior a R\$ 5.800,00 e de patrimônio familiar igual ou inferior a R\$ 10.000,00, não considerada a casa de moradia da família. No programa Investimento Comunitário a finalidade é para os investimentos produtivos, sociais e de infra-estrutura, inclusive relativos à ajuda inicial de instalação e contratação de assistência técnica nos imóveis rurais já atendidos com o financiamento para a aquisição de terra do subprojeto Aquisição de Terras, anteriormente citado (BNB, 2009).

⁶⁷ O Banco do Brasil, responsável por 65% das operações do PRONAF, através do Convênio Operacional Banco-cooperativas agropecuárias e de crédito rural, disponibiliza aplicativos que possibilitam operacionalizar financiamentos a projetos individuais de seus cooperados (custeio ou investimento) nas linhas do Pronaf. As contratações são realizadas por crédito direto ao cooperado, a linha Pronaf Agroindústria é destinada para pessoas jurídicas que atendam algumas exigências e para os produtores enquadrados nos Grupos "C", "D" ou "E", às cooperativas, associações...com taxas de juros de 4,5% a.a. para o custeio e 3% a.a. para as operações de investimento (BB, 2009).

Em termos do ressurgimento do cooperativismo agrícola popular no Rio Grande do Norte deve-se, à iniciativa dos próprios agricultores familiares das localidades e das áreas de assentamentos, mas também, como visto anteriormente, à atuação de instituições, notadamente os sindicatos, a setores religiosos e algumas organizações de caráter não governamental, que dão apoio e assessoria técnica à organização das populações rurais, às associações ou cooperativas, criando redes de apoio que, como coloca Sabourin (2006), reflete-se na aprendizagem de conhecimentos, de posturas, de regras, de normas e de valores de confiança, responsabilidade, justiça etc.

Além da constatação do aumento quantitativo das cooperativas, em termos qualitativos e de sua funcionalidade, as novas cooperativas agropecuárias, anteriormente caracterizadas pela dedicação à compra e venda de insumos agrícolas e/ou ao crédito, têm ampliado o seu papel na prestação de serviços aos sócios e na “reapropriação agroindustrial”, ou seja, na reaproximação da produção familiar com os processos de beneficiamento (WILKINSON, 2008). Atuando principalmente no estímulo à agroindustrialização e como intermediária na comercialização de produtos (castanha de caju, mel, arroz, polpa de frutas, doces etc), essas cooperativas vêm colocando os agricultores familiares numa relação mais estreita com o mercado convencional e os denominados mercados alternativos (institucional, orgânico, solidário, artesanal e especialidade)⁶⁸ que passam da condição de simples consumidores e de praticantes da agricultura chamada de subsistência, para a condição, também, de fornecedores de produtos processados. Além disto, inovam processos produtivos e de gestão, produzindo com melhor qualidade, de forma ecológica e mantendo uma gestão que estimula a participação dos sócios. Essas cooperativas, portanto, estão integrando-se verticalmente à produção da agricultura familiar, algumas se dedicando ao processamento e comercialização da produção; reduzindo os canais de comercialização (a atuação dos atravessadores); facilitando o crédito para seus cooperados, em forma de adiantamento ou junto aos agentes financeiros.

Neste caso, as cooperativas agropecuárias se revestem, como coloca Liebhardt (1982), em “cooperativas de serviços”. Entre elas, podemos citar a COOPAPI e a Cooperativa da Agricultura Familiar de Apodi (COOAFAP), ambas em Apodi, que na

⁶⁸ Para maiores detalhes desses mercados, consultar Wilkinson (2008).

sua atuação assumem o papel de coordenação de cadeias produtivas, reaproximando a produção, do beneficiamento e da comercialização.

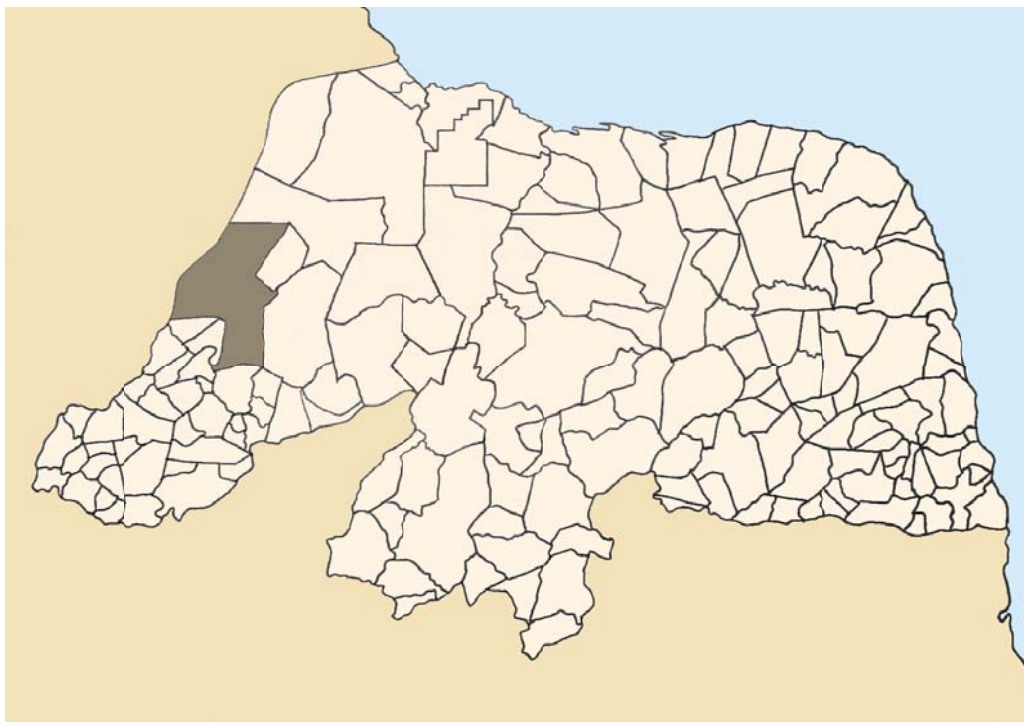
3.7 - Conhecendo o município de Apodi

Localizada a 337 km da capital do Rio Grande do Norte, encontra-se a cidade de Apodi, situada na região Oeste Potiguar. Às margens da BR 405, a paisagem da Lagoa do Apodi com seus carnaubais é o cartão de visita da cidade onde, logo na entrada, no antigo galpão da Companhia Brasileira de Armazenamento – CIBRAZEM – encontra-se a sede da COOPAPI.

Criado em 1883, o município de Apodi possui uma área de 1.603 Km² e uma população estimada em 35.768 habitantes, representando 1,23% da população do Rio Grande do Norte, sendo 52,15% residentes no meio rural (IBGE, 2009). Atualmente faz parte do chamado Território Sertão do Apodi, que abrange uma área de 8.280 Km² e é composto por 17 municípios: Apodi, Augusto Severo, Caraúbas, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Itaú, Janduís, Messias Targino, Olho-d'Água do Borges, Paraú, Patu, Rafael Godeiro, Rodolfo Fernandes, Severiano Melo, Triunfo Potiguar, Umarizal e Upanema; onde existem 9.453 agricultores familiares, 2.822 famílias assentadas, 1.431 famílias de pescadores e uma comunidade quilombola (MDA, 2009).

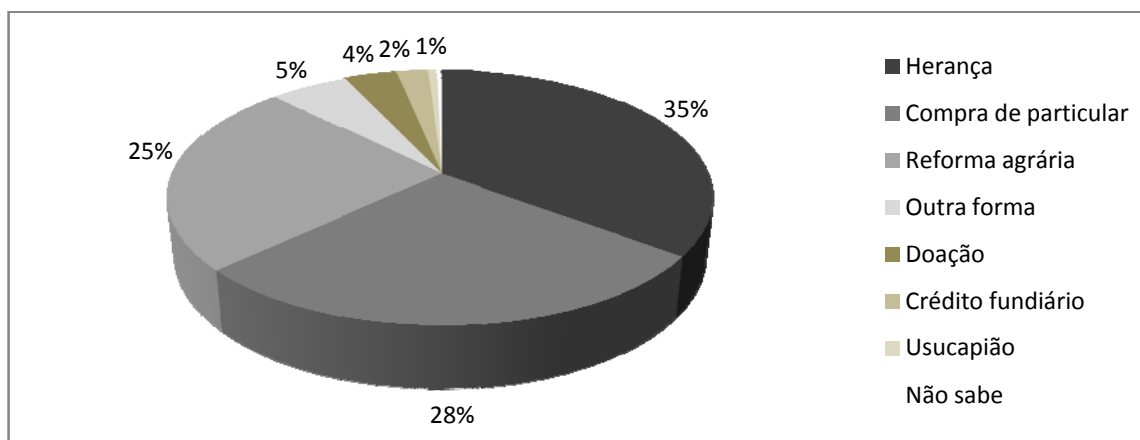
A divisão do município compreende quatro regiões, definidas a partir das suas características geográficas e econômicas. A Região de Areia, onde há maior produção da cultura do caju e do mel de abelha; a Região do Vale, onde existe uma elevada produção de arroz, da fruticultura e agricultura irrigada; a Região da Chapada, predominando a criação de caprino e ovino, mel e sequeiro (feijão, milho, sorgo); e a Região de Pedra, destacando-se a criação de bovino, caprino e a prática da piscicultura. Isto é, a riqueza dos solos apodienses favoreceu a diversificação caracterizada por uma agricultura de baixos insumos, já que grande parte dos mesmos é produzida na própria unidade familiar como os adubos, a ração etc.

Figura 3 - Mapa do Estado do Rio Grande do Norte com destaque para o Município de Apodi.



Somando-se a esta diversidade produtiva, existe também uma variedade de pequenos sítios em decorrência, por um lado, da herança e, em alguns casos, de uma prática de subdivisão antecipada da propriedade (entre pai e filho ou sogro e genro). Isto é, com o pai ainda em vida (ver Figura 4). Por outro, da luta pelo direito à terra e em consequência, da presença de políticas governamentais de assentamentos rurais. Soma-se a isto, o valor da terra que é considerada, no RN, uma das mais férteis e de bom nível de produtividade, o que as torna mais caras e, por tabela, dificulta a concentração. Assim, no município de Apodi, o sistema fundiário é composto, predominantemente, por pequenos estabelecimentos sendo que 48% estão na faixa entre 1 a 10 hectares, com aglomerados residenciais em pequenos espaços geográficos, formando localidades reduzidas em que as relações se desenvolvem com maior intensidade e facilitando a interação “face a face”.

Figura 4 - Forma da obtenção das terras do produtor proprietário.



Fonte: IBGE/Censo Agropecuário 2005

Das 3 184 propriedades existentes no município, 2 945 foram caracterizadas pelo Censo Agropecuário-2005 como produção de base familiar⁶⁹, ocupando uma área de 41 728 hectares, contam prioritariamente com o trabalho da família, com a troca de serviços entre vizinhos, e, eventualmente com força de trabalho assalariada e cuja direção da unidade é feita por um membro da família. Além do mais, 239 estabelecimentos foram classificados como não familiar, totalizando 51.407 hectares. Isto quer dizer que, do total de 93.135 hectares, 92,5% dos estabelecimentos, considerados de agricultura familiar, ocupam menos de 50% de hectares; ficando o restante (mais da metade) ocupado por apenas 7,5% dos estabelecimentos ditos não familiares (IBGE, 2009).

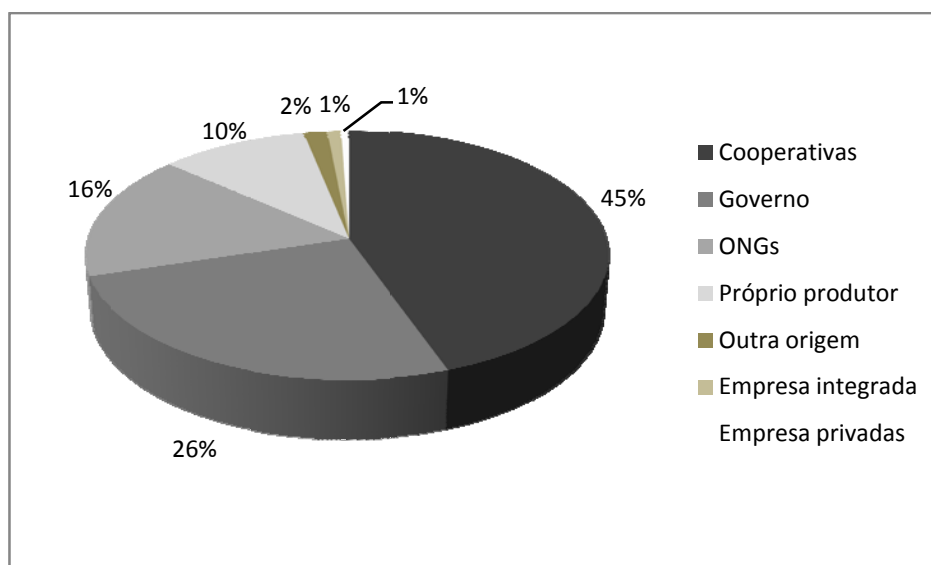
A agricultura familiar responde pela produção de alimentos básicos como o feijão, milho, o arroz, bovinos, suínos, caprinos e ovinos; as hortaliças; produtos de exportação como a castanha do caju, o mel de abelha, destacando-se como o

⁶⁹ Segundo entrevista da prefeita de Apodi, no total, essas propriedades são responsáveis “pela produção do caju (com 5.500 hectares), milho (4.500 hectares), feijão (4.400 hectares), sorgo (3.000 hectares), algodão (3.185 hectares), arroz (1.500 hectares), melão (100 hectares), banana (60 hectares), e melancia (50 hectares). Outros indicadores da Agricultura Familiar apodiense vêm da produção de silagem e feno, atualmente em 3.000 toneladas, salutar para uma cidade que possui, nas palavras da prefeita, o segundo maior rebanho caprino e ovino do Rio Grande do Norte (respectivamente com 24.700 e 17.669 cabeças), terceiro maior rebanho bovino do estado (com 20.206 cabeças), além de uma destacada criação de suínos (3.886 cabeças). Na produção de alimentos (carnes e grãos) Apodi é campeão potiguar (18.881 toneladas de grãos e 115.000 toneladas de carne bovina, caprina, ovina e suína)” (LARSEN, 2010). [QUAL A PÁGINA?](#)

município de maior produção do RN e o segundo maior produtor em nível nacional⁷⁰ (IBGE, 2009).

No tocante à assistência técnica aos agricultores, nota-se a importância das cooperativas que têm assumido grande parte dessa responsabilidade, juntamente com as instituições de caráter não governamental, corroborando o que de início colocamos: o Estado cada vez se afasta do seu papel de prestador de serviços, transferindo-os a terceiros a sua responsabilidade. Dos 3 184 estabelecimentos pesquisados no meio rural, 186 são assistidos pelos governos (federal, estadual e municipal); 119 de organizações de caráter não governamental, e 324 assistidos pelas cooperativas que assumem a liderança do processo, como mostra a figura 5.

Figura 5 - Origem da orientação técnica



Fonte: IBGE/Censo Agropecuário 2005.

Se considerarmos seu desenvolvimento econômico mais geral, a partir do final da década de 70 o município vai melhorar sua perspectiva de desenvolvimento, devido principalmente à formação de infra-estrutura (estradas, bancos, sistemas de comunicação, moradia, saúde, escolas etc); ampliação de serviços na área de

⁷⁰ O segundo maior produtor é Limoeiro do Norte, no estado do Ceará.

circulação e distribuição de mercadorias; atuação da Fundação de Desenvolvimento do Vale do Apodi (FUNDEVAP); chegada da Petrobrás etc. A variedade dos solos férteis que se prestam a variados tipos de culturas e dos recursos hídricos, por sua vez, são fatores que dão ao município uma situação vantajosa. Além disto, alguns programas voltados para as populações rurais (construção de estradas, escolas, poços tubulares, açudes, cisternas, energia etc) induziram um relativo desenvolvimento para as populações rurais, concentradas nas 94 comunidades que se organizaram em variadas formas associativas (PACHECO e BAUMANN, 2006). E que, ao longo do tempo, vêm ampliando a sua participação no encaminhamento das questões sociais, econômicas e ambientais de interesse da população local.

Após a década de 80, o crescimento urbano de Apodi contou também com o acesso da BR 405 (ligando à Mossoró e outros municípios); com a criação de infraestrutura para a atividade turística no Lajedo de Soledade, da Barragem de Santa Cruz e da Lagoa do Apodi; o uso da agricultura irrigada; o surgimento de algumas indústrias etc, tornando-se a cidade mais populosa da Microrregião da Chapada de Apodi. Conta ainda com uma rede de hotéis, pousadas e restaurantes; agências bancárias do BNB, BB, EMATER e, mais recentemente, com uma unidade de ensino do Instituto Federal de Educação do RN (IFERN). Corroborando, em parte, com as idéias de diversificação de Veiga (2001), Apodi é um exemplo de município que tem dinamizado a atividade econômica a contar pela existência de quatro indústrias de extração, quarenta e três de transformação e de uma agricultura diferenciada, destacando-se o mel de abelha, a fruticultura irrigada (banana, manga, melancia, coco-da-baía, melão, castanha de caju⁷¹, goiaba etc); a pecuária (bovino, caprino e ovino); a piscicultura; avicultura; produção de algodão herbáceo, milho, feijão e arroz (IBGE, 2007). Ainda conta com a atividade extrativista da cera de carnaúba, óleo de oiticica, petróleo, gás natural e calcário; do artesanato em palha e de um comércio considerável etc.

No caso da receita total orçamentária, em 2008, o município de Apodi arrecadou R\$ 30.168,709,00, sendo o 14º município do RN que possui maior arrecadação. Para

⁷¹ Uma de nossas idas a campo (entre 19 e 24 de outubro de 2009) coincidiu com o período da safra do caju na região. Para entrevistar alguns cooperados no município de Itaú foi necessário um deslocamento até a Coopermil, onde presenciei a quantidade de tratores e caminhonetes, carregados de caju, que se enfileiravam para ser descarregados. Lá é extraído o suco do pendúculo ou pseudofruto a ser distribuído para as grandes indústrias alimentares.

as populações rurais foram repassados R\$ 26.316.464,00 relativos aos benefícios do Instituto Nacional de Seguro Social-INSS, enquanto para a área urbana o valor foi de R\$ 8.422.996,00 (STN, 2009), beneficiando o desenvolvimento das atividades agropecuárias.

3.7.1 - As formas associativas em Apodi e suas interações com outras instituições

Em relação às várias organizações sociais e econômicas, o surgimento do associativismo e do cooperativismo contou com o apoio da igreja católica, através do então Pe. Renato de Menezes, que em 1940 fundou a Cooperativa de Crédito de Apodi, com 89 associados. Porém, as debilidades administrativas e da diretoria, interesses contrários ao movimento, entre outros, condicionaram o seu fracasso, após alguns anos de funcionamento.

Na década de 60, a Missão Rural, projeto da arquidiocese de Mossoró, que já desenvolvia um trabalho comunitário na região, incentivou a criação da Associação Rural de Apodi, na localidade de Água Fria que, assim como a primeira iniciativa, teve suas atividades encerradas por falta de financiamento e problemas na revenda dos produtos aos cooperados.

Em 1966, sob a influência do então líder paroquial Padre Pedro Neefa, foi criada a FUNDEVAP, tendo como um dos objetivos a restauração do cooperativismo no município, para tanto, promovendo cursos, palestras e seminários sobre cooperativismo. Por outro lado, o Pastor Diomédio Alves que já desenvolvia um trabalho junto às comunidades, com o apoio da Confederação Evangélica do Brasil, fundou a Associação dos Pequenos Produtores do Vale do Apodi. Apesar dos esforços de se unir as duas associações, em 1967 duas cooperativas são formadas. Uma liderada pelo Pastor Diomédio, Cooperativa dos Cerealistas de Apodi Ltda; e a outra liderada pelo Padre Pedro, a Cooperativa dos Trabalhadores Rurais de Apodi (antiga Associação Rural de Apodi), ambas atuando com o sistema de crédito, comercialização e revenda para os cooperados.

Enquanto a Cooperativa dos Cerealistas crescia com o apoio financeiro de instituições religiosas, a Cooperativa dos Trabalhadores Rurais estagnava, levando alguns dos seus sócios a incorporarem-se à primeira, com o nome de Cooperativa Regional Mista de Apodi (COOPERMIL). Em decorrência das estiagens e da queda da safra do algodão causada pelo “bicudo”, a indústria de beneficiamento do algodão foi paralisada.

Em 1984, a COOPERMIL diversifica suas atividades abrindo um mercadinho, além de intermediar, junto ao BNB, o financiamento para custeio do cajueiro, do algodão e do arroz irrigado; revenda de sementes e inseticidas; aquisição de matrizes leiteiras; instalação de um posto de resfriamento etc (GUERRA, 1980). Análogas às características das cooperativas tradicionais, descrita em capítulo anterior, a COOPERMIL fecha suas portas deixando para trás dezenas de agricultores endividados e decepcionados com o cooperativismo. Até 2006 a COOPERMIL ainda funcionava, estando atualmente com sua estrutura física arrendada a terceiro⁷².

A partir do final da década de 80 e início de 90, enquanto as cooperativas se definham juntamente com a cultura algodoeira, o pároco de Apodi, o holandês Pe. Theodoro⁷³, vindo do Ceará, continuou o trabalho anterior do Pe. Pedro Neefa, apoiando algumas localidades rurais a se organizarem em grupos de jovens e associações a fim de melhorar sua condição de vida. Com investimentos financeiros vindos de amigos da Holanda, ajuda a fundar três associações. Em 1991, cria-se a Associação dos Mini-produtores do Córrego e dos Sítios Reunidos onde, em 1992, é instalada uma usina para produzir cajuína e doce de caju, a qual deveria ser conduzida por um grupo de mulheres que, para tanto, visitaram a cidade de Pacajus (CE) no intuito de aprender o processo de fabricação. Porém, segundo o Pe. Theodoro, por falta

⁷² Nas entrevistas realizadas com alguns dos sócios fundadores da COOPAPI, foi colocado como dificuldade de constituí-la o fato da COOPERMIL ter tido uma gestão centralizada e de não repassar aos sócios os valores referentes ao volume de produto entregue à cooperativa, o que gerou um descrédito entre os agricultores.

⁷³ O trabalho do pároco também esteve vinculado a uma congregação religiosa holandesa, da qual faz parte e que tem compromisso de desenvolver, no mínimo, um projeto social por ano, no Brasil. Além do apoio financeiro dessa congregação holandesa, recebeu também recursos de amigos os quais foram destinados para a instalação de três mini-fábricas de roupas na localidade de Lagoa Rasa (que não teve continuidade), para o projeto de vaca leiteira e de criação de caprinos. Na época da entrevista, existiam 56 grupos de jovens apoiados pela igreja católica, com uma coordenação geral da qual ele acompanhava mais diretamente; e 70 grupos de mulheres (informações obtidas na entrevista concedida pelo Pe. Theodoro em 27 de outubro de 2009).

de mercado local (as pessoas preferiam bebidas gaseificadas); ausência de uma marca, que pudesse competir com as já existentes; e de maior engajamento da comunidade, para superar essas questões, a usina não teve sucesso. Atualmente a instalação predial é usada para o beneficiamento da castanha e alguns dos equipamentos foram adaptados, por um sócio da cooperativa, para o beneficiamento da polpa de fruta.

Em 1994, é fundada a Associação dos Sítios Reunidos da Barra, a partir da aquisição de um trator e da doação de um terreno, onde foram construídos poços artesanais para irrigação. O terreno medindo 80 hectares foi dividido em lotes⁷⁴ individuais entre às 81 famílias, sendo parte da produção destinada ao autoconsumo e outra para a criação de um fundo financeiro coletivo com o objetivo de manter e ampliar as atividades.

Em 1998, é fundada a Associação dos Produtores de Melancias, abrangendo 26 famílias que investiram os recursos (vindos da Holanda) na compra de materiais e equipamentos que eram utilizados individualmente, por cada uma das famílias, em sistema de rodízio. Paralelamente foram constituídos grupos de jovens, com uma atuação mais social, política e religiosa (exemplo disto, tem sido as noites de celebrações e pregações nas comunidades do Córrego, Soledade etc), sob o comando de jovens, entre eles, o Grupo de Jovem São Pedro (GRUJOSP). Houve também a formação de grupos de mulheres, direcionados principalmente para incrementar a renda familiar através de atividades artesanais, cultivo de hortaliças e criação de galinhas. Ainda houve o apoio para a campanha da construção de cisternas, incentivando o trabalho em mutirão.

Assim, as formas associativas foram sendo estimuladas pela ação do Pe. Theodoro, que priorizou a constituição de grupos de jovens, considerando que, em relação ao público masculino adulto, eles seriam mais fáceis de assimilar “coisas novas” e de reeducar-se, como ressaltou o mesmo (informação obtida em entrevista)⁷⁵.

⁷⁴ O uso dos lotes era rotativo, de forma a garantir que cada uma das famílias pudesse se beneficiar das facilidades dos terrenos localizados próximo ao rio. O mesmo sistema de rodízio era adotado para o uso do trator: as famílias eram sorteadas para se estabelecer a ordem do sua utilização para cortar a terra (entrevista com Pe. Theodoro em outubro de 2009).

⁷⁵ Pe. Theodoro atribuiu maior dificuldade encontrada na época, à existência de uma predisposição entre os homens para não realizarem o trabalho de limpeza dos terrenos, o que ele considerou como cultura

Por um lado, ao número variado de localidades soma-se também o número de festas religiosas⁷⁶ que, embora dentro de um calendário litúrgico, certamente tem contribuído para criação de espaços de solidariedade. Por outro, a característica fundiária em Apodi, estruturada principalmente em pequenas propriedades de área reduzida favorece a constituição de grupos de vizinhança em torno de algumas importantes atividades para a região, como a apicultura e a cajucultura. Ou dito de outra forma, a organização informal em pequenos grupos produtivos e a perspectiva de uma atividade em comum (a extração do mel e a coleta do caju) favorece a expansão ou recomposição dos laços de solidariedade e reciprocidade em uma organização mais complexa como a cooperativa⁷⁷. E como afirma Cândido (1975) em termos gerais, as casas próximas umas das outras facilita o contato face a face na convivência diária; esta convivência é decorrente dessa proximidade física, mas também da necessidade de cooperação através da ajuda mútua, de atividades lúdicas, religiosas, associativas e econômicas.

Além dessas questões endógenas essas associações adquirem outro caráter, também pelas relações externas que criam e que delas, igualmente, dependem a sua sobrevivência. Outros vínculos e apoio foram estabelecidos com o movimento sindical, na criação das associações e na luta pelo direito à água, terra etc; na participação em fóruns e conselhos, ampliando o campo de ação política e interferindo nos direcionamentos dos recursos públicos. Acontecem, igualmente, relações com instituições governamentais das quais dependem para levar a cabo os seus objetivos econômicos, ou seja, parte do seu êxito.

machista, de não gostarem de trabalhar juntos e de dependerem de alguém para fazer as coisas por eles (entrevista realizada no dia 08 de outubro de 2009, na casa Paroquial em Apodi).

⁷⁶ Segundo o mesmo Pe. Theodoro, na sua agenda as missas nas localidades rurais eram as mais requisitadas devido à diversidade de padroeiros existentes. Toda localidade tem um padroeiro (a) diferente, chegando a realizar uma média de três missas por mês. A prática tradicional de doações de produtos (bebidas, galinhas etc) para serem leiloados na festa passa, também, a se constituir numa forma de cooperação e de solidariedade entre os seus moradores quando alguns arrematam o produto por um preço bem acima do valor real. Todo dinheiro arrecadado nas festas era revertido para a paróquia sob "o olhar de Deus" que, igualmente protegeria a todos. Além disto, nas celebrações havia sorteios de brindes, galinha assada e muita dança.

⁷⁷ Principalmente nas entrevistas com os agricultores do Sítio Córrego, Retiro e Lagoa Amarela, observamos que a produção do mel constituiu-se em um fator de união entre eles, bastando ressaltar a criação da ASSAAP e depois a COOPAPI.

Neste sentido, o Estado, juntamente com o apoio financeiro de instituições como o Banco Mundial, direcionou alguns projetos produtivos, de infra-estrutura e sociais para a área rural na perspectiva de redução da pobreza, principalmente o PCPR⁷⁸ e, para tanto, induziu a formação de associações. Para se ter uma idéia, entre 1985 a 1995, das cinquenta e nove (59) organizações de clubes recreativos e culturais, fundações, entidades filantrópicas⁷⁹, associações de produtores, sindicatos etc, existentes no município de Apodi, quinze (15) foram constituídas por populações da área rural (agricultores, mulheres, pescadores etc). Já no início de 2000, essas associações contabilizavam mais da metade (59) do total das 107 associações existentes no município, deixando clara a predominância do meio rural (Tabela 3).

Tabela 3 - Número de organizações associativas por período

Instituições	Centro	Clube	Fundação	Associação	Cooperativa	Outro	Total
1985-1995	20	5	7	15	2	10	59
1996-2006	20	2	7	59	4	15	107

Fonte: GUERRA, 1980; PACHECO e BAUMANN, 2006.

O mais recente cadastramento feito pela Prefeitura de Apodi, através da Secretaria de Agricultura, em janeiro de 2009, atualizou o número das associações rurais para 71 congregando 2113 pessoas, sendo 6 localizadas na Região de Areia, com um total de 167 associados; 33 na Região da Chapada, congregando 845 sócios; 9 associações na Região de Pedra, com 301 sócios; e 23 na Região do Vale com 900 associados, como ilustrado na Tabela 4, a seguir.

⁷⁸ Para além dos recursos financeiros, a concepção do PCPR diz-se fundada nos princípios da descentralização e participação social, sendo operacionalizado, segundo o Programa, a partir da demanda das comunidades rurais. Assim, os projetos destinados às comunidades deveriam ser planejados, executados, fiscalizados e controlados por elas (GOVERNO...2005), o que, teoricamente favoreceria o engajamento e a participação da população.

⁷⁹ Essas organizações, porém, muitas vezes estavam ligadas a famílias que exerciam o poder político, caracterizando-se pelo tradicionalismo e o conservadorismo.

Tabela 4 - Número de associações rurais e de sócios por região – 2009

Regiões	Areia	Chapada	Vale	Pedra
Número de associações	6	33	23	9
Número de sócios	167	845	900	301

Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura de Apodi

No campo da economia solidária e popular foram cadastrados 28 empreendimentos sendo um de produtos e serviços diversos, dois de prestação de serviços e 25 de produtos (agropecuário, extrativismo e pesca; alimentos e bebidas; artesanatos; fitoterápicos e produtos de limpeza e higiene; produção têxtil), organizados em 11 associações, uma cooperativa, e 14 grupos (mulheres e jovens) e mais dois não identificados (DIEESE, 2008).

Na Região de Areia, apesar de um número menor de associações, há certamente uma tradição de luta e organização social, concretizada através do associativismo. No Sítio do Córrego, por exemplo, o grau de participação da população organizada em associações, grupos produtivos e na COOPAPI, por um lado tem influenciado para que algumas políticas públicas (principalmente aquelas que se dizem de combate à pobreza no meio rural) lhes sejam direcionadas e, a partir disto, ampliarem as condições básicas para a sustentabilidade econômica e continuidade dos projetos produtivos. Por outro lado, também são influenciados por estas políticas quando se adequam às demandas do mercado institucional. Isto é observado, quando os agricultores (as) passam a produzir dentro dos padrões requeridos pela Conab e aumentam as possibilidades de acessar os programas governamentais de transferências de recursos físicos e financeiros. Estes recursos, reembolsáveis ou não, são destinados para custeio ou para implantação, ampliação e modernização da infra-estrutura produtiva (fábrica de beneficiamento da castanha) e de criação de outras atividades através do PCPR⁸⁰ etc. E é justamente esta

⁸⁰ Os Acordos de Empréstimo contratos pelo governo do RN e o Banco Mundial, através do PCPR I e PCPR II, respectivamente, atendeu 9 associações rurais entre de junho de 1997 a junho de 2002 e 18 entre setembro de 2002 a dezembro de 2002, no município de Apodi, ou seja, um aumento de 100% (dados fornecidos por Sebastião Menezes, assessor do IDS/CTA). Ainda no Território Sertão do Apodi, o

troca de sinergia que cria as condições propícias para o surgimento dessas associações que contam, também, com o apoio de cooperativas como a COOAFAP e a COOPAPI.

3.7.2 - As abelhas que transformam flores em ouro⁸¹

A importância econômica da atividade apícola para o município de Apodi é algo nacionalmente conhecido, como se observa via os resultados da pesquisa de Produção Pecuária Municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que o aponta como o segundo maior produtor de mel do país e o Rio Grande do Norte aparecendo como o 10º maior produtor nacional e o 6º maior exportador.

Alguns fatores contribuíram para que o mel ganhasse destaque. No âmbito global deveu-se ao aumento da importância, nos últimos 20 anos, do produto nos mercados nacional e internacional; ao aumento da demanda por produtos naturais, saudáveis e menos agressivos ao meio ambiente⁸². Além disto, os problemas sanitários em alguns mercados, como os relacionados aos altos índices de resíduos de drogas veterinárias, no caso do maior exportador e produtor - a China - e distorções no preço que desfavoreceu a concorrência dos produtores americanos, no caso da Argentina, contribuíram para colocar o mel brasileiro na rota dos mercados internacionais, em particular o RN. No âmbito estadual, o fato de ter sido introduzido em programas regionais da alimentação escolar e de outros programas de geração de emprego e renda para as populações rurais; os fatores climáticos; manejo mais correto etc,

PCPR apóia 44 projetos produtivos dentre os quais 24 ligados à apicultura e 5 ao processamento da castanha de caju (SETHAS, (s/d).

⁸¹ Analogia à expressão “carneiros que transformam areia em ouro”, na obra de Polanyi (2000), quando se refere à próspera criação de carneiros que alimentou os centros de indústria de lã da Inglaterra, no século XV.

⁸² A atividade apícola ajuda na polinização, principalmente em áreas com alto índice de desmatamento e devastação ou com predominância da monocultura. Neste sentido, alguns produtores ficam extremamente dependentes das abelhas para poderem produzir, pois são considerados os agentes mais eficientes na transferência do pólen, em relação às outras espécies como insetos, pássaros, morcegos, ratos e macacos. Com isso, muitos apicultores do Sul e em regiões isoladas do Nordeste brasileiro, alugam suas colméias durante o período da florada para serviços de polinização. Já nos EUA metade das colméias é usada dessa forma, gerando um incremento na renda do produtor (<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Mel/SPMel/importancia.htm>).

decididamente têm contribuído para aumentar a sua participação na economia e, em particular, no desenvolvimento das localidades do meio rural.

A produtividade de mel de abelha no município de Apodi vem aumentando gradativamente e em ritmo mais acelerado que o restante do Estado. No curto período de tempo, a produção aumentou mais de cinco vezes, saltando de 92 toneladas em 2005 para 500 em 2008. Enquanto em 2005 a produção de Apodi representou cerca de 21% da produção total do RN, em 2008 a contribuição do município foi de 31% da produção total. Em termos absolutos, tal produção só fica atrás de Limoeiro do Norte, no Ceará (IBGE, 2005...2008) (Tabela 5).

Tabela 5 - Evolução da produção de mel no Estado e em Apodi - 2005 a 2008

Ano/ton	2005	2006	Δ%	2007	Δ%	2008	Δ%
Produção de mel em Apodi	92,4	150,4	63,7	148	- 0,01	500	237,8
Produção no Estado	447,9	585,4	30,7	611	0,04	1.605	162,7

Fonte: IBGE-2005/2006/2007/2008

A produção está estruturada em unidades familiares e, secundariamente, em propriedades não familiares (empresariais) sendo comercializadas, no primeiro caso, por duas cooperativas (COOPAPI e COOAFAP) que juntas venderam, em 2008, em torno de 390 toneladas de mel.

Em Apodi, notando alguns exemplos de produção com uso de técnicas que melhoravam a qualidade do mel, colocando a vantagem de sua inserção em mercados mais amplos, alguns produtores, entre eles um produtor não familiar (empresário) e um estudante de agronomia, buscaram em outras cidades nordestinas, Limoeiro (CE) e Picos (PI), novos conhecimentos e experiências sobre o manejo em colméias, trazendo a novidade para Apodi.

Paralelamente criou-se um projeto piloto incluindo capacitação e doação de equipamentos para a localidade do Sítio do Retiro, onde atualmente existem várias casas de mel. Em 1995, foi criada a Associação Apodiense de Apicultores (ASSAAP) para, além de encontrar mecanismos de comercialização, discutir as questões mais gerais relativas à apicultura como cursos de capacitação para os agricultores. A partir

da ASSAAP, os agricultores passaram a discutir mais sistematicamente as questões relacionadas à cadeia produtiva do mel culminando com um evento, em agosto de 2003, que reuniu mais de 600 apicultores. Após este evento, as localidades do Córrego e Sítios Reunidos passaram a se reunir mensalmente, dando origem ao Fórum Apodiense de Apicultura e contando com a participação das associações, da FETARN, da Federação Apícola do Rio Grande do Norte (FEARN), entre outras.

Em relação ao incentivo do governo estadual, por se tratar de um produto exportável e que garante um aumento de renda para os agricultores, em 2008, segundo o coordenador do Programa de Desenvolvimento Sustentável (PDS), José Gercino Saraiva, foram investidos em todo o RN mais de R\$ 4.000.000,00 em 123 unidades de beneficiamento (casas de mel) para melhorar a qualidade do mel (BANDEIRA, 2009).

Porém, constatamos que, contraditoriamente, após o Colegiado do Território da Cidadania do Sertão do Apodi aprovar a construção de um entreposto de mel e os recursos, provenientes do Pronaf, serem liberados pelo governo federal, desde 2004, somente após pressão da COOPAPI⁸³ e da COOAFAP, quando da visita da governadora Vilma de Faria em Apodi, em 24 de junho de 2009, uma semana depois o serviço foi autorizado. Na ocasião, estando em audiência pública na Casa de Cultura, para assinar a ordem de serviço da construção do Parque Ecológico da Barragem de Santa Cruz, a governadora foi surpreendida por um manifesto dos agricultores(as) familiares organizado pela COOPAPI e pela COOAFAP, que cobraram a construção do entreposto para melhorar as condições de comercialização do mel, numa demonstração clara da ação das cooperativas no espaço público.

O entreposto, apesar das críticas realizadas pelas cooperativas beneficiadas, em relação ao tamanho da planta e ausência de equipamentos, foi inaugurado pelo governo estadual estando localizado no Sítio Aurora, base da EMPARN, em terreno doado pelo Governo do Estado. Com previsão para funcionar em 2010, apesar da capacidade operacional insuficiente segundo os dirigentes das cooperativas, isto

⁸³Nesta ocasião os agricultores levaram faixas e cartazes reivindicando o entreposto e à presidente da COOPAPI, Fátima Torres, foi dado um tempo para falar, quando na oportunidade afirmou que “Desde 2004 que o dinheiro para a construção do entreposto de mel vem, mas sempre volta porque faltava a ordem de serviço e interesse dos políticos, e não podíamos perder essa oportunidade de cobrar da governadora, pois não podemos passar mais um ano sem o entreposto”. (blogdaagriculturafamiliar).

possibilitará a consecução da Certificação de Inspeção Federal (CIF), beneficiando os apicultores do Médio Oeste Potiguar na exportação do mel, de forma mais rápida e direta, sem a dependência do entreposto de Mossoró ou de outras empresas privadas da região, possibilitando, dessa forma, uma maior autonomia para as cooperativas e seus cooperados.

Outras instituições têm dado algum tipo de apoio à atividade, entre elas, o IFRN, a Universidade Federal do Semi-Árido (UFERSA) e a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), através de promoção de seminários, de orientação de trabalhos discentes sobre a apicultura, na análise do mel da região etc.

3.8 - Conclusão

Além das próprias iniciativas populares, as políticas governamentais de combate à pobreza, apoiadas por agências multilaterais e o envolvimento de setores da igreja católica na organização das populações rurais, influenciaram para a constituição de uma pluralidade de formas associativas no meio rural potiguar (especialmente associações, cooperativas, conselhos de desenvolvimento etc). No município de Apodi, esses condicionantes e juntamente com as suas particularidades, tais como grande peso das pequenas propriedades, concentração das populações em pequenas localidades, tradição associativa, a localização geográfica (entre Mossoró, Pau dos Ferros, Caraúbas, Itaú e Severiano Melo) e a diversidade produtiva, em particular a produção de mel, criaram um cenário propício à construção de mecanismo de representação dos interesses dos agricultores familiares, resgatando alguns princípios do cooperativismo “autêntico”. Surgida das necessidades e organização dos agricultores ou induzidas pelas políticas públicas, os mesmos buscaram nas formas associativas a maneira de resolverem seus diversos problemas.

Como já assinalamos, tendo como base empírica uma das organizações associativas de Apodi, nosso trabalho buscou, também, verificar como a COOPAPI se organizou e se organiza para apoiar os agricultores familiares? Como se integra aos mercados? Ela representa uma expressão do cooperativismo solidário e popular? Estas questões entre outras, buscamos responder no capítulo seguinte.

CAPÍTULO IV

4 Evidências da economia solidária e popular na trajetória da COOPAPI

A criação da COOPAPI foi fruto da mobilização e do entusiasmo anterior, começando notadamente com o processo de organização dos agricultores (as) familiares, como já explicitado. Na década de 90, segundo depoimento Antônia Zilma, vice-presidente da COOPAPI, já se vislumbrava a sua criação concretizando-se somente em 2004, quando alguns membros da Associação de Mini-produtores do Córrego e dos Sítios Reunidos (AMPC) e da ASSAAP, depois de várias reuniões e discussões, decidem fundá-la. Para tanto, contaram com o apoio da FETARN e do IICA.

Assim, nossa atenção foi direcionada para saber como ocorreu o processo de construção e continuidade dessa experiência social e econômica. Que motivações ou interesses levaram os indivíduos a interagirem, unindo-se em uma cooperativa? O que contribuiu ou tem contribuído para a sua unidade? A COOPAPI é uma evidência no campo da economia solidária e popular? O que tem possibilitado o seu êxito ao longo dos quase seis anos de sua existência?

O processo de constituição da COOPAPI esteve muito vinculado inicialmente a um interesse econômico, impulsionado pela necessidade de se buscar outros canais de comercialização. Para se ter uma idéia, alguns agricultores e agricultoras, através da união dos seus poucos recursos financeiros e de um conhecimento derivado da experiência anterior de *meleiro*, decidem voluntariamente e autonomamente criar uma ferramenta que lhes possibilitassem, em união, melhorar a forma de comercialização do mel, sem a intervenção habitual do atravessador mais imediato (comumente chamado de corretor). A necessidade objetiva e os interesses em comum os estimularam, como disseram os entrevistados, a constituírem a cooperativa que para eles significava “unir-se a outras pessoas que tinham a mesma necessidade”, “garantir o preço e acabar com os atravessadores”. Para tanto, o grupo que começou a experiência era composto por

indivíduos que tinham experiências nas associações de agricultores e agricultoras, nos grupos de jovens e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais⁸⁴.

Os membros que encabeçaram a primeira diretoria tinham experiências associativas, sindical; detinham um relativo conhecimento técnico-científico da atividade (agrônomo e produtores treinados); tinham uma experiência em atividades comunitárias (ligação com a igreja católica); conhecimento da realidade em que atuavam (moradores da comunidade); atuavam em atividade de interesse público (agente de saúde). Além de fazerem parte do movimento de criação de outras associações, participavam de fóruns para discutir e encaminhar as questões relacionadas à apicultura na região. Vale ressaltar ainda a participação das mulheres. Na primeira diretoria, a atual presidente ocupava o cargo de tesoureira e na segunda diretoria passou para a função de presidente sendo reeleita para o mandato 2010-2012. Enquanto outra mulher ocupava o cargo de secretária na segunda diretoria e atualmente de vice-tesoureira.

Outros fatores externos foram importantes para a constituição e desenvolvimento da cooperativa, entre eles, o apoio do SEBRAE e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) que, em parceria com o governo municipal, fizeram a capacitação e treinamento dos *meleiros* (hoje orgulhosamente denominados de apicultores); e a existência de uma produção de mel mais regular com uma melhor qualidade. No âmbito dos programas do governo federal contaram com financiamento para custeio e investimento através do Pronaf e do governo estadual, com apoio dos recursos não reembolsáveis do PCPR para implantação de infra-estrutura e desenvolvimento de projetos produtivos, notadamente a construção de casas de mel.

Além da história individual dos membros do grupo, as redes de agentes locais, apoiados pela FETARN, também foram essenciais para respaldar a constituição da Cooperativa.

⁸⁴ A partir da entrevista com a presidente, Fátima Torres, pode-se afirmar que sua influência na constituição da cooperativa esteve ligada, principalmente, à sua atuação enquanto agente de saúde municipal, sua relação com grupos de jovens e, posteriormente, com os apicultores do Córrego. Com relação à vice-presidente, Antônia Zilma, ela ressaltou que fazia parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Apodi quando a COOPAPI foi criada. Também participava do grupo de jovens do Córrego, ligado à igreja católica (voltado mais para o lazer e realização de encontros) e ainda simpatizava com partidos como o PT e o PC do B. Em 1983, a mesma Antônia Zilma participou das reuniões de articulação para fundar a associação do Córrego criada em 1991 com o nome de Associação dos Mini-produtores do Córrego e Sítios Reunidos, da qual foi presidente interina até 1994. Ainda em 1994 foi eleita presidente do STR ficando até 1997 e a partir daí, até 2000, assumindo outro cargo na diretoria (entrevista concedida no dia 26 de outubro de 2009).

Assim, baseando-se em Ploeg (2008), podemos dizer que os agricultores desenvolveram formas de lidar com situações problemáticas criando novas estratégias, combinando recursos materiais e não materiais na tentativa de criar espaço para seus próprios interesses e construindo, dessa forma, um certo grau de autonomia necessária para sua reprodução social. Neste sentido, o novo processo de produção de mel em colméias, que se iniciou na unidade produtiva familiar, emergiu de uma prática alicerçada no conhecimento histórico dos agricultores e agricultoras, que vão melhorando a sua maneira de fazer e de produzir, ajustando-as e culminando com a constituição da cooperativa. A criação da cooperativa foi uma ação concreta das próprias famílias e dos grupos produtivos que no seu dia a dia tentaram encontrar soluções alternativas às “trocas que surgiam do desespero” (WALZER, 1983 *apud* WILKINSON, 2008), que as deixavam vulneráveis aos interesses oportunistas de atravessadores.

Em termos geográficos e econômicos, a maior densidade populacional e as atividades desenvolvidas (cajucultura e apicultura) nos sítios do Córrego, Urbano e do Retiro deram maior impulso ao movimento associacionista que inicialmente formou a base social da COOPAPI. Fazendo parte da Região de Areia⁸⁵, essas localidades foram onde os principais grupos se constituíram e que deram a sustentação política e produtiva para a COOPAPI. Entre elas a ASSAAP, a AMPC (composto pelos sítios do Córrego I e II, Urbano, Barra, Lagoa do Mato e Lagoa Amarela) e a Associação Comunitária do Retiro. Dentre os associados da AMPC, alguns se destacaram na fundação da COOPAPI por diversos motivos, relacionados mais adiante. Inicialmente, através dessas associações, as comunidades obtiveram financiamento do PCPR, no ano de 2001, para aquisição de colméias e construção de uma casa de mel⁸⁶ e, junto à Fundação Banco do Brasil (FBB), conseguiram financiamento para a construção de uma Unidade de Beneficiamento de Castanha de Caju, no caso as mini-fábricas.

⁸⁵ Na Região de Areia, encontram-se 690 famílias que trabalham com milho, caju, artesanato em palha, melancia, pesca, bovinocultura de corte, ovinocultura, polpa de frutas, acesso à argila e à água mineral no subsolo. Existem seis associações, além de seis grupos de jovens e três grupos de mulheres como o Grupo de Mulheres Mãos Talentosas assessorado pela COOPAPI. Dentre as associações estão a AMPC, a ASSAAP (no Sítio Retiro) e a Associação de Apoio aos Agricultores do Sítio Urbano (blogcoopapi.18 de ago. de 2009).

⁸⁶ Casa de mel é a denominação dada às pequenas agroindústrias pertencentes às associações comunitárias ou a um agricultor individual, onde é processado o mel antes de ser entregue à cooperativa.

Dada essas condições, depois de várias reuniões ocorridas em Apodi e de algumas articulações com a FETARN e o IICA, em 3 de abril de 2004 é realizada, no auditório da Câmara de Vereadores a assembléia de fundação da Cooperativa dos Apicultores de Apodi (Foto 1).

O objetivo principal, conforme o primeiro estatuto da COOPAPI, era comercializar mel, derivados apícolas e produtos da agricultura familiar; industrializar a produção e buscar mercado nos níveis estadual, nacional e internacional e desenvolver ações voltadas para a conservação do meio ambiente. No momento, sua atuação abrange os municípios de Apodi, Severiano Melo, Caraúbas, Itaú, Pau dos Ferros, Umarizal, Governador Dix-Sept Rosado e Rodolfo Fernandes, todos integrantes da região Oeste e Alto-Oeste do Rio Grande do Norte.

Foto 1 - Fundação da COOPAPI



Fonte: COOPAPI

Apesar da decisão tomada em fundar a cooperativa, devido à existência de algumas dificuldades financeiras e falta de infraestrutura, ela somente passa a funcionar regularmente quase um ano depois. Durante seu primeiro ano, a inexistência de uma sede acarretou a realização de reuniões em diferentes locais e o funcionamento

administrativo em uma pequena sala cedida pela Câmara de Vereadores. Isto foi mudado depois que, em ocasião da visita do representante do Banco Mundial à cooperativa, juntamente com o prefeito local, a diretoria da COOPAPI fez pressão para conseguir o direito de, em regime de comodato, usar um antigo armazém da Companhia Brasileira de Armazenagem - CIBRAZEM, até hoje de propriedade do Estado.

A falta de recursos financeiros, inicialmente ainda gerou dificuldades para legalizar a cooperativa, bem como o seu funcionamento regular. Nos dois primeiros balanços anuais, houve uma perda de R\$ 159,32 em 2004 e de R\$ 3.000,43 em 2005⁸⁷. Outro obstáculo decorreu das experiências negativas na região, mais precisamente da cooperativa de algodão, fazendo com que os agricultores não acreditassem no cooperativismo.

Foto 2 - Sede da COOPAPI



Fonte: pesquisa de campo

Não obstante as adversidades descritas anteriormente, outros fatores certamente facilitaram para que a cooperativa crescesse e a “má reputação” do cooperativismo fosse aos poucos superada. Com destaque para as relações de reciprocidade e de pertencimento e a vontade e a luta pela busca de um canal de comercialização próprio,

⁸⁷ Dados retirados da pesquisa documental.

como colocado nas entrevistas: “a gente já tinha experiência na associação, criamos a cooperativa para comercializar”; fazendo-os vivenciar formas de cooperação e de comunhão de idéias, “trocamos dias de trabalho” “limpamos a casa de mel juntos” (79% realizaram mutirão); “unidos somos mais forte”, “unir a outras pessoas que tinham a mesma necessidade”. Isto nos permite tomar de empréstimo a conceituação de Dürkheim (1978) de solidariedade mecânica, isto é, as práticas cotidianas da vida, o compartilhamento dos ideais, a confiança e reciprocidade (PUTNAM, 1996), apareceram como as bases para expressões mais concretas de cooperação formalizadas na constituição da cooperativa. Acrescentam-se, para o momento, algumas estratégias usadas pela diretoria, incluindo: i) acesso a mercados alternativos (institucional e de origem); ii) afastamento dos persistentes atravessadores, realizando compra do mel com o preço acima do ofertado por eles; iii) realizando o pagamento à vista.

O acesso ao mercado institucional, em 2005, foi fundamental para alavancar o desenvolvimento da COOPAPI. Através de contratos realizados com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre eles, a Compra Direta para Doação Simultânea (CDDS) e em especial a modalidade Compra Direta para Formação de Estoque (CDFE), facilitou-se a formação de capital de giro e, portanto, a realização de pagamento à vista ou até mesmo antecipado. Referente ao primeiro contrato, a COOPAPI acertou com a Conab sete toneladas de mel em sachê, para formação de estoque, posteriormente distribuídos através do Mesa Brasil a várias instituições públicas de todo o RN. Quanto à forma de doação simultânea, foram distribuídos 4.800 quilogramas de mel em sachês nas escolas, hospitais, creches e abrigos do Território do Sertão Apodi, abrangendo mais de 45 mil beneficiários, entre eles adolescentes, crianças, doentes e idosos.

A atual diretoria é composta por uma presidente⁸⁸, vice-presidente, primeiro e segundo tesoureiro, primeiro e segundo secretário e um Conselho de Ética, constituído

⁸⁸A atual diretoria, eleita em abril de 2010, é composta por Fátima de Lima Torres - presidente no segundo mandato(Apodi); vice-presidente Benedito Ferreira da S. Sobrinho (Severiano Melo); 1º secretário, Antonio Caubí Marcolino Torres (Apodi); 2º secretário, Fábio Veríssimo Pinheiro (Caraúbas); 1º tesoureiro, Antonio Ismael de Sousa Costa (Apodi); e 2ª tesoureira, Antônia Zilma da Silva (Apodi) (pesquisa de campo).

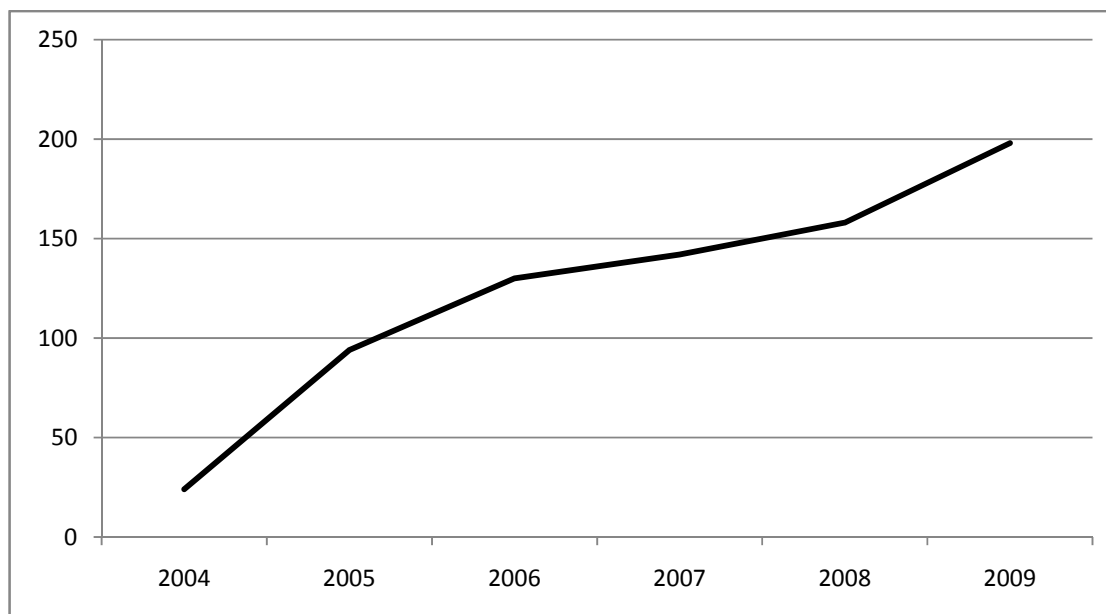
por três membros. Realizam reuniões semanais para o planejamento mais imediato; uma reunião anual de planejamento mais geral; uma assembléia geral ordinária e outras extraordinárias onde participam, além dos sócios, alguns representantes das associações com as quais interagem, alguns apoiadores de outras organizações representativas e não governamentais e representantes de instituições governamentais. Para se ter uma idéia, na primeira Assembléia Geral Ordinária do ano de 2009 estiveram presentes o representante da Secretaria Municipal de Agricultura, da Conab, da FETARN, da UNICAFES/RN e da Associação dos Caprinocultores de Lajes/RN (<http://coopapi.blogspot.com>).

Diante das demandas dos sócios e de algumas exigências legais, em outubro de 2006 a diretoria da COOPAPI realizou uma assembléia para mudança do seu estatuto, principalmente no que se referia aos seus objetivos e o seu nome jurídico passou a ser Cooperativa de Apicultores da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Solidário de Apodi, mantendo o nome de fantasia COOPAPI, cujo objetivo social, baseado na colaboração recíproca é a de “congregar os produtores envolvidos na atividade apícola e na agricultura familiar, promovendo a união e a defesa de seus interesses técnicos, profissionais e da comunidade em que está inserida” (COOPAPI, 2007). Para alcançá-lo, deverá comercializar o mel e derivados e outros produtos da agricultura familiar; fornecer capacitação e assistência técnica e implantar tecnologias e serviços que facilitem o exercício da atividade apícola e da agricultura familiar; proporcionar através de convênios, assistência jurídica e social aos cooperados; incentivar o intercâmbio entre as entidades, os apicultores e os agricultores familiares; desenvolver ações voltadas para a conservação do meio ambiente; produzir e industrializar os produtos apícolas e outros da agricultura familiar com base nos padrões de qualidade e buscar mercado para os mesmos; e intermediar a compra de equipamentos para os cooperados.

Pelos dados observados a COOPAPI, desde o ano em que foi criada, vive em processo de expansão (Figura 6) o que é constatada através do número de sócios, que passou de 25, no ano de sua fundação, para os mais de 200 no ano de 2010, restando

alguns deles integralizar as últimas cotas do capital social para se efetivarem como filiados.

Figura 6 - Evolução no número de sócios da COOPAPI- 2004 a 2009



Fonte: pesquisa de campo/2008

Além disso, conta ainda com uma base social que está associada as 16 casas de mel e 22 associações parceiras; com uma evolução dos produtos comercializados que, além dos produtos apícolas, passaram a comercializar a castanha do caju, arroz vermelho, artesanato em palha, feijão, frutas frescas, doces e polpa de fruta; e a ampliação dos serviços ofertados aos cooperados e a outros grupos associativos, através da Base de Serviço de Apoio à Comercialização (BSC).

Outro fator externo que contribuiu para o desenvolvimento da cooperativa foram as políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar. Por ser uma das atividades econômica importante e tradicional na região, a apicultura, como colocado anteriormente, foi alvo de interesse dos programas governamentais através do Pronaf e do PCPR⁸⁹, cujos recursos foram destinados à montagem de uma pequena agroindústria associativa de beneficiamento do mel, localizada no Sítio do Córrego,

⁸⁹ Segundo dados da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Norte, são 389 agroindústrias financiadas pelo Programa de Combate à Pobreza Rural (PCBR), entre as quais 117 são dedicadas à atividade da cadeia apícola.

através da qual, atualmente é realizado o envase nos saches destinado ao convênio com o PAA. Além disto, os financiamentos individuais conseguidos através do Pronaf, via BNB e BB, destinados à compra de colméias, cera, fumigador, decantador etc, e para o custeio da atividade, têm assegurado uma certa tranquilidade financeira aos cooperados.

Uma das vantagens da apicultura é que necessita de pouca área para produção (um hectare comporta em torno de 20 colméias) e ser ambientalmente favorável a outras culturas, através do trabalho de polinização das abelhas. Porém, os custos iniciais com investimento são altos para a realidade da agricultura familiar nordestina, diminuindo após o segundo ano de atividade cujos custos, em torno de 62,5% são absorvidos pela força de trabalho, 25% com transporte e 12,5% na aquisição da cêra (MATOS FILHO, 2010). Assim, observando-se a Tabela 6, os custos anuais para produção de mel em 100 colméias, teoricamente iria perfazer um total de R\$ 3.766,77, com uma produção individual estimada em 30 kg, cujo valor por kg era pago pela cooperativa R\$ 3,00 (três reais) para o mel escuro (15-41 mg) e R\$ 3,20 (três reais e vinte centavos) para o mel claro (41-80 mg). Restando no final do ano efetuar os devidos reajustes, ou seja, distribuir as sobras depois da incorporação do valor agregado (comercialização a granel, em sachê, bisnagas e garrafas PET). Em termos da apicultura, dividindo-se a sobra final por 12 meses, teríamos um rendimento mensal entre R\$ 435,00 e R\$ 486,00, dependendo da coloração do mel.

Tabela 6 - Itens para produção em 100 colméias

Discriminação	Mel escuro	Mel claro
1- Custo anual total (Reais)	3.766,77	3.766,77
2 - Preço de venda (R\$/kg)	3,00	3,20
3 - Produção (kg)	3.000	3.000
4 - Receita Total (R\$)	9.000,00	9.600,00
5 - Preço de Custo (R\$/kg)	1,26	1,26
6 - Sobra (R\$/kg)	1,74	1,94
7 - Sobra final (4) - (1)	5.223,00	5.833,00

Fonte: EMBRAPA e pesquisa de campo

4.1.1 - Caracterização geral dos sócios

Por se tratar de uma atividade já desenvolvida na região, com base nas suas próprias experiências e na sua interação social com outros agentes internos e externos, a produção de mel em colméias bem como a participação na cooperativa gerou para os agricultores outras bases para a compreensão e a construção de novos conhecimentos. Isto é, a partir dos conhecimentos prévios na atividade, dos cursos de capacitação e das relações de vizinhança os agricultores (as) incorporaram novas tecnologias de produção a fim de inserirem-se nos mercados. Neste sentido, o grau de escolaridade influenciou na apreensão desses novos conhecimentos? O maior nível de conhecimento e escolaridade promoveu uma maior participação dos sócios na cooperativa? Que atividades são desenvolvidas nas unidades produtivas? Quem são esses agricultores?

Com base na escolaridade dos sócios pesquisados, observa-se que um é analfabeto, 28 estão na faixa de escolaridade entre ensino fundamental I incompleto até o II completo; 17 possuem escolaridade entre o ensino médio incompleto e completo; sete possuem o nível superior; e três não responderam. Em outras palavras, 50% possuem até o ensino fundamental; mais de 30% o ensino médio e 12,5% o ensino superior. Além das experiências anteriores e as relações de vizinhança que, no limite, proporciona uma influência e troca de aprendizagem, o nível de escolaridade facilita a apreensão de novos conhecimentos, tanto os relacionados à absorção de novas técnicas de produção, como os relativos aos preços, mercados, contratos etc., que geralmente são discutidos nas reuniões da cooperativa e das associações a ela vinculada.

Em termos do tamanho da propriedade, para mais da metade dos entrevistados ela não atende o requisito do módulo rural orientado pelo INCRA para o local (50 hectares), ou seja, mais de 50% dispõem de 1 a 50⁹⁰ hectares para desenvolver atividades. Quanto à moradia, todos os entrevistados moram em residência própria,

⁹⁰ Nas entrevistas nos chamou a atenção o fato de que a maioria das propriedades dos sócios entrevistados no município de Apodi ser de tamanho pequeno e, quando maiores (100 ou mais hectares), são geralmente do sogro ou do pai do entrevistado.

construída de alvenaria e têm acesso aos bens eletrodomésticos básicos (geladeira, TV, máquina de lavar, aparelho de som etc).

A média do tamanho da família dos entrevistados é em torno de quatro pessoas, constituída na maioria por pai, mãe e filhos, ficando estes últimos responsáveis por tarefas próximas às realizadas pelo pai, no caso as mais pesadas (plantio, tratos culturais, pega do enxame, coleta do mel ou da castanha etc) e à mulher aquelas mais ligadas às tarefas domésticas, como lavagem de vasilhames e de indumentárias etc.

A atividade na unidade produtiva ocupa o trabalho familiar e com ações mútuas, reconstruindo as reciprocidades. Dos 56 cooperados, 50 responderam como utilizavam o trabalho no sítio. Observando a Tabela 7, quase 80% realizavam o sistema de mutirão, onde dividem com os vizinhos ou outros familiares as tarefas de transporte das colméias, a extração do mel realizada na casa do mel; a colheita da castanha; na limpeza da casa de mel coletiva. Daqueles, 68% responderam que dividem as tarefas com os filhos ou esposas. No entanto, há os 26,4% que trabalhavam sozinho sem o apoio familiar ou de amigos, pois os filhos eram ainda crianças.

Somente 5,6% contratavam a força de trabalho de terceiro, sendo que um deles apenas nos períodos de colheita da castanha ou do mel; os outros dois contratavam mais sistematicamente, porque possuem uma maior propriedade e também um maior número de colméias. Observados isto em Severiano Melo e em Itaú, onde há caso de propriedade com 200 hectares.

Tabela 7 - Utilização do trabalho

Categorias	n*	%
Divide as tarefas em casa	36	68%
Trabalha sozinho	14	26,4%
Faz mutirão com vizinhos	42	79%
Contrata força de trabalho	3	5,6%

Fonte: pesquisa de campo

*Múltiplas respostas

Ainda, não se constatou outras atividades não agrícolas que descaracterizasse o “agricultor familiar”. Provavelmente, a falta de ocupação ou emprego não agrícola deve

estar relacionada a alguns fatores. Uma pelo fato de possuírem pequenas propriedades, porém, propícia o cultivo de outras culturas; a apicultura ser uma atividade rentável e que requer maior dedicação e trabalho intensivo em alguns períodos; pelo fato de a entressafra do mel coincidir com a safra do cajueiro, ocupando as pessoas disponíveis; e pela imposição da legislação, vez que para enquadrar-se na categoria de “agricultor familiar” e ter acesso ao financiamento do Pronaf, é pré-requisito que o agricultor não tenha carteira assinada por mais de quatro meses ininterruptos. Entende-se ainda que o processamento realizado nas casas de mel (associativa ou privada) não pode ser considerado uma atividade propriamente não-agrícola, mas para-agrícola pois, como entende Chayanov (*apud* Carvalho, 2007), ela se constitui em uma reaproximação de processos técnicos específicos (mecânicos, biológicos, técnicos e econômicos) ocorridos na unidade produtiva, anteriormente realizados pelos próprios agricultores, isto é, uma reaproximação da produção familiar com o processo de transformação e/ou beneficiamento (agroindustrialização) que foram dissociados com a lógica mercantilista do sistema de produção capitalista.

Além da apicultura constituir-se como a principal atividade para 52% dos entrevistados (na época da coleta de dados), todos eles mantinham outras atividades na unidade produtiva familiar, caracterizando-se como policultores ou pluriativos (ver Tabela 8). Entre elas a cajucultura⁹¹, considerada a segunda atividade desenvolvida entre os cooperados, seguida do cultivo de culturas temporárias como o feijão, o milho e o sorgo, arroz. Essas culturas também têm sido parte de programa do governo estadual, que através da EMATER, distribui sementes para a constituição dos chamados “bancos de sementes”. Outra atividade desenvolvida entre os cooperados tem sido a criação de ovino e caprino.

⁹¹ Entre as principais atividades desenvolvidas pelos entrevistados, a cajucultura é a segunda principal atividade e fonte de renda. Lembramos, no entanto, que no período em que foi realizada a segunda rodada de entrevistas (outubro de 2009) coincidiu com a safra do caju, dificultando encontrar os sócios nas suas residências, pois estavam, ou colhendo o pseudo fruto do caju ou entregando na Coopermil para ser extraído o suco.

Tabela 8 - Caracterização das principais ocupações

Ocupação	n	%
Apicultura	29	52%
Cajucultura	15	27%
Culturas temporárias	7	13%
Caprino e/ou bovino	4	7%
Outras	1	2%

Fonte: pesquisa de campo

Apenas um entrevistado exerce outra atividade não ligada diretamente à agropecuária, mas mesmo assim, trabalhava na cooperativa como controlador de armazenamento do mel.

Perguntados sobre como iniciaram a atividade, 50 entrevistados responderam sobre o assunto. Observa-se que a propagação dos laços familiares é um fator importante na continuidade da atividade apícola. E é reforçado pela forma de obtenção da propriedade familiar, onde a herança da terra, que é passada de pai para filho ou mesmo o trabalho em família (com o pai ainda em vida ou com o sogro) aparece como a segunda modalidade de exercício da apicultura (Tabela 9).

Esse aspecto também explica, pelo menos em parte, o tamanho das propriedades dos sócios pesquisados no município de Apodi. As propriedades com mais de 200 hectares, como indicado anteriormente, estão localizadas no município de Severiano Melo e Itaú.

Tabela 9 - Como iniciou a atividade

Categorias	n	%
Aprendeu na família ⁹²	21	42%
Incentivo dos vizinhos e amigos	6	12%
Depois de fazer curso	5	10%
Através da associação	2	4%
Incentivo do Pronaf	11	22%
Outros	5	10%

Fonte: Pesquisa de campo

Além da proximidade geográfica, os laços afetivos e de vizinhança e as práticas daí decorrentes, como os mutirões ou trocas de dias trabalhados, contribuíram para um maior engajamento na atividade e, por derivação, na participação e compromisso dos sócios para com a cooperativa.

Ressaltemos, igualmente, as fontes de incentivo inicial à atividade, como foram os treinamentos e as capacitações realizadas pelo SEBRAE, sobre as novas formas de manejo e criação de abelhas. Também induziu para que 22% dos entrevistados iniciassem a atividade em colméias foram os financiamentos do Pronaf A, através do BNB ou do BB, ressaltando ainda que as respostas foram espontâneas, ou seja, não foi perguntado diretamente sobre financiamentos. Outras questões foram colocadas como motivações para iniciarem a atividade apícola: diversificar e horizontalizar a produção com práticas ambientalmente corretas; por necessitar de espaço reduzido e não interferir na área de pastagem.

4.1.2 - Como os agricultores percebem a cooperativa

Para os sócios fundadores a cooperativa foi uma possibilidade concreta para se livrarem da ação dos intermediários na comercialização do mel, visto que eles de forma oportunista compravam o mel pelo preço que lhes convinha, embora essa situação ainda ocorra em certos momentos e com alguns sócios. Quando perguntados sobre a

⁹² A “família” quer dizer que aprendeu com o pai ou irmão.

possibilidade de continuar com a atividade sem a cooperativa, 94,5% dos sócios consideram que dificilmente a atividade apícola teria as condições atuais de desenvolver se a cooperativa encerrasse suas atividades. Como atestam alguns depoimentos:

“Não, seria muito difícil, pois dependeriam do corretor.”

“Seria difícil devido os atravessadores.”

“É possível produzir, mas é difícil comercializar.”

“Não, por causa dos preços baixos pouca gente iria produzir.”

“Mais difícil.”

“Seria um grande desfalque para a atividade.”

“Difícil, pois perderia a garantia da venda.”

“Se fechar a possibilidade de comercializar é quase zero.”

(depoimentos de alguns dos entrevistados).

A confiança dos sócios na cooperativa é ainda constatada e corroborada por outros depoimentos, quando perguntados por que entregam a produção à cooperativa. Para 63% dos cooperados o principal motivo para realizar este ato cooperativo foi pela facilidade e garantia que têm para comercializar e o preço praticado, tornando-se a melhor opção para 15% dos entrevistados (Tabela 10). Para 13%, o fato de eliminar o atravessador e assim o sócio apropriar-se do valor agregado no beneficiamento e na comercialização, foram os principais motivos para vender à cooperativa. Os demais motivos dizem respeito ao retorno das sobras, o fato de está valorizando a cooperativa e pelo adiantamento que a entidade realiza, com base na estimativa da produção individual e no valor por balde, previamente estabelecido em assembléia geral.

O pagamento antecipado, segundo depoimento da presidente da COOPAPI, Fátima Torres, na época da realização de uma das coletas em campo (outubro de 2009) era em torno de R\$ 10.000,00 semanais divididos para os cooperados que sistematicamente operavam com a cooperativa, cujo pagamento era realizado com produto.

Tabela 10 - Por que entregam a produção na cooperativa

Motivação	n*	%
Comercialização e preço garantido	43	63%
Melhor opção	10	15%
Ajuda o sócio e não o atravessador	9	13%
Retorno das sobras	3	4%
Outros	3	4%

Fonte: pesquisa de campo

*Múltiplas respostas

A relação mútua de confiança, por um lado, advém de uma gestão que adota princípios democráticos e de participação, constatados na transparência da contabilidade e nas discussões em assembléias gerais dos assuntos de interesse do coletivo como preço, exportação, contratos, manutenção ou melhoria da qualidade do mel, utilização das sobras etc, como observado nas atas das AGs e nos depoimentos dos sócios. Por outro, se as decisões são respeitadas pela diretoria, os membros tendem a cumprir sua responsabilidade no processo, entregando a produção na cooperativa e não usando de oportunismo quando, eventualmente, alguma empresa oferece-lhe um preço superior, constituindo um ciclo virtuoso. Essa confiabilidade bilateral pode ser também confirmada no tempo em que os agricultores são sócios da cooperativa e pela evolução do número de associados ao longo dos mais de cinco anos de sua existência. Daí, mais de 42% dos sócios entrevistados serem associados há mais de 5 anos à cooperativa.

4.1.3 - A organização dos recursos e prestação de serviços aos cooperados

Caracterizadas por uma base de recursos econômicos e físicos privados e independentes e uma estrutura coletiva (a cooperativa), a função econômica principal da COOPAPI tem sido a de auxiliar as atividades através de: a) fornecimento de alguns insumos e equipamentos (o uso de vasilhames e da estrutura da cooperativa é

coletivizada); b) suporte à classificação, seleção e embalagem dos produtos; e, c) transporte, armazenamento, comercialização e distribuição. Para tanto, conta também com a infraestrutura de instalações e de equipamentos das associações.

As etapas de produção realizadas nas unidades de produção familiares envolvem os processos tecnológicos (preparo das colméias, plantio dos cajueiros, tratos culturais etc); os biológicos (produção do mel pelas abelhas, crescimento das plantas, floração e colheita); e algumas etapas do processo de transformação/beneficiamento.

Na cooperativa há um grau de complexidade maior que nas associações, visto os múltiplos papéis que ela assume: armazenamento, distribuição, divulgação e propaganda, *marketing*, adiantamento da produção em dinheiro, contabilidade etc. Mas também agrega maior valor ao produto individual; a participação do sócio é mais individualizada, cada um tendo um controle sobre seu capital através do volume entregue à cooperativa. Dessa forma, há uma maximização das economias envolvidas, pois, com uma escala de volume maior (a soma dos produtos individuais entregue pelos sócios) ocorre uma economia de operações combinadas, envolvendo os custos nas etapas de processamento e/ou beneficiamento; uma economia na coordenação através da redução dos custos de controle, estocagem, de contratos e de distribuição; e permite adicionar um maior valor agregado ao produto bruto e um aumento nos prováveis retornos das sobras para as unidades familiares envolvidas.

Do ponto de vista legal, para cumprir a sua função estatutária a COOPAPI atualmente tem como objetivo central prestar serviços de assessoria e comercialização da produção dos seus associados, integrantes do segmento da agricultura familiar. Para tanto, relaciona-se de várias formas: a) diretamente com o sócio; b) com os grupos produtivos ou; c) através das associações.

No primeiro caso, o mel que é produzido em colméias individuais, seguindo o Regulamento Técnico sobre as Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Manipulação para Estabelecimentos Elaboradores e/ou Industrializadores de Alimentos, determinados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA e da Secretaria de

Defesa Agropecuária – DAS. As etapas de extração⁹³, a desoperculação dos quadros, centrifugação, filtragem e decantação do mel são realizadas nas casas de mel individualizadas ou associativas.

À cooperativa cabe a responsabilidade de operacionalizar as etapas finais da cadeia produtiva: a homogeneização, realizada em entreposto particular (a cooperativa ainda não possui SIF) e a comercialização (Quadro 10), ou seja, após receberem dos cooperados um produto processado ou semi-processado, quer seja nas associações ou individualmente, ela se responsabiliza pelo envase e pela sua distribuição. Ainda é competência da cooperativa o fornecimento de depósitos plásticos aos sócios (baldes), com capacidade de 50 kg; realizar a análise laboratorial para assegurar a qualidade do mel; armazenar e comercializar o mel a granel ou fracionado. Quando destinado aos contratos do PAA, doação simultânea, o mel é envasado em saches de 0,05 kg, na Unidade de Beneficiamento de Mel (Foto 3), localizada na Comunidade do Córrego, para depois ser distribuído nas instituições beneficiárias da região.

⁹³ No caso específico do mel, existem outros procedimentos que devem ser seguidos, de forma a manterem a qualidade e as características intrínsecas do produto. As melgueiras, ao chegarem na casa de mel, devem ser depositadas em área isolada do recinto onde ocorrerá a extração do mel e as outras etapas do beneficiamento; devem ser colocadas sobre estrados (de madeira ou material plástico) devidamente limpos, que impeçam seu contato direto com o solo. Essas melgueiras provenientes do campo não devem ter acesso à área de manipulação; assim, apenas os quadros devem ser transportados para a manipulação, podendo-se usar outras melgueiras ou caixas plásticas, devidamente limpas, apenas para esse fim. Todas as etapas posteriores (desoperculação dos quadros, centrifugação, filtragem e decantação do mel) devem também seguir as normas higiênico-sanitárias indicadas pelas Boas Práticas de Fabricação (BPF). Para tal, deve tomar cuidados especiais em relação às vestimentas e higiene do pessoal envolvido e aos procedimentos de manipulação. Após a desoperculação dos favos, os quadros são encaminhados para a centrifugação, que deverá ocorrer lentamente no início para não quebrar os que estão cheios de mel, aumentando-se a sua velocidade progressivamente. Uma vez extraído, o mel pode ser retirado da centrífuga por gravidade, escoando-o para um balde ou diretamente para o decantador. Conforme o volume de produção, pode-se utilizar um sistema de bombeamento. Para ambas as possibilidades, o mel iniciará o processo de filtragem. Nessa etapa, recomenda-se a utilização de várias peneiras com diferentes gramaturas, seguindo-se da maior para a menor. Após a filtragem, o mel é encaminhado para o decantador, onde "descansará", por, pelo menos, 48 horas, a fim de que as eventuais partículas que não foram retiradas pela filtragem e as bolhas criadas durante o processo se desloquem para a porção superior do decantador, sendo retiradas posteriormente durante o procedimento de envase. No caso da necessidade da homogeneização do mel, este segue, após a decantação, para o homogeneizador por sistema manual ou por sistema mecanizado. Na transferência do mel para o decantador e no momento do envase, deve-se evitar o aparecimento indesejável de bolhas, executando-se os procedimentos de forma lenta e posicionando os recipientes ligeiramente inclinados, fazendo com que o mel escoe pela parede da embalagem (<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/>).

Foto 3 - Unidade de processamento e envasamento do mel em sachê da Associação dos Mini-produtores de Córrego e Sítios Reunidos



Fonte: pesquisa de campo/abril de 2009.

Quando é destinado para outros mercados, o mel recebe o processamento final de homogeneização e é embalado em garrafas *pet* de 500 e 250 kg e em vidros de 250 kg. Por último, são centralizados na cooperativa que vende direto ao consumidor e para o comércio varejista. A outra forma, é a estocagem na cooperativa em tambores com capacidade para 300 kg destinados à venda à granel para as empresas exportadoras ou ainda para a exportação direta, como ocorreu em 2008.

Quadro 10 - As formas de organização e o fluxo da cadeia produtiva do mel

Formas de organização	Unidades familiares	Associações	Cooperativa	Mercados	Consumidor final
Fluxo do produto	Produção de mel em colméias	Processamento e embalagem	Estocagem e comercialização	Empresas privadas, supermercados e Conab	Escolas, hospitais, creches etc.

Fonte: pesquisa de campo

No fluxo da produção da polpa e de doces, como demonstrado no Quadro 11, as frutas de épocas adquiridas nas localidades (caju, goiaba, manga, cajá etc) são processadas e embaladas pelo Grupo de Mulheres Mãos Talentosas do Córrego,

cabendo à cooperativa a sua comercialização e distribuição para os beneficiários do PAA.

Quadro 11 - As forma de organização e o fluxo da produção e do produto – processamento de polpa

Formas de organização	Famílias	Grupos	Cooperativa	Mercado	Consumidor
Processos e destinos	Cultivo de plantas frutíferas	Processamento e embalagem	Comercialização, aquisição de matéria prima, embalagens e equipamentos	Conab	Creches, hospitais, escolas

Fonte: pesquisa de campo

No caso da castanha, há a atuação direta das associações de agricultores e agricultoras que a recebem dos associados (famílias) ainda verdes e todo o processamento envolvendo a secagem, classificação, armazenagem, cozimento, resfriamento/secagem, corte da casca, despêliculagem, seleção/classificação, fritura e embalagem são realizadas coletivamente na mini-fábrica da AMPC, em média, ocupando o trabalho de 25 sócios e sócias. A COOPAPI fornece as embalagens, rótulos e realiza a comercialização para o mercado institucional e o privado, como observado no Quadro 12. Portanto, os processos produtivos envolvem tanto o sistema semi-descentralizado (mel de abelha) como o descentralizado (castanha de caju).

Quadro 12 - As forma de organização e o fluxo da produção e do produto – processamento da castanha

Formas de organização	Famílias	Associações	Cooperativa	Mercado	Consumidor
Processos e destino	Cultivo de plantas frutíferas	Secagem, classificação, cozimento, corte, despêliculagem, embalagem etc	Comercializaçã o e aquisição de matéria-prima, equipamentos e maquinários	Conab e empresas privadas	Escolas, hospitais, creches, mercados

Fonte: pesquisa de campo

Na sua relação externa com os mercados, a cooperativa é induzida a atuar com mais autonomia, mais profissionalismo técnico e gerencial para atender as exigências da legislação, de prazos, volumes e qualidade do produto; tendendo, às vezes, a se burocratizar ou usar recursos de gestão semelhantes às empresas tradicionais. Por outro lado, ela repassa aos cooperados essas exigências os quais vão adaptando as suas técnicas e tecnologias às políticas da cooperativa e às normas estabelecidas coletivamente nas assembléias gerais.

Do ponto de vista sociológico, como diria Simmel (1983), a sociedade comporta grupo de indivíduos vinculado uns aos outros por força da influência mútua e da reciprocidade que exercem uns sobre os outros. Isto é, nas suas relações externas com outras instituições ou com os mercados privados, os grupos exercem influência sobre estes como também são influenciados por eles. Podendo isto ser observado no empenho da cooperativa em observar as normas contratuais e sanitárias, entregar os produtos aos beneficiários o que cria um laço de confiança e a expectativa de continuidade das operações entre a cooperativa e a Conab, já que a cooperativa tem levado a bom termo os compromissos assumidos nos últimos cinco anos, como afirmaram o superintendente da Conab-RN e o assessor da FBB nas respectivas entrevistas.

Quanto às relações internas com seus sócios, por um lado, a cooperativa constitui-se em uma unidade centralizadora das decisões, das operações de comercialização dos produtos e de distribuição dos excedentes. Por outro lado, é esperado que os sócios tenham comportamentos adequados em observância às normas sanitárias (uso de colméias, centrifugador, indumentárias etc) para garantir um mel de boa qualidade a fim de que possa coletivamente cumprir os compromissos assumidos com a Conab e com outros mercados privados. Já nas interações concretizadas entre a COOPAPI e as associações, baseadas em interesses comuns de melhorar o acesso ao mercado, têm mantido os indivíduos na cooperativa ao mesmo tempo em que as associações, os grupos produtivos e as famílias são estimulados (ver Figura 7).

Por ter sido fundada com a participação majoritária de agricultores (as) moradores do Córrego, a cooperativa mantém uma interação mais cooperativa com a

AMPC. Tem dado apoio mais direto na reabertura da mini-fábrica de castanha onde é feito o beneficiamento da amêndoa natural, torrada, caramelizada, com pimenta e farinha da castanha. Investiu também na aquisição de uma máquina para o envase do mel em sachê ou em garrafas, além de, junto a FBB ter conseguido a implantação do viveiro de cajueiro precoce e a estação digital. Juntamente com o apoio da CTA, elaboraram outros projetos para a associação. Na região de Areia, a cooperativa acompanha os projetos produtivos e a comercialização do mel da associação do Retiro, a ASSAAP, onde a COOPAPI deu seus primeiros passos.

Com a Associação de Mirandas, localidade situada no município vizinho de Caraúbas, o papel da cooperativa tem sido o de estimular a criação de uma associação para que os agricultores tenham maior autonomia e desenvolvam projetos de beneficiamento da castanha. Outras associações assessoradas no planejamento e articulação da comercialização do mel ou da castanha são a Associação do Assentamento Petrolina e a Associação de Paulista e a Associação de Bela Vista, esta última situada no município de Severiano Melo.

A Coopapi ainda apóia outras experiências nas localidades rurais, através da BSC, entre elas:

- o Grupo de Jovens Santa Agostinha-GRUJASA, localizado no Assentamento Santo Agostinho, município de Caraúbas, onde 24 jovens, a partir do mel, produzem uma variedade de produtos cosméticos, entre eles, sabonetes líquido e sólido, gel esfoliante e para barbear, sais de banho, mostrados em catálogo produzido com o apoio da BDS e em exposição na lojinha da COOPAPI.

- o grupo Talos e Tramas, criado em 2001 na localidade de Baixa Fechada, município de Apodi, onde 12 mulheres fabricam peças artesanais com a palha e o talo da carnaúba, como bolsas, chapéus, cestas e baús. Esta atividade, de forte tradição cultural na região, ganhou novo impulso com o apoio da BSC/COOPAPI, no que se refere ao planejamento das atividades, treinamentos específicos, criação de *designs* e forma de comercialização.

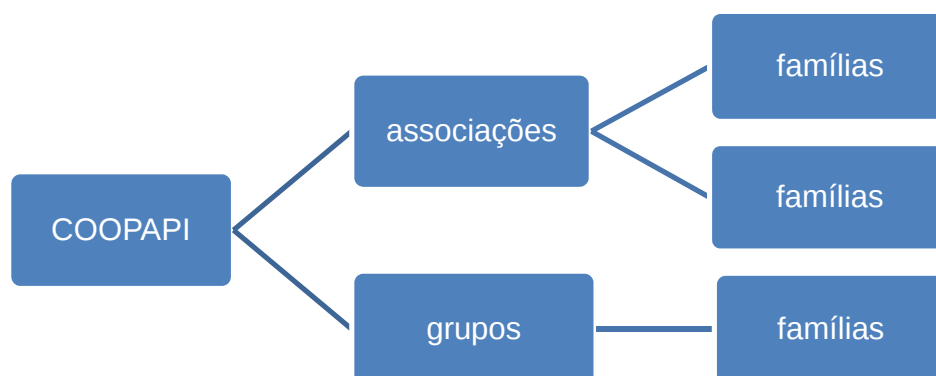
- o Grupo de Mulheres Mãos Talentosas de Córrego e Retiro, da localidade do Córrego, reúne 15 mulheres trabalhadoras rurais dedicando especialmente à fabricação

de doces caseiros de vários tipos (compotas, em barra e em calda) e do artesanato em crochês, bordados, “fuxico”⁹⁴, em palha de milho e de carnaúba.

- a Associação de Aquicultores de Apodi- AQUAPO, que cultiva a tilápia em gaiolas flutuantes ou em tanques-redes. O papel da COOPAPI, tem sido o de apoiar na elaboração de projetos para que a AQUAPO possa vender para a Conab.

Dessa forma, apesar de se caracterizar como uma organização centralizada em termos da comercialização, na sua relação interna com os seus cooperados, com as associações, os grupos produtivos e com as famílias, apresenta-se mais horizontalizadas (Figura 7) onde suas autonomias e independências são preservadas.

Figura 7 - Organograma das relações da COOPAPI com os associados



Fonte: pesquisa de campo

⁹⁴ O nome fuxico é dado ao artesanato construído de retalhos de tecidos coloridos (patchwork típico), feitos em pequenas trouxinhas costuradas e depois unidas umas nas outras para formar peças variadas (bolsas, colchas, toalhas de mesa, almofadas, adereços, tapetes etc). A origem deste nome deve-se a algumas mulheres do interior do Nordeste do Brasil, que se reuniam para costurar e aproveitavam para fazer mexericos, sinônimo de fuxico.

A COOPAPI contribui no planejamento das atividades, na elaboração dos projetos a serem negociados com órgãos governamentais e não-governamentais, na assessoria de gestão, criação de *design* e comercialização dos produtos.

A estrutura organizativa baseada também nas relações com os grupos e as associações, juntamente com uma gestão democrática e participativa, tem facilitado o enfrentamento de questões ligadas ao mercado. A cooperativa, criada principalmente para enfrentar um poder exterior (os atravessadores) e melhorar a comercialização, tem possibilitado estreitar as relações entre seus membros, intensificar a sua unidade, ampliar a cooperação, as práticas de solidariedade e a reciprocidade pré-existente nos pequenos grupos rurais, baseados no interconhecimento, na proximidade, nos laços pessoais de afetividade, no compromisso e responsabilidade (POLANYI, 2000; WANDERLEY, 2000, 1996).

As receitas oriundas da apicultura para 91% dos que responderam positivamente aos investimentos realizados⁹⁵, foram destinados para os custeios do próximo ciclo produtivo do mel, para a reprodução da unidade familiar que engloba outras atividades agrícolas (cajueiro, feijão, milho, arroz, sorgo etc); para benfeitorias no sítio; na compra de gado bovino; equipamentos; reformas da residência e aquisição de eletrodomésticos. Além do mais, como atividade temporária, a apicultura interage com a produção do caju, pois as abelhas dependem (além da florada de inverno) da florada do cajueiro para produzir o mel, ao mesmo tempo em que os polinizam tornando-os mais produtivos.

Nota-se, portanto, que apesar do *habitus* (aprendizado anteriormente incorporado), os agricultores têm redefinido uma prática tradicional (coleta do mel nas matas) a partir da incorporação de novos conhecimentos, regulamentações e mercados. Assimilaram outras técnicas mais adequadas de manejo e de coleta, em parte, pela capacitação recebida, mas cotidianamente, pelo trabalho sistemático da cooperativa que os induz a modificar a forma de produção anterior e elevar o seu nível técnico de produção na unidade familiar e assim, adequarem-se melhor às demandas externas sanitárias, ambiental e de mercado. Isto implica em um aprendizado constante e a coesão do grupo também se dá através dessa observância às normas aprovadas

⁹⁵ Ver Tabela 16, p. 263.

coletivamente em assembléias convocadas para discutir questões mercadológicas. Quem não se coaduna com essas normas não consegue vender o mel através da cooperativa, às vezes chegando a receber “castigo”⁹⁶. Portanto, a adesão aos padrões dominantes, se por um lado facilita a entrada da cooperativa em mercados tradicionais, por outro dificulta à entrada daqueles que não conseguem atender as normas de sanidade, muitas vezes, devido à falta de equipamentos adequados, deixando à margem outra parcela da população rural.

O mel produzido pelos sócios da COOPAPI é considerado natural, sem agrotóxico e cuja marca, Terra Firme, indica os desenhos rupestres do Lajedo do Apodi, constituindo-se em estratégia de diferenciação, assim como o fato de ser produzido por integrantes da agricultura de base familiar. Isto quer dizer, que a identificação geográfica e a sua caracterização social são vantagens para entrar em mercados alternativos.

Os dois principais produtos comercializados pela COOPAPI, apesar de transformados em produtos específicos guardam particularidades adequadas às especificidades da produção familiar (uso intensivo do trabalho familiar, aproveitamento de resíduos em outras culturas, baseada no conhecimento anterior).

Em se tratando da castanha do caju⁹⁷, o seu beneficiamento conta com uma infra-estrutura com processos artesanais e equipamentos mais avançados, permitindo obter amêndoas inteiras e alvas em maior proporção e com melhor qualidade que as grandes empresas. E é justamente a etapa de despêliculagem que tem não somente garantido o maior número de ocupação do trabalho familiar, principalmente a feminina, mas também, se constituído em uma etapa de diferenciação do produto, que mantém a qualidade intrínseca dificilmente conseguida com o uso de instrumentos mecânicos. Ao contrário das grandes empresas agroindustriais do ramo, que vêem nesta etapa o gargalo da produção da amêndoa, motivando-as sem sucesso investir em tecnologia

⁹⁶ Para se ter uma idéia, na nossa primeira visita à COOPAPI, em abril de 2008, presenciamos a recusa do mel de um produtor, uma vez que o produto estava visivelmente fora das normas.

⁹⁷ Disseminada por todo o Brasil a cultura do caju é mais praticada nos estados do Ceará, Piauí, Bahia e Rio Grande do Norte, que juntamente com outros estados nordestinos, são responsáveis pela produção anual de 250 mil toneladas de castanhas, movimentando US\$140 milhões. A castanha de caju é o terceiro produto mais lucrativo do Nordeste. Para melhorar a produtividade, pesquisadores da Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp desenvolveram, em 2005, um equipamento para aumentar entre 10% e 20% o rendimento nas indústrias beneficiadoras (BARBIERE, 2005).

para substituir a força-de-trabalho e reduzir os custos de produção, nas mini-fábricas coletivizadas o trabalho manual é mantido, apesar de exaustivo. Quando se referem à produção da matéria-prima (o cajueiro), alguns consideram a cajucultura mais onerosa, por demandar trabalho mais intensivo que o disponível na unidade familiar, principalmente no período de tratos culturais e de colheita do fruto. Neste período, 1% dos entrevistados precisa contratá-la, quando não consegue realizar sistema de mutirão entre os vizinhos.

Há algumas situações, em que é preciso reaproveitar ou adequar os equipamentos às necessidades da produção, sem que seja necessário grandes investimentos. Exemplo disto foi uma reforma realizada em uma máquina para fabricação da cajuína adaptada para despolpar frutas.

4.2 - Analisando a variável aplicação dos princípios cooperativos

A aplicação dos princípios cooperativistas, juntamente com os apoios externos, na nossa hipótese de pesquisa, é considerada fator determinante para o êxito da COOPAPI.

No plano mais geral, a expansão do mercado capitalista não forçou apenas o agricultor familiar a mudar seu ritmo de trabalho, como ampliar as atividades não-agrícolas, a adotar o cálculo e reduzir as atividades lúdicas e coletivas. No entanto, apesar das necessidades econômicas mais elementares determinarem o ritmo de trabalho e de vida das populações rurais, tornando-as muitas vezes mais “racionais” e menos autônomos, ainda persistem alguns traços de solidariedade entre as famílias e o grupo, condicionados, muitas vezes pela própria particularidade da atividade econômica, especificamente da apicultura e da cajucultura. A coexistência desses valores (solidariedade, justiça, equidade etc) e dos mecanismos de troca mercantil, portanto, contribui não somente para a permanência dos indivíduos nas suas unidades produtivas familiares como das suas organizações econômicas. Neste sentido, a atualização ou adaptação dos princípios às demandas atuais, requer não somente envolver as questões econômicas e sociais, mas também as políticas e ambientais.

Em termos das suas características organizacionais, as cooperativas desenvolvem modelos de gestão em que a relação de poder formal faz com que os papéis desempenhados pelos cooperados se distinguem das demais empresas. No nosso estudo de caso os membros da COOPAPI são ao mesmo tempo donos, fornecedores, clientes e, às vezes empregados, no entanto, as práticas democráticas, de cooperação e solidariedade, bem como a valorização dos agricultores e agricultoras acima do seu capital investido são fatores que não ocorrem por determinação estatutária. São antes, frutos de processos condicionantes dos comportamentos individuais que podem favorecer a predominância de conflitos ou de ações de cooperação, dependendo de como são administrados. Assim, se a cooperativa obedece a interesses sociais mais amplos, em vez dos interesses individualistas, as relações entre os seus cooperados saem fortalecidas em direção à cooperação e à solidariedade em vez da competitividade. Enfim, reconhecendo-se a influência do ambiente externo sobre os indivíduos e as organizações, elas se desenvolvem com suas práticas particulares que são instituídas em torno dos valores incorporados nos agentes (o *habitus*), ao mesmo tempo em que são instituintes de uma nova postura de comportamento. Em outras palavras, os agricultores não são apenas receptores de novos conhecimentos, mas, também desenvolvem novas habilidades e comportamentos sobre a base de suas experiências cotidianas construídas em suas interações com os outros.

4.2.1 - Adesão livre e voluntária

Como um dos princípios básicos para a consolidação da democracia nas organizações populares, o ato de associar-se não emana de uma exigência legal ou de outra imposição externa. Em relação aos resultados da pesquisa de campo junto aos agricultores sócios da COOPAPI, o que impulsionou a sua participação foram as dificuldades encontradas para se efetivar a comercialização do mel de abelha, em vista da incapacidade de isolados enfrentarem os atravessadores, ou “corretores” como eles o chamam, ou ainda levar à feira, muitas vezes tendo que voltar com o produto por falta

de um “comprador”. Dos 56 entrevistados, 54 listaram os motivos pelos quais se filiaram à cooperativa.

Entre os sócios há os “que não acreditavam na cooperativa por causa das experiências anteriores” (fala de um cooperado). No entanto, no geral, dentre os motivos ou interesses que o fizeram associarem-se à cooperativa, os mais citados foram os relacionados à “comercialização”, que aparece como o principal motivo, visto que era difícil vender o mel individualmente. Às vezes “tinha que levar o mel para a feira e ficavam dependendo do atravessador” e “na cooperativa é garantido” (Tabela 11). O melhor preço, a garantia e facilidade de comercialização, representaram a opinião de 37% dos entrevistados. Isto demonstra que a questão da desconfiança no geral foi resolvida e que a comercialização foi o que mais motivou os produtores a se associarem, impulsionados pela necessidade de vender seu produto por um melhor preço.

Tabela 11 - Motivo para associar-se à cooperativa

Categorias	n*	%
Garantia e segurança na comercialização	20	37%
Melhor preço	15	27,7%
Trabalhar coletivamente	8	14,8%
Incentivo de outras pessoas	10	18,5%
Vender o mel	4	7,4%
Melhorar e valorizar o produto	4	7,4%
Outros	1	1,8%

Fonte: pesquisa de campo

Ou seja, o item “preço” aparece em segundo lugar, considerando que para a maioria o preço do mel comercializado através da cooperativa lhe oferece uma certa estabilidade: “o preço é certo”, “a cooperativa paga melhor que o atravessador”.

Os motivos particulares que impulsionaram os agricultores (as) a participarem da COOPAPI, podem ser constatados através de outros depoimentos registrados nas entrevistas:

“O preço é melhor e no início do ano a gente tem o retorno das sobras.”

“A cooperativa é parceira, tenho confiança, pois os atravessadores adiantam, mas logo depois baixam o preço.”

“A única forma de caminhar junto é através da cooperativa para garantir a sustentabilidade do preço do mel.”

“O mel não tinha preço fixo, tive informação que a cooperativa era muito boa, lá a gente tem segurança; antes a gente tinha uma cota, hoje é melhor, tem adiantamento.”

(respostas de diferentes entrevistados).

Como colocado anteriormente, nos mercados locais os atravessadores esperavam a oportunidade para comprar o mel pelo preço que lhe conviessem, visto que muitos dos agricultores (as) necessitavam vender seu produto para auto-reprodução e para manter a atividade. Os atravessadores⁹⁸, para ganhar a confiança do sócio da cooperativa, na primeira e segunda transação, aumentavam em R\$ 1,00 o preço do mel, para logo em seguida, baixar. No entanto, um entrevistado relata que “só vejo vantagem de se vender ao atravessador por que ele recebe o mel de qualquer jeito”, isto é, sem controle de qualidade, mel espremido (com cera, restos de abelhas etc). Por não ter conhecimento de mercado nem tão pouco uma produção suficiente os agricultores (as) viam-se dependentes, muitas vezes, do intermediário mais próximo. No entanto, essa figura tende a desaparecer e dar lugar às grandes empresas de exportação, principalmente do estado vizinho do Ceará e de estados do Sul do país.

Embora o apelo econômico tenha prevalecido, outros interesses foram relacionados, como motivação individual para associar-se à cooperativa. Os laços de afetividade e de cooperação foram base para as motivações não econômicas, observadas nas respostas dos entrevistados: trabalhar coletivamente, pois unidos são mais fortes; ter sido influenciado por amigos e vizinhos que já eram sócios e ter confiança no grupo dirigente da cooperativa.

⁹⁸ Houve caso em que atravessadores compravam o mel dos não associados e tentavam vender para a cooperativa. Porém, segundo o entrevistado, como todo associado usa os procedimentos corretos de manuseio, os atravessadores têm dificuldade para vender na cooperativa.

Ao juntarem-se, assim os agricultores (as) familiares tinham claro o papel da sua união em torno da cooperativa, para se contrapor e combater as condições desfavoráveis de comercialização realizada com os atravessadores, que no entender do grupo, era o seu principal “inimigo”. Portanto, para a maioria dos sócios da COOPAPI, dificilmente a atividade apícola e, por consequência, as outras atividades teriam condições de ser desenvolvidas sem a sua existência, pois é através da mesma que a comercialização do mel é realizada por um preço que eles consideram cobrir os custos de produção e ainda obter alguma sobra.

A procura crescente de agricultores que querem associar-se à cooperativa (atualmente alguns ainda não integralizaram o capital social⁹⁹) é sinal positivo da influência da cooperativa na comercialização do mel e da castanha e do resgate da confiança no cooperativismo.

4.2.2 - Controle democrático pelos sócios

Juntamente com o princípio da “adesão livre e voluntária”, o princípio da gestão democrática ou “princípio democrático” é a característica que distingue as organizações cooperativas das empresas tipicamente capitalistas. Este princípio diz respeito ao modo como a empresa é gerida, ou seja, os sócios participam das decisões políticas e administrativas da cooperativa independente do capital integralizado, exercendo seu direito ao voto (concordando ou discordando) nas assembleias gerais e acompanhando a aplicação das decisões tomadas.

No caso da COOPAPI, a participação dos sócios é constatada através da relação entre o número de assembleias assistidas e o número realizado durante o período de um ano além de reuniões ampliadas¹⁰⁰. A participação dos sócios gira em torno de duas a três assembleias anuais, embora muitas vezes se restringindo a votar.

⁹⁹ Capital social é o capital fixado no estatuto. Os sócios devem subscrever (assumir o compromisso de realizar) todas as cotas em que se divide o capital social, ou em parcela única, ainda que seja realizada apenas uma parte do capital subscrito.

¹⁰⁰ As reuniões ampliadas são para facilitar a tomada de decisão em assembleia geral, para discutir um assunto imediato ou ainda para planejar as atividades anuais da cooperativa. Geralmente contam com a participação da diretoria, dos sócios, do BNB, da Conab, CTA, FETARN, entre outros, dependendo do assunto a ser tratado.

Olhando os registros das assembléias, observamos que a participação dos sócios entrevistados tem sido de 100%. Os assuntos mais comuns, além dos obrigatórios como apreciação do relatório de gestão, balanço financeiro, parecer do Conselho de Ética (Fiscal) e distribuição das sobras, dizem respeito ao preço do mel e da castanha, termos do contrato com a Conab, compra de equipamento, custeio, programação da produção, o volume e o preço que deverá ser praticado junto à Conab; convênios com a FBB; financiamento junto ao BNB; melhoria da atividade e cuidados com o manejo; qualidade do produto.

Além das assembléias, existem as reuniões realizadas mensalmente na associação da Comunidade do Córrego e Sítios Reunidos, onde há um maior número de cooperados da COOPAPI (49 do total de 172). Outro mecanismo de participação tem sido as reuniões ampliadas da diretoria para avaliar as atividades desenvolvidas e planejar outras que geralmente conta com a participação dos grupos produtivos apoiados pela COOPAPI, da FETARN e outros parceiros. As assembléias gerais também têm sido bem concorridas, a exemplo da última realizada na sede social do Centro do Idoso - Apodi, em janeiro de 2010, com o objetivo de avaliar os destinos das sobras, oportunidade em que se fizeram presentes cooperados, diretores e alguns apoiadores como o BNB, a CONAB, a UNICAFES, representante da Secretaria Municipal de Agricultura, FETARN e COOAFAP.

O que também tem estimulado à participação dos sócios nos processos decisórios são exatamente essas informações que são constantemente repassadas através de reuniões, do programa de rádio, do *site*; e mais consistentemente a presença semanal dos sócios na cooperativa, quer seja para entregar produto ou receber adiantamento.

A participação do sócio nas assembléias gerais e reuniões possibilitam-lhe adquirir informações confiáveis, o que de certa forma reflete no comportamento do sócio para realizar o ato cooperativo, ou seja, deixar a sua produção na cooperativa. Ao mesmo tempo em que pode monitorar a diretoria para colocar em prática as decisões da AG. Na pesquisa de campo quando perguntamos para quem é vendida a produção, 64% respondeu que repassa somente para a cooperativa, 16% para a cooperativa e associação, 16% para a cooperativa e empresas e somente 4% para o atravessador.

Nota-se, por conseguinte, que a participação dá-se principalmente pelo interesse nos assuntos relacionados aos mercados (preço, contratos, sobras, qualidade), visto que não ficou explicitado o debate sobre outros temas.

4.2.3 - Participação econômica dos sócios

Este princípio, no caso, diz respeito às duas formas de valorização monetária do capital: o lucro (as sobras) e os juros. O controle do lucro é limitado por uma taxa fixa que é inferior a média de outros investimentos, impedindo a usura e o aumento de capital da cooperativa, que fica restrita aos investimentos oriundo dos seus sócios. Com base nesse princípio os sócios contribuem equitativamente para a formação do capital social da cooperativa, bem como da sua participação no rateio das despesas correntes e das sobras (se houver).

Por lei, das sobras apuradas no exercício contábil, é obrigado determinar percentuais (5% e 10%) para a formação de fundos de reservas destinados à formação e treinamento dos cooperados e para suprir algumas demandas imprevisíveis. O restante das sobras ficará à disposição da assembléia que decidirá sobre o seu destino, podendo ser investido na cooperativa e/ou retornado aos sócios de acordo com as operações realizadas com a cooperativa.

A COOPAPI tem respeitado a legislação, formando suas reservas em 15% do seu resultado financeiro, verificado no final de cada ano contábil. As sobras líquidas são destinadas para o retorno aos sócios e parte tem sido investida para o coletivo, incluindo infra-estrutura física da sede e da mini-fábrica, na melhoria da capacidade operacional da cooperativa envolvendo a área de gestão e de armazenamento, com aquisição de equipamentos para transporte e estocagem do mel, computadores, aquisição de máquinas etc, e os gastos com custos operacionais.

Em relação ao retorno financeiro, relativos às sobras líquidas do exercício contábil de 2008, o saldo de R\$ 69.165,38, após retirar os percentuais destinados ao FATES e ao fundo de reserva, foi distribuído proporcionalmente às transações realizadas com a cooperativa (variando entre R\$ 150,00 e R\$ 2.500,00), o que reforçou a confiança dos sócios na cooperativa. Esse retorno garantiu para muitos, o pagamento

de empréstimos realizados no BNB, através do Pronaf custeio; inversão na ampliação e melhoria das atividades da unidade familiar (investimento em construção de cerca, gado, terreno etc); e na melhoria de suas moradias.

Já no balanço anual relativo ao ano de 2009, observou-se um aumento nas sobras cujo valor total foi de R\$ 120.088,89, sendo que partes delas foram distribuídas antecipadamente, em agosto de 2009, sob a forma de adiantamento. Depois das retiradas das obrigações estatutárias e de investimento a ser realizado na fábrica de castanha, restou à assembléia uma sobra líquida de R\$ 37.775,57 a ser distribuída entre os cooperados, de acordo com o volume das operações realizadas com a cooperativa.

No entanto, considerando o caráter das nomenclaturas contábeis e dificuldades de alguns cooperados, é possível admitir que a participação neste plano se dá de forma diferenciada, mesmo levando em conta a divulgação regular dos relatórios financeiros mensais e anuais.

4.2.4 - Preocupação com o entorno

Partindo do seu sentido ideal, o princípio da “preocupação com a comunidade” diz respeito ao trabalho que as cooperativas desenvolvem nos locais em que atuam de forma sustentável e com aprovação de seus membros. Quanto à prática da COOPAPI em relação ao seu entorno, ela manifesta-se de várias formas:

a) participação nas questões mais gerais que afetam o desenvolvimento de algumas atividades locais. Entre elas, a defesa de recursos hídricos (lagoas) responsável pela sustentabilidade econômica dos pescadores, artesãos, apicultores etc. Exemplo disto foi a divulgação de um manifesto juntamente com a colônia de pescadores, aquícultores e afins (Z-48) em defesa da Lagoa do Apodi, considerada de fundamental importância para a economia do município. O documento faz um retrospecto dos crimes ambiental contra a lagoa, relacionados aos quatro investimentos custeados pelo Governo Federal que, ao invés de desenvolver a economia do município, se transformaram em prejuízos para as populações supras citadas (ALVES, 2008). Ainda como efeito da atuação da COOPAPI no município, a diretoria influenciou

na indicação do nome do titular da pasta da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, onde algumas ações têm sido orientadas para dar suporte ao agricultor familiar, no corte de terra, disponibilizando trabalho de trator em uma hora e meia para cada um; no conserto das estradas carroçáveis; na melhoria do matadouro e aquisição de um caminhão refrigerado; nas reformas de poços; e particularmente, a conquista de um espaço exclusivo na feira semanal, beneficiando tanto os agricultores familiares na comercialização direta e semanal como também o consumidor que adquire produtos frescos e da região.

b) participação em instâncias consultivas, como no Fórum da Agricultura Familiar; Coordenação do Fórum de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Apicultura, do Conselho de Desenvolvimento da Cajucultura e do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável onde são debatidos encaminhamentos sobre questões relativas à agricultura familiar.

c) ainda têm atuado junto às instituições beneficiárias dos contratos com a Conab para a entrega de mel, castanha e polpa de frutas nas escolas, creches, hospitais etc, através de reuniões onde tem divulgado os produtos da cooperativa; e mantém um programa semanal Cooperativismo em Ação na Rádio AM Vale do Apodi, das 11:00 horas ao meio dia, onde divulga a agenda da COOPAPI, entre outros.

No entanto, não foi observado o envolvimento mais direto da cooperativa em projetos e campanhas educativas, sociais ou culturais que envolvessem o conjunto da população apodiense, restringindo-se mais aos assuntos de interesse dos seus cooperados e da agricultura familiar.

4.2.5 - Cooperação intercooperativa

Sem pensar em criar uma “sociedade cooperativa”, como idealizara os “socialistas utópicos”, a atualização do princípio da cooperação entre cooperativas, juntamente com o princípio anterior de “interesse pela comunidade”, está na possibilidade de integrar os processos de transformação mais ampla (social, política, econômica, ambiental, cultural) no espaço em que atua e na difusão e ampliação nos campos sociais em que operam valores e formas de organização não-capitalista.

No caso da COOPAPI “a intercooperação” é caracterizada em termos da sua articulação com as outras cooperativas do município de Apodi, em particular a COOAFAP e a Cred-Oeste, com as associações de produtores (as) e os grupos de mulheres e jovens. Apesar das cooperativas concorrerem na disputa por recursos públicos, o que predomina é uma interação de cooperação concretizada principalmente em termos de juntar esforços para reivindicar dos governos os recursos destinados à infra-estrutura, notadamente a melhoria de estradas, corte de terra e a construção e instalação do entreposto para facilitar a exportação do mel.

Além dessas articulações, a COOPAPI faz parte da diretoria da UNICAFES estadual, criada em maio de 2009, contando ainda com a participação de outras cooperativas potiguaras. (como a COOAFAP, COOPTEC-Seridó, Cred-Oeste-SOL, Terra Livre, COOPERUBA, Carnaúba Viva, CTA, COOPERCAJU, COOAPAZ, Coolagoa Nova, COOPAB, COOPAVALE, COPEC e COOPERVIDA).

Ainda através da UNICAFES e Fórum Brasileiro de Economia Solidária, a COOPAPI participou do curso “Estratégias do Cooperativismo” que visa proporcionar a formação sobre cooperativismo solidário a uma turma composta por vinte e seis lideranças integrantes da COOPAPI, COOAFAP e Cred-OESTE-SOL.

Além disto, a COOPAPI ainda prossegue, como já foi indicado, com uma relação estreita com as associações de agricultores situadas na região da Chapada do Apodi, apresentando-se como um fator de estímulo ao associativismo, na medida em que fortalece os grupos associativos e de difusão de práticas de solidariedades. Ela tem dado continuidade e aprofundado as parcerias com as associações de agricultores e produtores, como é o caso da AMPC, através do acompanhamento nas reuniões mensais onde passa os informes sobre o andamento da cooperativa; apoiando a elaboração e implantação de projetos da mini-fábrica de castanha, de polpa de fruta e da oficina de inclusão digital etc; acompanhando e assessorando nas assembleias em que são realizadas as eleições das diretorias. Outra, com o conselho comunitário do Sítio Mirandas, em Caraúbas, presta assessoria e mantém um contrato de comodato para uso de instalações da mini-fábrica, ao mesmo tempo em que tem trabalhado na constituição de uma associação local. Sem contar ainda, com o reforço dos laços de

amizade, solidariedade e cooperação entre os sócios, através de mutirões para limpeza das casas de mel e das atividades de pegar os enxames e da coleta do mel.

Além do estímulo às associações congêneres, a cooperativa tem apoiado organizações de outras categorias sociais, como é o caso dos pescadores e das artesãs, via BSC, na orientação da produção e parte da comercialização.

4.2.6 Educação, formação e informação

O princípio “pedagógico” representa um dos legados mais duradouros dos “Pioneiros de Rochdale” que ao fundarem a cooperativa não se descuidaram de criar uma escola infantil, uma biblioteca e um fundo financeiro (oriundo de parte dos excedentes) destinado à alfabetização e profissionalização dos seus membros e das suas famílias.

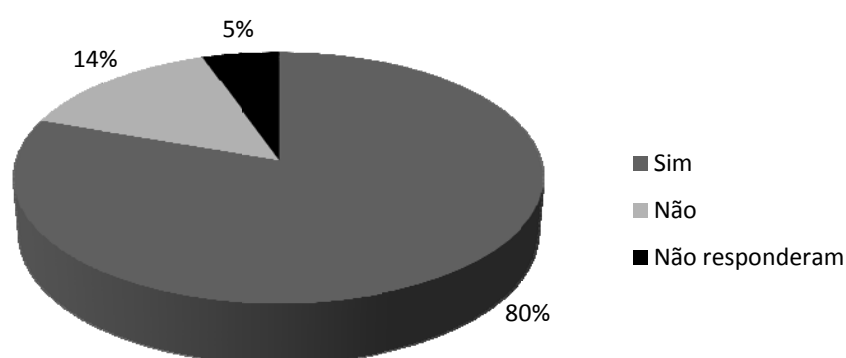
Quanto a este princípio na cooperativa estudada, podemos relacioná-lo ao valor da autonomia e da função pedagógica do trabalho¹⁰¹ através de vários mecanismos. Dos cursos e treinamentos operacionalizados por outras instituições e cujos temas, que variam entre o cooperativismo, gestão, comercialização e manejo na cajucultura e apicultura, fornecem conhecimentos para a construção da autonomia; na participação em seminários, oficinas, feiras e exposições onde são momentos de profícua aprendizagem e troca de experiência com outras organizações similares; nos processos de beneficiamento coletivo dos produtos; e nas assembléias e reuniões em que os assuntos discutidos e o estímulo à participação são momentos de aprendizagem e de superação dos conflitos. Dos 56 entrevistados, 45 relataram já terem participado de cursos, oito não, e três não responderam, como mostrado na Figura 8. Os principais temas tratados giraram em torno da apicultura e da cajucultura, numa demonstração clara da importância dessas duas atividades para o incremento de renda dos agricultores (ras) familiares, através do melhoramento do manejo e da agroindustrialização.

Em relação ao acesso à educação formal, a direção da cooperativa tem estimulado aos mais jovens a ingressarem em cursos do ensino superior que lhes dêem

¹⁰¹ Cf. Tiriba (2001).

embasamento para melhorar as suas práticas profissionais no desenvolvimento da própria cooperativa e da atividade individual. Como exemplo, nos cursos de contabilidade, direito e zootecnia. Neste aspecto, também faz parte do Comitê Gestor de Educação no Campo, opinando sobre conteúdos que possam melhorar o ensino no meio rural.

Figura 8 - Percentual de participação em cursos



As outras formas de educação (participação em seminário, oficinas e feiras) são mais restritas aos dirigentes da cooperativa e das associações, pois, como geralmente são eventos que congregam várias organizações associativas, os organizadores exigem uma pequena representação de cada uma delas.

Nota-se, assim, que o esforço e uma atenção maior com a prática deste princípio necessita ser estendida e intensificada pela diretoria da COOPAPI, no sentido de construir espaços de discussão sistemática que envolva temas como a cooperação, participação, solidariedade etc.

4.2.7 - Autonomia e independência

Os princípios de “autonomia e independência”, na atualidade, dizem respeito principalmente às relações de subordinação institucional e/ou dependência de recursos externos (financeiros, materiais etc) de seus membros. Dessa forma, o poder do Estado vai se cruzar com os princípios emancipatórios do cooperativismo, impondo-lhe às vezes um controle direto através da legislação, ou indireto através dos financiamentos ou subvenções públicas para os projetos produtivos.

No caso da COOPAPI os vínculos com a FBB, MDS/SDT e Conab não deverão interferir significativamente nas políticas da cooperativa que devem ser controladas pelos seus sócios e não subordinadas a outra instituição externa. Assim, pode-se afirmar que a escolha dos produtos (diferentes tipos de castanha e de polpa) e as suas adequações em termos de embalagens, variação de peso, padronização etc, bem como o seu controle físico e químico para atender as exigências do mercado institucional não devem ser confundidas com perda de autonomia. Antes, dizem respeito à capacidade de adaptação às demandas externas dos diferentes mercados e da legislação sanitária.

Entretanto, pode-se explicitar essa dupla face da autonomia e independência, com base em Ploeg (2008). Uma face, dos (as) agricultores (as) individuais em relação aos mercados e outra quando a cooperativa se relaciona com outras instituições. No primeiro caso, com a intermediação da cooperativa, houve um crescimento da autonomia dos agricultores (as) quando em suas unidades de produção reduzem a dependência de alguns insumos dos diversos mercados (notadamente, no tocante à cera e o processamento), produzindo-os ou reproduzindo-os individualmente ou coletivamente nas unidades de beneficiamento coletivo. Além disto, com a constituição da cooperativa, intensificaram a diversificação da produção, com a ampliação da área plantada do cajueiro e a fabricação de polpa; criaram e ampliaram novos mercados, incluindo o convencional e o alternativo, no âmbito nacional e internacional; diminuíram os circuitos de comercialização, com a instalação da loja e a contratação de um representante comercial, ampliando assim a autonomia dos seus membros perante aos antigos intermediários.

Quanto às relações externas da cooperativa, elas se configuram como mais autônomas e independentes, quando se trata de suas interações com outras cooperativas e sindicatos. No tocante aos mercados tradicionais (empresas privadas e de exportação) a sua autonomia é relativa quando decidem os produtos e quando as condições financeiras e o volume de estoque lhes possibilitam opções para vender em determinados mercados, períodos ou em condições mais favoráveis. Ou seja, o bom desempenho financeiro da COOPAPI impede parcialmente que ela fique a mercê dos compradores. Ela também impõe suas regras quando, por exemplo, exigiu do cliente que parte do pagamento fosse depositada, antes do mel ser transportado para outro estado do Brasil (depoimento verbal)¹⁰².

Sobre a relação da cooperativa com o Estado, e considerando o ambiente em que atua, onde diferentes interesses e projetos competem constantemente, a COOPAPI tem cobrado dos governos (municipal, estadual e federal) programas e investimentos para o setor da agricultura familiar, como foi o entreposto do mel; depende ainda, apesar de gradativamente ir se autonomizando, das políticas públicas para assegurar seu capital de giro, através das operações para formação de estoque, como demonstrados nos balanços anuais. Na seção 5.1 seguinte, trataremos com mais detalhes das relações da COOPAPI com o Estado, através dos financiamentos (PAA, Pronaf) convênios (MDA/SDT) e dos recursos não reembolsáveis (FBB).

4.3 - Analisando a variável “relações externas” e o êxito

Outros fatores influenciaram decididamente no desenvolvimento da COOPAPI. Assim como no resto do Brasil, há uma rede de apoio às experiências econômicas das áreas rurais, tanto no que diz respeito à comercialização e gestão como em ações políticas desenvolvidas no espaço público. Entre as instituições de apoio estão a Fundação Banco do Brasil - FBB, Projeto Dom Helder Câmara, SEBRAE, agência local do BB e do BNB, Prefeitura de Apodi, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), detalhados mais adiante.

¹⁰² Depoimento da presidente da COOPAPI quando se referiu às transações comerciais com empresas de outros estados do Brasil.

Em nível de governo estadual mantém vínculo menos direto com a Secretaria de Agricultura e Pesca (SAPE)¹⁰³, Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e a Empresa de Pesquisa Agropecuária do rio Grande do Norte (EMPARN).

Com outras instituições de caráter não governamental, destaca-se o IDS/CTA, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do RN (FETARN), a COOAFAP, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Apodi e o Fórum da Agricultura Familiar. Com as três últimas a COOPAPI têm mantido articulações mais políticas para encaminhamento de algumas questões de interesse mais geral dos agricultores familiares.

4.3.1 - Relações com o Estado

Programas governamentais federais – os programas governamentais para a agricultura familiar têm priorizado as formas organizativas para canalizar alguns investimentos e financiamentos para desenvolver projetos produtivos e sociais nas áreas rurais. Como afirma Veiga (2001, 2005), a organização dos agentes locais através da expansão e do fortalecimento de pequenas iniciativas econômicas de caráter familiar, do fortalecimento do cooperativismo ou do associativismo são arranjos fundamentais para um desenvolvimento rural sustentável e, nesta direção, as cooperativas facilitariam o acesso aos programas governamentais, aos mercados, à assistência técnica, a capacitação e ao crédito.

Nesse caso, além da intermediação de algumas políticas públicas (de formação/capacitação e assistência técnica) a COOPAPI agrega algum excedente, quando, ao realizar convênios com a FBB ou operações com a Conab, transfere para os seus sócios os benefícios daí advindos (viveiros, infra-estrutura, sobras etc). Entretanto, os vínculos com as políticas públicas que requerem uma maior participação e envolvimento das organizações dos (as) agricultores (as) familiares podem levá-las ao risco de transformarem-se em instrumento das ações governamentais ou mesmo torna-se órgãos paraestatais ou algo equivalente. Uma das possibilidades, por exemplo, seria

¹⁰³ Através do Projeto de Lei nº 047/08 o governo estadual propôs a criação do Programa Estadual para o Desenvolvimento da Apicultura – PROAPIS – no Rio Grande do Norte, coordenado pela SAPE. A justificativa foi a de estimular, regularizar e criar mecanismos para comercialização do mel de abelha e seus derivados; e coadunar o projeto junto ao Programa de Agricultura Familiar, já regulamentado no RN (www.al.rn.gov.br/assembleia/arearestrita).

a cobrança implícita de uma contra partida (fidelidade, propaganda etc) a partir de convênios não-reembolsáveis.

MDS/MDA/CONAB - Em 2005, a COOPAPI, que reunia 94 agricultores em seu quadro começa a entrar no mercado institucional. Após uma série de articulações com a Conab, fecha a primeira operação através do PAA¹⁰⁴ - Programa Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF)¹⁰⁵ cujo contrato foi destinado para a Formação de Estoques e para a Doação Simultânea, cujos beneficiários foram idosos, pacientes hospitalizados, criança em creches e em escolas municipais e outros grupos em situação de risco alimentar.

Esta modalidade, propicia a compra antecipada de produtos alimentícios dos agricultores familiares por meio da COOPAPI. As origens dos recursos são do MDA que, através da Conab, realiza operações com a cooperativa para adquirir a produção de seus associados destinada à formação de estoque (de mel e castanha) para posterior comercialização no mercado privado; e do MDS, para entrega simultânea em instituições governamentais e não governamentais. O limite anual de recursos por cada agricultor familiar é definido por um grupo gestor e é não cumulativo com as demais modalidades. Segundo a presidente da COOPAPI, este valor, no ano de 2009, era até de R\$ 2.500 por ano, acrescido do mesmo valor através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)¹⁰⁶, perfazendo um total de R\$ 5.000.

¹⁰⁴ “Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma das ações do Fome Zero e tem como objetivo oficial garantir o acesso a alimentos em quantidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional”(www.mda.gov.br/saf/programas/paa).

¹⁰⁵ O programa de Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar-CAEAF, é destinado para a Formação de Estoques, cujos beneficiários são: 1) produtores enquadrados nos grupos A ao D do Pronaf, inclusive agroextrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, pescadores artesanais, aquicultores familiares, trabalhadores rurais sem terra acampados, comunidades indígenas e produtores familiares em condições especiais (os beneficiários terão que estar organizados em grupos formais como cooperativas ou associações); e para a Doação Simultânea, sendo os beneficiários as instituições governamentais ou não governamentais que desenvolvam trabalhos publicamente reconhecidos de atendimento às populações em situação de risco social (CONAB/MOC Nº 009, DE 02/05/2005). Essas duas modalidades, desde 2006, passaram a receber recursos orçamentários do MDA. As modalidades Compra com Doação Simultânea e Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite, são executadas pelo MDS. Já a modalidade Alimentação Escolar, cabe ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do MEC. (www.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa).

¹⁰⁶ A Lei nº 11.947/2009, determina a utilização de no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (de acordo com o

Em 2005, segundo informações da COOPAPI, os contratos com a Conab-PAA, fecharam em R\$ 80.000,00; em 2006, R\$ 314.226,00; em 2007, 252.897,00 e em 2008, R\$ 329.860,00, totalizando R\$ 976.983,00. Considerando os 172 sócios envolvidos na cooperativa a média de rendimento anual relativo ao mel de cada uma das famílias seria de R\$ 5.680,13 e R\$ 473,34 mensais. Em 2009, os valores relativos ao contrato de doação simultânea da castanha de caju foram de R\$ 99.892,00 e do mel em sachê de R\$ 99.997,50 (Conab, 2010).

Apesar de insuficiente, ainda é o PAA que tem assegurado parte da compra do mel e da castanha de caju já beneficiados, portanto, com maior valor agregado e de outros produtos como toda a produção de polpa de frutas. Além disto, tem possibilitado a formação de capital de giro para a cooperativa adquirir a produção dos cooperados, com pagamento imediato ou mesmo antecipado. O mel em sachê de 0,05 mg, e a castanha de caju são destinados a 276 instituições, entre elas 118 escolas públicas municipais, 17 associações, 6 creches, além de hospitais públicos, conselhos comunitários e entidades filantrópicas etc, atendendo em torno de 65 mil pessoas residentes nos municípios de Mossoró, Assu, Triunfo Potiguar, Caraúbas, Governador Dix-Sept Rosado, Itaú, Campo Grande e Apodi¹⁰⁷.

Projeto Dom Helder Câmara¹⁰⁸/MDA – Com este e em parceria com EMBRAPA/algodão, EMPARN e Secretaria de Agricultura, a COOPAPI intermedia a comercialização de plumas de algodão agro-ecológico, assinando contrato em agosto de 2009. A compradora é uma empresa francesa a *Veja Fair Trade* que trabalha com

Artigo 14). Em 2009 esses recursos corresponderam a cerca de R\$ 600 milhões que devem ser aplicados, obrigatoriamente, na aquisição de produtos da agricultura familiar. Estima-se que essa medida beneficiou diretamente cerca de 250 mil famílias agricultoras serão, isto é, somente 10% dos atuais 2,5 milhões de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAPs) (MACHADO, 2009). A aquisição de gêneros alimentícios será realizada, sempre que possível, no mesmo município das escolas. Quando o fornecimento não puder ser feito localmente, as escolas poderão complementar a demanda entre agricultores da região, território rural, estado e país, nesta ordem de prioridade (www.comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar).

¹⁰⁷ Dados obtidos através da pesquisa de campo.

¹⁰⁸ O Projeto Dom Helder Câmara é vinculado ao MDA tendo entre os parceiros, para sua execução nos territórios, a FETARN. Em Apodi, além da COOPAPI, o projeto assistiu, em 2009, a Comunidade Bamburral, Comunidade Queimadas, Comunidade Reforma, Comunidade do Sítio do Góis, Comunidade Água Fria, Assentamento Aurora da Serra, Assentamento Laje do Meio, Assentamento Milagres, Assentamento Moaci Lucena, Assentamento Paraíso, Assentamento Soledade, Assentamento Nova Descoberta, Assentamento Tabuleiro Grande e Assentamento Vila Nova (http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/sertodoapodichapadadoapodirn//project-manager/one?project_item_id=2801970).

confeção de tênis a partir da pluma do algodão. O algodão será vendido a R\$ 6,15 o kg e é produzido e beneficiado por agricultores do sítio do Góis, Apodi-RN, em uma unidade de beneficiamento. O projeto Algodão em Consórcios Agro-ecológicos começou em outubro de 2008, com financiamentos do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), GEF (Fundo das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e FIDA (Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura).

Em Apodi são ao todo 26 famílias que produziram algodão agro-ecológico consorciado com culturas como gergelim, amendoim entre outras, estando ainda em fase de teste e terá uma duração de 5 anos. O apoio da COOPAPI, segundo seus dirigentes, é por considerar outra forma de diversificação da atividade e oportunidade de comercialização do algodão por um preço justo, complementando assim a renda do agricultor.

Outra forma de interação diz respeito à assistência técnica prestada pelo PDHC aos agricultores associados à COOPAPI, e a comercialização de culturas orgânicas como o milho, feijão e o sorgo, além do algodão.

Banco do Brasil e Fundação Banco do Brasil – Desde 2008 a FBB vem mantendo uma relação mais estreita com a COOPAPI, fundada na confiança e na experiência da cooperativa na área da comercialização. Particularmente com o **Banco do Brasil** a cooperativa se relaciona mais indiretamente, através dos cooperados que acessam o Pronaf A e B.

A FBB, juntamente com outras instituições públicas e privadas, tem se unificado em torno da abordagem do “valor agregado” como mecanismo de gerar rendas e retê-las nas localidades onde projetos produtivos ligados à cajucultura estão sendo desenvolvidos. Neste sentido, para enfrentar as barreiras tecnológicas e sanitárias o Projeto Tecnologia Social¹⁰⁹ - Mini-fábrica de Castanha de Caju – foi desenvolvido nacionalmente pela EMPRABA/Centro Nacional de Pesquisa de Agroindústria Tropical. Este processo não só permite o beneficiamento das castanhas pelos próprios

¹⁰⁹ Esta tecnologia, certificada na edição 2001 do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, permite aos pequenos produtores de castanha de caju, organizados em cooperativas ou associações comunitárias, autogerirem uma mini-fábrica de castanha de caju, onde fazem o beneficiamento das castanhas, sem a interferência de intermediários, deixando a agregação de valor do beneficiamento com os próprios produtores e não mais com os atravessadores ou com a grande indústria (<http://www.rts.org.br>).

agricultores como também é mais eficaz que os processos artesanais e o das indústrias mecanizadas¹¹⁰, pois enquanto estas aproveitam 65% de castanhas inteiras, o processo adotado nas mini-fábricas aproveita 85%, além de garantir mais ocupação para as comunidades rurais; melhor articulação com a produção da matéria prima; processo de beneficiamento mais prático; e gestão compartilhada.

Atualmente, o projeto de revitalização da cajucultura tem direcionado recursos para os maiores estados produtores e exportadores de castanha de caju (Ceará, Bahia, Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte). No RN, tem-se envolvido com diversas instituições: a própria FBB que lidera o projeto, com investimentos de R\$ 762.000,00 para construção ou investimento nas instalações das mini-fábricas; transferência de tecnologia, adequação de infra-estrutura, recuperação e aquisição de equipamentos, criação de cooperativas; o SEBRAE e a EMPARN, com apoio técnico-gerencial; a Conab, com a compra antecipada de matéria-prima das mini-fábricas; a UFRN/UNITRABALHO na discussão de futuras cooperativas; o BB e o BNB, com linha de crédito para a lavoura de caju (Pronaf). Esse projeto privilegiou como metas: a) transformar as associações de agricultores, beneficiados com as mini-fábricas, em cooperativas; b) melhorar a produtividade do cajueiro, através da renovação do plantio de cajueiro precoce; e, c) aumentar a renda mensal dos agricultores, através da comercialização de castanha padronizadas conforme legislação vigente.

Para viabilizar essa proposta, o Comitê da Cajucultura do RN escolheu a COOPAPI como centralizadora provisória das vendas passando a operar como uma cooperativa territorial ao interagir com outras associações, na perspectiva de padronizar e comercializar parte da castanha de caju produzida pelas seguintes associações: **APABEV**- Associação dos Produtores Agrícolas de Bebida Velha (Pureza), Associação das Pequenas Comunidades Rurais de Portalegre (**APCRP**), **Associação Novo Pingos** (Açu), Associação dos Produtores de Castanha de Santo Antônio – **ASSANTO** (Severiano Melo), **APROVILLA** - Associação dos Produtores da Vila Assis Chateaubriand (Touros), e a Associação do PA de Reforma Agrária José Coelho

¹¹⁰ Em 2009, a Orlan Brasil, empresa que beneficia mecanicamente amêndoas, visitou a COOPAPI e convidou-a a visitar as suas instalações e sugeriu comprar as amêndoas beneficiadas pela AMPC, pois devido ao seu processamento manual, elas são melhores aproveitadas e apresentam uma coloração que tem maior valor agregado que as processadas por esta empresa (pesquisa de campo).

(Macaíba). A proposta é a de que a COOPAPI comercialize parte da produção de castanha dessas associações enquanto não se constitua uma central de comercialização, como já existe no estado do Piauí.

Segundo informação do assessor da FBB, Sr. Paulo Chacon, existem 10 mini-fábricas no RN e individualmente possuem uma capacidade instalada para processar 4.000 quilos de amêndoas por mês. Por estarem em fase de adaptação, atualmente somente 1.500 quilos são processados, esperando ele que, até 2011, 80% desta capacidade seja utilizada. Ou seja, se todas cumprirem essa meta, será 18 mil hg/ano e juntas, 180 mil hg/ano de castanhas beneficiadas.

No município de Apodi a beneficiária para instalação da mini-fábrica, em 2005, foi a AMPC (Foto 4) com quem a COOPAPI mantém uma interação de cooperação mais intensa. Portanto, o primeiro apoio da FBB para o desenvolvimento da cooperativa foi de forma indireta, pois a maioria dos sócios da AMPC é também filiada à COOPAPI e através da associação é possível descentralizar as responsabilidades de acompanhamento da produção e do beneficiamento.

Ainda está em andamento um projeto de instalação de um pomar visando melhorar a produção com a renovação de mudas do cajueiro. Para tanto, através da EMPARN, realizaram também, curso de enxertia; a instalação de uma mini-fábrica de ração animal para o aproveitamento do fruto, proveniente das sobras da colheita seletiva (da retirada da castanha), o que irá baratear a ração animal em 30% do seu valor. Além do projeto para construção de outra mini-fábrica com capacidade operacional superior à já existente.

Foto 4 - Unidade de beneficiamento da castanha do caju da AMPC



Fonte: Pesquisa de campo

Além das atividades de apoio à infra-estrutura da cadeia produtiva do caju, outros foram dados, a exemplo dos recursos para a implantação de um espaço comunitário de informática - Estação Digital- (Foto 5), cantada em prosa e verso pela poetisa popular, mais conhecida por Deusinha do Córrego:

Fundação Banco do Brasil
 Aprovou um Projeto especial
 De Inclusão Digital
 Que graças a Deus deu certo
 Enviado em 2007
 Com inauguração no Córrego que legal
 Em 14/08/2008 com esse nome
 Mini Estação Digital Espaço Virtual
 Teve a capacitação de Educadores
 Lá no Distrito Federal
 Encontro Nacional das Estações Digitais que foi sucesso [...]
 [...] Veja só que coisa bela
 Participaram Alunos da Escola Municipal
 Também do Grupos que legal,
 Da mini Fábrica A.M.P.C.,
 Ainda digo a você
 Teve alunos da Coopapi prá finalizar,
 Foram 22 no total que concluíram
 O Curso de Informática no lugar (DEUSINHA, 2010)¹¹¹.

¹¹¹ Deusinha é uma poetisa popular de Apodi e residente na localidade do Córrego.

Este projeto incluiu equipamentos e serviços (micro computadores, acesso à internet etc), treinamento de monitores e uma bolsa durante um ano para que possam multiplicar os conhecimentos adquiridos anteriormente. O projeto faz parte do apoio ao programa de inclusão digital do governo federal que, em parceria com a FBB, a AMPC¹¹² e a COOPAPI equiparam uma sala para atender jovens sócios ou filhos de associados. A capacitação, segundo o projeto, tem como objetivo criar as condições para a apropriação dos procedimentos, ferramentas e técnicas que possam auxiliar na tomada de decisões no processo de gerenciamento do negócio e ao mesmo tempo permitir aumento do chamado capital intelectual. Participaram da capacitação em Luziânia (DF), três pessoas ligadas ao empreendimento produtivo. Dentre eles, um instrutor que recebeu durante um ano, uma remuneração em forma de “bolsa” para repassar os conhecimentos a outras pessoas da localidade (COOPAPI, 2009).

Foto 5 - Estação Digital na Comunidade do Córrego



Fonte: pesquisa de campo

¹¹² A AMPC foi uma das cinco associações contempladas para desenvolver o projeto do Modelo de Inclusão Digital para Empreendimentos Produtivos – MIDEPI, da Fundação Banco do Brasil. Segundo a FBB, esse modelo é focado na eficácia dos investimentos sociais, buscando a viabilidade econômica e a participação efetiva dos cidadãos e principalmente dos jovens, nos empreendimentos socioculturais coletivos.

Ainda as relações de cooperação se concretizaram quando a COOPAPI cadastrou mais de 400 agricultoras e agricultores para participarem do projeto ligado à redução do gasto de energia, através do qual a FBB, em parceria com a Companhia de Energia do Rio Grande do Norte (COSERN), doa geladeiras novas em troca das antigas, que consomem mais energia. Também, as interações se dão no campo do laser e da afetividade¹¹³.

A cooperativa ainda tem convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), com a finalidade de assessorar na promoção e na comercialização de produtos das organizações de agricultores (as) familiares, incluindo grupos de mulheres e associações de produtores. Através deste convênio criaram-se mais 2 ocupações e uma relação mais estreita com outras experiências produtivas da região através da criação da **Base de Serviço de Apoio à Comercialização (BSC)**.

Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a UFERSA – A direção da cooperativa participa do Comitê Gestor de Educação no Campo, do qual ainda atuam a 13ª Diretoria Regional de Educação (DIREDE), Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), a COOAFAP, o STR e a prefeitura. O papel do comitê é propor cursos de capacitação, que deverão ser realizados pela UFERSA e pela UERN e voltados para as especificidades do meio rural. Conjuntamente com o Instituto Federal de Educação do Rio Grande do Norte (IFERN), tem participado de seminários voltados para discutir as modalidades de compras governamentais.

O BNB – O apoio do BNB, diz respeito especialmente ao financiamento via Pronaf custeio e investimento para os agricultores familiares e para a cooperativa. Com base na atividade apícola da região criou-se o Projeto de Desenvolvimento da Apicultura com o objetivo, dentro do Nordeste Territorial que, segundo o BNB teve como objetivo tornar a atividade mais competitiva e ao mesmo tempo sustentável através do

¹¹³ No blog da cooperativa encontramos o seguinte postado: “No último sábado dia 06/06/09 a AMPC em parceria com a Fundação Banco do Brasil, COOPAPI e AABB/Apodi, realizaram uma confraternização nas dependências da Associação Atlética Banco do Brasil – AABB de Apodi, o objetivo do evento era promover a integração entre a Fundação, AMPC e os cooperados prestadores de serviços na unidade de beneficiamento, o evento contou com parceiros que se fizeram presentes em grande numero no evento, a referida confraternização contou com um jogo de futebol, onde o time da Fabrica de beneficiamento de castanha de Córrego (TERRA FIRME FUTEBOL CLUB) enfrentou o time da AABB, placar final TERRA FIRME 3 X 1 AABB, após o jogo muita cerveja regada a carne de bode e feijoada” (<http://coopapi.blogspot.com/>).

fortalecimento da cadeia produtiva do mel. Para tanto, fornecendo apoio creditício e criando parcerias visando contribuir no aumento da produtividade e qualidade do mel (BNB, 2008). Em Apodi o projeto envolve a COOPAPI, a COOAFAP, a EMATER e o Projeto Dom Helder Câmara, atendendo além de Apodi, os municípios de Caraúbas, Felipe Guerra, Itaú, Rafael Godeiro, Rodolfo Fernandes e Severiano Melo. Com a implantação deste projeto em setembro de 2007, a agência, que realizava 742 operações com agricultores (sócios e não sócios da cooperativa) pelo Pronaf, ampliou para 1230, alguns com até três operações (exemplo de quem tem duas operações de investimentos e uma de custeio); e 10 micro-empresas entre elas, seis com crédito especializado.

Ainda segundo depoimento¹¹⁴ do agente de desenvolvimento do BNB em Apodi, do total que acessaram financiamento dentro do programa, via Pronaf, para investir ou custear a atividade apícola na região da Chapada, 140 são sócios da COOPAPI¹¹⁵. Neste sentido, a atuação da COOPAPI na garantia da comercialização do mel de abelha dos seus cooperados influenciou a criação de novos arranjos com sistemas de crédito mais flexíveis junto ao BNB. O agricultor familiar que é sócio da COOPAPI tem mais facilidade para adquirir crédito para custeio contemplado no projeto do banco, via Pronaf Custeio, cuja liquidez deverá ocorrer até 3 meses depois da safra. O fato da cooperativa está em processo de consolidação e ter uma gestão, segundo os próprios cooperados, competente, transparente e responsável, traduz-se em vantagem para o sócio no momento em que procura o banco para fazer seu empréstimo, uma vez que, para o agente de desenvolvimento do BNB em Apodi, ser associado da COOPAPI, em particular, significa a garantia da comercialização da produção e, por sua vez, a quitação da sua dívida com o banco.

A forma de financiamento na rubrica de custeio é destinada para cobrir os custos com insumos (cera, embalagens) e trabalho, necessários para o produtor desenvolver a

¹¹⁴Entrevista realizada em abril de 2008, na agência do BNB em Apodi.

¹¹⁵ O financiamento da agência do BNB-Apodi destinado à atividade de apicultura no período de 2005 a 2008, contabilizou um total de R\$ 2.776.493,00 (dois milhões, setecentos e setenta e seis mil, quatrocentos e noventa e três reais) e abrangeu os municípios de Apodi, Caraúbas, Felipe Guerra, Severiano Melo e Itaú, municípios em que a COOPAPI atua na comercialização do mel (entrevista com o agente do BNB, em abril de 2008).

sua atividade. Como a maioria conta com a família e a troca de dias trabalhados, os recursos provavelmente são destinados para investimento na própria atividade.

Na categoria de agricultor familiar, o índice de inadimplência é quase zero. Ou seja, do total das operações realizadas somente 0,09% encontravam-se, até abril de 2009, com seus compromissos em atraso. Vale ressaltar que os financiamentos de custeio refletiram na melhoria das rendas das famílias dos cooperados que, ainda segundo o agente de desenvolvimento do BNB, no geral, tiveram um aumento de R\$ 260,00 para R\$ 400,00 na sua renda média, bem como o aumento da produtividade que variava entre 35 kg a 40kg/colméia/ano (BNB, 2008).

O crédito para custeio no início de 2009, época da pesquisa de campo, foi no valor de R\$ 34,50, valores estimados pelo banco para o custo de 1 colméia. Desde total, R\$ 10,50 era creditado na conta da cooperativa para formação de capital de giro e o restante destinado ao sócio beneficiário, isto é, R\$ 24,00 cuja responsabilidade de pagamento é sua.

Governo estadual – A COOPAPI vem também mantendo contatos com a Secretaria de Agricultura e Pesca (SAPE), já que esta é responsável por financiar projetos na área de apicultura desenvolvidos pelos agricultores familiares, a exemplo da administração da construção do entreposto de mel.

Outros vínculos são mantidos, uns mais periódicos que outros. Um deles é o contrato de comodato para uso das instalações onde funciona a COOPAPI; com a EMPARN, que orienta os produtores de caju no manejo, plantio, pragas etc. Em relação à EMATER, não constatamos nas entrevistas com a diretoria da COOPAPI e com os sócios, nenhuma relação mais direta com a cooperativa, e ao procurarmos duas vezes entrevistar o gestor local, não encontramos a sede da instituição aberta.

Ao fechar este trabalho, tivemos a informação de que a COOPAPI ganhou o edital de concorrência do convênio Governo do Estado/BNDS-Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, cujo contrato foi realizado pela EMATER-Natal. Neste convênio a cooperativa foi beneficiada com o valor de mais de R\$ 200.000,00, não reembolsável, que deverão ser destinados para a aquisição de um transporte utilitário (camioneta F400) e de vários equipamentos.

Prefeitura/Secretaria Municipal de Agricultura – Os ocupantes do cargo de secretário e de secretário adjunto da Secretaria Municipal de Agricultura de Apodi faziam parte das diretorias da COOPAPI e da COOAFAP, respectivamente. No geral, a prefeitura, através desta secretaria, tem realizado algumas ações em benefício do conjunto dos sócios das cooperativas que incluem melhoria de estradas, concertos de bombas, horas de trator para a limpa do cajueiro etc.

Além disto, a secretaria tem dado apoio logístico no tocante à disponibilização de transporte a fim de entregar os produtos, adquiridos através do contrato entre as cooperativas e a Conab, nas escolas, hospitais e creches beneficiadas pelo PAA. E conseguiu um espaço na feira livre com barracas padronizadas, para venda de produtos da agricultura familiar.

4.3.2 - Relações com outras instituições de caráter não governamental

Em se tratando das instituições não governamentais, a COOPAPI tem mantido uma interação cooperativa no campo político e técnico-gerencial, embora às vezes os interesses possam ser diferentes em alguns aspectos. Entre as instituições encontram-se o IDS/CTA, FETARN, o SEBRAE, o SENAR, a Caatinga Serrado, a COOAFAP etc.

Instituto de Assessoria à Cidadania e Desenvolvimento Local Sustentável-IDS/Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos (CTA) - Mais recentemente, um convênio celebrado entre a SDT/MDA e o IDS/CTA, beneficiou a COOPAPI¹¹⁶ através de cursos de capacitação e assessoramento no que se refere à elaboração de planos de negócios e acompanhamento da sua implementação. A COOPAPI, participa do projeto que visa incrementar o empreendimento associativo através do modelo de gestão e de cooperação técnica com outras instituições. Algumas atividades estão sendo programadas e monitoradas no sentido de melhorar a capacidade técnica

¹¹⁶ Através do MDA/SDT, o programa Território da Cidadania, tendo como um dos objetivos apoiar a constituição de uma base técnica para fomentar processos de constituição e gestão de cooperativas e associações e o desenvolvimento de processos diretos de comercialização e gestão de informações, em convênio com a IDS/CTA e COOPAPI, criou a Base de Serviço de Comercialização e Cooperativismo – BSC para apoiar as associações produtivas do território Sertão do Apodi. (http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/sertodoapodichapadadoapodirn/one-community?page_num=00).

gerencial, contando com o apoio da FETARN/Dom Helder; formar capital de giro no valor de R\$ 500,000 a partir dos recursos próprios e dos oriundos do Pronaf e Conab/PAA; melhorar a estrutura física e logística da cooperativa e organizações agregadas; implantar o viveiro de produção de semente e mudas, contando com o apoio da FBB; e melhorar a assistência técnica, contando com o apoio da EMPARN.

Para tentar cumprir esses objetivos, a cooperativa vem participando de reuniões, seminários e oficinas de capacitação promovidas pela CTA, juntamente com outras cooperativas e associações (CTA/SDT, 2008), além do encaminhamento das suas demandas cotidianas. O objetivo central deste projeto é o de consolidar a comercialização do mel, da castanha, arroz, polpa e de outros produzidos pelos sócios da cooperativa. Neste sentido, com a previsão feita pela CTA com base nos dados fornecidos pela COOPAPI, estima-se um aumento da produção e sua respectiva comercialização, como especificados na Tabela 12.

Tabela 12 - Produção (em kg) e comercialização prevista entre 2008-2012

Descrição dos produtos	2008	2009	2010	2011	2012
Mel a granel	160.000	200.000	250.000	300.000	350.000
Mel em sache	12.000	16.000	20.000	25.000	30.000
Mel envasado garrafa	3.500	4.000	4.500	5.000	5.500
Castanha	250.000	300.000	350.000	400.000	400.000
Amêndoa de castanha	50.000	60.000	70.000	80.000	80.000
Polpa de frutas	5.000	12.000	15.000	17.000	20.000

Fonte:/ CTA

Federação dos Trabalhadores na Agricultura-RN (FETARN) – A COOPAPI mantém uma cooperação cuja articulação começou no Fórum de Apicultura, quando a entidade apoiou a sua criação, juntamente com o IICA. Atualmente os vínculos se estendem através do Projeto Dom Helder Câmara, que promove ações de assessoramento técnico aos agricultores e apoio ao cooperativismo e à comercialização, cuja execução no RN está a cargo da FETARN, COOPERVIDA, TERRA VIVA, do Serviço de Apoio a Projetos Alternativos Comunitários - SEAPAC etc.

Ainda, a FETARN tem dado apoio logístico à cooperativa quando participa de seminários e encontros eventualmente ocorridos em Natal.

SEBRAE – Este vínculo, atualmente, tem se dado de forma indireta e mais burocrático. O apoio do SEBRAE, segundo o gerente de Mossoró, Valdemar Belchior Filho¹¹⁷, tem sido direcionado para as associações que se vinculam à cooperativa através da orientação, mobilização e oferta de cursos de capacitação. Dentre os cursos ministrados pelo SEBRAE podem ser citados: Junto Somos Fortes; Praticando o Associativismo/Cooperativismo; Aprender a Empreender; PAS MEL; Técnicos em Apicultura; Gestão Ambiental.

Entre os apoios que repercutiu mais diretamente na atuação da cooperativa são a capacitação inicial (anterior a 2004), a indicação do envase do mel em sachê, destinado ao PAA e a marca Terra Firme, que identifica a castanha processada na fábrica da AMPC. Atualmente discutem uma proposta para certificar o mel orgânico.

No entanto, lendo as entrevistas publicadas em *sites*¹¹⁸, do representante do SEBRAE-Mossoró e presidente da Federação Estadual de Apicultura, e da presidente da COOPAPI, nota-se uma divergência de interesse. O primeiro reforçando as empresas exportadoras de mel, sem fazer referência à COOPAPI e COOAFAP; e a segunda defendendo essas cooperativas e a agricultura familiar da região.

SENAR – O apoio foi direcionado inicialmente para a capacitação dos apicultores e mais recentemente, junto com a COOPAPI e a AMPC, promoveram uma série de cursos de formação e qualificação para seus associados, entre os quais o de Doces e Frutas Desidratadas destinados ao grupo de Mulheres Mãos Talentosas, da Região de Areia.

¹¹⁷ Informações repassadas à autora por via eletrônica (e-mail), em abril de 2010.

¹¹⁸ Em notícias circuladas nos jornais do RN sobre a produção e exportação de mel de abelha, o presidente da Federação de Apicultura do Rio Grande do Norte, Valdemar Belchior, também do SEBRAE-Mossoró, disse que os números foram alcançados com apenas duas empresas exportadoras, a Afical e a Mel Potiguar (AGRO-CIM, 2009), provocando a presidente da COOPAPI e o presidente da COOAFAP, Francisco Evânio. Fátima Torres, que em resposta diz “ É uma pena que o presidente da Federação tenha esquecido do papel das cooperativas da Agricultura Familiar de Apodi neste processo. Pois a COOPAPI e COOAFAP comercializaram das 500, 390 toneladas de mel. É por isso que não se ver mais mel sendo guardado de ano para o outro. Porque temos cooperativas fortes e a fidelidade de nossos cooperados. Só para lembrar ao senhor Valdemar que dos 500 produtores de mel de Apodi 428 são cooperados nas nossas cooperativas. Esses dados mostram o tamanho da nossa agricultura familiar”(Blog da Agricultura Familiar, 2009).

Caatinga Serrado¹¹⁹ - Através da mesma a COOPAPI mantém um *portifólio* apresentando seus produtos, preços, volumes etc, sendo um dos 200 empreendimentos que esta organização atende, englobando 20 mil famílias e 20 redes em 14 estados brasileiros.

Tem participado nos eventos promovidos pela Caatinga Serrado e juntamente com as Comunidades Eco-produtivas, que em parceria com a Sala Andes Amazônia, visa fornecer informações que possam subsidiar esses empreendimentos na construção de parcerias e na identificação de novas oportunidades de negócios em feiras nacionais e internacionais. Isso porque, consideram que são nestas ocasiões que se estabelece uma comunicação mais estratégica com diferentes públicos: fornecedores de produtos, serviços e tecnologia, compradores, especialistas do setor e profissionais da mídia. Além disto, esses espaços possibilitam a participação em rodadas de negócios, onde precisam apresentar ao comprador o diferencial de seus produtos.

COOAFAP – Esta cooperativa foi criada em janeiro de 2001 para comercializar o melão produzido em áreas de assentamentos. A partir de 2004, passa também a produzir e comercializar o mel de abelha, apoiado pelo grupo do Córrego, da Terra Viva e da Comissão Pastoral da Terra. Assim como a COOPAPI, seus principais clientes são a CONAB, o mercado nacional (Santa Catarina-PR) e entrega direta ao consumidor.

Apesar de estarem concorrendo pelos mesmos recursos, na prática as duas cooperativas têm mantido uma interação de cooperação para juntas exportarem o mel excedente e acessarem as políticas governamentais. Neste sentido, as interações de solidariedade e cooperação superam a competição, verificados na fala do presidente da COOAFAP, Francisco Evânio (vulgo Catraca). Segundo ele, a partir de 2007 começou um trabalho conjunto entre as duas cooperativas que foi se consolidando com a participação de ambas no Conselho do Território da Cidadania, pois lá conseguem interferir nos destinos dos recursos públicos, como foi o caso da construção do entreposto do mel. Ainda neste fórum, eles se articulam para discutir uma pauta comum, incluindo a qualidade e preço do mel que deverá ser vendido para as empresas

¹¹⁹ A Caatinga Cerrado é um espaço de articulação das redes e empreendimentos da agricultura familiar para promover e comercializar os produtos da sociobiodiversidade da caatinga e do cerrado, tendo como objetivo ampliar o acesso a mercados nacionais e internacionais dos empreendimentos que comercializam produtos desses dois biomas (www.caatingacerrado.com.br).

privadas; qual delas representará os agricultores familiares em eventos nacional, estadual ou regional, em que é impossível as duas estarem presentes; e cobrar alguma política governamental para o setor etc.

STR - Quanto à relação com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Apodi, apesar deste ter surgido com o movimento de acesso à terra e congregar mais de 5 mil sócios contribuintes, as suas particularidades, incluindo objetivos e a forma organizacional, não têm estimulado muito uma maior interação e cooperação entre o STR e a COOPAPI. No entanto, isto não quer dizer que não exista uma boa relação de proximidade e solidariedade entre as duas instituições, que sempre estão presentes nos eventos patrocinados por uma e por outra, além de participarem dos conselhos municipais buscando interferir nas ações governamentais que podem ser direcionadas para o segmento da agricultura familiar, a qual as duas instituições representam.

Além desses vínculos mais sólidos, a COOPAPI frequentemente recebe grupos (intercâmbio) de outros estados como a Paraíba, Bahia, Roraima e Ceará, a fim de conhecer as suas experiências produtivas.

No Quadro 13 sintetizamos as instituições que têm vínculos com a COOPAPI, observando a finalidade do convênio/vínculo, os seus beneficiários diretos e os objetivos ou resultados esperados.

Lembramos que os vínculos da cooperativa envolvendo instituições não governamentais são derivados de convênios destas com o governo federal, portanto, sujeitas às mudanças de rumo das suas políticas.

Quadro 13 - Matriz de envolvimento da COOPAPI com outras instituições

Tipo	Finalidade	Instituições envolvidas	Beneficiários	Resultados esperados
Governamental				
Gov. Federal	Assessorar grupos produtivos na comercialização de produtos	MDA/SDT/COOPAPI	Associações e grupos de produtores e produtoras	Comercialização de produtos e melhoria das rendas dos grupos
	Comprar a produção da agricultura familiar	MDS/CONAB	Agricultores sócios da cooperativa,	Estoque de castanha in natura e de mel e reforço da alimentação de populações de risco
		MDA/CONAB	escolas, hospitais, creches, abrigos	
	Melhorar o beneficiamento e centralizar a comercialização da castanha	FBB	COOPAPI, associações locais e de outros municípios do RN	Ampliar os mercados para a castanha
	Financiamento	BB e BNB	COOPAPI e sócios	Garantir a produção
Governo Estadual	Assessoria técnica	EMPARN/FBB	COOPAPI, associações locais e de outros municípios do RN	Melhoria da produção e da produtividade
	Administração de recursos do entreposto do mel	SAPE	COOPAPI, associações e COOAFAP	Exportação de mel
Governo Municipal	Apoio logístico	SMA	Agricultores familiares sócios	Facilitar a entrega de produtos dos cooperados aos beneficiários do PAA

Não governamental				
COOAFAP	Consórcio para exportação e representação	COOAFAP/COOPAPI	Sócios das cooperativas	Ampliação dos mercados e das vendas
Caatinga Serrado	Divulgação de produtos	Caatinga Serrado e COOPAPI	COOPAPI	Ampliação dos mercados
Senar	Capacitação/treinamento técnico	SENAR/associações/COOPAPI/Prefeitura	Sócios da COOPAPI, grupos produtivos e associações	Melhoria e diversificação de produtos
SEBRAE	Capacitação/treinamento técnico	SEBRAE/Associações/COOPAPI /Prefeitura	Sócios da COOPAPI, grupos produtivos e associações	Melhoria da produção e do produto
FETARN	Assistência técnica	MDA/PDHC/FETARN	Sócios da cooperativa	Melhoria da produção
CTA	Assessoria técnica e capacitação	MDA/SDT/CTA	Sócios da COOPAPI e Associações	Melhoria da gestão, aumento do capital de giro, melhoria da produção
Associações e grupos produtivos	Assessoria	MDA/SDT, FBB, COOPAPI	Sócios das associações e grupos produtivos	Comercialização da produção

Fonte: pesquisa de campo

4.4 - O êxito da COOPAPI: continuidade e ampliação das ações e os efeitos na vida dos sócios e no entorno

Lembrando agora o que colocamos no primeiro capítulo deste trabalho: o êxito, como variável dependente da nossa hipótese central, **é decorrente da aplicação dos princípios cooperativistas e do apoio de instituições**. É visto como uma consequência e continuidade de uma ação inovadora, com efeitos na diversificação, ampliação ou criação de novos campos de atividades, relacionadas ou não diretamente com a atividade desenvolvida, refletindo em logros tanto de ordem econômico-financeira (material) como em benefícios social, ambiental, afetivo etc (imaterial). No entanto, os resultados da nossa pesquisa nos levaram também a considerar outros fatores endógenos e exógenos que condicionaram o êxito da COOPAPI.

Entre os fatores endógenos destacamos o envolvimento dos sócios da AMPC e da ASSAAP como fundamental para o desenvolvimento e a consolidação da COOPAPI, bem como a experiência do grupo dirigente no movimento social. Primeiramente, porque esses cooperados já tinham experiência de trabalho coletivo e laços de amizade, de vizinhança e de confiança consolidados. Segundo, as associações contavam com uma infra-estrutura para beneficiar o mel e a castanha. Terceiro, os sócios já tinham um conhecimento anterior sobre a atividade apícola e da cajucultura. Quarto, a existência mínima de recursos financeiros (poupança interna ou financiamento do Pronaf) para iniciar ou incrementar a atividade apícola, já explorada na região, porém com pouco valor de troca. E quinto, o fato de existir um grupo dirigente com um bom nível de conhecimento e cujas experiências anteriores tiveram vínculos estreitos com as organizações populares e representativas.

Isto nos faz lembrar as teorizações de Putnam (1996), quando ressalta que o desempenho das instituições depende do engajamento cívico de cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público (e coletivo), por relações igualitárias e por uma estrutura social baseada numa relação de confiança e de colaboração; além de que o número e a variedade de formas associativas podem indicar, de certa maneira, o nível de participação de uma comunidade na prosperidade econômica do local. Neste sentido, o desempenho da COOPAPI está ligado a um grupo dirigente engajado e comprometido com o desenvolvimento das atividades da agricultura familiar e com outros projetos de

interesse mais geral; também com o envolvimento e a responsabilidade dos seus associados para levar adiante os compromissos assumidos¹²⁰. Ainda contam com o reforço do movimento associativista local e dos espaços em fóruns e conselhos municipais e territoriais que implicam, especialmente, a participação de representantes dos agricultores familiares.

Concordando com Santos e Rodríguez (2002) e a partir dos dados obtidos na pesquisa de campo, o êxito está relacionado também à inserção da COOPAPI em redes de colaboração e de apoio mútuo, concretizados nos vínculos mantidos com outras instituições. Esses vínculos foram observados através dos contratos comerciais e financeiros mantidos com a Conab, através do PAA, na modalidade formação de estoque e doação simultânea; com empresas privadas nacionais, que destinam o mel para exportação e a castanha para mercados regionais como Natal, Mossoró, Recife, Bahia e do Sudeste como São Paulo; da articulação política (FETARN, COOAFAP, associações); de assessoria e apoio técnico e gerencial (CTA, SEBRAE, SENAR, EMPARN etc); do acesso ao crédito (BNB e BB via Pronaf); e do apoio financeiro não reembolsável, através da FBB.

O êxito ainda tem vinculação direta com as práticas cotidianas de uma ação inovadora contida: a) no tipo de gestão da cooperativa, visto que, por se pautar em valores democráticos, éticos e de participação, que reflete na sua boa reputação no espaço público e gera uma maior confiança; b) na forma de organização que envolve associações e outros grupos produtivos; c) nos novos processos incorporados à produção, ao beneficiamento e à comercialização do mel e da castanha de caju, como uso de tecnologia de informatização, capacitação de pessoal, *design* de produtos etc.

Ainda como êxito, podemos citar a ampliação dos serviços ofertados pela cooperativa aos seus cooperados (ver Fotos 6 e 7 dos produtos): a) que passa da comercialização do mel à granel para o mel fracionado (sachês e garrafas *pet* com variados volumes); b) a comercialização da castanha de caju beneficiada, polpa, arroz e

¹²⁰ Exemplo disto, em entrevista com a presidente da COOPAPI, Fátima Torres, ela informou que em visita realizada pela governadora do RN à Apodi, com finalidade de assinar contrato para construção do terminal turístico da Barragem de Santa Cruz, em 19 de junho de 2009, convocou os sócios da cooperativa para cobrar a liberação dos recursos destinados, pelo governo federal, para a construção de um entreposto de mel de abelha em Apodi. Na ocasião, a governadora se comprometeu e autorizou a construção no dia 24 de junho, ou seja, menos de uma semana depois da primeira visita retorna à Apodi para, em solenidade, assinar a autorização da construção do referido entreposto.

doces; c) a melhoria das condições de acondicionamentos dos produtos através da aquisição de embalagens adequadas (baldes personalizados, toneis e caixas); d) a diversificação do produto (castanha crua, torrada e caramelizada, farinha de castanha etc); d) os adiantamentos realizados; e) as capacitações e treinamentos em PAAnet, em práticas de fabricação de doces e no manejo; f) o transporte do mel, da unidade familiar à cooperativa, para os que não podem fazê-lo.

Foto 6 - Produtos apícolas comercializados pela COOPAPI



Fonte: IDS

Foto 7 - Produtos da cajucultura



Fonte: IDS

Especificamente, quanto aos princípios, descritos anteriormente, eles se concretizaram tanto do ponto de vista econômico/material como imaterial/social, isto é, no tipo de gestão democrática e participativa, na preocupação com o entorno, nas interações de cooperação e de solidariedade com outras cooperativas e instituições etc.

Sinteticamente, tanto o êxito da cooperativa como os seus efeitos na dinamização das potencialidades da cooperativa, dos cooperados e do local deve-se à capacidade de organização, de introduzir inovações na gestão e na forma de produzir, mas igualmente, na capacidade de transferir benefícios materiais e não materiais para os sócios e para o entorno e de fazer aliados (vínculos).

Dessa forma, nas relações com os agentes externos as expectativas estão sendo atendidas de maneira satisfatória, levando-os a continuar com os convênios ou contratos que implicam adiantamentos para aquisição de estoque de matéria prima (no caso a Conab) como também os recursos destinados à construção ou melhoria de instalações e aquisição de equipamentos (no caso, a FBB). Este fato é verificado nos depoimentos do superintendente da Conab-RN, Francisco Sales, ao destacar a

competência e a responsabilidade da diretoria da COOPAPI em cumprir os acordos dos contratos realizados nesses dois anos em que estar à frente da Conab-RN¹²¹ e na fala do assessor da FBB, quando disse que tem acompanhado as assembléias gerais, ressaltando a capacidade que a cooperativa tem em operar com resultados positivos e sua respectiva distribuição, entre os cooperados, no final do exercício contábil¹²².

Como uma das principais atividades desenvolvida na região, a apicultura tornou-se para muitos dos agricultores a principal fonte de renda que, juntamente com a presença da COOPAPI trouxe mudanças significativas, gerando alguns efeitos positivos diretos e indiretos na dinâmica da economia de Apodi, isto se refletindo em outros municípios. Ou seja, no comércio local, em ocupações direta e indiretamente ligadas à apicultura, na ampliação de atividades já existentes e no surgimento de outras. Para corroborar essas afirmações, decidimos observar os resultados financeiros da COOPAPI, pois eles demonstram o histórico das transações realizadas, tanto no que diz respeito às operações com os sócios como também com clientes externos, sua evolução patrimonial, as sobras ou perdas, os investimentos etc.

4.4.1 - Olhando os balanços patrimoniais

Com base nos balanços patrimoniais (demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira de uma organização) e no trabalho de Simões (2009), que analisou a gestão da COOPAPI com foco nos resultados financeiros a partir dos recursos advindos do PAA, procuramos identificar se existe alguma relação dos vínculos contratuais com a Conab e os resultados positivos financeiros. Se ocorrem quais os efeitos positivos ou benefícios para a cooperativa e para os seus membros? Assim, a partir das receitas totais e do Patrimônio líquido, referentes às sobras e perdas, da participação dos recursos oriundos do PAA na formação do Ativo¹²³ e

¹²¹ Entrevista realizada em 01 abril de 2010, na sede da Conab-RN.

¹²² Entrevista realizada no dia 22 de março de 2010, em Natal, no escritório da assessoria da FBB.

¹²³ O termo **ativo** em contabilidade diz respeito a todos os bens, direitos e valores a receber de uma entidade. Contas do ativo têm saldos devedores, à exceção das contas retificadoras (como depreciação acumulada e provisões para ajuste ao valor de mercado). Divide-se em: a) **Ativo circulante** que é o dinheiro em caixa ou em bancos; bens, direitos e valores a receber no prazo máximo de um ano, ou seja,

Passivo circulante e dos exercícios de 2005 a 2008, procuramos respostas financeiras que ajudem a verificar e confirmar a nossa hipótese central sobre o êxito.

Na Tabela 26, didaticamente sintetizamos o Balanço Patrimonial em Receita Total (operacional e não operacional), Dispêndio (despesas várias), Distribuição Estatutária (fundos obrigatórios: Fundos de Reserva e FATES) e Sobras/Perdas, com o objetivo de observar a evolução financeira da cooperativa a partir do exercício de 2004/2005 até o balanço patrimonial do exercício de 2008.

Observando-se os dados da receita total (receitas operacionais das transações com cooperados, receita das transações com terceiros, receitas financeiras advindas de aplicações, empréstimo, doações etc) nota-se que houve um aumento mais significativo em 2006, acima de 425% e, em 2008, mais de 157%. Com relação aos dispêndios (contar a pagar, custos com vendas e mercadorias, despesas com viagens, propaganda e publicidade, despesas com pessoal, administrativas etc) não se verificou a mesma tendência, surgindo apenas pequenas variações para menos em 2006 e em 2008, respectivamente, 302,16% e 135,19%. Em 2007 esse percentual foi de 40,72%, bem acima do aumento das receitas que foi de 15,55%, decorrente, segundo Simões (2009), por um lado devido à queda das transações com o PAA e, por outro, ao aumento dos custos e um relativo aumento das despesas.

realizável a curto prazo, (duplicatas, estoques de mercadorias produzidas, etc); aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte; b) **Ativo permanente** que são contas que englobam recursos aplicados em todos os bens ou direitos de permanência duradoura, destinados ao funcionamento regular da organização e os direitos exercidos com essa finalidade. O Ativo Permanente era composto de subgrupos: Investimentos, Imobilizado, Intangível e Diferido. A partir de 04.12.2008 tal terminologia foi extinta pela MP 449/2008, passando a integrar o Ativo Não Circulante. **Passivo circulante**: são as obrigações ou exigibilidades que deverão ser pagas no decorrer do exercício seguinte; duplicatas a pagar, contas a pagar, títulos a pagar, empréstimos bancários, imposto de renda a pagar, salários a pagar; **Passivo permanente**: até 04.12.2008, relacionavam-se com bens e direitos classificáveis nos investimentos, imobilizado, diferido e intangível. Após esta data, este grupo passou a denominar-se Ativo Não Circulante, extinguindo-se também o subgrupo do diferido; **Patrimônio líquido**: valor que os sócios têm aplicado. Contas do patrimônio líquido têm saldos credores, divide-se em: Capital social (subscrito e a integralizar); Reservas de lucros (Fundos de reserva e o FATES); e Sobras/Perdas acumulados (<http://www.portaldecontabilidade.com.br/glossario.htm>).

Tabela 13 - Evolução percentual da receita total, despesas, distribuição estatutária e sobras/perdas – com base no exercício do ano anterior

Discriminação	2005	$\Delta\%$ (2005/2006)	2006	$\Delta\%$ (2006/2007)	2007	$\Delta\%$ (2007/2008)	2008
Receita total	48.071,80	425,06%	252.403,83	15,55%	291.643,61	157,76%	751.744,01
Dispêndio	51.152,41	302,16%	205.714,81	40,72%	289.483,94	135,79%	682.578,63
Distribuição estatutária	-	-	7.003,35	-95,37%	323,95	3.102,72%	10.375,22
Sobras/perdas	-3.008,43	-	39.685,67	-95,37%	1.835,72	3.102,57%	58.790,16

Fonte: COOPAPI, balanço patrimonial de 2005, 2006, 2007 e 2008.

Um indicador positivo para aumentar a confiança da cooperativa diz respeito à relação entre a participação de capital próprio e de terceiros na composição de todo o Passivo (Tabela 14). Aparece uma variação para mais ou para menos nos diferentes anos. Por exemplo, em 2004 a participação de capital de terceiros na composição do patrimônio da cooperativa foi zero, visto que a instituição, começando suas atividades em abril do mesmo ano, contou somente com capital social integralizado pelos sócios que, acrescido da pouca experiência operacional, levou a cooperativa a uma perda líquida no final do exercício.

Tabela 14 - Participação do PAA, outros mercados e de capital próprio na formação do Passivo da COOPAPI- 2004-2008

Discriminação	2004	2005	2006	2007	2008
Participação do PAA na formação do passivo total (%)	-	91,1	76,6	61,9	54,6
Participação de outros mercados na formação do passivo total (%)	-	1,4	17,0	6,5	20,8
Total da participação de terceiros	-	92,5	93,6	68,4	75,40
Participação de capital próprio na formação do passivo total (%)	100,0	7,5	6,4	31,6	24,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Adaptado de Simões (2009)

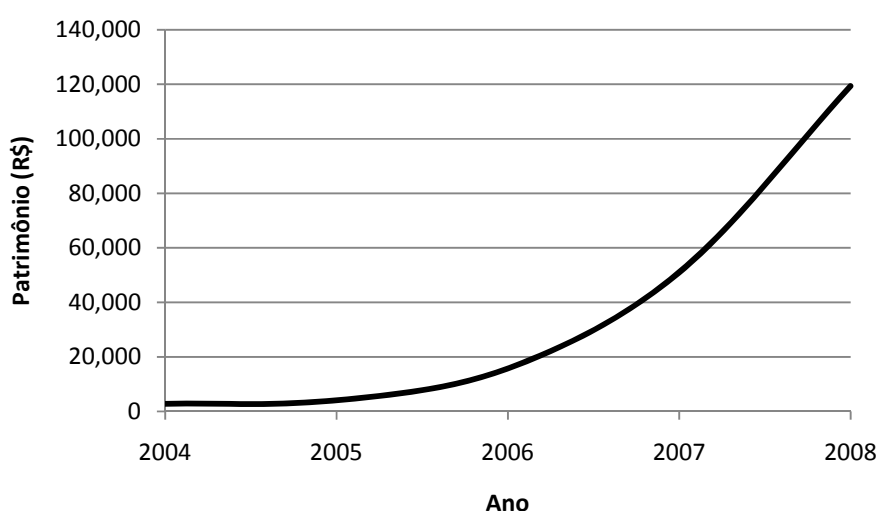
Com relação à participação do PAA mostrado nos dados da tabela 14, nota-se uma redução progressiva da sua participação na formação do Passivo total, isto é, na formação do capital à disposição da cooperativa para pagamento de dispêndios e de empréstimos, para investimentos, etc, de forma a garantir seu bom funcionamento. No entanto, há de considerar que as operações através da modalidade Formação de Estoque do PAA, ainda se constituíam, até a data da pesquisa de campo, numa garantia na formação de capital de giro para a cooperativa, principalmente no período de safra, quando é realizada essa modalidade de operação, possibilitando o pagamento no ato da compra aos cooperados ou mesmo parte da antecipação das sobras. Assim,

os dados de 2008 indicam o valor de 83.500,00 para formação de estoque do mel e de 141.360,00, para a castanha, pelo convênio MDS; e o de 2009, o valor de R\$ 202.275,00 para o mel e de 150.371,00, para a castanha, pelo convênio MDA. Dentre as cooperativas e associações que acessaram o PAA, no RN, nesses dois anos, a COOPAPI está em primeiro lugar (CONAB, 2010).

Em 2007, a diminuição da participação de capital de terceiro deveu-se em parte, como já colocado, à redução das operações contratados com a Conab, a um relativo aumento das despesas em detrimento do aumento das receitas mas, notadamente, ao aumento da participação de capital próprio que variou de 7,49% em 2005, para 24,60% em 2008. Observa-se também, a crescente participação de outros mercados privados na formação do Passivo, indo de 1,40%, em 2005, para 20,82%, em 2008.

Em outras palavras, a redução progressiva do PAA na formação do Passivo total e a variação no aumento da participação do mercado privado, estão ligados ao aumento da participação de capital próprio, a partir da integração dos recursos capitalizados em longo prazo. Isto reflete no patrimônio líquido da cooperativa, que passou de R\$ 2.820,00 em 2004/2005, para R\$ 119.342,90 em 2008, um aumento equivalente a mais de 4.000 %, como observado na figura abaixo.

Figura 9 - Evolução patrimonial da COOPAPI - 2004 a 2008



Fonte: Balanços patrimoniais da COOPAPI

O aumento do patrimônio líquido juntamente com o aumento de capital próprio, na análise da área financeira e contábil, é ponto positivo para as empresas. Isto é, quanto maior a participação de capital próprio, em relação ao capital de terceiros na formação do patrimônio líquido da organização, maior a segurança para os credores. No caso da COOPAPI, isto reflete nas transações com o BNB, o BB e a Conab, no que diz respeito à concessão de crédito para a cooperativa e para os seus cooperados, pois representa a sua capacidade de pagamento ou sua capacidade de fazer frente às obrigações contraídas junto a terceiros. O contrário pode ocorrer, quando há uma maior dependência de capital de terceiros.

4.4.2 - Ampliando os mercados

Em termos dos mercados, a COOPAPI tem combinado canais comerciais tradicionais (empresas nacionais e de exportação) com os canais alternativos (institucional, feiras especializadas etc). Neste sentido, podemos afirmar que os agricultores familiares sócios da COOPAPI encontram-se envolvidos nos processos de standardização dominantes e se movimentando para processos de *standards* mais apropriados à produção familiar (WILKINSON, 2008). No primeiro caso, a observância à legislação em relação à qualidade: sanidade, rotulagem, tabela com valor nutricional, código de barras, prazo de validade etc, exigidas pelos mercados tradicionais; no segundo caso, ao comercializar dois produtos específicos, as articulações com órgãos governamentais (MDA/SDT/SAF/FBB) e ONGs (CTA, Cerrado Caatinga) têm possibilitado a construção de uma reputação do produto baseada na origem (da agricultura familiar) e na qualidade intrínseca (mel orgânico). Em ambos os casos, o resultado tem sido a abertura de novos espaços e novos mercados de comercialização com marca própria (ver Tabela 15).

O acesso ao mercado institucional, através do PAA, como colocado anteriormente, tem contribuído para a construção de uma maior interação entre a cooperativa e as direções de escolas públicas, de hospitais e de outras instituições da região.

No entanto ainda é no mercado privado interno, que a cooperativa têm realizado alguns vendas do mel a granel para empresas do Ceará e de Santa Catarina, entre elas a Nutri Sempre, Apichel e Prodays, que exportam principalmente para a Alemanha e Estados Unidos. Neste caso, o valor por quilograma do mel, que passa somente pelo processo de decantação e homogeneização, tem alcançado apenas R\$ 3,20 e bem abaixo do preço do mel beneficiado e fracionado (sachê, garrafas de 250 e 500 kg) que é vendido no mercado institucional e em outros mercados privados.

Quanto à castanha, estão em processo de construção outros espaços de comercialização, através da contratação de um representante de vendas para divulgar e realizar contratos em estados do Nordeste e do Sudeste, a exemplo da Bahia e São Paulo, cujas primeiras transações equivaleram a 3.600 kg de castanha, perfazendo um total de R\$ 62.860,00¹²⁴.

Tabela 15 - Evolução da demanda de mel e de castanha pelo mercado institucional e privado

Produto	2005	2006	2007	2008
Mel de abelha (Kg)	33.500	63.000	107.000	160.000
Castanha (Kg)	-	-	70.000	250.000

Fonte: COOPAPI

Além disso, a cooperativa tem ampliado as possibilidades de mercados alternativos através da participação em encontros e feiras de negócios¹²⁵ promovidas por órgãos governamentais, não governamentais e internacionais; na colocação de *display* (com castanha e mel) em pousadas, mercearias, mercadinhos e farmácias; e na feira livre (Fotos 8 e 9) onde outros produtos, como feijão, hortifrutigranjeiros e artesanato são vendidos individualmente ou através dos grupos produtivos vinculados à cooperativa.

¹²⁴ Depoimento da presidente da COOPAPI na reunião do Comitê da Cajucultura, realizado no dia 8 de abril de 2010, em Touros-RN.

¹²⁵ Uma delas foi a participação na BioFach Latina, um evento de negócios que reúne produtores familiares, comerciantes nacionais e internacionais, supermercados, restaurantes, *chefs*, empresários, representantes de órgãos públicos e privados, investidores e empresas comprometidas com os segmentos orgânicos e de desenvolvimento sustentável (<http://coopapi.blogspot.com>).

Fotos 8 e 9 - Feira livre com barracas dedicadas aos produtos da agricultura familiar



Fonte: pesquisa de campo (abril de 2010).

Também tem participado em outros eventos local, regional¹²⁶, estadual e nacional, relacionados à agricultura familiar, como a EXPO-FRUIT, em Mossoró (RN), a Festa do Boi, em Parnamirim (RN), Salão do Turista em São Paulo; Feira Nacional da Agricultura Familiar, realizada no Rio de Janeiro, em outubro de 2009; e do II Salão Nacional dos Territórios Rurais, em Brasília, ocasião em que a COOPAPI apresentou sua experiência na área de cooperativismo e comercialização. Além de outros eventos: Encontro de Cajucultores, em Brasília, DF; Encontro Nacional do PAA; I Encontro Nacional das Bases de Serviços, evento que aconteceu no Rio de Janeiro e contou com bases de serviços de todo o Brasil e; mais recentemente, da reunião do Comitê da Cajucultura (Touros-RN) e na II Conferência Estadual de Economia Solidária, realizada nos dias 29 e 30 de abril de 2010, em Natal, da qual também participamos como observadora. Eventos que, no mínimo são divulgados os produtos.

Em termos gerais, na medida em que os grandes distribuidores passam a concorrer em mercados de nichos, os agricultores familiares são beneficiados, pois se abrem espaços para produtos orgânicos¹²⁷, artesanais, de origem etc. Exemplo é o projeto Clube dos Produtores, uma parceria entre o SEBRAE-RN e o grupo Wal-Mart, que tem como objetivo facilitar o acesso dos produtores agrícolas e agropecuários

¹²⁶A COOPAPI e AMPC participaram de mais uma edição da EXPO-FRUIT 2009, na oportunidade foram expostos mel de abelha e castanha de caju. O evento tem uma importância significativa no calendário regional e conta com exposição de empreendimentos da agricultura familiar, além de outras atrações"(<http://coopapi.blogspot.com>).

¹²⁷A COOPAPI (diretoria e cooperados), juntamente com a FBB e o agrônomo assessor do SEBRAE reuniram-se para discutir a proposta de certificação orgânica do mel. A reunião foi realizada no dia 27 de maio do corrente ano, na comunidade do Córrego em Apodi – RN (<http://coopapi.blogspot.com/>).

locais ao mercado varejista, no caso as lojas Hiper Bompreço, Bompreço e Sam's Club, tem sido mais um canal de comercialização da castanha Terra Firme e do mel Potiguar. Além destes dois produtos, mais de 20 itens produzidos pelos agricultores e agricultoras familiares de outros municípios do RN estão disponíveis nas lojas de Natal, entre eles o leite e derivados, flores, frutas e folhosos cultivados por outras cooperativas e por agricultores cadastrados no projeto (TRIBUNA DO NORTE, 2009).

Em visita a uma das lojas Bompreço em Natal, verificamos que no caso da castanha da marca Terra Firme, comercializada pela COOPAPI, os produtos são expostos em locais específicos, separados dos de empresas tradicionais, o que fez a cooperativa envidar recursos para serem expostos nas gôndolas dos corredores.

As relações com outras instituições correlatas (cooperativas) possibilitaram a entrada da COOPAPI no mercado internacional, que, apesar de não ter ainda o entreposto necessário para a exportação¹²⁸, no ano de 2008, juntamente com a COOAFAP e um empresário de Mossoró, fizeram um consórcio para a exportação para a Índia e Estados Unidos de um *contêiner* sem a intermediação das grandes empresas exportadoras.

4.4.3 - Ampliando ocupações e diversificando as atividades no entorno

Os equipamentos e insumos necessários ao desenvolvimento das atividades agropecuárias são comprados, por 93% dos cooperados, na própria sede dos municípios onde residem (Itaú, Caraúbas e Apodi). As informações obtidas nas entrevistas indicam que inicialmente as compras destinadas à apicultura eram realizadas no estado vizinho do Ceará, principalmente as colméias e as indumentárias. No processo de desenvolvimento da apicultura na região, o próprio comércio local passa a adaptar-se às demandas dos agricultores, colocando novos produtos à sua disposição. Dos entrevistados, apenas 7% continuam a comprar colméias fora do RN.

Sobre as ocupações diretas decorrentes da etapa de processamento e beneficiamento, elas se concretizam na criação de 6 ocupações na fábrica de envase

¹²⁸ Segundo depoimento da presidente da COOPAPI, Fátima Torres, apesar do entreposto ter sido inaugurado pela governadora Vilma de Faria, ainda faltam equipamentos e a sua capacidade instalada não satisfaz às demandas das duas cooperativas (informação dada em 17 de março de 2010).

do mel em sachês; de 28 a 48 pessoas na mini-fábrica de beneficiamento da castanha do caju, variando conforme as demandas; e 4 no processamento de polpa e fabricação de doces, gerando em torno de 50 ocupações diretas. E, geralmente, têm sido preenchidas por jovens cooperados ou filhos de cooperados, o que de certa forma influencia para que eles permaneçam nas suas localidades.

Em relação às ocupações diretas relacionadas à administração interna da cooperativa, foram criados dois postos de trabalho para viabilizar a BSC, ocupados por um sócio e um não sócio; uma com a instalação de um ponto de venda na sede da cooperativa que comercializa, além do mel e castanha, os produtos oriundos dos diversos grupos apoiados pela COOPAPI e outra no controle de recepção do mel que passa, em parte, a ser estocado na cooperativa (ocupado por um sócio que recebe em forma de *pro-labore*); um contador; um auxiliar de serviços gerais. No total, seis empregos diretos.

Outras atividades, dizem respeito à ampliação ou criação de novos produtos e serviços externos ofertados pelo comércio local. As novidades foram ligadas diretamente às atividades da apicultura, como a construção de caixotes (colméias e melqueiras) (Foto 10) e a confecção de indumentárias (macacões e máscaras) (Foto 11).

Para além dessas atividades, o comércio local passa também a ser dinamizado, tanto na comercialização de gêneros alimentícios, bens duráveis domésticos (fogão, geladeira, TVs, sistemas de som, DVDs etc), transportes (principalmente motocicletas), material de construção e na aquisição de outros insumos e equipamentos agrícolas. Isto é derivado, também, do aumento da produção e do encurtamento dos canais de comercialização que revertem parte do dinheiro que extrapolava os limites dos municípios e do estado, através da ação dos atravessadores, para ser apropriado pelos produtores locais.

Foto 10 - Melqueira

Fonte: pesquisa de campo

Foto 11 - Macacão e máscara

Fonte: pesquisa de campo

4.4.4 - Outros efeitos indiretos no entorno

Alguns benefícios indiretos foram constatados. Entre eles tem sido a maior vinculação dos agricultores da região com as escolas, creches, hospitais beneficiários do PAA, através da cooperativa que passa a ser legitimada e reconhecida no espaço público. Ao mesmo tempo, os produtos (arroz, mel, castanha, polpa, doces) entregues diretamente a essas entidades são de procedência conhecida e pelo fato de eliminar vários atravessadores, chegam ao seu destino em melhores condições físicas e químicas do que se fossem comprados em supermercados. E o fato dos produtos fazerem parte do cardápio das instituições, passam a ser mais reconhecidamente valorizados como “produtos da terra”.

Outros efeitos no entorno decorre da ação da cooperativa junto à prefeitura na busca de soluções para questões que envolvem o conjunto dos agricultores familiares, como recuperação de estradas, poços, transporte para carne etc; junto ao governo federal e estadual para aquisição do entreposto do mel, colocando não só a cooperativa, mas o município em evidência nacional.

Ainda podemos relacionar como benefício indireto, a influência para a permanência dos jovens nas localidades de origem. Constatamos isto ao encontrar ex-

alunos da Escola Agrícola de Jundiaí-EAJ que, depois de concluir o curso técnico em agropecuária, retornaram e se associaram à cooperativa; do envolvimento de grupos de jovens como o GRUJASA, que atua junto à cooperativa comercializando produtos derivados do mel, e do Grusosp, que mantém uma interação mais política e social com a cooperativa.

4.4.5 - Efeitos econômicos e sociais para os sócios

Os dados coletados pela pesquisa de campo junto aos cooperados, permitiram aferir os efeitos econômicos (materiais) e sociais (imateriais) da atuação da cooperativa na melhoria de vida das famílias e das atividades dos sócios, mediante alguns indicadores como: aumento da renda, investimentos em equipamentos e benfeitorias na unidade produtiva, ampliação dos conhecimentos, aumento do plantio do cajueiro, reforma da moradia, aquisição de bens duráveis (carros, eletrodomésticos etc). Ainda, outros benefícios foram gerados para o coletivo, entre eles, a aquisição de equipamentos, vasilhames, balança apropriada, máquinas para envase do mel em sachê, máquina para embalar e melhoria das instalações da cooperativa. E outros benefícios não materiais como segurança, confiança, união, trabalho coletivo foram constatados.

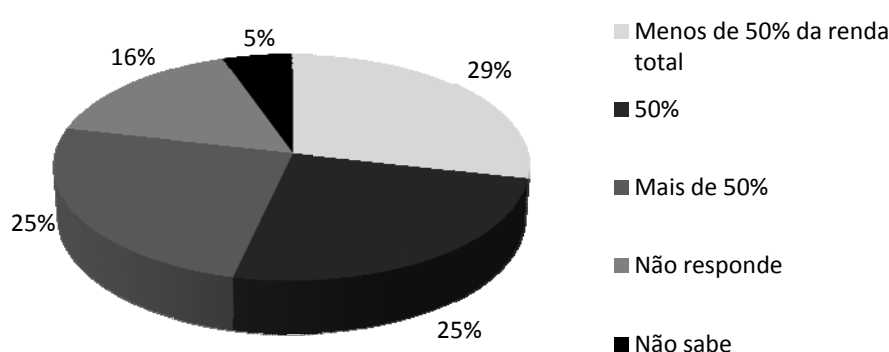
4.4.5.1 Melhoria da renda e o consumo

A participação na cooperativa possibilitou para os agricultores associados benefícios diretos como eventuais elevações ou estabilização do preço do mel, via PAA; uma redução na burocratização do financiamento para custeio (Pronaf) junto ao BNB; garantia de comercialização e no sistema de pagamento adiantado, realizado pela cooperativa através dos recursos PAA/Formação de Estoques.

Perguntados sobre o percentual da renda adquirida através da venda do mel, via cooperativa, quer sejam através de adiantamentos ou de distribuição de sobras no final do exercício, a Figura 10 indica que para a metade dos entrevistados ela representa de 50% a mais da sua renda anual. Ou seja, juntando-se os que afirmam que a apicultura

lhes oferece um rendimento em torno de 50% da renda total e os que afirmam que ela representa mais de 50% da renda, temos um total de 23 agricultores. Os que não responderam ou não sabem, somam um percentual de 21%, enquanto para 25% dos respondentes a atividade representa menos de 50% da renda total.

Figura 10 – Participação da apicultura na renda total da família



As informações da tabela 16 mostram que, dos 56 entrevistados, 51 relataram que investiram seus recursos. Os dados indicam que os recursos através de adiantamentos ou de distribuição das sobras representaram um aumento na renda do cooperado, principalmente nos anos de 2008, 2009 e 2010¹²⁹. Possibilitaram expandir a atividade de apicultura ou da cajucultura, adquirir terras e melhorar a infra-estrutura do sítio, principalmente construção de cercas e instalações para armazenagem. Além disto, os recursos provenientes das operações com a cooperativa foram mais uma fonte financeira para atender às despesas correntes da família e da sua reprodução ampliada; usados para quitar empréstimos contraídos junto ao BNB e BB; e para aquisição de transporte (utilitários e motos) e equipamentos.

¹²⁹ No balanço de 2009, discutido em março de 2010, observamos que a distribuição das sobras foi no valor foi de R\$ 35.775,57, além da antecipação realizada no mês de agosto de 2009.

Tabela 16 – Aplicação da renda do cooperado

Investimentos	n*	%
Na expansão da atividade apícola e/ou na cajucultura	29	58%
Comprou transporte (a maioria moto)	15	30%
Benfeitorias no sítio	9	18%
Comprou equipamentos	7	14%
Comprou terra	6	12%
Comprou animais e fez benfeitorias	3	6%
Fez reforma na casa	2	4%
Outros (capacitação, manutenção, pagar empréstimo)	5	10%
Não realizou nenhum investimento	1	2%

Fonte: pesquisa de campo

*Múltiplas respostas

A partir dos adiantamentos ou financiamentos para custeio, os agricultores têm conseguido uma regularidade de uma renda que possibilita direcioná-la tanto para a apicultura como para outras atividades de entressafra do mel, como a cajucultura. Dessa forma conseguem melhor organizar a produção e melhorar a sustentabilidade de outras atividades agropecuárias já desenvolvidas ao longo do ano, incluindo a criação de bovino, ovino, caprino, o cultivo de feijão, milho e sorgo.

Quando perguntados sobre as melhorias geradas na unidade familiar, 35 dos entrevistados apontaram o aumento da renda e da produção, aquisição de transporte, melhoria da infra-estrutura, da qualidade do produto e do manejo, indício de compromisso com a política da cooperativa, preservação da qualidade do mel. Outros relatos aparecem como benefícios não materiais, mas igualmente importantes para 20% dos entrevistados, no caso os mutirões realizados para coleta e limpeza das casas de mel, união maior das famílias e a sensação de mais felicidade e organização (Tabela 17).

Tabela 17 - Influência da atividade na unidade familiar (no sítio)

Principais melhorias	n	%
Aumentou a renda	11	31%
Aumentou a produção	5	14%
Possibilidade de programar a produção	4	11%
Mais serviços	3	9%
Comprou transporte	2	6%
Melhorou a qualidade do mel	2	6%
Melhorou o manejo	1	3%
Outras	7	20%

Fonte: pesquisa de campo

Como atividade produtiva principal, a apicultura, apesar de envolver inicialmente, maiores custos financeiros e maior tempo de trabalho, torna-se vantajosa para os agricultores (as) proporcionando um maior rendimento financeiro, principalmente, depois que se associaram à cooperativa. Para se ter uma idéia, o balde de mel com 25 quilos era repassado para a cooperativa (no início de 2009) em torno de R\$ 60,00 a R\$ 80,00 dependendo do período, enquanto que o atravessador pagava abaixo deste valor.

A regularidade e elevação das rendas individuais, no período da pesquisa de campo, decorreram também da intensificação do trabalho ou, nas palavras de Ploeg (2008, p. 64) “que implica um aumento firme mais continuado da produção por objeto de trabalho”. Ou seja, a ampliação da atividade e a melhoria da produtividade por colméia que passam de 25 kg/colméia/ano para 30 a 40 hg/colméia/ano. Lembrando, no entanto, que a elevação das rendas depende também dos fatores climáticos; da diversificação de produtos beneficiados, como a polpa de fruta, a castanha do caju (crua, torrada, caramelizada, farinha de castanha, fubá de castanha) e da fabricação de doce; do melhor preço e da comercialização com a Conab, principalmente, na variante Doação Simultânea. Neste sentido, a agregação de valor, juntamente com a ampliação dos mercados *vis a vis* com a redução dos intermediários - sobretudo daqueles que

visam um lucro maior diferenciando ao máximo o preço de compra do preço de venda, tem gerado um excedente de capital que ao final do exercício é reinvestido na cooperativa e/ou distribuído entre os cooperados.

4.4.5.2 Outros benefícios

Em relação aos benefícios imateriais indiretos, podemos destacar o acesso a outras formas de educação formal (alguns, por exemplo, colocaram seus filhos em cursinhos preparatórios para vestibular); o lazer (passaram a viajar mais); os processos de aprendizagem (sobre contratos, gestão, mercado, formação de preços etc), que têm contribuído para o fortalecimento das capacidades individuais e coletivas e para a sua progressiva autonomia. Quando isolados em suas unidades produtivas e dependentes de atravessadores, tinham pouco conhecimento sobre o mercado, em termos de preço, contratos, exigências do consumidor, legislação sanitária, crise econômica etc. Ao se associarem à cooperativa e participarem das assembléias, essas informações passaram a fazer parte das suas rotinas e, através da cooperativa afirmaram que estão mais conscientes do que acontece ao seu redor.

Dos 56 entrevistados (Tabela 18), 30 cooperados relataram sobre as melhorias geradas na família e destes, 37% responderam como principal mudança, o fato de estarem mais unidos e confiantes; 44% que melhorou a renda e o padrão de vida, 19% fez reforma na casa (piso de cerâmica, aumento de área construída, banheiros etc), e 11% responderam que além de ter aumentado a renda, aprenderam a organizar melhor o trabalho na unidade familiar, dividindo as tarefas e programando melhor a produção. Ou seja, dos benefícios materiais gerados a partir da ampliação e da melhoria da atividade apícola, derivaram outros efeitos não materiais para as famílias conferindo-lhes mais segurança e estabilidade emocional.

Além disto, colocaram como outro fato importante, o de ter ampliando o número de produtores que se beneficiaram com os projetos da cooperativa e assim contribuído para a melhoria do seu bem estar.

Tabela 18 - Influência da atividade na família do cooperado

Principais melhorias	n	%
Estão mais unidos e confiantes	10	37%
Melhorou o padrão de vida	6	22%
Melhorou a renda	6	22%
Reformou a casa	5	19%
Aumentou a renda e estão mais organizados	3	11%

Fonte: pesquisa de campo

Outros benefícios estão relacionados à questão ambiental. Parece paradoxal, mas diferentemente de outras atividades de agroindustrialização, a adoção de novas tecnologias e maquinários “modernos” na apicultura tornou-a uma atividade menos agressiva em relação ao meio ambiente. Ou seja, a produção “racional” em colméias pré-fabricadas para atender os padrões mercadológicos, trouxe efeitos positivos na preservação da mata, tanto no que diz respeito à não derrubada de árvores na polinização das plantas como na não utilização de agrotóxicos em outras culturas que possam contaminar o mel.

Quanto aos benefícios materiais para gerar o bem estar das famílias elas se realizaram, prioritariamente, na construção ou reforma da moradia. A pouca inversão na compra de eletrodomésticos, indica, ao contrário do que se poderia pensar, que já os possuíam, pois observamos nas nossas visitas às residências que elas estavam equipadas com TV, som, DVD, geladeiras, máquinas de lavar etc.

4.4.6 Benefícios na produção, dificuldades e desafios

A capacitação dos cooperados associada à atuação da cooperativa no mercado nacional e internacional possibilitou colocar os agricultores em um nível técnico mais adequado para extração do mel e do beneficiamento da castanha, em relação às exigências de mercado e dos padrões da legislação em vigor, ou seja, com melhor qualidade e com práticas de manejo que preserva a flora natural da região. Neste

aspecto, não somente a flora nativa tem sido preservada, mas a atividade apícola tem influenciado indiretamente a melhoria de outras culturas quando o controle de pragas do cajueiro é feito com produtos orgânicos e naturais, deixando assim, de usar agrotóxicos que podem contaminar as plantas melíferas que servirão de alimento para as abelhas; quando os restos de podas do cajueiro são reaproveitáveis na adubação do solo; e quando moem o fruto para misturar à ração animal.

No início da atividade, os agricultores (as) dependiam mais dos mercados à jusante para adquirir insumos (indumentárias, equipamentos, feromônio, cera, etc) tendo essa dependência se revertido, parcialmente, com a introdução da fabricação doméstica de roupas em Apodi e com menor preço, da cera e da substituição do feromônio por erva (capim santo, cidreira).

Uma influência direta da cooperativa na atividade individual, diz respeito à mudança no processo produtivo do mel que passa de caixotes para as colméias, com o processamento (extração do mel, decantação, centrifugação etc) em ambiente mais higiênico, mais seguro e “ecologicamente mais correto”; e no processamento da castanha de caju, que conta com equipamentos e maquinários adequados. Essa mudança na forma de produzir, como se vê nas Fotos 13 a 18, tanto tem refletido na melhoria da qualidade do produto como também na questão ambiental.

Foto 12 - Casa de mel



Fonte: COOPAPI

Foto 13 - Extração do mel



Fonte: COOPAPI

Foto 14 - Envase em sachê

Fonte: COOPAPI

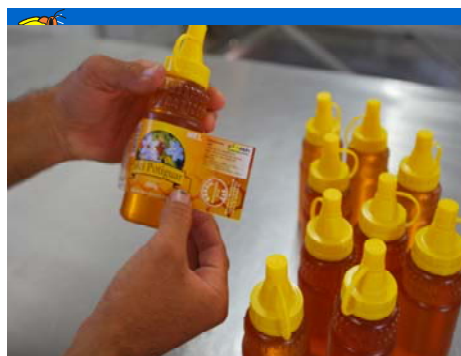
Foto 15 - Rotulagem: Mel Potiguar

Foto: COOPAPI

Foto 16 - Embalagem da castanha a vácuo

Fonte: COOPAPI

Foto 17 - Castanha torrada

Fonte: Autora

Contudo, as maiores dificuldades relatadas indicam, além dos fatores climáticos, como o excesso ou a falta de chuva estão relacionados ao próprio processo produtivo e não com a cooperativa. O manejo com as abelhas numa colméia “é muito trabalhoso”, pois para povoar as colméias os agricultores se deslocam em torno de 10 a 45 km de distância de casa, uma vez que, em algumas ocasiões, as abelhas migram para outros locais onde a flora é mais abundante e assim é preciso deslocar-se para pegar o enxame na serra (depoimento verbal)¹³⁰; “coloca em abril e pega em maio”; “vigia as

¹³⁰ Um dos entrevistados colocou que ao usar a propriedade de terceiros para pegar o enxame usa o feijão como valor de troca com o dono do terreno, mas alguns proprietários cobram até 10% sobre a produção bruta do mel, quando o enxame é capturado em suas terras.

colméias para que cupins e formigas não ataquem”; traz a colméia para o apiário; alimentam as abelhas, quando a florada está escassa (depoimento de um entrevistado).

Além do aumento das horas de trabalho há também uma elevação nos custos de produção, principalmente com transporte das colméias como diz um entrevistado: “a dificuldade é não ter transporte para levar e pegar as caixas na Serra, como às vezes há demora para se pegar o enxame, a gente tem que ir várias vezes ao local” (depoimento verbal de um cooperado). Para quem não possui transporte, isto se torna um dos principais custos para 8,9% dos cooperados entrevistados, quando não conseguem dividir entre os vizinhos o aluguel de um carro cujo rateio é proporcional ao número de colméias transportadas. A dificuldade ainda se traduz quando é realizado o transporte com tração animal (equino ou bovino)¹³¹. Quanto a isto, consideram que a cooperativa deve adquirir um transporte.

Apesar do receio inicial em manejar as abelhas e da possibilidade da atividade “não dar certo”, a introdução de técnicas diferenciadas na produção do mel foi fundamental para o fortalecimento profissional, identitário e da auto-estima dos agricultores. Em entrevista, um deles relata que mudou “a maneira de trabalhar com as abelhas, antes eu era meleiro, depois da COOPAPI e dos cursos me tornei apicultor”. Outro entrevistado disse ficar orgulhoso em presentear os amigos com o mel produzido por ele e comercializado em bisnagas com a marca Mel Potiguar, da cooperativa.

Como anteriormente referido, constatamos nas entrevistas que as mudanças geradas na atividade apícola, a partir da tecnologia de produção em colméias, facilitaram a comercialização do mel por um preço mais justo que, por sua vez, estimulou o agricultor a organizar e aumentar a produção com um manejo diferente do anteriormente praticado (mel espremido). Essas mudanças foram em parte decorrentes das exigências dos mercados convencional e alternativos, mas gradativamente foi sendo incorporado às suas práticas cotidianas de trabalho. Atualmente, o sócio que não atender às normas discutidas e decididas nas assembléias é “punido” com a rejeição do seu produto para comercialização (Tabela 19).

¹³¹ Segundo depoimento dos entrevistados, as abelhas costumam atacar os animais quando transportam as colméias (informação da pesquisa de campo realizada em abril de 2009).

Tabela 19 - Mudanças geradas na atividade apícola

Mudança	n*	%
Melhorou a comercialização	15	24%
Aumentou o volume da produção	12	19%
Melhorou a qualidade do mel	7	11%
Mais organizado ou motivado	7	11%
Tem financiamento/adiantamento	6	10%
Mudou a forma de produzir	4	6%
Outros	12	19%

Fonte: pesquisa de campo

*múltiplas respostas

Nota-se, portanto, que a comercialização através da cooperativa, tem impulsionado não só a atividade apícola, mas a partir dela o desenvolvimento de outras atividades agrícolas e/ou para-agrícola na unidade produtiva familiar e nas unidades de beneficiamento coletivas. No entanto, outras dificuldades são colocadas. Entre elas, a pouca de assistência técnica, o capital de giro reduzido, a falta de equipamentos e o baixo preço em relação aos custos de produção, ainda são fatores que não satisfazem totalmente as expectativas dos agricultores e agricultoras.

4.5 - Problema e hipótese revisitados

No decorrer da pesquisa, o nosso problema central (**quais as práticas adotadas pelas cooperativas que tem possibilitado o seu êxito?**) foi analisado a partir de duas variáveis independentes que estruturaram a nossa hipótese (**presença dos princípios cooperativista** e as **relações estabelecidas com o Estado e outras organizações**) e de uma dependente, no caso o **êxito**. Dessa forma, verificamos a influência da gestão (com base na aplicação dos princípios tradicionais do cooperativismo) e dos vínculos externos estabelecidos (com o Estado e com outras instituições) no êxito da cooperativa e, por derivação, os efeitos na vida dos cooperados e no entrono.

Inicialmente, afirmamos que a nossa hipótese central foi verificada e, no geral, confirmada considerando-se que o leque de indicadores utilizados manteve estreita relação com as variáveis e os dados empíricos, possibilitando obter uma diversidade de informações sobre os aspectos sócio-econômicos e financeiros da cooperativa e dos sócios, e assim, identificar as conexões entre as variáveis “princípios cooperativistas” e as “relações externas” e o êxito.

Especificamente, em relação à variável “princípios cooperativistas”, apesar de distintos por suas definições estatutárias, apresentaram inter-relações que dificultariam aferir o seu peso individual no êxito da cooperativa. Assim, o controle democrático, cujos indicadores foram a participação dos sócios em relação ao número de assembléias realizadas, está vinculada também aos canais de informação mantidos pela cooperativa, a capacitação técnica e educação cooperativista dos sócios. Isto é, a maior participação dos sócios nas assembléias é decorrente não somente do grau de consciência política ou de mero cumprimento das normas estatutárias, mas também do tipo de gestão que é praticado, incluindo a comunicação, a transparência, a preocupação com a educação e formação dos cooperados etc. Portanto, lembrando as colocações de Simmel (1986), a diretoria da cooperativa influencia o comportamento dos cooperados e dos agentes externos, mas também é por eles influenciada.

Outros elementos foram se relevando como essencial para a verificação da nossa hipótese. Um desses diz respeito ao perfil do grupo dirigente da COOPAPI, composto majoritariamente por pessoas residentes na mesma localidade onde se originou as primeiras iniciativas de criação da cooperativa, portanto, com fortes laços afetivos e de confiança; que possuem um razoável conhecimento técnico e de gestão; e que tem interesse e compromisso com o desenvolvimento das atividades dos agricultores e das agricultoras familiares. Esses fatores decididamente contribuem para reduzir diferenças, os conflitos internos e aumentar o poder de ação da cooperativa junto aos cooperados e agentes externos, fato que a legitima e a torna reconhecida no espaço público. Analogicamente, poderíamos dizer que o grupo, por conseguinte, funcionou como uma espécie de variável interveniente, já que materializou, na prática, os princípios e teve a iniciativa e o profissionalismo de encaminhar eficientemente as relações externas da cooperativa e de destacar mais claramente, igualmente, os

interesses mais gerais da agricultura familiar da região, acima de interesses particulares de um setor (apicultura, cajucultura, piscicultura etc) .

Outros indicadores foram acessados para ajudar na verificação de nossa hipótese e, neste sentido, os dados financeiros foram observados de maneira que pudéssemos comprovar quantitativamente a evolução do desempenho da COOPAPI, ao longo do tempo. Através dos números, foi possível constatar que a cooperativa seguidamente vem aumentando seu capital próprio, indício de sua capacidade de atuação no mercado e por derivação, possibilitar um aumento na renda de seus cooperados.

Entre as duas variáveis independentes notamos, através de depoimentos do agente do BNB, do assessor da FBB e do superintendente da Conab, que, também elas guardam uma relação estreita. Por se tratar de dados de caráter mais qualitativo e, mais difícil de aferir, essa nossa afirmação baseia-se no comportamento e depoimento dos representantes de importantes instituições envolvidas. Qual seja, a continuidade e ampliação dos contratos ou convênios e criação de novos, foi em parte, decorrente do tipo de gestão da cooperativa, que tem se baseado na democracia, responsabilidade, transparência e participação. Isto quer dizer que, a boa gestão e reputação da cooperativa, atestada pela sua capacidade de comercializar produtos (tanto no mercado interno como externo) de seus cooperados e de outras associações correlatas; pela transparência no trato com os recursos coletivos, incluindo os financeiros; pelo seu desempenho para gerar sobras e sua respectiva distribuição; e o cumprimento dos acordos nos termos dos contratos ou convênios, têm sido determinante para a manutenção dos vínculos externos. Assim, o fato da cooperativa cumprir os acordos estabelecidos gera uma expectativa positiva nos agentes externos para continuar com as relações.

Enfim, nossa hipótese geral foi comprovada visto que o êxito alcançado pela cooperativa está vinculado ao tipo de gestão praticada, que engloba a prática dos princípios cooperativistas e valores como transparência, responsabilidade, ajuda mútua, honestidade, solidariedade. Também, podemos afirmar que o êxito da cooperativa dependeu das relações externas estabelecidas, pois, apesar de ter sido criada através da iniciativa e do esforço dos próprios agricultores e agricultoras, os obstáculos de

mercado no seu primeiro ano de funcionamento foram as causas principais das dificuldades financeiras enfrentadas pela cooperativa. Nota-se que, a partir do segundo ano, as políticas públicas, notadamente os contratos com a Conab-PAA, foram fundamentais para o desenvolvimento da cooperativa se tornando, como afirmou a presidente da cooperativa, Fátima Torres, num *lócus* de aprendizagem para abrir os canais de comercialização. Além disto, a partir de 2007, o aprofundamento dos vínculos com a FBB, através do projeto de reestruturação da cajucultura, tem ampliado as possibilidades de comercialização da castanha de caju, até então vendida *in natura* para empresas privadas ou atravessadores.

O êxito como variável dependente, foi apreendido, essencialmente, a partir de alguns indicadores e pôde ser aferido qualitativamente através dos resultados das entrevistas com os cooperados e dirigentes, englobando a melhoria e ampliação da prestação dos serviços da cooperativa (principalmente os relacionados a qualidade e comercialização), dos indicadores de melhoria da auto-estima e da qualidade de vida dos cooperados e da ampliação das atividades na unidade produtiva família.

Apesar de difícil aferição, as externalidades positivas no entorno são também observáveis através do aumento das rendas, das ocupações diretas e indiretas e da ampliação dos serviços gerados, bem como, dos efeitos imateriais, como melhoria dos agricultores e agricultoras e da recuperação da credibilidade do cooperativismo na região.

5 CONCLUSÕES

Ao iniciarmos esse trabalho, pretendíamos pesquisar uma realidade até então conhecida parcialmente por nós. A partir da atividade profissional como professora da disciplina de Cooperativismo e ter orientado os trabalhos da Cooperativa dos Alunos da Escola Agrícola de Jundiaí - COOPEAJ – por mais de cinco anos, tínhamos contato direto com alunos oriundos do meio rural dos mais variados municípios do RN, cujas experiências de vida nos instigaram a estudar a **cooperativa** como canal e organismo de organização sócio-econômica dos agricultores e agricultoras, para garantirem a sua reprodução. Isto posto, algumas questões surgiram - como os agricultores construíram sua reprodução enquanto grupo, com quem contaram, o que fizeram, os resultados alcançados e outras - nos motivando alguns encaminhamentos. Primeiro, o de responder à questão central: **quais as práticas adotadas pelas cooperativas que tem possibilitado o seu êxito?** Segundo, a nossa resposta provisória (hipótese) seria a de que o êxito **das cooperativas** dependeria **da aplicação ou presença dos princípios cooperativista, na sua gestão, e das relações estabelecidas com o Estado e outras organizações.**

A partir desses dois elementos (problema e hipótese), os primeiros contatos com os dados secundários e a escolha da estratégia de pesquisa nos indicaram que a unidade a ser pesquisada (uma cooperativa) deveria ser uma experiência com uma trajetória significativa, com práticas cotidianas que tivesse como base a democracia e a solidariedade com composição social originada nos setores populares.

Ao escolher os temas “cooperativismo” e “economia solidária e popular”, compreendíamos que o universo onde se encontravam as organizações solidárias e populares caracterizava-se por formas variadas de produção. Entre elas, as experiências informais (grupos produtivos) até as mais complexas (associações e cooperativas), constituídas por trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, que resgatam e dão novo sentido às relações de reciprocidade, solidariedade e de cooperação, como discutido no Capítulo I, envolvendo o resgate teórico.

Assim, buscando evidências empíricas que se coadunassem com a construção do conceito de economia solidária e popular, concluímos este trabalho considerando a

COOPAPI, apesar das dificuldades (descrença anterior etc.), como um exemplo prático do que está ocorrendo na área rural potiguar na perspectiva mais ampla de construção de uma economia plural, solidária e popular.

Consideramos **solidária** por englobar relações entre agentes que têm interesses comuns que os levam a uma responsabilidade ética e moral de apoiar os outros, com justiça e equidade; e **popular** por envolver setores que através do seu próprio trabalho, buscam a sua reprodução material e social de maneira mais autônoma e emancipatória, ao mesmo tempo em que procuram no espaço público a reivindicação de seus direitos.

Neste sentido, a *economia solidária e popular* como parte da economia mais geral, sendo as cooperativas sua principal expressão, na atualidade e, em especial no meio rural potiguar, ganha maior relevância como ferramenta para enfrentar o desemprego, melhorar a produção, agregar valor e apropriar-se dele e construir canais mais curtos de comercialização. Constituindo-se, ainda, em espaço de experiências política e de ampliação dos conhecimentos (técnicos, mercadológicos, gerencial), da participação e das solidariedades entre os agricultores e agricultoras. O exercício dessas práticas econômicas através do trabalho coletivo autônomo e da adesão livre e voluntária, pautada na ética, na democracia participativa e no cuidado com o meio ambiente no meio rural, refletiu em benefícios na melhoria de vida dos associados e no entorno em que atuam.

Consideramos ainda que as transformações ocorridas no meio rural, que excluíram ainda mais os agricultores (as) descapitalizados (as), refletiram na organização dos agricultores (as) familiares e no movimento cooperativista em geral, quer seja para encontrar novas formas de cooperação entre iguais para manter maior inserção nos mercados e para ter acesso às políticas públicas; quer seja adaptando-se às demandas dos mercados globalizados como foi mostrado, também e explicitado no Capítulo II.

No meio rural potiguar, também estão emergindo experiências que resgatam os princípios cooperativistas iniciais, concretizados nas organizações econômicas de agricultores e agricultoras que, apoiados por uma rede de instituições e ocupando espaços de participação, em fóruns e conselhos, conseguem influenciar nos destinos

das políticas públicas, passando a ser legitimadas pelos seus cooperados e reconhecidas pelos governos, como foi discutido no Capítulo III.

Assim, no estudo de caso buscamos entender como a COOPAPI, constituída por agricultores e agricultoras familiares, interagiu com outras instituições públicas e privadas, incluindo os mercados, qual foi sua trajetória de construção, em que contexto se desenvolveu, quem e/ou o que contribuiu para a sua constituição, quais os benefícios gerados para seus cooperados e para o entorno, como analisado no Capítulo IV.

No caso da hipótese levantada, a primeira variável, “aplicação dos princípios cooperativistas” a solidariedade e a cooperação neles contidas, na cooperativa estudada, manifestaram-se sob diversos aspectos. No primeiro caso, na apropriação do excedente adquirido pela agregação de valor e pela escala, respectivamente, através do beneficiamento do mel e da castanha e da comercialização em comum. Ou seja, a cooperação adquiriu outro sentido, pois o excedente dela derivado passa a ser apropriado, direta ou indiretamente pelo coletivo, não se convertendo na reprodução do capital em benefício de uma só pessoa ou grupo, mas para o conjunto dos cooperados cujo resultado (as sobras) foi dividido e socializado. Esta socialização ocorreu quando houve a distribuição das sobras no final do ano 2008 e de 2009, proporcional às operações realizadas com a cooperativa, destinando parte para os fundos de reservas; antes, como decisão coletiva já tinha realizado investimentos, notadamente na ampliação dos serviços prestados aos cooperados, como adiantamentos, compra de vasilhames, intermediação de cursos; e na aquisição de equipamentos dedicados à produção e à administração, embalagens; e investimentos em propaganda, rotulagem e na criação da marca “Terra Viva” e “Mel Potiguar”.

Outro aspecto foi relacionado à solidariedade vislumbrada nas interações entre vizinhos e cooperados; entre a COOPAPI e a COOAFAP, as associações e os grupos produtivos; e entre a COOPAPI e a CTA, FETARN, Caatinga Serrado. Esse conjunto de fatores, de acordo com a observação geral de Santos e Rodriguez (2002), conformam um “projeto alternativo”, trazendo consigo a viabilidade, a gestão democrática e participativa, a continuidade da cooperativa, que devem ser divulgadas, aprendidas e expandidas ao mesmo tempo impulsionadas dentro e fora do Estado.

Também foi encontrada uma característica importante, é que apesar da propriedade privada (unidade de produção familiar) existe a propriedade social dos meios de produção, tanto nas associações parceiras (casas de mel e fábrica de beneficiamento de castanha) como na COOPAPI (equipamentos e máquinas); a solução de problemas, as políticas da cooperativa e a distribuição do excedente são decididas democraticamente em assembléias gerais e/ou reuniões abertas, com elevada participação (princípios do “controle democrático pelos sócios” e “distribuição das sobras”), pelo menos da ampla maioria. Ainda pelo caráter democrático e participativo, contido no princípio de “formação e educação” os processos produtivos e de circulação dos produtos são aprimorados exercendo um efeito positivo na qualidade do mel e da castanha, no seu consumo pelos beneficiários do PAA; e na qualificação dos cooperados, que passam a ter uma idéia mais global da cooperativa e dos mercados a que estão ligados, incluindo preço, legislação sanitária, contratos etc.

Deste modo, a segunda variável independente da hipótese defendida neste trabalho, as “relações estabelecidas com outras instituições”, foram aferidas principalmente através da obtenção de crédito com os programas de apoio à agricultura familiar (PAA e Pronaf); com o acesso aos recursos públicos não reembolsáveis, em particular da FBB e do PCPR; com os convênios firmados com o MDA/SDT; e com a combinação desses recursos com os oriundos dos contratos com o mercado privado.

No entanto, particularmente no tocante ao acesso aos programas governamentais, nota-se uma situação oscilante. Por um lado, a tendência em reduzir gradativamente a dependência ao programa do PAA, como demonstrado nos balanços patrimoniais. Por outro lado, é possível que haja pressão por parte dos cooperados para ampliar o acesso a este programa, possivelmente na variante Formação de Estoque, o que é compreensível. Isto se justificaria porque as operações deste tipo são uma das principais fontes que tem possibilitado a formação de capital de giro e assim permitido que a cooperativa pague aos cooperados no ato da entrega do produto, ou mesmo antecipe valores com base na previsão da produção de cada sócio. Neste sentido, o aumento do teto de R\$ 2.500,00 para R\$ 5.000,00 por agricultor, reforça isto.

Outra fonte pública para formação do capital de giro foi, até abril de 2009, os empréstimos do Pronaf Custeio, facilitados pelo programa Nordeste Territorial,

executado pelo Ministério da Fazenda, tendo como unidade executora o BNB, além das vendas realizadas para os mercados tradicionais. Por conseguinte, podemos afirmar que o acesso aos financiamentos e aos recursos advindos das políticas públicas foi fundamental para o início das transações comerciais da COOPAPI, garantindo ao longo do tempo e sem grandes custos, o escoamento de parte da produção, e que uma mudança em outra direção (redução ou extinção dos mesmos) poderá repercutir negativamente nos negócios coletivos e na vida dos cooperados.

Além do acesso aos recursos materiais oriundos dos programas governamentais, as interações de cooperação e articulação com outras organizações não governamentais vêm fundamentar, igualmente, nossa comprovação, ou seja, de que as redes de colaboração, junto com a prática dos princípios cooperativistas, possibilitaram o êxito da COOPAPI e sua relativa autonomia perante o Estado. Todavia, vale ressaltar que ainda que tenha um caráter não governamental, as instituições que dão apoio à COOPAPI estão desenvolvendo suas ações a partir de convênios com órgãos governamentais, como o MDA/SDT, para dar suporte às políticas voltadas para a agricultura familiar e suas organizações dentro do Programa Territórios da Cidadania, como é o caso da Elaboração de Planos de Negócios de Empreendimentos-PNE, executado pela CTA.

Concluímos que, apesar das políticas e programas governamentais pesarem nos resultados econômicos da COOPAPI, a criação de condições próprias para acessar outros canais de comercialização como a exportação direta, a contratação de um representante comercial, a entrada no Clube do Produtor, a participação em feiras de negócios, a procura pela certificação orgânica, a diversificação dos produtos, entre outros mecanismos, juntamente com uma atuação transparente e de inserção das mais variadas, têm aumentado progressivamente sua reputação no espaço público e a sua autonomia. Entretanto, percebemos que a COOPAPI precisa desenvolver mais sistematicamente a educação cooperativista, a formação de novas lideranças e vincular com mais clareza a sua prática aos princípios da economia solidária e popular de forma a se colocar como uma experiência que deve ser expandida e adotada, dentro das particularidades de cada situação, por outros grupos de agricultores e agricultoras familiares.

Com base nas referências teóricas aqui colocadas, algumas lições podem ser extraídas deste trabalho, umas mais gerais e outras mais específicas:

- o perfil das propriedades rurais, no caso centrado na pequena propriedade, influenciou nos interesses e nas questões comuns e no grau de envolvimento, comprometimento e participação dos agricultores e agricultoras na cooperativa

- a concentração geográfica das unidades produtivas familiares, os laços de vizinhança e as solidariedades existentes, condicionaram positivamente na organização dos agricultores e agricultoras em associações e em cooperativa, na sua participação e discussão de questões de interesse do local. Na região de Areia (Comunidade do Córrego, Sítio Retiro, Lagoa do Mato e Sítio Urbano) a concentração de moradias e o grau de associação da população são facilmente mais observáveis que em outras localidades, como é o caso dos municípios de Severiano Melo e Itaú, facilitando as primeiras iniciativas para a criação da COOPAPI;

- as atividades lúdicas e religiosas, como parte das práticas de convivência coletiva estimularam a criação de associações, grupos de mulheres e de jovens;

- a participação na COOPAPI, como estratégia de vida e surgida como iniciativa voluntária e consciente de um grupo que optou por ela e não por outra forma de inserção mais direta com os mercados, tem ampliado e melhorado as rendas e a vida das famílias envolvidas e reduzido a ação dos intermediários imediatos, demonstrando assim, que podem ser sujeitos da sua própria história neste aspecto;

- os processos coletivos engendrados através da cooperativa foram essenciais para a construção da autonomia dos seus membros, embora o aspecto comercial e econômico ainda tenha um grande peso. Esta autonomia está relacionada aos processos de trabalho (individual e coletivo), ampliação e diversificação das atividades (pluriatividade e estratégias de comercialização), redução da dependência aos diferentes mercados (fabricação da cera, substituição do feromônio, redução do uso de agrotóxicos) e diversificação do produto (castanha crua, torrada, caramelizadas, com pimenta, mel em sachê, mel em garrafa *Pet* etc).

- quanto maior a consciência da importância da participação, maior o comprometimento, responsabilidade e participação do sócio para garantir a qualidade e

o volume da produção entregue. Os sócios entrevistados participam das assembleias e reuniões e são fieis às decisões tomadas, fazendo com que a cooperativa cumpra os contratos de vendas assumidos com o mercado institucional e privado;

- o nível de conhecimento e escolaridade, influenciou qualitativamente na participação e decisão dos sócios sobre as políticas da cooperativa. Ao se apropriarem de mais informações sobre o manejo, mercados, preços, legislação etc, ficou mais difícil que terceiros decidissem por eles;

- a valorização e integração dos conhecimentos existentes e a apropriação de outros colocaram, em alguns aspectos, os cooperados em situação de vantagem frente aos processos produtivos convencionais. Os conhecimentos anteriores foram aprimorados através da capacitação técnica e gerencial dos agricultores (as) que passaram a dominar novos processos, indo de um estágio de trabalho “predatório” (uso de agrotóxico, queimadas etc) para uma produção programada, ecológica e com produto saudável;

- pela sua característica principal de prestadora de serviço de apoio a transformação e comercialização, a COOPAPI agrega mais valor à produção ao mesmo tempo em que mantém a estrutura de produção individualizada, permitindo o maior controle por parte de cada sócio e diminuindo os riscos de conflitos entre eles e seus efeitos para o insucesso da cooperativa;

- enquanto no RN não se vislumbra, em curto prazo, a construção de mercados alternativos (comércio justo, comércio solidário), a COOPAPI adota práticas mercantilistas, como por exemplo, vender para rede de empresas tipicamente capitalistas que, no entanto, vem garantindo a comercialização dos produtos e o aumento de renda dos seus cooperados;

- a troca de experiências, de informações e a possibilidade de comercializar juntamente com a COOAFAP se configuram como mais um estímulo ao cooperativismo da região e o fortalecimento da economia solidária e popular, como possibilidade concreta de realização das demandas dos agricultores (as) familiares da região, suplantando as experiências negativas anteriores referente, como já colocado, à cooperativa ligada ao algodão;

- imputar aos agricultores familiares a responsabilidade de suas dificuldades na agricultura por não dominar técnicas modernas é no mínimo desconhecer os efeitos do sistema político e econômico que excluem muitos dos circuitos produtivos, de lazer, educação, saúde etc. Quando eles têm oportunidades, mostram na prática que são capazes de adotar técnicas e tecnologias facilitadoras de um maior acesso ao mercado, e por decorrência, melhor condição de comercialização e de auto-reprodução das famílias;

- a forma de organização, as práticas de gestão com base na democratização dos processos decisórios e distribuição das sobras adotadas pela COOPAPI, bem como o estímulo dado às outras associações, reforçaram e têm reforçado o sentimento de pertencimento, de compromisso e de responsabilidade que podem influenciar na criação de outros grupos;

- alguns programas governamentais de estímulo à cadeia produtiva do mel e da castanha de caju, têm como alvo, não somente a geração de ocupação e renda para as populações rurais, retendo-as nas localidades, mas também a disseminação do chamado empreendedorismo como mecanismo de colocar a agricultura familiar no rol da exportação de produtos (*commodities*) diferenciados. Além disto, o desenvolvimento da cajucultura e da apicultura, além de envolver o trabalho familiar, gera uma dinamização de outras atividades a montante e a jusante;

- em termos da distribuição, a COOPAPI tem mantido uma ligação mais integrada com os mercados tradicional e alternativo, disponibilizando seus produtos para um leque variado de consumidores: doentes, idosos, populações em risco alimentar, adolescentes, crianças e outros consumidores de hospitais, fundações, associações, creches e escolas, supermercados etc, auxiliando na formação de novos hábitos alimentares saudáveis;

- as redes de apoios (técnico, gerencial, comercialização etc), a articulação com uma pluralidade de formas associativas e a gestão interna da COOPAPI são indícios de que é possível construir formas alternativas às práticas econômicas dominantes e de conciliar a dupla função das cooperativas: de empresa que deve obter resultados financeiros positivos e de promover o bem estar dos seus membros. No entanto, mesmo estruturada em uma prática que ao mesmo tempo adota padrões dominantes e

formas de gestão democráticas e participativas, a COOPAPI deveria se encaminhar mais ainda em direção a um projeto claro de cooperativismo de base popular e solidária articulando a formação e educação cooperativista com a construção de mercados alternativos;

- a partir da revisão da literatura sobre o tema da economia solidária e popular, concluímos que seu conceito ainda está em construção e a passagem por alguns autores nos permitiu perceber a dimensão dada aos termos. Concepções e práticas interligam-se buscando colocar a economia solidária e popular como alternativa de ocupação para os chamados excluídos do acesso aos postos de trabalho assalariado; como alicerce para a construção de um novo modelo de desenvolvimento socialmente justo; como contraponto às políticas neoliberais (privatização do Estado, desregulamentação dos mercados, corte de gastos sociais etc) e ao próprio sistema capitalista. Se por um lado, há diferenças no que tange ao entendimento do sentido dessas organizações em relação ao modo de produção vigente, por outro lado há certo consenso sobre algumas características dessas organizações.

- a economia solidária e popular, no entanto, não se caracteriza com um novo modo de produção, capaz de constituir-se em uma via para suplantarmos o capitalismo, pois, a recuperação dos meios técnicos pelo trabalhador e a posse coletiva da propriedade não se caracterizariam, ainda, como formas de produção socialistas, pois este supõe a abolição do capital e não, a sua coletivização. No estudo de caso em foco, a base material sobre a qual assenta o trabalho das famílias para garantir os seus meios de produção e reprodução: i) são pequenas propriedades individuais (privadas) e unidades de beneficiamento coletivas (casas de mel e fábrica de beneficiamento da castanha); ii) o trabalho é caracterizado, essencialmente, pela utilização da ocupação da família e pela presença de ações mútuas (mutirões); iii) uso de processos produtivos e tecnologias mais ecológica (respeito à flora), baseada no interconhecimento e uso de recursos da unidade produtiva (aproveitamento de resíduos), portanto, mais próxima das características da agricultura familiar.

Neste sentido, frente às condições objetivas, as formas de organização da produção sustentada pelos agricultores e agricultoras associadas configuram-se, no caso da COOPAPI, num primeiro momento como alternativa de acesso aos mercados

implicando em mudanças no processo produtivo, nas condições de vida de seus agentes, fazendo uma interface com o Estado, através do acesso aos recursos dos programas governamentais. Essa experiência possibilita a prática de relações não eminentemente baseada no lucro e como outras tantas praticadas em todos os recantos do Brasil, guarda a promessa de transformações na direção de formas de sociabilidade e organização econômica de cunho não especificamente capitalista; que comporta um projeto comum em função daquilo que ainda não existe, do devir...

Consideramos, assim, que as **evidências** concretizadas nas práticas de gestão democráticas e solidárias identificadas no nosso trabalho, contribuirão para ampliar e aprofundar os conhecimentos sobre o cooperativismo solidário e popular na área rural potiguar e apontar alguns indicadores que posteriormente poderão ser usados em outras pesquisas que visem analisar experiências deste tipo, ou mesmo compará-las com outras que se autodenominam de solidária e popular.

Mesmo assim, fica a questão para ser respondida em outros trabalhos. Se historicamente as cooperativas tiveram sua autonomia reduzida através da intervenção do Estado, e apesar de terem conquistado uma relativa autonomia administrativa, como ficam (ou ficarão) as cooperativas populares e solidárias se os incentivos financeiros públicos forem retirados? Como deverão atuar para não serem “instrumentalizadas” por interesses políticos de grupos ou de governos? Como ampliar a democracia na direção de construir alternativas socioeconômicas cada vez mais autônomas e emancipadoras?

6 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, R. V.; DYSMAN, M. C.; CALDAS, E. A. R. M. Sociedade Civil e Estado: um estudo dos convênios entre o governo federal e as ONGs. **Revista Habitus**. IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 29-40, 2009, semestral. Disponível em: www.habitus.ifcs.ufrj.br. Acesso em: 01 ago. 2009.

ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R.; SCHRÖDER, M. **Agricultura familiar entre o setor e o território**. São Paulo: RIMISP/IDRC, dez. 2005.

ACIOLI, Andréa. **A explosão das ONGs no mundo e no Brasil e seus reflexos no espaço rural fluminense**. 4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa - ENGRUP, São Paulo, p. 8-25, 2008.

ALBUQUERQUE, F. J. B.; MASCARENO, R. M. P.; MAIA, W. D. O. **Considerações não-ortodoxas sobre as cooperativas e o cooperativismo**. João Pessoa, 1999. Disponível em: www.cchla.ufpb.br/propsi/drus/producao_artigos/1999. Acesso em: 25 jan. 2007.

AGROCIM. Produção de mel dispara no Rio Grande do Norte: Município de Apodi é apontado como segundo maior produtor de mel do país segundo IBGE. Natal, 23 de nov. de 2009. Disponível em: <http://www.agrocim.com.br/noticia/Producao-de-mel-dispara-no-Rio-Grande-do-Norte.html>. Acesso em: 12 mar. 2010.

ALVES, Cesar. Apicultores e pescadores culpam obra. Jornal de Fato, Natal, 9 mai. 2008. Disponível em: http://www.defato.com/09_05_2008/estado.php. Acesso em: 10 nov. 2008.

AMMANN, Safira. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1981.

Anais do XI Congresso Brasileiro de Cooperativismo. Brasília, 2008.

ANTUNES, Cláudia. Petróleo em alta turbina reeleição de Chávez. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 jun. 2005. Mundo, A30

ARAÚJO, C. N. **Associativismo e desenvolvimento local: a importância das associações comunitárias no desenvolvimento das comunidades rurais do município de Santo Antônio-RN**. Monografia. Curso de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2009.

ARAÚJO, D. S. **Dinâmica Econômica, Urbanização e Metropolização no Rio Grande do Norte (1940-2006)**. Tese de doutorado. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS - ABONG. Disponível em: <http://www2.abong.org.br>. Acesso em 02 ago. 2009.

ASSOCIAÇÃO DE APOIO ÀS COMUNIDADES DO CAMPO-AACC. **Missão**. Disponível em: www.aaccrn.org.br. Acesso em 15 dez. 2009.

AZEVEDO, A.; OLIVEIRA, J.; GONÇALVES, R. **O cooperativismo popular como estratégia de trabalho solidário**. Recife: CEPJC, jun. 2003.

BALBI, Sandra. Brasil já exporta sua tecnologia da miséria urbana. **Folha de São Paulo**, 21 mai., 2006. Dinheiro p.?

BANCO DO BRASIL-BB. **Desenvolvimento Regional Sustentável**. Disponível em: <http://www.bb.com.br/portallbb/>. Acesso em: 10 dez. 2009.

_____. **Programas**. Disponível em: www.bb.com.br/.../page100. Acesso em: 10 dez. 2009.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. BNB- **Programas: Pronaf**. Disponível em; www.bnb.gov.br. Acesso em: 28 dez. 2009.

BANDEIRA, H. Cooperativas discutem exportação do mel. Disponível em: http://www.apodi.info/index.php?option=com_content&task=view&id=803&Itemid=40. Acesso em: 15 dez. 2009.

BANDEIRA, Moniz. **A presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BARBIERE, Jeverson. Pesquisadores desenvolvem beneficiadora de castanha de caju. **Jornal da Unicamp**, Campinas, 9 mai. 2005. Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF. Acesso em 12 mai. 2010.

BARBOSA, Rosângela. N. C. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BAVARELLI, José. E. **O cooperativismo Uruguaio na habitação social de São Paulo: das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia de Unidos de Vila Nova Cachoeirinha**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação da FAU/USP, São Paulo, set. 2006. cap. 2, p. 55-72.

BIALOSKOSKI NETO, Sigismundo. **A nova geração de cooperativas e a coordenação de sistemas agroindustriais**. Ribeirão Preto, 1999. Disponível em: <http://www.fearp.usp.br/~sigbial/CoopsNGC.pdf>. Acesso em: 20 set. 2009.

_____. **Ambiente Institucional e Estratégias de Empreendimentos Cooperativos**. Preços Agrícolas. Piracicaba, 2000.

BORSOTTI, Castro. A. **Temas de metodología de la investigación en ciencias sociales empíricas**. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. MTE/SENAES: Brasília, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar - SAF. **Crédito do PRONAF**. Disponível em: <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2258856>. Acesso em 12 ago. 2009.

_____. Presidência da República Federativa do Brasil. Controladoria Geral da União. **Relatório da Atuação Governamental e o Balanço Geral da União**. 2008. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/PrestacaoContasPresidente/2008/Sumario.asp>. Acesso em 05 ago. 2009.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional-STN. Tesouro Nacional. Estados e municípios. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios. Acesso em 12 mar. 2010.

BRUNHOFF, Suzanne de. **A hora do mercado: crítica do liberalismo**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Revista Sociologias**. Porto Alegre, n. 10, p.312-347, 2003.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BUGARELLI, Waldírio. A nova legislação cooperativista brasileira. In: **A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico**. Fundação Friedrich Naumann. São Paulo, 1974.

CALZAVARA, Oswaldo. Agroindústria cooperativa como estratégia para um desenvolvimento rural de inclusão. In: CALVAZARA, O; LIMA, R. O. (Orgs.). **Brasil rural contemporâneo: estratégias para um desenvolvimento rural de inclusão**. Londrina: Edul, 2004.

CAMPONHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, J. Ações de políticas públicas para o novo rural brasileiro sob o enfoque no desenvolvimento local. **Revista Extensão Rural**. Santa Maria, v.3, p.47-60, 2000.

CAMPOS, Ginez L. R. **Cooperativismo agrário e integração econômica: a agricultura familiar no Mercosul**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.

CARITAS BRASILEIRA. **Construindo uma economia popular solidária no Rio Grande do Sul: Projetos Alternativos Comunitários**. Porto Alegre: Caderno de Formação, n.1, 2002.

_____. **Programas**. Disponível em: www.caritas.org.br/programas . Acesso em 11 ago. 2009.

CARVALHO, Cícero P. O. Pindorama: a cooperativa como alternativa. In: CANDEIAS, Cezar N. B. *et al* (Orgs.). **Economia Solidária e autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos**. Maceió: EDUFAL, 2005.

CARVALHO, Paulo A. F. de. Tchayanov e a teoria do cooperativismo. **Cadernos do CEAM**: Brasília: UnB, v. 28, p.157-170, 2007. Disponível em: www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/.../40/40. Acesso em: 20 ago. 2009.

CARVALHO, Priscilla. **Agricultura familiar ganha central de processamento e mini-fábricas de castanha de caju no RN**. mar. 2006. Disponível em: www.fbb.org.br/portal/pages. Acesso em: 11 ago. 2009.

CASTELLS, Manuel. **Problemas de investigação em sociologia urbana**. Lisboa: Editorial Presença, 1975.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Resoluções do VII Congresso Nacional da CUT. In: CUT 20 anos: Resoluções da Conclat dos Congressos e Plenárias da CUT, 1983-2003. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

CLUBE DOS EMPREGADOS DA PETROBRAS - CEPE. **Petrobrás no RN**. Disponível em: <http://www.cepenatal.com.br/petrobrasnorn>. Acesso em 10 ago. 2009.

CHIRIBOGA, Manuel. **Comercialización y pequeños productores**. Quito: FIDAMERICA, 2007.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO-CONAB. **Acompanhamento de projetos PAA**. Formação de estoque pela agricultura familiar: 2008 e 2009. Superintendência Regional do RN. Natal, 2010.

_____. **Dados conjunturais de castanha de caju**. Superintendência Regional do Rio Grande do Norte. Natal, set. 2009.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DA REFORMA AGRÁRIA-CONCRAB. Sistema de Cooperativista dos Assentados. **Cooperação Agrícola**. São Paulo, n. 5, 1998.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE APICULTURA-CBA. Incentivo ao consumo de mel: políticas e programas públicos. Disponível em: <http://www.brasilapicola.com.br/>. Acesso em: 10 mar. 2010.

COOPERATIVA POTIGUAR DE APICULTORES E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - COOPAPI. **Estatuto Social da COOPAPI**. Apodí, 2006.

COOPERATIVA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS - CTA. Planos de Negócios da COOPAPI. Natal, 2008.

CORAGGIO, José Luis. Economia do Trabalho. In: CATTANI, Antônio D. (Org.): **A outra economia**. Porto Alegre: Veras, 2003.

_____. **Economia social e solidária**. URBIS, São Paulo, 2003a. Disponível em: www.prefeitura.sp.gov.br/urbis/2003/artigos/coraggio.asp. Acesso em: 24 set. 2006.

_____. Del setor informal a la economia popular. In: **Seminário Integración y desarrollo alternativo en América Latina**. Palestra. Lima, 26-27 fev. 1992. Disponível em: www.clacso.edu.ar. Acesso em: 12 mar. 2007.

_____. **Desarrollo regional, espacio local y economia social**. Seminario Internacional "Las regiones del siglo XXI: entre la globalización y la democracia local. México, 9-10 jun de 2005. Disponível em: www.itcp.usp.br/drupal/files. Acesso em: 18 set. 2008.

CORPORACIÓN MONDRAGON. Modelo de gestión. Disponível em: <http://www.mondragon-corporation.com/language/es-ES/CAS/Quiénes-Somos/Modelo-de-gestión.aspx>. Acesso em: 12 dez. 2009.

CORRÊA, H. Serra Pelada: parceria faz rever 33 mil associados. **Folha de São Paulo**. São Paulo, folha A11, 19 set. 2004.

CORREIO BRASILIENSE. **Taxa de desemprego na América Latina e no Caribe passou de 7% para 8,2% em 2009**. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia182/2010/01/26/economia,i=169298/TAXA+DE+DESEMPREGO+NA+AMERICA+LATINA+E+NO+CARIBE+PASSOU+DE+7+PARA+8+2+EM+2009.shtml>. Acesso em: 20 jun. 2010.

COSTABEBER, José A.; MOYANO ESTRADA, Eduardo. Transição agroecológica e ação social coletiva. In: **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre, v.1, n.4, p. 50-60, out./dez. 2000. Disponível em: www.agroecologia.uema.br. Acessado em: 26 mai 2007.

CRUZ, D. S.; TEIXEIRA, F. G.; ALBUQUERQUE, M. E. S. **Levantamento situacional das cooperativas**. Natal: MEB/SUDENE, 1973.

CRUZ, Dalcy S. **A redenção necessária: Igreja Católica e sindicalismo rural-1960-64**. Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em Sociologia da Paraíba, Campina Grande, 1982.

DE PAULA, Delsy G; FENNATI, Maria C. Utopia libertária: uma experiência anarquista no campo brasileiro. In: **Sentimento de reforma agrária, sentimento de república**.

(Orgs). DE PAULA, D. G.; STARLING, H. M. M.; GUIMARÃES, J. R. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

DELGADO, Nelson G. **Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional**. Brasília: IICA/MDA, 2009.

DEMOUSTIER, Danièle. **L'économie soliale et solidaire: s'associer pour entreprendre autrement**. Éditions La Découverte & Syros. Paris: 2001.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTUDOS ESTATÍSTICOS E SOCIOECONÔMICOS-DIEESE. **Anuário Sistema público de emprego, trabalho e renda**. Livro IV: Economia Solidária, Proger e Juventude. São Paulo, 2008.

DÍAZ, B.; MARTEL, D.; ROJAS, J. J. **Modelos de intercooperación para las Américas**. IX Seminário Internacional da Rede UniRcoop. Brasil, 3 a 5 de out. de 2005. Disponível em: www.unircoop.org.documents/. Acesso em: 27 jun. 2005.

DUARTE, Laura M. G.; WEHRMANN, Magda E. S. F. Histórico do cooperativismo agrícola no Brasil e perspectivas para a agricultura familiar. In: SABOURIN, Eric (Org.). **Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária no meio rural**. Brasília: UnB/Ceam/NEA, v. 6, n. 23, 2006. p.13-28.

DUARTE, Laura M. G. **Capitalismo e cooperativismo no R.G.S**. Porto Alegre: L & M, 1986.

DUBEUX, Ana. O papel das universidades na construção da economia solidária no Brasil. **Revista Trimestral de Debate da FASE**. Rio de Janeiro: 2004, p.4-15.

DÜRHKEIM, Émile. **De la división del trabajo social**. Uruguay: Schapire Editor S.R.L., 1973.

DUVIGNAUD, J. **A solidariedade**: laços de sangue, laços de razão. Lisboa: Instituto Piaget; 1986.

EID, Farid; CHIARIELLO, Caio L. **Organização do trabalho em cooperativas tradicionais e populares: dialogando com a teoria liberal e marxista**. In: XXVII Encontro de Engenharia de Produção. Foz de Iguaçu, 9 a 11 out.; 2007.

EID, Farid. Cooperativismo de reforma agrária e direitos humanos no Brasil. In: **Caminhos da Cidadania: um percurso universitário em prol dos Direitos Humanos**. VALÊNCIO, Norma (Org.). São Carlos: Editora UFSCar, 2001.

FAO/INCRA. Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Brasília, Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, mar., 1994.

FELIPE, J. Lacerda A. **Mossoró: um espaço em questão**. Mossoró: Coleção Mossoroense, v. CXLI, 1980.

_____. **Elementos de geografia do RN**. Natal: Ed. Universitária, 1988.

FERREIRA, Elenar A cooperação no MST: da luta pela terra à gestão coletiva dos meios de produção. IN: SINGER, Paul.; SOUZA, André R. (Orgs.). **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.

FERREIRA, Nildete M. C. Campo, habitus e cooperativas. **Revista Inter-legere**. Natal, ano 1, n. 1, jan/jul. 2007. Disponível em: www.cchla.ufrn.br/interlegere.

FERREIRA, Ângela D. D.; ZANONI, Magda. Outra agricultura e a reconstrução da ruralidade. In: FERREIRA, Ângela D. D.; BRANDENBURG, Alfio. (Orgs.). **Para pensar outra agricultura**. 2.ed. Curitiba: Editora UFPR, 1998. p.15-29

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR. **Políticas públicas para a agricultura familiar: agentes de desenvolvimento em mutirão**. Disponível em: www.fetrafsul.org.br/index2.php?option. Acesso em 12 out de 2008.

FLEURY, Maria Tereza L. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Selo deverá recomendar cooperativas**. São Paulo, 10 de jun. de 2007. Caderno Empregos, F3.

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Secretaria de Economia Solidária comemora quatro anos**. 27 jun. 2007. Disponível em: http://www.fbese.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=2216. Acesso em: 11 out. 2009.

FRANÇA FILHO, Genauto C.; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto C. *et al* (Orgs.). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FREITAG, Bárbara. **Dialogando com Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; 2005.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL - FBB. **História**. Disponível em: www.fbb.org.br. Acesso em 01 de ago 2009.

GAIGER, Luiz Inácio. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, v. 16, n. 39, p. 181-211, jun./dez. 2003.

GERMER, Claus. A “economia solidária”: uma crítica marxista. **Outubro, Revista do Instituto de Estudos Sociais**, São Paulo, n. 14, p.193-214, 2º semestre, 2006.

GOMES DA SILVA, A. Novas configurações no espaço rural do Rio Grande do Norte. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA (Eds). **O novo rural brasileiro: uma análise estadual – Nordeste**. São Paulo: EMBRAPA, 2000.

GONÇALO, J. E. **Reforma agrária como política social redistributiva**. Brasília: Editora Plano, 2001. (Série Terceiro Milênio, 2).

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado da Ação Social. **A experiência do PCPR do Rio Grande do Norte** - Relatório de implementação 1997-2002. SEAS/IICA: Natal, nov. 2002.

_____. Secretaria de Estado do trabalho, da habitação e da assistência social - SETHAS. Disponível em: <http://www.sethas.rn.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2008.

_____. **Projeto de Combate à Pobreza Rural do Rio Grande do Norte (PCPR I e PCPR II)**. Avaliação de Resultados. Natal, jul. de 2005.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. 2.ed. rev. Campinas: UNICAMP, 1999.

_____. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**. São Paulo: IEA, 1987.

GUANZIROLI, C. *et al.* **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUERRA, Valter de Brito. **Apodi no passado e no presente**. Mossoró: ESAM/FGD, 1980.

GUEVARA, Ricardo D. L. **Innovación y éxito en la gerencia cooperativa: casos exitosos de cooperativas rurales de ahorro y crédito**. Colômbia: Pontificia Universidad Javeriana, 2003. Disponível em www.javeriana.edu.co. Acesso em: 27 jun. 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1971.

HOLYOAKE, G. J. **Os 28 tecelões de Rochdale**. 8.ed. Porto Alegre: WS Editor, 2001.

HONDRICH, Karl-Otto; KOCH-ARZBEZGER, Claudia. Solidarität in der modernen Gesellschaft. Frankfurt: M, 1992 *apud* ZOLL, R. **O que é solidariedade hoje?** Ijuí: Editora UNIJUI, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil: 2005**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1205&id_pagina=1. Acesso em 2 de ago de 2009.

_____. Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar. Pnad 2007. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 21 set. 2009.

_____. Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar. Pnad 2008. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 25 jun. 2009.

_____. Produção Agrícola Municipal - 2005. Disponível em: www.ibge.gov.br/cidades. Acesso em : 20 jul. 2009.

_____. Produção Agrícola Municipal - 2006. Disponível em: www.ibge.gov.br/cidades. Acesso em : 20 jul. 2009.

_____. Produção Agrícola Municipal - 2007. Disponível em: www.ibge.gov.br/cidades. Acesso em : 12 de fev de 2010.

_____. Produção Agrícola Municipal - 2008. Disponível em: www.ibge.gov.br/cidades. Acesso em : 12 de fev de 2010.

_____. Censo Agropecuário 2006: resultados preliminares. Rio de Janeiro, p.1-146, 2008.

INSTITUTO DE INTERCOOPERAÇÃO COOPERATIVA AGRÍCOLA-IICA. **Avaliação das experiências exitosas**. Natal: IICA, 2005.

_____. **Inovações institucionais no processo de comercialização da agricultura familiar**: a experiência da Cooperativa Potiguar de Apicultura (COOPAPI), município de Apodi/RN(2004 – 2006). Natal: IICA 2006.

_____. **Projetos de combate à pobreza rural do Rio grande do Norte (PCBR I e PCPR II)**: Avaliação de resultados. Natal: SETHAS/COPES/PCPR/IICA; jul. de 2005.

INSTITUTO DE ASSESSORIA À CIDADANIA E AO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL-IDS. **Estratégias de dinamização econômica no território Sertão do Apodi: as experiências da COOPAPI e COOAFAP (2004-2009)**. Natal, 2009. Mimeo.

JALES, Edilene F. **Associativismo nos municípios rurais: uma alternativa de desenvolvimento local em Portalegre/RN**. Mestrado - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009

JANNUZZI, Paulo M.; ANTICO, Cláudia. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 3.ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

JORNAL DE FATO. **Coopermel está destruída e as máquinas sendo leiloadas**. Natal, 03 set. 2007. Disponível em: serradomel.zip.net/arch2007-09-30_2007-10-06.html - 56k. Acesso: em 23 jun. 2008.

KIYOTA, Norma. **A agroindústria familiar como uma estratégia de construção social de novidades produtivas na agricultura: uma análise comparativa entre Sul e Norte do Brasil**. Relatório de pesquisa IPODE. Mimeo. Porto Alegre, 2010.

LAVILLE, Jean-Louis. Ação pública e economia: um quadro de análise. In: FRANÇA FILHO, Genauto C.. *et al* (Orgs). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

LARSEN, Felipe. Agricultura familiar: solução para o desenvolvimento social nordestino. **Jornal O Vale do Apodí**. Revista Prefeitos & Gestões. Apodí, 26 de abr. 2010. Disponível em: <http://www.ovaledoapodi.com.br/especiais/377-agricultura-familiar-solucao-para-o-desenvolvimento-social-nordestino.html>. Acesso em 30 de abr. 2010.

LATTUADA, Mário.; RENOLD, Juan M. **El cooperativismo agrario ante a globalización**. Buenos Aires: Siglo XXI editores Argentina, 2004.

LAUSCHNER, Roque. **Agribusiness, cooperativas e produtor rural**. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 1995.

LIEBHARDT, Marcelo E. O sistema cooperativo agrícola brasileiro: comercialização, integração vertical e crédito. **Coleção Análise e Pesquisa**, Brasília, v. 23, 1982.

LIMA, Iracema P.; AZEVEDO, Jailma O. N. F. **Associativismo e desenvolvimento local: um estudo da comunidade Cachoeira no município de Parelhas-RN**. Monografia de conclusão de curso - Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2003.

LIPIETZ, Alain. **Miragens e Milagres: Problemas da industrialização no terceiro mundo**. São Paulo: Nobel, 1988.

LUCENA, Manuel B. **O cooperativismo no Rio Grande do Norte**. Coleção História do cooperativismo. OCB: Natal, 1996.

_____. **Cooperativismo potiguar: origens, memória e idéias**. Natal: Gráfica Santa Maria, 1999.

_____. **Cooperativas potiguares no tempo e no espaço: 1915 a 2004**. Natal: [s.n.], 2005.

MACHADO, Ubirajara. Governo federal regulamenta Lei da Alimentação escolar. **Portal do Ministério do Desenvolvimento Agrário**, Notícias. Disponível em: www.mda.gov.br. Acesso em: 12 de dez. de 2009.

MARTÍNEZ, Jorge C. Las cooperativas en América Latina: visión histórica general y comentario de algunos tipo. CIRIEC. Espanha: **Revista de Economia Pública, Social y Cooperativa**, n. 43, extraordinária, nov., p.145-172. 2002

MARTINS, José de Souza. O sentido do associativismo empresarial no Brasil agrário. In: SZMRESCSÁNYI, T.; QUEDA, O. **Vida rural e mudança social**. São Paulo, Cia editora Nacional, 1976. p.204-215.

MARTINS, Sérgio P.; CAVALCANTI, Lita I. **Avaliação do impacto da execução do PAA no estado do Rio Grande do Norte**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://comunidades.mda.gov.br/0/1678263>. Acesso em: 10 de abr. de 2010.

MARX, Karl. **O capital. O processo de produção capitalista**. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

_____. Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-omega, v. 1, [19--].

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Porto: Presença, 1974.

MASCARENHAS, Gilberto C. C. **O movimento do comércio justo e solidário no Brasil: entre a solidariedade e o mercado**. Tese de Doutorado - Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, fev. 2007.

MATOS FILHO, João. **Descentralização e desenvolvimento rural: uma análise comparativa das experiências de gestão descentralizada de programas governamentais no meio rural do Rio Grande do Norte**. Tese de Doutorado - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MATOS FILHO, João; CRUZ, R. Pires; SOUZA, Lincoln M. Políticas públicas de combate à pobreza no Rio Grande do Norte: uma avaliação de resultados. **Revista Interface**, Natal, v. 3, n. 2, jun./dez. 2006.

MENDONÇA, Sônia R. **A política de cooperativização agrícola do estado brasileiro: 1910-1945**. Niterói: EdUFF, 2002.

MELO, Ana Paula G. **Agricultura familiar e a economia solidária: as experiências em gestão de bens comuns e inserções nos mercados por organizações rurais do estado de Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2005.

MLADENATZ, Gromoslav. **História das doutrinas cooperativistas**. Brasília: Editora CONFEBRAS, 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. 2009. Disponível em: www.mda.gov.br.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Avaliação das políticas públicas de economia solidária**: Relatório final. Brasília: MET/IPEA/ANPEC-2003; 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME-MDS.
Seminário Nacional sobre Fundos Rotativos e Solidários. Brasília: fev. 2006.
 MDS/MTE. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/noticias/palestrantes-destacam-a-importancia-da-economia-solidaria-no-brasil/>. Acesso em: 07.04.2008.

_____. Programa de Aquisição de alimentos. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/>. Acesso em: 12 de dez. de 2009.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural.** Chapecó: Editora Universitária, 2005.

MIURA, Sacura S. **As grandes cooperativas agrícolas: Cotia e Sul-Brasil.** Disponível em: <http://www.ndl.go.jp/brasil/pt/column/nokyo.html>. Acesso em 20 jul. 2009.

MONTES, Verônica L.; RESSEL, Alicia B. **Presencia del cooperativismo en Argentina.** Revista UniRcoop, v. 1, n. 2, p. 9-26, 2003

MORAIS, Maria Cristina de. **Cooperativas habitacionais autofinanciável: uma alternativa de mercado à escassez de financiamento.** Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

NICÁCIO, José A. **Alianças estratégicas entre agroindústrias integradas em cooperativas.** Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

NOVAES, Henrique T.; LIMA FILHO, Paulo A. A filosofia da política cooperativista na Venezuela de Hugo Chávez: lições preliminares. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 64, set. 2006, ISSN 1519.6186. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/>. Acesso em 14 ago. 2008.

NUNES, Emanuel M. **Economia Institucional, Diversidade Econômica e Desenvolvimento Regional.** Seminário de Pesquisa do CCSA 2009. UFRN; Natal, 23 a 25 de set. de 2009; mini-curso.

NUNES, Paula. Elo frágil. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 10 de jun. de 2007. Caderno Emprego, p F1.

NUÑEZ, Orlando. **Economia popular e desenvolvimento nacional.** Manágua, 9 dez., 1996.

_____. Os caminhos da revolução e a economia solidária. **Revista Proposta.** n. 75, dez/fev. 1997/98.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Notícias.** Presidente da Frencoop defende agronegócio na Câmara. 06 de ago. de 2009. Disponível em: www.ocb.org.br. Acesso em 06 ago. 2009.

_____. **Panorama do cooperativismo do Brasil: censo, exportações e faturamento.** Informativo técnico, n. 13, Brasília, 01 abr. de 2008.

PACHECO, Claudia B.; BAUMANN, Carlos J. **Apodi: um olhar em sua diversidade.** Natal [s/n], 2006.

PAGOTTO, Claudete. Cooperação: natureza social do homem realizado às margens do sistema capitalista. **Revista Espaço Acadêmico.** São Paulo, n. 45, fev. 2006. ISSN-1519 6186. Disponível em: www.espacoacademico.com.br. Acesso em: 02 jul. 2007.

PAIVA, Tânia M. P. **Cooperativismo e crescimento econômico: o caso da Cooperativa de Laticínios de Natal-CLAN.** Monografia de Conclusão de Curso - Bacharelado em Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 1994.

PAULILLO, Luis Fernando. Sobre o desenvolvimento da agricultura brasileira: concepções clássicas e recentes. In: BATALHA, Mário O. (Org.). **Gestão agroindustrial.** GEPAL, 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

PENA, Jaques O. Gerar trabalho e renda é nossa missão. In: MELLO, C.; STREIT, J.; ROVAL, R. (Orgs.). **Geração de trabalho e renda, economia solidária e desenvolvimento local: a contribuição da Fundação banco do Brasil.** São Paulo: Publisher Brasil, 2006.

PIRES, Maria L. L. S. **O cooperativismo agrícola em questão.** Recife: Massangana, 2004.

PINHO, Carlos Marques. O Estado brasileiro e as cooperativas. In: UTUMI, Américo. *et al* (Orgs). **A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico.** São Paulo [s.n.], 1973.

PINHO, Diva B. **Economia e cooperativismo.** São Paulo: Saraiva, 1977.

_____. A doutrina cooperativista e a problemática do desenvolvimento econômico. In: **A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico.** (Coletânea) São Paulo: Fundação Friedrich Naumann, 1974.

PLOEG, Van Der J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Editora da UFRGS: Porto Alegre – RS, 2008. (Coleção Estudos Rurais).

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época.** 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

POULANTZAS, Nicos. **A crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

QUEIROZ, Maria Isaura. P. Do rural e do urbano no Brasil. In: QUEDA, Orioswaldo; SZMRECSÁNYI, Tamás. (Orgs) **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Cia editora Nacional, 1976.

QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, Boacentura S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

RAZETO, Luis M. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. **Revista Proposta**, n. 75, dez/fev, 1997/98.

_____. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ F. **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 2001.

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

REVISTA DAS ONGS. **Como montar uma ONG**. Disponível em: http://www.revistadasongs.com.br/como_montar_ong.php. Acesso em: 2 ago. 2009.

RIO GRANDE DO NORTE. Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte. Secretaria Legislativa. Boletim Oficial 2434; Natal, ano XIX; terça-feira; 22 abr. 2008.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº 8.798 de 22 de fevereiro de 2006. Institui a Política Estadual de fomento à Economia Popular Solidária no Estado do Rio Grande do Norte e estabelece outras disposições. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte**, Natal, 24 fev. de 2006.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº 9.067, de 15 de maio de 2008. Dispõe sobre a agroindústria familiar, comunitária ou artesanal de produtos de origem animal do Estado do Rio Grande do Norte, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte**, Natal, 16 mai. de 2008.

RIOS, G. S. L. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

_____. Pré-cooperativismo: etapa queimada. In: **A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico**. (Coletânea). São Paulo: Fundação Friedrich Naumann, 1974.

ROJAS, Miguel A. F. Presencia del cooperativismo en Colombia. **Revista UniRcoop**, v. 1, n. 2, p.121-138, 2003.

ROMANO, Jorge O. **Política nas políticas: um olhar sobre a agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: EDUR/ Mauad, 2009.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v.1, n. 1, p.82-106, fev, 2006.

SABOURIN, Eric. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In: SCHENEIDER, Sérgio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

_____. Organizações formais e dispositivos coletivos dos agricultores familiares no Nordeste. In: SABOURIN, Eric. (Org.). **Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária no meio rural**. Brasília: UnB/CEAM/ NEA, v. 6, n. 23, 2006a.

_____. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e Estado**, Brasília, v 22, n. 3, p.715-51, set./dez., 2007.

_____. Dinâmicas territoriais e acesso aos mercados: uma leitura pela reciprocidade. In: GOMES DA SILVA, A.; CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. **Diversificação dos espaços rurais e dinâmicas territoriais no Nordeste do Brasil**. João Pessoa: Zarinha Centro de Cultura, 2009.

SANTOS, Boaventura S.; RODRÍGUEZ, César. Introdução: Para ampliar os cânones da produção. In: SANTOS. B. de S. (Org.). **Produzir pra viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Paulo P. **Evolução econômica do Rio Grande do Norte: século XVI ao XX**. Natal: Clima, 1994.

SCHNEIDER, João Elmo. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. Brasília: [s.n.], 197-?, p.11-40.

SEBRAE. Serviço de apoio à micro e pequenas empresas do RN. **A cadeia produtiva do mel no estado do Rio Grande do Norte**, Natal: SEBRAE, 2002.

SILVA, M.; BEZERRA, M. M. O.; AZEVEDO, G. G. **A economia norte-riograndense e a crise de 29**. Natal: Editora Universitária, 1986.

SIMMEL, Georg. Sociologia. In: FILHO, E. M. (Org.). **Georg Simmel: 1858-1918**. São Paulo: Editora Ática, 1983.

SIMÕES, Marcos F. C. **O programa de aquisição de alimentos (PAA) como fonte de geração de riqueza econômica do agronegócio familiar: o caso da Cooperativa Potiguar de Apicultura e Desenvolvimento rural Sustentável (COOPAPI)**. Monografia de Conclusão de Curso - Especialização MBA em Administração Financeira, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante: repensando o socialismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Economia solidária: Mondragón uma experiência de cooperação autogestionária. In: PONTE JÚNIOR, Osmar de Sá. (Org.). **Mudança no mundo do trabalho: cooperativismo e autogestão**. Fortaleza: Expressão, 2000.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Economia solidária. In: CATTANI, Antônio David. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

_____. Economia Solidária como estratégia política de desenvolvimento. **Anais da I Conferência de Economia Solidária**. Brasília, 26 a 29 de jul. 2006, pp. 37-40.

SOLARI, Aldo. B. O objeto da sociologia rural. In: QUEDA, Oriowaldo; SZMRECSÁNYI, Tamás (Orgs.). **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976.

SORBILLE, Reynaldo N. A autogestão e o desafio da viabilidade econômica. In: PONTE JÚNIOR, Osmar de Sá. (Org.). **Mudanças no mundo do trabalho: cooperativismo e autogestão**. Fortaleza: Expressão, 2000.

SOUZA, Baltazar M. **Sindicalismo rural: burocratização e autonomia – análise da filiação da CONTAG à CUT**. Tese de Doutorado - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

SOUZA, Josias de. MST movimentou R\$ 30 mi em seis anos. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10 de out. de 2004, Folha A1.

SOUZA, Lincoln Moraes. **Utopia experimental e políticas públicas**. Natal, 2004. mimeo.

SOUZA, André R. **Igreja, Política e Economia Solidária: Dilemas entre a caridade, a autogestão e a teocracia**. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

STECHER, Heinz. Cooperativismo: uma relação conflitiva entre o econômico e o político. **Cadernos do CEAS**. Salvador, n.138, p.67-79, mar./abr, 1992.

STINCHCOMBE, Arthur. Classes sociais e meio rurais. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo. (Orgs.). **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

TAKEIA, Denise M. **Um outro nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1985.

TIRIBA, Lia. **Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada**. Ijuí: Editora UNIJUÍ. 2001.

TORRES, André C. B. A; MOUTINHO, Lúcia M. G. **A logística como elemento de competitividade na fruticultura: o estudo de caso da COOAPAB**. Série Texto para discussão. João Pessoa, n. 251, jul./2002, p1-18. Disponível em: www.biblioteca.sebrae.com.br. Acesso em: 03 mai. 2007.

TRIBUNA DO NORTE. **Walmart faz lançamento em Natal do Clube dos Produtores**. Caderno Economia. Natal:14 mai. 2009. Acesso em 10 de dez. 2009. Disponível em: www.tribunadonorte.com.br/noticias/109378.html.

UNICAFES. **História da Unicafes**. Disponível em: www.unicafes.org.br. Acesso em 20 de jun. de 2009.

UNISOL BRASIL. **Histórico**. Disponível em : <http://www.unisolbrasil.org.br/>. Acesso em 14 de mar. de 2010.

VALENTE, Maria Rita da S. Programa Crediamigo. In: SIQUEIRA, Carlos A (Org.). **Geração de Emprego e renda no Brasil: experiências de sucesso**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

VASCONCELOS, Elizabeth. A atividade de exportação tem crescimento para as cooperativas. 5 de mai. de 2009. Disponível em: www.webtranspo.com.br. Acesso em: 23 de set. de 2009.

VAZZOLER, Márcia R; EID, Farid. **Cooperativismo em Assentamentos de Reforma Agrária**: a sobrevivência de cooperativas do MST na economia capitalista. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária Belo Horizonte, 12 a 15 de set. de 2004. Disponível em: <http://www.ufmg.br/congrext/Trabalho/Trabalho30.pdf>. Acesso em: 20 de jul. de 2009.

VEIGA, José E. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. **Série Textos para discussão**. Brasília: CNDRS/MDA/NEADFIPE/, n.1; ago. de 2001.

_____. Empreendedorismo e desenvolvimento no Brasil rural. **Unimontes Científica**, Montes Claros, v. 7, n. 2, p.14-42, 2005.

VEIGA, Sandra M.; FONSECA, Isaque. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: DP&A/Fase 2001.

VILELA, Sérgio. L de O. ; PEREIRA, F. de M. **A cadeia produtiva do mel no estado do Rio Grande do Norte**. Natal: SEBRAE, 2002.

VIEIRA, Naldeir dos Santos. *et al.* Análise da importancia das cooperativas habitacionais na construção de moradias para as populações de baixa renda no Brasil. **Scripta Nova**: Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales. Universidad de Barcelona. Barcelona, v. 7, n. 146, ago. 2003.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e método**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

WACQUANT, Loïc. O poder simbólico na dominação da nobreza de Estado. In: _____.(Org.). **O mistério do mistério: Pierre Bourdieu e a política democrática**. Rio de Janeiro: Renavam, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazaré B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas: o rural como espaço singular e ator coletivo. **Estudos, sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, out., 2000.

_____. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, out, 1996.

WEBER, Max. **Economía y sociedad**. Ciudad de México. vol. 1: Fondo de Cultura Económica, 1974.

_____. Sobre algumas categorias da sociologia compreensiva. In: **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez,1995.

WILKINSON, John. Distintos enfoques e debates sobre a produção familiar o meio rural. **Agroecologia e desenvolvimento sustentável**. Porto Alegre, v.1, n.3, jul/set, 2000.

_____. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Série Estudos Rurais; 2008.

ZANONI Magda. Outra agricultura e a reconstrução da ruralidade. In: FERREIRA, Ângela D.D.; BRANDEBURG, Alfio. (Orgs.). **Para pensar outra agricultura**. 2.ed. Curitiba: Editora UFPR, 1998.

ZOLL, Rainer. **O que é solidariedade hoje?** Ijuí: Editora UNIJUI, 2007.

7 ANEXO

ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA OS SÓCIOS

Entrevistador.....

Data.....Município.....

I- Identificação do entrevistado

Nome.....

Local de moradia.....

Nível de escolaridade

Número de membros da família.....

Número de pessoas ocupadas na atividade

Ocupação principal.....

Outras atividades desenvolvidas na unidade

Estrutura fundiária : Área total.....()Proprietário ()parceiro ()assentado () outros
(citar).....

II- Resgate histórico da experiência

1. Quando e como iniciou a atividade principal?
2. Qual foi a motivação pessoal ou outro estímulo que o (a) fez associar-se à cooperativa?
3. Quanto tempo é sócio da cooperativa?
4. O que mudou na sua atividade depois que entrou para a cooperativa?
- 5- Qual o papel dos membros da família na atividade?
- 6- Para quem vende a maior parte da produção (mel ou castanha)?

III: Efeitos e resultados

1. No contexto e na economia local:
 - A) O Sr. acha que a cooperativa exerce alguma influência no local ou região? Se sim, de que forma?
 - B) A cooperativa está ajudando a criar outras atividades que não existiam anteriormente? Se sim, quais?
 - C) A atividade influenciou na permanência ou no retorno dos jovens?

- D) Onde o Sr. adquire os insumos (caixotes, hormônios, vestimentas, sementes, adubos etc)?
- E) Com que e onde gasta a maior parte da renda adquirida através da comercialização através da cooperativa?
- F) O seu contato com a cooperativa melhorou o nível de informação sobre o mercado?
- F) Existe algum tipo de atividade que vocês (sócios) fazem juntos? Se sim, qual e onde é realizada.
- H).Quais as mudanças que gerou na família ou no sítio?
- I) Considera que a atividade pode continuar se a cooperativa fechar? Justifique.

2. Sobre as condições ambientais:

- A) Como é realizado o manejo dos dejetos ou das sobras?
- B) B) Faz alguma conservação de solo?

3. Principais fatores limitantes e obstáculos:

- A) Qual o fator ou aspecto que tem criado as maiores dificuldades à atividade?
- B) Quais os principais desafios:
☐ comercialização ☐ beneficiamento ☐ financiamento ☐ assistência técnica
☐ melhorar a produção e o produto ☐ ampliar o mercado ☐ outros. Quais?

IV- Aplicação dos princípios cooperativistas:

1- Participação econômica e Controle democrático pelos sócios

- A) Você participa das assembléias?_____ Quantas no ano?_____
- B) Assuntos mais comuns._____
- C) Participa da tomada de decisão? _____ Como?_____
- D) As decisões são praticadas? Sempre ☐ Frequentemente ☐ às vezes ☐ nunca ☐
- E) Existe um fundo de reserva na cooperativa? Sim ☐ não ☐ não sabe ☐ nunca ouviu falar ☐
- F) Existem outros canais de participação e decisão?_____ Qual?_____
- G) Na prestação de conta anual, as sobras da cooperativa são divididas? Sim ☐ Não ☐ às vezes ☐ não sabe ☐ nunca ouviu falar ☐

H) Em que é empregada a parte das sobras que fica para a cooperativa?

() não sabe () compra de equipamentos () melhoria da prestação dos serviços () em terreno () melhoria das instalações da sede () outros (citar) _____

I) Você já realizou adiantamento ou empréstimo com a cooperativa? _____

2- Indicadores relativos à capacitação e educação dos sócios e preocupação com a comunidade

A) Você já participou de algum curso? _____ Se sim, quem realizou? Qual foi o tema?

B) Como você toma conhecimento das informações (datas de assembléias, reuniões etc) da cooperativa?

() convite () pelo rádio () cartaz () outros

3- Melhoria da qualidade de vida do sócio

A) Quais os investimentos realizados depois que entrou para a cooperativa? (pode ter mais de uma resposta)

() aquisição de equipamentos ou máquinas

() compra de terras

() aquisição de veículos ou motos

() construção ou reforma de benfeitorias da propriedade

() investimento na atividade (apicultura ou cajucultura)

() outros (citar qual) _____

B) O que melhorou para você e sua família?

() Adquiriu bens eletro-eletrônicos () construção ou reforma da casa () melhorou a educação () passeiam mais () estão mais unidos () mais felizes

C) A sua receita gerada a partir da venda do seu produto através da cooperativa, representa quanto da sua receita total? () menos de 50% () 50% () mais de 50%

D) O que mais a cooperativa poderia fazer em benefício do sócio?

E) E da comunidade?

F) Por que você deixa seu produto na cooperativa?

G) O Sr ou (Sra) acha a cooperativa exitosa? Por que?

H) No que a cooperativa precisa melhorar?